



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGENS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**PODE A MULHER FALAR?  
DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ABUSOS  
SEXUAIS/ESTUPRO**

**JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE**

**CUIABÁ-MT  
2020**

**2020**

**JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE      PODE  
A MULHER FALAR? DISCURSOS DE MULHERES  
VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS/ESTUPRO**

**UFMT**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGENS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE**

**PODE A MULHER FALAR?  
DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ABUSOS  
SEXUAIS/ESTUPRO**

**CUIABÁ-MT  
2020**

**JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE**

**PODE A MULHER FALAR?  
DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ABUSOS  
SEXUAIS/ESTUPRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem na Área de Concentração em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Dánie Marcelo de Jesus.

**CUIABÁ-MT  
2020**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

M838p MOREIRA LEITE, Joana Rodrigues.  
PODE A MULHER FALAR? DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ABUSOS  
SEXUAIS/ESTUPRO / Joana Rodrigues MOREIRA LEITE. -- 2020  
246 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Dânie Marcelo de Jesus.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Cuiabá, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. estupro. 2. mulheres. 3. discurso. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**

**Timbre**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**folha de aprovação**

**TÍTULO: "PODE A MULHER FALAR? DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS/ESTUPRO"**

**AUTORA: DOUTORANDA JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE**

**Tese defendida e aprovada em 30 de novembro de 2020.**

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

1. Presidente da Banca e Orientador, Professor Doutor Dânie Marcelo de Jesus  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)
2. Membro Interno da Banca, Professora Doutora Solange Maria de Barros  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS)
3. Membro Externo da Banca, Professora Doutora Nara Hiroko Takaki  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL)
4. Membro Externo da Banca, Professora Doutora Ana Maria Marques  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)
5. Membro Externo da Banca, Professora Doutora Débora de Carvalho Figueiredo  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)
6. Membro Suplente da Banca, Professora Doutora Divanize Carbonieri  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)
7. Membro Suplente da Banca, Professora Doutora Ana Paola de Souza Lima  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS)

**CUIABÁ, 30/11/2020.**

logotipo	Documento assinado eletronicamente por <b>DANIE MARCELO DE JESUS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso</b> , em 03/12/2020, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
logotipo	Documento assinado eletronicamente por <b>NARA HIROKO TAKAKI, Usuário Externo</b> , em 11/12/2020, às 06:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
logotipo	Documento assinado eletronicamente por <b>ANA MARIA MARQUES, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso</b> , em 11/12/2020, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
logotipo	Documento assinado eletronicamente por <b>SOLANGE MARIA DE BARROS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso</b> , em 15/12/2020, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
logotipo	Documento assinado eletronicamente por <b>FRANCISCO ANTONIO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA DEBORA DE CARVALHO FIGUEIREDO, Usuário Externo</b> , em 15/12/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
QRCode Assinatura	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0">http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0</a> , informando o código verificador <b>3044470</b> e o código CRC <b>C1C779E1</b> .

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tantas coisas maravilhosas já proporcionadas em minha vida. Mesmo não conseguindo enxergá-lo, sinto o mover de seu toque pela minha fé em alcançar todos os objetivos, sendo o doutorado um deles.

Agradeço a minha família, em especial, filho e esposo que vivenciaram mais intensamente a trajetória da pesquisa e tiveram paciência por entender, em alguns momentos, minha ausência. Agradeço, sobretudo, a minha mãe pelo incondicional apoio e por ter me ajudado tanto para que eu chegasse até aqui; bem como, agradeço as minhas irmãs e ao meu pai pelo apoio.

Agradeço, imensamente, às sujeitas desta pesquisa porque, sem elas, este tecido não teria sido construído, tampouco eu teria aprendido tanto.

Agradeço ao meu querido orientador, Prof. Dr. Dánie Marcelo de Jesus, pela oportunidade que me foi dada para ocupar este lugar. Nesse passo, eu o agradeço pela confiança, pelas orientações e pelas aprendizagens tecidas em minha trajetória de pesquisa.

Agradeço às professoras doutoras da banca avaliadora: Ana Maria Marques, Débora Carvalho Figueiredo, Nara Hiroko Takaki, Solange Maria de Barros, Divanize Carbonieri e Ana Paola de Souza Lima que aceitaram contribuir com este trabalho para que novos e outros sentidos pudessem ser construídos.

Agradeço aos professores(as) que ministraram as disciplinas das quais participei no doutorado e com quem pude aprender muito; agradeço, do mesmo modo, às(aos) colegas de estudo que conheci nesta trajetória e que serão lembrado(a)s com muito carinho, especialmente, Lucimeire da Silva Furlaneto que pude construir laços de amizade.

Agradeço ao IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Avançado Sinop, que me concedeu o afastamento para que pudesse me dedicar às atividades do doutorado, pois a concessão desse direito foi primordial para esta conquista.

Enfim, agradeço a todos(as) que acreditaram e torceram por mim, que, de algum modo, contribuíram diretamente ou indiretamente para que eu tivesse o privilégio de chegar nesta fase. Quem é MULHER sabe que os desafios são maiores para tornar-se uma DOUTORA! Posso dizer que essa conquista não é apenas minha, mas de TODAS, porque estamos escrevendo nossa história. Portanto, torço que, em um dia muito breve, as MULHERES apoderem-se da tão sonhada EQUIDADE.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que não desistem de lutar, mesmo diante das adversidades que surgem em uma sociedade que ainda tende a desrespeitar nossos corpos.



*Eu não sou livre enquanto alguma mulher não  
o for, mesmo quando as correntes dela forem  
muito diferentes das minhas. (Audre Lorde)*

## RESUMO

Abusos sexuais/estupro de mulheres têm sido uma problemática social que merece atenção porque essa violência tem produzido seus efeitos nos corpos das vítimas, sobretudo, problemas psicológicos. Nesse sentido, tive o objetivo de analisar as formações discursivas (excertos) de seis mulheres moradoras de uma cidade do interior de Mato Grosso que sofreram abusos sexuais e/ou estupro, para verificar quais discursos se constituem em torno das práticas/relações de saber e poder entre os gêneros feminino e masculino; examinar quais enunciados as vítimas tecem sobre abusos sexuais/estupro e problematizar os efeitos da violência sexual nos corpos dessas mulheres. Para tanto, três perguntas tecem as problematizações: 1) De que modo as formações discursivas das vítimas/ sujeitas de pesquisa foram sendo tecidas em torno do assunto estupro? 2) Quais discursos prevaleceram nos enunciados destacados nas formações discursivas baseados nas relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino? 3) Quais os efeitos do estupro na vida das mulheres vítimas dessa violência? A metodologia utilizada foi qualitativa-interpretativista na perspectiva de Flick (2009), que se entrelaça com a análise do discurso (FOUCAULT, 2008). Os dados foram gerados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com as seis participantes. Sete temas recorrentes surgiram após a transcrição e observação dos dados, os quais são discutidos nesta tese: dificuldade de falar sobre o estupro; proximidade do abusador/estuprador; definição de estupro; medo, julgamento, culpa e silenciamento da vítima; denúncia do estupro; consequências atuais do estupro. Em consideração a tais temáticas, foi escolhida a base teórica com foco na Linguística Aplicada para dialogar com esses temas. As autoras e autores são de várias áreas das Ciências Sociais e Humanas, tais como: Gayatri Chakravorty SPIVAK (2010); Michelle PERROT (2017); Heleieth SAFFIOTI (2015); Débora Carvalho FIGUEIREDO (2000; 2002; 2014); Fernanda MUSSALIM (2003); Renata Floriano SOUSA (2017); Daniella Georges COULOURIS (2010); Arielle Sagrillo SCARPATI (2013); Sueann CAULFIELD (2000); Susan BROWNMILLER (1976); Lia Zanotta MACHADO (1998); VIGARELLO (1998); FOUCAULT (1979; 1984; 1987; 2008); SCOTT (2011), entre outras e outros. A problematização da pesquisa aponta para a dificuldade das vítimas de estupro falarem sobre assunto; o estuprador/ violentador tende a ser pessoa familiar ou amigo; a violência acontece dentro de casa; os estupros abordados, em sua maioria, aconteceram na infância ou adolescência; na fase adulta, também envolveram conhecidos, tais como amigos ou maridos. Nos discursos das participantes, surgiram elementos linguísticos em torno de: moralidade, religiosidade, silenciamento familiar, naturalização da violência, ausência de denúncia, perdão ao violentador, machismo familiar, submissão, culpa e culpabilização, vergonha. Nessa conjunção de violência e abuso, os efeitos do estupro trazem mais sequelas psicológicas do que físicas no corpo das vítimas.

**Palavras-chave:** estupro; mulheres; discurso.

## ABSTRACT

Sexual abuse / rape of women has been a social issue which deserves attention once this violence has produced its effects on the bodies of victims, especially psychological problems. Thus, I aimed at analyzing the discursive formations (excerpts) produced by six women living in a city in the interior of the State of Mato Grosso, who had suffered sexual abuse and / or rape. The intention was to verify which discourses were constituted around the practices / relationships of knowledge and power between the female and male genders; to examine which statements are produced by the victims about sexual abuse / rape and discuss the effects of sexual violence on the bodies of those women. Therefore, three questions organize the problematization: 1) How were the discursive formations of the victims / subjects of research being organized around the rape subject matter? 2) Which discourses prevailed in the statements highlighted in the discursive formations based on the power and knowledge relationships between the female and male genders? 3) What are the effects of rape on the lives of victims of this violence? The qualitative-interpretative methodology, in the perspective of Flick (2009), intertwined with the discourse analysis of Foucault (2008) was used. The data were generated through semi-structured interviews conducted with the six participants. Seven recurring themes emerged after the transcription and observation of the data, which are discussed in this thesis: difficulty in talking about rape; proximity to the abuser / rapist; definition of rape; fear, judgment, guilt and silencing the victim; reporting the rape; current consequences of rape. In consideration of such themes, the theoretical basis with emphasis on Applied Linguistics was chosen to dialogue with these themes. The female authors and male authors are from several areas of Social and Human Sciences, such as: Gayatri Chakravorty SPIVAK (2010); Michelle PERROT (2017); Heleieth SAFFIOTI (2015); Débora Carvalho FIGUEIREDO (2000; 2002; 2014); Fernanda MUSSALIM (2003); Renata Floriano SOUSA (2017); Daniella Georges COULOURIS (2010); Arielle Sagrillo SCARPATI (2013); Sueann CAULFIELD (2000); Susan BROWNMILLER (1976); Lia Zanotta MACHADO (1998); VIGARELLO (1998); FOUCAULT (1979; 1984; 1987; 2008); SCOTT (2011), among others. The problematization of the research points at the difficulty rape victims demonstrate to talk about the subject; the rapist tends to be a family person or friend; violence happens at home; the addressed rapes, mostly, occurred in childhood or adolescence; in adulthood, they also involved acquaintances, such as friends or husbands. In the discourses of the participants, linguistic elements emerged around: morality, religiosity, family silence, naturalization of violence, absence of denunciation, forgiveness to the abuser, family chauvinism, submission, guilt and shame. In this scope of violence and abuse, the effects of rape have more psychological effects than physical consequences on the victims' bodies.

**Keywords:** rape; women; discourse.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico retirado do Atlas de Violência 2018 Ipea e FBSP .....	36
Figura 2 - Quadro produzido pela pesquisadora para explicar as etapas da pesquisa .....	104
Figura 3 - Pulso de Seda com mutilações (junho de 2018) – Imagem cedida pela sujeita de pesquisa .....	222

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação das sujeitas de pesquisa .....	100
Quadro 2 – Apresentação dos temas recorrentes de acordo com as respectivas sujeitas de pesquisa (elaborado pela pesquisadora) .....	105
Quadro 3 – Enunciados recorrentes sobre a seção “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?” (elaborado pela pesquisadora) .....	148
Quadro 4 – Enunciados recorrentes sobre a seção “O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar” (elaborado pela pesquisadora) .....	169
Quadro 5 – Enunciados recorrentes sobre a seção “Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?” (elaborado pela pesquisadora) .....	180
Quadro 6 – Enunciados recorrentes sobre a seção “Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento” (elaborado pela pesquisadora) .....	202
Quadro 7 – Enunciados recorrentes sobre a seção “Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente” (elaborado pela pesquisadora) .....	215
Quadro 8 – Enunciados recorrentes sobre a seção “Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento” (elaborado pela pesquisadora) .....	228

## SUMÁRIO

RESUMO .....	9
Abstract .....	10
LISTA DE QUADROS .....	12
INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRAMA.....	15
CAPÍTULO 1 .....	42
TECENDO HISTÓRIA, CULTURA E CRENÇAS OU MITOS EM TORNO DO ESTUPRO .....	42
1.1 Princípios históricos relativos ao surgimento do estupro de mulheres: entrelaçamentos global e local.....	43
1.2 Considerações sobre “Cultura do Estupro”.....	49
1.3 Mitos ou crenças de estupro: discursos em torno “do agressor e da vítima”.....	52
CAPÍTULO 2 .....	58
ENTRELÇANDO LUGARES, RECORRÊNCIA, SILENCIAMENTO E CONSEQUÊNCIAS DO ESTUPRO.....	58
2.1 Mulheres, crianças e violentadores: estupro em locais (in)imagináveis.....	59
2.2 Estupros recorrentes e o silenciamento das vítimas .....	62
2.3 Desconhecimento da violência, medo e culpabilização .....	64
2.4 O silenciamento do estupro: ausência de denúncia .....	66
2.5 As consequências do estupro para a vida.....	69
CAPÍTULO 3 .....	72
MULHERES DIALOGANDO COM FOUCAULT: TRAMAS ENTRE RELAÇÕES DE PODER E OS DISPOSITIVOS EM TORNO DO CORPO FEMININO.....	72
3.2 Os dispositivos de poder em torno do corpo feminino .....	75
3.2.1 Dispositivos de poder disciplinar: religião e família.....	78
3.2.3 Sociedade punitiva com base nos discursos em torno do corpo feminino e do estupro .....	81
CAPÍTULO 4 .....	87
FIOS METODOLÓGICOS: ENTRELÇAMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA INTERPRETATIVISTA COM A ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANO ....	87
4.1 O embaraçar das linhas: dificuldades da pesquisa .....	94
4.2 Geração de dados: dando forma ao tecido .....	98
4.3 A construção do tecido: a análise da formação discursiva .....	101
CAPÍTULO 5 .....	107

ANÁLISE DOS DADOS – QUEM SÃO AS TECIDAS .....	107
5.1 O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?.....	124
5.2 O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar .....	148
5.3 Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro? .....	170
5.4 Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento .....	180
5.5 Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente .....	203
5.6 Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento.....	215
O TECIDO FINAL: CONSIDERAÇÕES .....	230
REFERÊNCIAS .....	238

## INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRAMA

### *À musa estuprada*

*Na favela, ou presidenta,  
No congresso, ou no lar...  
Há uma ferida nojenta  
Há uma mulher a sangrar!*

*A mulher torturada,  
Depois impedida.  
A mulher estuprada,  
Depois esquecida.*

*A mulher excluída,  
Se não for recatada.  
A mulher ofendida,  
Se não for calada.  
[...]*

**(Dora Incontri, 2016)<sup>1</sup>**

O poema, que introduz esta tese, inicia-se com seus primeiros tercetos e a sua continuidade será entrelaçada ao longo dos capítulos para a formação do tecido da tese. A composição desta pesquisa se constituirá, expressivamente, pela metáfora “tecido”, motivo pelo qual escolho usar, de forma enfática, o verbo tecer e o substantivo tecido, ao mesmo tempo que utilizarei sinônimos que representem tal metáfora. No decorrer do trabalho, também aparecerão seis tecidos(as) que representarão os nomes das sujeitas que compõem a pesquisa.

Desse modo, o poema mencionado, em sua completude, trama significados alusivos ao que Simone de Beauvoir (1949)<sup>2</sup> tece sobre “não se nascer mulher, mas tornar-se mulher” em uma sociedade entremeada pelos discursos de desigualdade de gênero, em que se espera que o gênero feminino atue de acordo com as normas sociais para ser “considerada mulher”. Ao longo dos tercetos que introduzem cada capítulo, pode-se observar que, ao mesmo tempo que

---

<sup>1</sup> De acordo com informações existentes na página da autora, Dora Incontri é paulistana, nascida em 1962. Jornalista, educadora e escritora. Tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Filosofia da Educação pela USP. É sócia-diretora da Editora Comenius e coordenadora geral da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita. Coordenadora geral da Universidade Livre Pampédia. Tem mais de 40 livros publicados. Livros sobre Educação, Filosofia, Espiritualidade; livros didáticos; livros psicografados. A escolha do poema “À musa estuprada” para introduzir os capítulos desta tese entrelaça uma discursividade com o tema pesquisado para aludir ao modo como as mulheres tendem a ser tratadas sócio-historicamente, com base nas relações de gênero, nas quais o estupro acontece, independentemente da posição social ocupada. Poema publicado na página da autora: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

<sup>2</sup> Com o objetivo de valorizar todas as pesquisadoras/estudiosas que contribuíram com o embasamento teórico desta tese, sempre que mencioná-las pela primeira vez no texto, citarei seus nomes completos.



a poetisa questiona essa desigualdade, ela também conclama para a resistência e união das mulheres, buscando o apoio masculino para uma sociedade menos desigual entre os gêneros.

A luta do gênero feminino é para que homens e mulheres<sup>3</sup> possam viver num mundo com mais respeito e equidade social. Isso só poderá acontecer se o debate não se engessar com amarras, restritamente, femininas, tampouco masculinas. Entretanto, não se pode negar que os gêneros são determinados pelas relações de poder que se misturam. Sendo assim, não existe poder concentrado apenas nos homens e nem somente nas mulheres. As práticas e relações de poder não podem ser exercidas pela violência, levando ao estímulo de abusos sexuais, tal como “o estupro de mulheres”, o qual será tema principal desta pesquisa.

De acordo com Débora Figueiredo (2014), na perspectiva dos estudos de gênero, o estupro é um crime de abuso de poder que se firma na agressão e no desejo de dominar os mais fracos e mais vulneráveis. Nessa mesma tecitura, Figueiredo (2014, p. 148), destaca que:

Pensadoras e pesquisadoras feministas concordam que no núcleo do estupro estão a violência e o desejo de dominação (Mackinnon, 1983; Graycare Morgan, 1992; Matoesian, 1993; Coates e Wade, 2004); o abuso sexual é uma arma usada pelo agressor para infligir à vítima uma camada extra de ofensa, dor e humilhação.

Além disso, Figueiredo (2014, p. 148) ressalta que o estupro, devido ao seu potencial de dominação e humilhação, vem sendo usado, de forma sistemática, como arma de guerra em conflitos civis em regiões como a ex-Iugoslávia, em vários países africanos e em outras partes do mundo, onde diferentes grupos étnicos e/ou religiosos lutam pelo poder.

Tecer questões sobre estupro de mulheres que vivem no contexto de Mato Grosso demanda escolher as linhas que entrelaçarão teias que tramarão os fios da urdidura, formando um tecido que produz efeitos de sentido para quem o tece, bem como para aquele(a) que se apropria dele. Logo, esta tese problematizará a temática para que muitos sentidos sejam (res)significados em minhas vestimentas de pesquisadora, estudiosa do discurso, Linguista Aplicada<sup>4</sup> e mulher nascida e moradora no interior de Mato Grosso. A interdisciplinaridade entrelaçará todo o trabalho, de modo que não me engessarei apenas nos estudos que discutem a linguagem, mas fundamentarei minhas considerações também naqueles que dialoguem com outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, uma vez que tal pesquisa ultrapassa os sentidos

---

<sup>3</sup> Embora aborde a relação entre os gêneros masculino e feminino, não podemos desconsiderar que existem outras(os) sujeitas(os), tais como as pessoas transexuais que sofrem violência de gênero e, muitas vezes, essa violência é invisibilizada socialmente. Portanto, esta pesquisa serve para repensar a problemática da violência sexual/estupro que assola outras(os) sujeitas(os) também.

<sup>4</sup> Essa área não é entendida como conhecimento disciplinar, mas como indisciplinar, *antidisciplinar* e transgressiva, pois se interessa em dialogar com teorias das Ciências Sociais que reconsiderem outros modos de produzir conhecimento, no sentido de entrelaçar questões que envolvem a vida social (MOITA LOPES, 2008).

da linguagem, buscando problematizar e cingir significados a respeito de questões sócio-históricas em torno das relações de poder entre os gêneros feminino e masculino.

Ao escolher a metáfora do tecido para esta pesquisa, não pretendo reforçar a crença ou mito da roupa nos casos de estupro, mas problematizá-lo com base em um breve histórico do sentido do tecido para os corpos femininos. Percebo, como pesquisadora e mulher, que o tecido possui uma analogia com a história das mulheres.

Ao pesquisar um pouco da história do tecido, verifiquei que o hábito de tecer ou entrelaçar fios acompanha a história desde os tempos mais longínquos. O primeiro tecido de que se tem notícia é o linho; não era feito em tear, mas por meio de uma técnica bastante rústica, que consistia na prensagem das fibras. Arqueólogos encontraram múmias egípcias de 2.500 a.C enroladas em linho tão bem tecido como os encontrados atualmente. Por volta de 3.000 a.C, o algodão era cultivado no vale do rio Indo, no Paquistão, e pode ter sido utilizado nas Américas naquela época (NERY, 2003).

Partindo desse pressuposto histórico, o tecido pode ser considerado um elemento discursivo não verbal, no qual a sociedade interpõe interpretações ao comportamento feminino, com base nas escolhas materializadas em roupas e acessórios confeccionados em tecidos. Desse modo, entrelaço uma relação desse elemento discursivo com as práticas de estupro, tendo em vista que alguns discursos reproduzidos em torno da roupa produzem seus efeitos na sociedade e sustentam a crença ou mito de que o tecido que cobre o corpo feminino tende a marcar subjetividades em torno das mulheres que as categorizam em morais ou imorais.

Nesse aspecto, Sueann Caulfield (2000), em uma pesquisa realizada em processos judiciais entre 1918 e 1940, na qual aborda moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro, apresenta fatores sobre o modo de se vestir das mulheres pelos quais a sociedade julgava se eram honestas ou públicas<sup>5</sup>, atribuindo-lhes a culpa por qualquer ação contra seus corpos por parte do gênero masculino<sup>6</sup>. Após a mudança de século, alguns discursos semelhantes ainda parecem permanecer. Pesquisas contemporâneas de Kety Carla de March

---

<sup>5</sup> Mulheres honestas eram as mulheres que viviam sob a proteção familiar e as mulheres públicas, ou desonestas, eram as prostitutas ou aquelas que tinham liberdade para frequentar espaços públicos sem acompanhamento da família (CAULFIELD, 2000; ESTACHESKY, 2017).

<sup>6</sup> Nesse contexto, não usarei o termo “estupro”, porque anteriormente existiam outras terminologias (sedução, rapto, defloramento) utilizadas para os casos que podem ser considerados, atualmente, como crimes “contra a dignidade sexual” – estupro – previsto pela Lei 12.015 de 2009, que entrou em vigor em 07 de agosto de 2009, e conferiu nova redação ao art. 213 do Código Penal. Segundo Coulouris (2004), os crimes sexuais regidos pela lei atualmente em vigor tiveram base na lei de 1940. Na reformulação do Código Penal de 1890, os crimes sexuais deixam de ser considerados como “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias” para serem considerados “crimes contra os costumes.”

(2017), Daniella Georges Coulouris (2010), e Arielle Sagrillo Scarpati (2013) ainda mencionam discursos em torno da crença social de que a roupa influencia a ocorrência de casos de estupro.

Em 2016, segundo pesquisa do Datafolha<sup>7</sup> encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de um terço dos brasileiros acredita que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas.” No mesmo estudo, 30% disseram que “mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.” No entanto, os discursos de que “a culpa é da mulher” pelo estupro sofrido com base nas vestimentas escolhidas tendem a ser contraditórios às práticas de estupro. Em 2018, uma exposição de roupas de vítimas de estupro na Bélgica, exibida em Bruxelas, mostra os trajes usados por mulheres e meninas no dia em que sofreram o estupro. As peças são calças e blusas discretas, pijamas e camisetas largas<sup>8</sup>.

Em consonância com as referências anteriores, para alguns sujeitos cingidos por discursos em torno da roupa, o tecido que envolve o corpo feminino se torna um elemento de linguagem não verbal que indica pureza e honra das mulheres consideradas morais, em contrapartida às imorais, que destoam das normas sociais devido ao uso de roupas sedutoras. Para problematizar o assunto, fiz uma retomada histórica da importância do tecido para as mulheres na cultura ocidental. Entre os acessórios confeccionados com tecido, destaco o véu<sup>9</sup>, um aparato que produz interpretações discursivas em cerimônias de casamento. Baseada nos preceitos cristãos, desde quando era criança, eu ouvia as anciãs de minha família mencionar que somente a mulher casta (virgem) poderia usar o véu na cerimônia de casamento para evidenciar a pureza. A Bíblia<sup>10</sup>, em Cânticos 4:1, faz alusão ao véu, no sentido de produzir

---

<sup>7</sup> O Datafolha é um instituto de pesquisas do Grupo Folha, conjunto de empresas coligadas do qual o jornal Folha de S. Paulo faz parte. Acesso em: 12 de maio 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-42643532>. Acesso em: 12 de maio 2019.

<sup>9</sup> Os discursos em torno do véu para o corpo das mulheres não produzem sentido único. Portanto, enfatizo, na tese, os sentidos do véu para a cultura ocidental; em outras culturas, a apropriação desse acessório pode representar outros sentidos para cada mulher.

<sup>10</sup> O objetivo de trazer algumas interpretações bíblicas, neste contexto, referentes ao tratamento dado à mulher, não é desrespeitar a bíblia, mas realizar uma reflexão considerando que esse livro foi escrito em outro momento histórico; portanto, os discursos se ressignificam com o decorrer do tempo. Um exemplo a ser observado são algumas diferenças discursivas em torno da mulher do Antigo Testamento e do Novo Testamento. No Antigo Testamento, pouco se percebe o protagonismo feminino, já no Novo Testamento, embora ainda sendo uma personagem de pouca importância social, a figura da mulher se torna protagonista em várias passagens, sobretudo, na presença de Jesus. Além disso, pretendo enfatizar que recebemos fortes influências cristãs e nossos discursos, em algum momento, são atravessados pelos discursos religiosos. Porém, é importante compreender que os discursos precisam ser atualizados e que as práticas de crueldade/violência contra as mulheres não são toleradas por sujeito(a)s que (res)significam as mensagens e as vivências de Jesus para o atual momento histórico.

interpretações de que esse elemento significa a honra e a dignidade das mulheres, sendo, igualmente, considerado sinal de subordinação da mulher ao marido. O texto menciona:

Como és formosa, querida minha, como és formosa! Os teus olhos são como os das pombas e brilham através do teu véu. Os teus cabelos são como os rebanhos de cabras que descem ondeantes do monte de Gileade.

De acordo com os preceitos do cristianismo, Jesus e a igreja formam um corpo, do qual Cristo é a cabeça e a igreja está sujeita a Ele. Essa interpretação também é considerada, por alguns, um matrimônio, pois, no casamento, o casal é uma só carne, em que o homem é considerado a cabeça e a mulher é criada para o homem. Desse modo, da mesma forma que a igreja está sujeita a Cristo, a mulher está sujeita ao marido (Efésios, 5:22-25) e deve trazer um símbolo de sua honra, representado pelo véu. O véu também aparece nas representações da mãe de Jesus, Maria, para indicar a sua pureza, razão de sua escolha como mulher pura e honrada, símbolo judaico-cristão de mãe e de família.

Outra passagem em 1 Coríntios 11,5-6 pertencente à tradução da Bíblia<sup>11</sup> de Jerusalém também reitera o sentido do véu: “Toda a mulher que ore ou profetize com a cabeça descoberta, desonra a sua cabeça; é o mesmo que ter a cabeça raspada. Se a mulher não se cobre com véu, mande cortar os cabelos.

Além disso, ao pesquisar imagens na internet de mulheres até o século XVIII, constatei que, em boa parte, aparecem com saias, blusas e vestidos que escondiam quase todo o corpo, mostrando um modelo ocidental de vestimenta que demarcava a moral da mulher, pois quanto mais a família fosse conservadora mais coberto seria o corpo feminino. Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (2017), Caulfield (2000) e Vigarello (1998) sugerem que a mulher era como um patrimônio que deveria ser preservado para assegurar a honra masculina. Então, na concepção da sociedade, a cobertura do corpo feminino seria uma maneira de evitar os desejos masculinos para que tal bem não viesse a ser violado, comprometendo a honra do pai ou do marido.

Já no final do século XIX, sobretudo, por meio da participação política da mulher, surgiram mudanças no comportamento feminino, conforme salientam Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (2006); Boris e Mirella de Holanda Cesídio (2007). O corpo feminino tornou-se expressão de linguagem para atender as demandas interpeladas pelo capitalismo. As mulheres

---

<sup>11</sup> Menciono o cristianismo porque, de acordo com dados de 2017, o Brasil possuía uma população aproximada de 207 milhões de pessoas e a pesquisa do Instituto *Pew Research Center* aponta que havia aproximadamente 175 milhões de pessoas que assumiam ser seguidores de Jesus. O Brasil ficava atrás apenas dos Estados Unidos que possuía 246 milhões de seguidores. Cabe lembrar que as três principais matrizes religiosas monoteístas existentes no mundo são: cristianismo, judaísmo e islamismo.

que frequentavam os espaços privados<sup>12</sup>, em referência às mulheres de cor branca, saíram dessa esfera para ocupar lugares públicos. Com isso, os modos de se vestirem também se adaptaram aos diferentes contextos históricos, optando pelo estilo menos conservador. Ainda assim, há a reprodução de alguns discursos sociais, religiosos ou de algumas áreas profissionais, ancorados em uma concepção conservadora, de que mulheres precisam usar saias ou vestidos compridos e largos nos corpos. Um exemplo disso em profissões é o caso da magistratura, em que mulheres da área jurídica do Brasil começaram recentemente a ser adeptas às calças compridas bem discretas. Embora Thereza Grisólia Tang tenha estreado o uso dessas vestes nos tribunais de Santa Catarina em 1954, foi apenas em 2007 que a ministra Cármen Lúcia conseguiu romper definitivamente com essa tradição, quando ousou vesti-las durante uma sessão plenária da Corte. E é nessa instituição conservadora, a jurídica, que os casos de estupro recaem para o julgamento dos estupradores, muitas vezes, revertendo a culpabilização às vítimas de estupro, conforme ressaltam Estacheski (2017), Heleieth Saffioti (2015) e Coulouris (2010).

Portanto, essas breves considerações nos apontam que discursos resgatam pressupostos históricos (FOUCAULT, 2008) e tendem a ser ressignificados quando se trata das relações de gênero masculino e feminino, com ênfase na escolha da roupa ou acessório à base de tecido, os quais questionam a moral de mulheres com sentidos no que vestem. Além disso, como a pesquisa consiste em analisar enunciados das formações discursivas (excertos), para problematizar os discursos de mulheres que vivem no contexto de uma cidade do interior de Mato Grosso, estabeleço uma relação de tecido com discurso na concepção de Foucault (2008)<sup>13</sup>, pela qual enunciados se entrelaçam para produzir sentido nas formações discursivas.

Nessa definição, tal como os tecidos, o discurso existe há milhares de anos, entrelaçado pelos fios da linguagem e da história. Igualmente aos tecidos, os discursos podem até parecer transparentes e revelar o que está escondido, mas, de fato, não o são e nem produzem sentido único, pois, semelhantes aos tecidos, os discursos produzem efeitos na sociedade a partir de suas escolhas. Desse modo, eles necessitam ser problematizados.

---

<sup>12</sup> A mulher negra já frequentava os espaços públicos para buscar meios de sobrevivência (CAULFIELD, 2000).

<sup>13</sup> Foucault desempenhará grande relevância na constituição deste trabalho; porém, teço algumas limitações em seus estudos, esboçados na visão de Spivak (2010). Desse modo, embora ele seja um teórico de grande importância para a discussão dos dados, escolho enfatizar as mulheres que compõem o referencial teórico desta pesquisa, tendo em vista que por muito tempo houve um apagamento de nossas histórias e vejo, neste estudo, a oportunidade de destacar o agenciamento feminino, dialogado com alguns teóricos do gênero masculino. Para este contexto, ressignifico as palavras de Nara Hiroko Takaki (2008, p. 107), ao mencionar que a agência humana poderá ocorrer por meio de um investimento coletivo. Portanto, entendo que nós, mulheres, cada vez mais poderemos nos tornar agentes, se, coletivamente, investirmos em preencher com nossas vozes as lacunas que encontramos no decorrer da vida.

Para tanto, em minhas escolhas de pesquisadora, me visto das roupagens de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), uma teórica indiana e pós-colonial que inclui as mulheres na linha dos sujeitos subalternos e, igualmente, questiona como esses sujeitos também são vistos por uma perspectiva intelectual ocidental europeia. Os ocidentais tendem a ser considerados intelectualmente os melhores representantes dos outros – os subalternos. Tayane Rogéria Lino (2014), com base nos estudos de Spivak (2010), concorda que uma narrativa imperialista da história acabou ocupando o lugar de história legítima única. Nessa perspectiva, embora costure o tecido deste trabalho com linhas foucaultianas, cabe destacar que Spivak (2010) questiona a maneira pela qual Foucault universaliza a ideia de como o subalterno pode falar, tendo em vista que o intelectual ocidental tende a falar pelo subalterno (VERÇOZA, 2012).

Ao mesmo tempo que Spivak (2010) tece uma crítica à universalização do sujeito defendido por Foucault, percebe-se que há o reconhecimento da sua importância como pensador, no que se refere à constituição do colonizador com base nos aspectos de institucionalização e disciplinarização envolvendo as práticas de poder. Entretanto, a autora alude a que Foucault parte de um lugar social privilegiado que não é posto em discussão em suas problematizações. Portanto, Spivak (2010) entende que os autores ocidentais universalizam seu lugar social quando não mencionam a posição geopolítica de onde falam e não discorrem sobre como esse lugar influencia seu papel de intelectual. Nesse sentido, Spivak (2010), ao pensar a relação entre os subalternos e os intelectuais, pontua que o confronto entre esses sujeitos não confere ao intelectual o lugar de representante, mas passa por uma intensa aprendizagem de como representar a si mesmo (LINO, 2014).

Desse modo, enfatizo que não sou a mulher na posição de intelectual que falarei por todas as mulheres, haja vista que cada uma delas tem uma história e o local de onde fala, não sendo possível generalizar e nem tratar a pesquisa como verdade única. Entretanto, a partir de meu lócus enunciativo (lugar de fala), pelo qual me apresentarei durante toda a tese, procurarei inferir espaços para que algumas mulheres possam enunciar suas histórias como vítimas de estupro e/ou abusos sexuais<sup>14</sup>. Os limites autorrepresentativos entre pesquisadas e pesquisadora são tênues. Apesar de as histórias das mulheres não serem únicas, a

---

<sup>14</sup> Usarei igualmente a expressão “abusos sexuais” para tratar de outras violências sofridas pelas mulheres que participam da narrativa desta pesquisa, considerando que, na esfera jurídica, houve algumas mudanças na lei para o entendimento do que se configura estupro. Além do mais, essa expressão, “abusos sexuais”, abrange vários tipos de agressões sexuais, como aliciamento e exploração sexual, assédio sexual e estupro. Desse modo, justifico o uso do termo “abusos”, porque nas narrativas, as sujeitas de pesquisa, às vezes, sugerem uma indefinição do que elas sofreram, já que nenhuma delas realizou a denúncia contra seus violentadores, não tendo, portanto, uma interpretação judicial para tais crimes sofridos por elas. Sendo assim, no decorrer desta tese pretendo, por meio dos discursos das participantes da pesquisa, construir sentidos sobre e quais violências sexuais sofreram, considerando a identificação das sujeitas para tal definição.

problemática relacionada à violência contra as mulheres abrange toda a sociedade em aspectos globais.

Analisar o discurso, com base nas formações discursivas das mulheres, permite problematizar questões que demarcam fatores históricos, as contradições existentes entre os sujeitos, e entrelaçar questionamentos para (re)pensar não apenas as relações de gênero baseadas nas práticas de poder, bem como a razão da existência de determinados discursos na atualidade e não outros. Partindo disso, Pereira (2018), entende que a AD – Análise do Discurso é um campo de possibilidades que propõe uma inter-relação entre enunciados materializados por meio da história, formações discursivas e ideológicas para a construção de sentidos.

Michelle Perrot (2017) expressa que a história das mulheres foi silenciada por muito tempo pela inexistência de registros. Spivak (2010) urde que não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. Nesse aspecto, a autora argumenta que a mulher, como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir.

Sendo assim, para Spivak (2010, p. 126), a mulher intelectual, como uma intelectual, tem uma tarefa circunscrita que não deve rejeitar com um floreio. A autora ressalta que é a mulher intelectual que seu apelo final se dirige, à qual caberá a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representativos, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual.

Embora Spivak (2010) seja uma intelectual pós-colonial e entenda que o subalterno fala por meio da consciência, eu procuro, em alguns momentos, fazer uma trama teórica com a literatura colonial/ocidental e pós-colonial para discutir que essa consciência não é individual; portanto, não pode ser generalizada porque é histórica e constituída socialmente, recebendo influências de linhas coloniais/ocidentais.

A representação<sup>15</sup>, da qual a autora trata em sua obra “Pode o subalterno falar?”, será tratada em meu trabalho como discurso no pensamento de Foucault (2008), que o compreende

---

<sup>15</sup> Justifico o motivo pelo qual deixarei de mencionar Spivak (2010) em algumas ocasiões no texto que segue, uma vez que escolhi discutir discurso (FOUCAULT, 2008), ao invés de representação. Entretanto, procuro me posicionar em toda a pesquisa, (re)pensando nas contribuições de Spivak (2010), que nos fazem refletir sobre o lugar geopolítico do qual falamos; portanto, não nos cabe generalizar todas as mulheres, tampouco nossos discursos. Outra reflexão em torno do pensamento de Spivak (2010) é sobre a representatividade feminina que marca nossas vozes sócio-históricas. Nesse passo, este trabalho é constituído, em sua maioria, por vozes de mulheres estudiosas da linguagem e das diferentes áreas das Ciências Sociais que ocupam lugares geopolíticos diversos. Não posso deixar de citar, ainda, que eu considero as vozes das seis sujeitas de pesquisa tão relevantes quanto as vozes das estudiosas, uma vez que é a partir de tais vozes (discursos) que produzimos conhecimento para ampliar os estudos sobre o assunto.

como sendo um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, essa, por sua vez, pode ter o mesmo tema, mas se dispersar em relação aos aspectos sócio-históricos que permitem determinado discurso que é entrelaçado por relações de poder (FOUCAULT, 1979). Para Figueiredo (2014, p. 152), as representações constituem uma das formas mais eficazes de usar a linguagem para construir, manter ou alcançar posições hegemônicas de poder. No contexto dos crimes violentos, por exemplo, a manipulação das representações é um dos componentes centrais da violência interpessoal e de outras formas de opressão.

Mesmo concordando que a intelectual precisa criar espaços de autorrepresentação por meio das vozes de outras mulheres – vozes daquelas que sofreram estupro e outros abusos – reitero que não me envolvo no tecido de intelectual que tem o poder de autorizar a outra – “mulher violentada” – pois eu também me posiciono como mulher que vivencia todos os dias “o que é tornar-se mulher”, considero-me uma dessas, entrelaçada por discursos históricos e, por vezes, posso tecer alguns desses discursos. Entendo, também, que neste momento histórico, tecido pelas relações de poder, torna-se tempo de a mulher se posicionar, escolhendo as suas vestes, mesmo que essas vestes tenham fios enunciativos que remetam a outros contextos históricos. O relevante é questionar e problematizar esses fios que vêm sendo tecidos e reproduzidos com seus efeitos no meio social.

Desse modo, optar por este tema de pesquisa não foi por acaso. Acredito que histórias ouvidas de amigas e familiares, minha própria história de mulher que vive no interior de uma cidade localizada ao norte de Mato Grosso me fizeram problematizar a questão do estupro e de abusos sofridos, a respeito dos quais mulheres desse estado, com histórias tão diferentes, mas ao mesmo tempo com tantas semelhanças com outras mulheres de outros estados, no que se refere à violência de gênero, parecem silenciar.

Portanto, não há como ser neutra, pois pensar na neutralidade de pesquisadora em tal pesquisa seria o mesmo que calar minha voz e fechar meus olhos para a problemática relacionada à violência contra as mulheres. Minha voz cinge as vozes dessas mulheres entrevistadas em uma manifestação de sororidade<sup>16</sup>. Embora não me aproprie do termo (de)colonialidade<sup>17</sup>, compartilho do mesmo pensamento de María Lugones (2019, p. 356):

---

<sup>16</sup> Sororidade é a ideia de que juntas as mulheres são mais fortes. No contexto do feminismo, a sororidade trata da solidariedade feminista no combate à rivalidade e à competição pregada pelo machismo. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/Home/PDF/6face78f-bd21-4773-ac5f-f76e98d9c87e>. Acesso em: 24 de out. 2019.

<sup>17</sup> De acordo com Mignolo (2017), a “colonialidade” é um conceito introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990. A colonialidade nomeia a lógica subjacente à fundação e ao desdobramento da civilização ocidental, desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. Quijano apresenta a matriz colonial de



Ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho. Somente é possível resistir a ela com entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações – garantindo certo reconhecimento. As comunidades, e não os indivíduos, possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento.

Nesse passo, embora nunca tenha sofrido estupro para sentir a dimensão da dor enfrentada pelas vítimas, procuro me unir a elas para problematizar o assunto, buscando sentidos para esse crime brutal entrelaçado pelos fios da linguagem que se tramam com outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, conforme mencionado.

À medida que algumas pessoas iam sabendo do tema da presente pesquisa, eu ia recebendo alguns questionamentos, tais como: Você é ativista/militante feminista? O que tem a ver uma professora que ensina Português/Inglês com questões de violência contra as mulheres? Para que servirá essa pesquisa para o ensino de línguas?

Nesse aspecto, ao passo que o tecido da tese começa a tomar forma, creio que problematizei essas questões. Agora, apresento um pouco de minha história, que talvez já comece a responder a tais questionamentos. Embora outras mulheres possam se identificar com o que descrevo, cada uma possui a própria história e cada narrativa desempenha relevância, independentemente de posição social, aspectos socioeconômicos, grau de escolaridade, faixa etária, identificação de gênero ou sexual<sup>18</sup> e raça. Todas são importantes na construção do tecido que constitui “as histórias das mulheres”. Perrot (2017) e Saffioti (2015) sugerem que as mulheres sempre fizeram parte da história, no entanto houve épocas que não existiram registros sobre essa historicidade. Registrar as nossas histórias torna-se fator relevante em aspectos linguísticos, sociais e históricos, para que outros sentidos possam ser construídos em busca de problematizar questões baseadas nas relações de gênero feminino e masculino.

Assim, conto um pouco de minha história. Posiciono-me como mulher cisgênero<sup>19</sup>, de origem negra, evangélica neopentecostal<sup>20</sup>, frequentadora de escola pública desde os anos

---

poder, descrita em quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade e do conhecimento e da subjetividade.

<sup>18</sup> Uso os dois termos porque uma das sujeitas de pesquisa preferiu fazer referência à identificação sexual, se assumindo como bissexual.

<sup>19</sup> Pessoa que se identifica com o seu gênero biológico, ou seja, ao nascer foi registrada com nome feminino e na sociedade se identifica com esse gênero. No entanto, cabe ressaltar que a noção de gênero é compreendida como uma construção social, diferentemente da noção de sexo, que considera apenas aspectos biológicos.

<sup>20</sup> Nos últimos tempos, tenho frequentado menos a igreja evangélica porque tenho observado uma contradição entre o discurso e a prática por parte de algumas igrejas. O termo “neopentecostal”, porque se trata da terceira onda do Pentecostalismo, constituída pelas igrejas do movimento de Renovação Cristã. Veja, igualmente, no

iniciais até a pós-graduação. Igualmente, professora de escola pública desde 2004. Nesse tecer das linhas, já fui professora da rede estadual e municipal de onde moro e, a partir de 2015, de uma instituição pública federal. Não me posiciono como ativista/ militante de nenhum movimento feminista especificamente, porque entendo que violência contra as mulheres precisa ser discutida em todo lugar – em casa, na igreja, na escola/universidade, no local de trabalho. Perla Hayde Silva (2019) aduz que a violência começa pela linguagem. E, na posição de professora dessa área, tenho o dever de ensinar mais do que regras gramaticais, porque não posso conceber a linguagem como instrumento que amplia a desigualdade social, à medida que os discursos em torno da legitimação da violência de gênero sejam naturalizados, sem estabelecer problematizações sobre seus sentidos na sociedade, pelos quais se pode materializar a violência nos corpos.

Sobre eu ser “SER FEMINISTA”, apesar de que o feminismo está sempre se ressignificando, eu o compreendo pela definição de Céli Regina Jardim Pinto (2010) que caracteriza o feminismo como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher, mas que acredita que é possível existir uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, a fim de que tenhamos liberdade e autonomia para decidir sobre nossa vida e nosso corpo. Portanto, nessa concepção, eu me posiciono como “FEMINISTA”.

Sobre questões familiares, a ressignificação da linguagem se inicia em minha própria família, que é bastante conservadora. Sou a filha mais velha de um casal que tem quatro filhas. Meu pai é extremamente conservador e minha mãe também segue a mesma linha, devido à formação familiar muito tradicional. Como filha mais velha, presenciei vários discursos nos quais meu pai se posicionava como o detentor da moral familiar e minha mãe, aquela que deveria ser “submissa”. E eu, como filha primogênita, seria a guardiã da honra. Sentia-me presa aos discursos de séculos anteriores. Em minha concepção, estudar era o caminho para buscar uma vida diferente, para que eu pudesse enxergar o mundo com outras lentes e romper as amarras que pareciam querer me prender com um nó bem forte. Durante todo o meu percurso escolar, meu pai, em alguns instantes, dizia que se eu me comportasse mal na escola, me tiraria de lá. Para provar o contrário de que meu pai pensava, tentava fazer o melhor e ter excelente comportamento. Para que não me fosse tomado o direito aos estudos, eu teria que cumprir certas determinações, baseadas nos discursos familiares, que meus pais reproduziam: trabalhar somente em casa, o que consistia em ajudar minha mãe e, depois, em

---

catolicismo algumas questões que não são coerentes com o que Jesus quis mostrar em seus ensinamentos sobre a prática do amor, respeito e tolerância ao próximo. Portanto, eu sou uma mulher-cristã que, com o decorrer do tempo, tem sido mais reflexiva sobre alguns discursos e práticas religiosas, mas nem por isso tenho abandonado a fé que me move.

um comércio de meu pai; chegar em casa nos horários exatos após o término das aulas; não sair com amigas; não namorar muito jovem e casar com o primeiro namorado.

Nesse contexto, é notório que meus pais procuraram manter o controle sobre meu corpo para que eu fosse considerada uma mulher honrada e de moral perante a sociedade. Mesmo assim, resisti às contrariedades da vida e procurei desatar aquelas ataduras de tecido que me engessavam. Resolvi por conta própria prestar vestibular, em Letras, porque a linguagem me fascinava, era pela linguagem que eu poderia me expressar, sobretudo, pela escrita em que, no tecer das palavras, sempre surgem outras que me provocam reflexões. Fui aprovada e entrei na universidade sendo a primeira mulher da família, naquela época, a ocupar esse espaço. No final do primeiro ano de universidade, estava namorando meu marido, que conheci numa igreja evangélica. Antes de terminar minha graduação em Letras, estava trabalhando na área administrativa na mesma universidade em que eu estudava e, quanto à vida pessoal, eu já havia me casado, porém a minha condição era que meu esposo não prejudicasse a continuidade de meus estudos.

Nesse percurso, enfrentei muitas dificuldades por ser mulher e sofri algumas violências de gênero. Uma delas foi em 2013, quando ingressei no mestrado, período em que me deslocava de ônibus com frequência a Cuiabá. Saía de minha cidade, geralmente às 23 horas; certo dia, um homem de cor branca, aparentemente bem vestido, demonstrando elevada posição social<sup>21</sup>, embarcou no assento ao meu lado. Esse homem viu meu esposo e meu filho que vieram me trazer na rodoviária para que eu seguisse viagem. Eu estava vestida discretamente, usava calça e um blusão solto para não sentir frio dentro do ônibus<sup>22</sup>. Após o ônibus tomar seu percurso na estrada, ele tentou se aproximar com algumas conversas, mas não dei muita atenção; logo dormi porque estava muito cansada e havia tomado um medicamento para não me sentir mal na viagem. Era madrugada, acordei com uma das mãos dele dentro de minha calça, tentando apalpar minhas partes íntimas. Fiquei desesperada e esbocei uma pergunta amargamente retórica: “Você está colocando suas mãos dentro de minha calça?” Ele percebeu minha expressão de desespero e saiu correndo com a bagagem de mão, sumindo no escuro do ônibus; deve ter procurado outro assento. Ainda, nos dias atuais,

---

<sup>21</sup> Penso que essa narrativa permite questionar o mito de que o estuprador é um homem negro e de posição socioeconômica inferior. O estuprador pode ser quem menos se espera.

<sup>22</sup> Conforme mencionado, uma pesquisa realizada em 2016, pelo DataFolha, mostrou que um terço dos brasileiros acreditam que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas e 30% disseram que “mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.” Embora nenhum agressor tenha direito de estuprar nenhuma mulher por sua vulnerabilidade, características físicas, modo de se vestir, horário ou local que frequenta, eu me posiciono nesse contexto como uma mulher que não se encaixava no perfil divulgado na pesquisa, pois o agressor percebeu que tinha filho e esposo e eu estava com roupas bem discretas.

sinto-me amedrontada, não consigo dormir tranquilamente quando utilizo ônibus em minhas viagens, principalmente, quando percebo que um homem se senta ao meu lado.

Diante desse fato e de outros que muitas mulheres sofrem diariamente, calei-me com receio de ser julgada e por acreditar que a culpa seria minha diante do olhar da sociedade; resisti em silêncio ou, às vezes, contei para pessoas mais próximas. Parecia que os discursos que cercaram a minha infância e minha juventude ainda permaneciam fortes, e eu acreditava neles de tanto que me foram reproduzidos.

Portanto, resistindo a alguns discursos e talvez reproduzindo outros pela minha história de vida, foi assim que me tornei professora da área de linguagem e pesquisadora desse assunto, mãe e esposa. Talvez, em vista de alguns discursos sociais de que “lugar de boa mãe e boa esposa é dentro de casa”, pelo olhar de alguns da sociedade, não seja a melhor mãe ou a melhor esposa, pois não desisto de conquistar meus ideais, que vou tecendo fio a fio para formar o tecido que desejo. No entanto, aprendi com o passar dos anos que se eu me calo diante da violência sofrida, estou dando espaço para que essa violência seja materializada pelos discursos e reproduzida no corpo de outras mulheres, seja simbolicamente<sup>23</sup>, seja por meios físicos.

No próximo capítulo, discuto com mais profundidade a noção de discurso adotada nesta tese. Reitero que a concepção que fundamenta o trabalho amarra-se na perspectiva de Foucault (2008), para quem os enunciados produzem sentido para os discursos. Para isso, no campo da análise discursiva, torna-se importante compreender esses enunciados e as condições de sua existência, correlacionando-os com outros enunciados que surgiram, de modo que determinadas escolhas possibilitam a exclusão de outros enunciados.

Partindo dessa concepção, esta tese surgiu por algumas inquietações como mulher e pesquisadora da área de linguagem. Realizei um levantamento de referências bibliográficas para saber proficuamente sobre as histórias das mulheres de Mato Grosso com intuito de verificar os motivos pelos quais parece haver um apagamento de suas histórias, sobretudo, tratando-se da questão de estupro e/ou abusos sexuais, especificamente, em pesquisas que contemplem a área de linguagem.

Com base nos mitos/crenças sobre estupro que me cercavam, e porque até aquele momento não me vestia como pesquisadora sobre tal assunto, inicialmente, não pensei em tratar de estupro de crianças, já que meu objetivo era abordar o estupro de mulheres maiores de idade que eram violentadas nas ruas, longe do conforto do lar, e cujas denúncias tivessem

---

<sup>23</sup> Violência simbólica é um conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2017), o qual aborda uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos.

sido oficializadas. Entretanto, no decorrer do processo, observei que boa parte dos estupros são subnotificados, havendo, em muitos casos, um silenciamento da própria família em torno da violência gerada. Tal afirmação poderá ser constatada nos dados apontados nesta pesquisa, pelos quais não cabe uma generalização, mas sobre os quais é relevante tecer reflexões.

Ao escolher os fios que me conduziram à confecção deste tecido, observei, nos primeiros contatos que realizei no fórum e na delegacia da cidade em que vivem as sujeitas de pesquisa, que os casos mais registrados envolviam estupro de vulnerável, principalmente, meninas. Havia poucos casos de estupro de mulheres adultas registradas nessas instituições. Ao apresentar o projeto e solicitar dados para a pesquisa envolvendo estupro, não obtive resposta da solicitação desses órgãos competentes.

Desse modo, percebendo a dificuldade em conseguir o contato das vítimas que haviam sofrido estupro, resolvi criar um questionário *online* e publicar nas redes sociais, solicitando a colaboração das mulheres do município em que desejava realizar a pesquisa, no sentido de responder esse questionário. Houve participação de muitas mulheres. Nesse momento, parecia que eu tinha encontrado as minhas sujeitas de pesquisa. Assim, tentei uma aproximação com essas vítimas de violência por *e-mail* e por um aplicativo de mensagens, mas muitas dessas não responderam. A maioria das mulheres que respondeu ao meu pedido escreveu que não queria falar do assunto; quase todas relataram ser algo muito doloroso para se expor e que falar comigo geraria sofrimento ao relembrar do momento do abuso. Isso implicaria reviver toda a violência e o que elas faziam diariamente era tentar esquecer o que ocorreu, pois muitas não tinham superado o trauma, mesmo algumas dessas terem passado por tratamento psicológico.

O primeiro relato sobre estupro que ouvi foi de uma jovem que participou de uma manifestação realizada em uma universidade para solicitar segurança às mulheres por conta de um caso de estupro nas proximidades dessa instituição. Ela mencionou o estupro que ocorreu na adolescência; esse relato foi impactante, corajoso e me fortaleceu para que eu não desistisse do tema de pesquisa, tendo em vista que era a primeira vez que eu ouvia, publicamente, algo tão íntimo e, eu, estando naquele espaço, pude escutar e perceber as reações de cada pessoa que estava presente naquele local. Alguns lacrimejaram, outros saíram em silêncio, sem comentar nada. Dessa forma, observei que tal assunto não poderia ficar somente na comoção pública ou ser ignorado, mas poderia servir para que outros sujeitos pudessem problematizar a questão do estupro e de abusos que as mulheres sofrem na sociedade e que, na maioria dos casos, permanecem silenciados.

Por essas linhas, a pesquisa começa a entrelaçar os primeiros fios a partir do momento em que essa mesma jovem responde ao meu questionário *online*. Em seguida, uma jovem que participou da pesquisa *online* se disponibiliza a conversar comigo e manifesta o interesse de relatar seus estupro. Foi nesse cruzar de linhas, e tecendo cada fio do tecido, que consegui ter acesso a outras sujeitas de pesquisa, totalizando seis participantes. Inicialmente, havia pensando em dez ou doze mulheres para contar suas histórias, porém, observei que a maioria das vítimas, mesmo com acompanhamento psicológico, não consegue facilmente superar a violência.

Cabe ressaltar que a partir do contato com as seis sujeitas de pesquisa, eu registrei as histórias em áudio e algumas observações (linguagens que transpõem os discursos) foram anotadas no caderno de campo. Em seguida, as histórias contadas foram analisadas e os temas recorrentes, baseados em discursos que dialogavam entre as participantes, foram selecionados para a realização das análises. Todas as seis mulheres são maiores de idade, porém cinco delas sofreram os abusos quando eram crianças ou adolescentes. Após se tornarem maiores de idade, dessas cinco mulheres, três voltaram a sofrer abusos sexuais. E apenas uma sofreu o estupro na fase adulta. A pesquisa que, em suas primeiras linhas, pretendia entrelaçar discussões apenas sobre estupro de mulheres maiores de idade, por fim acaba se entremeando com o estupro de menores, tema que será muito explorado nos enunciados.

No entanto, é relevante lembrar que, ao tratar do assunto estupro, existem na atualidade várias modalidades que citarei e que estão carecendo de pesquisas para promover problematizações na sociedade. Um dos mais aparentes e que será abordado por mim por indicar altos índices, refere-se ao estupro de crianças. O Atlas da Violência publicado em (2018, p. 4), pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresenta:

[...] dados estarrecedores sobre esse fenômeno bárbaro, em que 68% dos registros, no sistema de saúde, se referem a estupro de menores e onde quase um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos. Além disso, quando o perpetrador era conhecido da vítima, 54,9% dos casos tratam-se de ações que já vinham acontecendo anteriormente e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência.

Na mídia, essa modalidade de estupro se apresenta cotidianamente consolidado nos corpos infantis, violentados, em muitas situações, pelos próprios familiares ou pessoas próximas. Porém, apenas alguns se tornam números porque boa parte é silenciado pelos familiares e acaba não existindo muitas pesquisas que debatam o assunto com embasamentos discursivos. Essas crianças sofrem e carregam traumas para a vida adulta, conforme enuncia

Madras (outubro de 2018), uma de minhas sujeitas de pesquisa, sobre o que ela sofreu na infância: “enquanto eu brincava com o coelho tentando me esconder, ele passava a mão em mim, e eu me senti horrível, e eu lembro que várias vezes depois que isso acontecia, eu ia para o banheiro vomitar.” Recentemente, na entrevista que realizei com ela, igualmente, conta sobre a dificuldade de falar no assunto, haja vista que ainda sente vontade de vomitar quando se lembra dos abusos sofridos na infância. A violência que tende a ser naturalizada, em muitos casos, deixa marcas que, embora tendam a ser invisibilizadas socialmente, não são apagadas tão facilmente por quem as sofreu.

Para as violências sexuais, envolvendo as mulheres, há casos de estupros domésticos, em que esposas são abusadas pelos próprios maridos, que forçam uma relação sexual não consensual, razão pela qual se configura como estupro. De acordo com minhas interpretações, nenhuma pessoa deve ser forçada, por meio de violência física ou simbólica, a quaisquer práticas sexuais.

Os estudos de Maria Amanda Lima de Vasconcelos, Ingrid de Oliveira Pontes, Silva (2015) e Aline Oliveira Mendes de Medeiros (2016) apontam casos de mulheres que sofreram estupro para cumprir suas obrigações conjugais, porém muitas lutas têm caminhado para combater o discurso de submissão e de posse do corpo feminino por parte do homem. Um exemplo que cabe ser destacado são os movimentos sociais<sup>24</sup> que, muitas vezes, não são visibilizados socialmente, mas que lutam pelo fim da violência contra as mulheres e estão constantemente resistindo aos discursos que reforçam o machismo<sup>25</sup>. Portanto, em virtude da resistência contra tais práticas e discursos conservadores, o próprio sistema judiciário, em seus discursos, se apresenta contrário ao estupro marital.

Vale destacar os estupros de mulheres embriagadas ou que usaram algum outro tipo de droga. Há também as situações em que moças são “dopadas” para serem violentadas<sup>26</sup>. Embora os dois casos sejam considerados estupros dentro da lei, a mulher que se embriagou ou consumiu alguma droga intencionalmente tem um tratamento diferenciado pelo sistema

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/mulheres-em-movimento/> 2018/11/24/NWS,88567,70,1055,NOTICIAS,2190-A-MARCHA-MUNDIAL-DAS-MULHERES-LUTA-PELO-FIM-VIOLENCIA.aspx. Acesso em: 16 de ago. 2019.

<sup>25</sup> Um exemplo de resistência a tal discurso é referente à jovem evangélica, Jéssica Arruda, que mora na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, que questiona o discurso existente em um material que prepara casais para o matrimônio, disponibilizado pela igreja que frequenta desde criança. A partir de seu vídeo no *Instagram*, que alcançou mais de 50 mil visualizações e 1,3 mil comentários em menos de 24 horas, a igreja resolveu modificar os enunciados do material que tratava das obrigações sexuais por parte da esposa. Depoimento da jovem e matéria sobre o assunto disponíveis em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/noiva-expoe-machismo-em-curso-de-igreja-e-provoca-reflexao>. Acesso em: 27 de jul. 2020.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2019/05/blogueira-denuncia-estupro-apos-ser-dopada-em-festa-nao-irei-me-calar.html>. Acesso em: 16 de ago. 2019

judiciário em relação àquela que foi embriagada ou dopada sem intenção própria, ou seja, o discurso da primeira tem menos valor do que o da segunda. Isso ainda tende a ocorrer no sistema judiciário, devido ao discurso de moralidade em virtude do comportamento feminino.

Igualmente, com a mudança de alguns modos pelos quais os sujeitos interagem, outros meios de atraírem vítimas se apresentam pelas redes sociais, nas quais mulheres acreditam encontrar um parceiro para se relacionar, porém se deparam com abusadores que as envolvem para cometerem crimes sexuais<sup>27</sup>.

Além disso, cito o estupro virtual<sup>28</sup>. Segundo a definição de Andressa de Medeiros Venturini, Moraes e Luize Bolzan Daniel (2017), essa tipificação de estupro, como o próprio nome sugere, é uma modalidade de violência contra as mulheres que acontece por meio da *web*, em virtude de o agressor ameaçar divulgar fotos íntimas da vítima e realizar extorsão. Esse crime ainda consiste em uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, porém nos Estados Unidos é denominado *sextortion*, ou sextorsão, e já desperta atenção há mais tempo. As vítimas podem ser menores ou maiores de idade que acabam vivenciando essas práticas abusivas que precisam ser denunciadas, tendo em vista que atualmente existe amparo judicial para essa modalidade de violência.

Destaco também o estupro de mulheres idosas<sup>29</sup> que é realizado por desconhecidos ou por familiares dentro da própria casa e que, muitas vezes, passa despercebido pelo olhar da sociedade.

O estupro coletivo<sup>30</sup> tem acontecido com frequência e, em muitas situações, tem sido silenciados, sem agravar a pena dos agressores que, além de cometer o abuso, ainda divulgam vídeos e fotos da vítima no ato da agressão.

Lembro o estupro de prostitutas<sup>31</sup> que são violentadas por não se submeterem às práticas abusivas. Tais mulheres possuem histórias de invisibilidade no país desde o período colonial. Os discursos em torno das prostitutas foram tecidos no decorrer do tempo, com base na dualidade entre mulheres públicas e mulheres privadas. Conforme argumenta Ceccarelli (2008, p. 10), as prostitutas foram consideradas por muito tempo como “mulheres públicas”, que a sociedade mantinha separadas do convívio social e tinham a obrigação de submeter seus

---

<sup>27</sup>Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/08/03/interna\\_gerais,554619/crescem-casos-de-mulheres-vitimas-de-estupro-e-golpes-ao-buscar-relacionamento-pela-internet.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/08/03/interna_gerais,554619/crescem-casos-de-mulheres-vitimas-de-estupro-e-golpes-ao-buscar-relacionamento-pela-internet.shtml). Acesso em: 16 de ago. 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7203558/>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/idosa-de-92-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-pintor-que-tinha-trabalhado-em-sua-casa-23531152.html>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/04/04/estupro-coletivo-menina-video/>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.24horasnews.com.br/noticia/prostituta-procura-a-policia-e-diz-ter-sido-estuprada-por-portador-de-aids.html>. Acesso em: 16 de ago. 2019.



corpos aos homens que as procuravam para obtenção de prazeres que não podiam realizar com “as mulheres de família”:

Historicamente, na construção dessa moral, a mulher foi ‘dessexualizada’, fazendo emergir a figura da ‘rainha do lar’. Para que a ‘moça de bem’ se mantivesse virgem até o momento de entregar-se a um só homem, ela deveria aprender a conter seus desejos e a evitar os prazeres carnis e mundanos. Ora, os espaços da prostituição, locais dos prazeres sem limites, foram opostos ao lar, lugar de procriação.

Entretanto, as prostitutas são dotadas de direitos como qualquer outra cidadã e necessitam ser respeitadas.

Mesmo que a pesquisa não focalize estupro de meninos, homens, homens/mulheres trans e homossexuais, lembro que também são vítimas dessas violências e tais casos, em sua maioria, são naturalizados socialmente e não visibilizados como crimes de estupro.

Menciono estupros cometidos por líderes religiosos, que se aproveitam da fé das vítimas para cometerem os abusos. Casos atuais podem ser destacados, como aqueles praticados pelo líder religioso João de Deus<sup>32</sup> e tantos outros que são divulgados na mídia envolvendo várias instituições religiosas. Lembro, igualmente, os estupros cometidos por médicos, em que as vítimas necessitam de tratamento de saúde e acabam sendo violentadas. Cabe destacar o caso do ex-médico Roger Abdelmassih<sup>33</sup>, além de outros que têm grande notoriedade na mídia. São tantos os casos de estupro que acontecem na sociedade, envolvendo sujeitos de diferentes classes sociais e em locais diversos, que, muitas vezes, a mulher, a maior vítima de estupro, vive amedrontada ao frequentar os espaços públicos e também pode negligenciar a violência em espaços considerados seguros.

Embora o objetivo não seja discutir aspectos jurídicos nesta pesquisa, ao problematizar como esses estupros são tratados juridicamente, questiono alguns elementos discursivos existentes nas leis que tratam de crimes de estupro, tendo em vista de que alguns deles podem levar a interpretações que tendem a influenciar o julgamento dos agressores, podendo até culpabilizar a vítima pela ocorrência do estupro.

Os abusos sexuais citados podem ser inseridos nos crimes contra a “Dignidade Sexual”. A Lei 12.015/09 alterou a redação do artigo 213 do Código Penal<sup>34</sup>, que trata de

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mais-de-300-vitimas-denunciam-joao-de-deus-incluindo-ate-a-filha-dele/>. Acesso em: 24 de out. 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/12/o-grupo-de-vitimas-do-medico-roger-abdelmassih-ajudou-a-denunciar-joao-de-deus/>. Acesso em: 24 de out. 2019.

<sup>34</sup> Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

questões relacionadas ao estupro. Portanto, trouxe mudanças significativas concernentes à interpretação relativa a esse crime.

Entretanto, com base em muitos entendimentos sobre o que, de fato, se configurava estupro, em 24 de setembro foi sancionada a lei 13.718/2018<sup>35</sup>, em que se acrescenta o artigo 2015-A<sup>36</sup>, no decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, oferecendo mais uma tipificação no Código Penal Brasileiro, denominado “Importunação Sexual”, cuja penalidade é mais branda do que a inerente aos crimes contra a “Dignidade Sexual”. Isso significa que práticas libidinosas realizadas, sem autorização, para satisfação própria ou de terceiro pode ser tipificada como importunação sexual. O texto sancionado também torna crime a divulgação, por qualquer meio, de vídeo e foto de cena de sexo, ou nudez, ou pornografia sem o consentimento da vítima, além de criminalizar também a divulgação de cenas de estupro.

Essas mudanças podem ser vistas como um avanço, mas, contraditoriamente, também como algo que poderá provocar interpretações para que se enquadrem crimes contra a dignidade sexual – estupro – na qualificação de crimes de importunação sexual. A lei sobre dignidade sexual apresenta elementos discursivos, tais como violência ou grave ameaça. O entendimento recorrente do judiciário brasileiro é a necessidade de existência, antes da consumação do abuso, dessas duas práticas, ou pelo menos de uma delas, para que seja considerado estupro. De outro modo, a importunação sexual não faz referência ao uso de violência ou grave ameaça.

Por meio de conversas com algumas mulheres, observa-se que nem todo estuproador utiliza-se, inicialmente, de violência ou grave ameaça para cometer o crime, principalmente se o abusador é alguém familiar. Tricoline (junho de 2018), uma de minhas entrevistadas, estuproada aos 15 anos de idade<sup>37</sup>, relata que:

Não posso dizer, tipo meu Deus, ele me amarrou, nem nada do tipo, foi um estupro, naquela noite que perdi minha virgindade, foi muito, muito doloroso, muito doloroso mesmo. Eu fiquei muitas horas chorando no banheiro depois disso, eu tinha escola no outro dia de manhã, e aí, eu fui

---

<sup>35</sup> Art. 1º Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

<sup>36</sup> Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

<sup>37</sup> Nesse exemplo, cito a idade da vítima, em virtude de que casos de crimes sexuais envolvendo menores de 14 anos são considerados estupro de vulnerável pela Lei nº 12.015, de 2009, que acrescentou ao Código Penal o “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.” Esse artigo apresenta interpretação diferenciada para estupros ocorridos com vítimas de idade igual ou maior de 14 anos.

para a escola no outro dia de manhã, e até hoje eu... eu...eu me pego conversando comigo mesmo, eu não sei como sabia distinguir durante o dia o meu pai daquele homem que tinha feito aquilo comigo, é... depois daquele dia, ele... não aconteceu mais nada.

Nota-se que ela classifica o crime como estupro, porém, se isso fosse julgado perante a lei, talvez entendessem que seria um crime de importunação sexual, porque antes da consumação do ato não houve marcas de violência (hematomas) no corpo dela, tampouco aparecem elementos que denotem graves ameaças, pois o estupro aconteceu sem o agressor dizer nenhuma palavra ameaçadora ou agredi-la fisicamente. Sobre esse caso, percebo que a própria figura de padrasto (homem que convivia com a vítima diariamente em uma relação de poder hierárquica), configurou-se uma ameaça psicológica. Tal crime, em algumas situações, precisa ser analisado no contexto em que o abuso se concretizou. Em decorrência disso, embora não apareçam elementos discursivos que expressem violência ou grave ameaça, percebe-se que foi um ato coercitivo e que houve violência psicológica antes do abuso sexual, porque, como era um membro familiar, a violência foi acontecendo gradativamente, ao ponto de ela não resistir fisicamente ao abuso na ocasião da prática do ato. Conforme cita Scarpati (2013), o estupro no sentido de resistência, em que a vítima precisa apresentar hematomas no corpo, consiste em uma das crenças e mitos em torno do estupro. Estudos de Érika Saldanha de Paula (2011), Vasconcelos, Pontes e Silva (2015) e Medeiros (2016) sugerem que os abusos sexuais que ocorrem, principalmente, em ambientes domésticos não são marcados pela resistência.

Segundo lembra Figueiredo (2014), o estupro nada mais é do que um mecanismo para exercer poder sobre os corpos. Seja em qualquer parte do mundo, ele tende a ter as mesmas características, utilizando-se métodos coercitivos para concretizar a violência. Embora ainda não seja tão discutido em nosso país, esse tipo de violência pode ser percebido em países oprimidos pela guerra, em que mulheres são estupradas constantemente.

No caso do Brasil, há as memórias do estupro da colonizada pelo colonizador, o estupro de mulheres escravizadas pelos senhores, conforme evidencia Scott (2011). Registra-se, ainda, o estupro em época de ditadura militar<sup>38</sup>, de acordo com o que ressalta Silvia Regina Nunes (2017), entre outros que acontecem em diferentes regiões do país e que são naturalizados com vista a nossa construção histórica, que tende a reproduzir os discursos hegemônicos.

---

<sup>38</sup> Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/eveejn/violencia-sexual-o-capitulo-esquecido-da-ditadura-militar](https://www.vice.com/pt_br/article/eveejn/violencia-sexual-o-capitulo-esquecido-da-ditadura-militar). Acesso em: 20 de fev. 2019.

Sendo assim, cabe enfatizar que o estupro, mesmo contrariando alguns entendimentos jurídicos, muitas vezes, não se concretiza imediatamente pela violência física; são discursos que são reproduzidos no cotidiano, podendo levar a consumação do crime de estupro. A violência simbólica, de cunho sexual, que mulheres sofrem diariamente, mesmo que não seja considerada violência física, constitui-se como violência moral e psicológica. Casos como esse são evidenciados todos os dias na mídia ou em conversas informais, mostrando que mulheres são abusadas em ônibus, em metrô, por motoristas de aplicativos de transporte, por médicos, por familiares, além de serem assediadas<sup>39</sup> no trabalho, em escolas, universidades, hospitais e recintos religiosos, por sujeitos que se sentem hierarquicamente superiores e com poder sobre os corpos femininos. Onde menos se espera, parece existir um homem que reproduz o discurso que tende a difundir a violência e, muitas vezes, materializar o ato por meio de abusos do corpo, no qual se constitui o estupro.

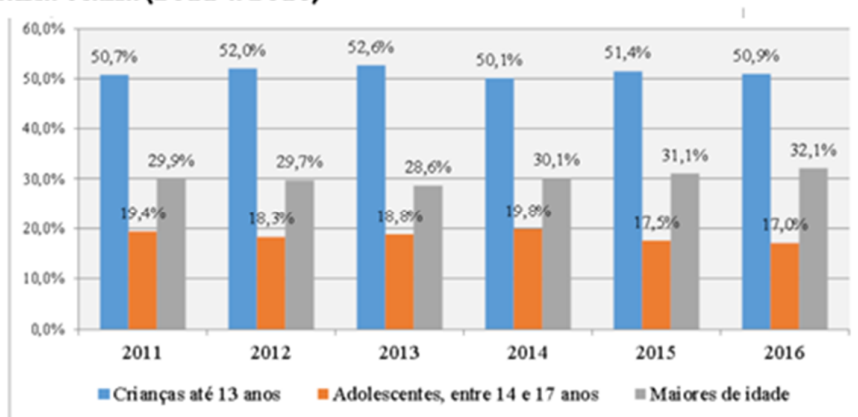
Para tais situações, em termos judiciais, a formação discursiva que envolve casos contra a dignidade sexual e importunação sexual pode contribuir para a impunidade do agressor, revertendo a culpa para a vítima. Historicamente, o estupro se alinha com questões referentes aos gêneros feminino e masculino, pelo quais se direcionam para aspectos voltados para relações de poder em que predomina o machismo, como será discutido na base teórica.

A problemática do estupro devasta todas as idades, principalmente, o gênero feminino, e boa parte dos casos não é denunciado. Para comprovar essa afirmação, apresento um gráfico divulgado pelo Atlas da Violência, publicado em 2018, pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (p. 63), que mostra dados dos anos de 2011 a 2016, referentes aos quantitativos de estupros sofridos por crianças, adolescentes e maiores de idade. Entretanto, os números podem ser maiores, tendo em vista que muitos estupros não são registrados nos órgãos de denúncia, conforme retratarão os dados desta pesquisa sobre o discurso de mulheres que foram abusadas e/ou estupradas. Das cinco entrevistadas que sofreram abusos sexuais/estupro na infância ou na adolescência, nenhuma delas denunciou os agressores porque eram familiares ou amigos da família. Três dessas voltaram a sofrer abusos sexuais na fase adulta e, igualmente, não denunciaram. A única que sofreu estupro na fase adulta não denunciou porque se tratava de estupro no meio familiar.

---

<sup>39</sup> De acordo com a lei só existe assédio se esse ato partir de um sujeito hierarquicamente superior que coage e/ou oferece benefícios em troca de atos libidinosos. Os maiores exemplos de assédio são casos que envolvem as relações de trabalho que é amparado pela Lei 10.224/2001. No entanto, o conceito de assédio que usarei nesse trabalho ultrapassará o que é regulamentado por lei. O assédio ao qual evidenciarei em algumas partes de minha pesquisa será toda forma de manifestação sexual não consensual que poderá ser materializada em estupro.

**Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016)**



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

**Figura 1** – Gráfico dos dados sobre violência sexual  
Fonte: Atlas de Violência 2018 Ipea e FBSP

Desse modo, reitero que a pesquisa será realizada com mulheres que foram estupradas e/ou abusadas sexualmente e que são moradoras de uma cidade do interior de Mato Grosso. Não divulgarei o nome da cidade e nem das sujeitas de pesquisa em virtude de questões éticas<sup>40</sup>, para resguardar sua imagem, uma vez que, na atual conjuntura social em que vivenciamos o aumento da violência contra as mulheres, nós precisamos traçar estratégias de enfrentamento contra essa violência com muita prudência, pois não sabemos como determinados sujeitos acolherão os nossos discursos. Assim, não podemos prever como serão interpretados, socialmente, os discursos dessas vítimas participantes da pesquisa e de que modo suas vozes podem repercutir na vida pessoal. Como a pesquisa utiliza a metáfora do tecido, as sujeitas de pesquisa serão chamadas por nomes de tecidos: Tricoline, Seda, Renda, Cambraia, Madras e Organza.

Essas mulheres tornaram-se agentes de sororidade para que outras mulheres possam refletir sobre situações que vivenciam diariamente referentes às relações de gênero feminino e masculino. Além disso, suas vozes podem fazer com que alguns homens possam repensar alguns discursos e práticas machistas que são normalizadas na sociedade.

Embora mantenhamos o nome da cidade no anonimato, ressalto que, do mesmo modo que muitas outras cidades do estado de Mato Grosso, o município em que vivem as sujeitas de pesquisa carece de políticas públicas e de pesquisas que problematizem/questionem a situação

<sup>40</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisas em Humanidades, da Universidade Federal de Mato Grosso, de acordo com o Parecer nº 2.949.558. Portanto, segue os pressupostos éticos de pesquisas nessa área.

das mulheres que sofrem violência diariamente. A cidade possui aproximadamente 140 mil habitantes, pela estimativa de 2017 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; apesar de haver o projeto de lei 5475/16, que determina a criação das DEAM – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em municípios com mais de 60 mil habitantes, a delegacia só foi implantada quase três anos depois, com estrutura física para atendimento.

Na época da ausência da DEAM, mulheres relataram que, ao procurarem a delegacia que não era específica para esses casos, para denunciarem seus maridos agressores, eram tratadas por profissionais de maneira desrespeitosa, fazendo julgamentos que não cabem aos que têm a função de prestar o atendimento às vítimas. Um exemplo a ser citado foi de uma mulher que me relatou, em conversa informal, o desenrolar dos fatos envolvendo uma agressão física sofrida pelo marido. Ao registrar a ocorrência, um dos profissionais esboçou um comentário de que “ela estava precisando que o marido fizesse mais sexo, para que ficasse mais calma, pois se o marido tivesse feito sexo com ela, não teria vindo denunciá-lo.” O mesmo foi aconselhado ao acusado. Diante de tais fatos e de outros possíveis constrangimentos tolerados na delegacia, a mulher desistiu de continuar com a denúncia e voltou a conviver com o agressor.

Nesse sentido, afirmar que a mulher “precisa de sexo” denota que o atendente não estava levando em consideração a vontade dela, isto é, se ela desejava ou não ter alguma relação sexual com o marido, podendo ser interpretado como um ato coercitivo para que ela se mantivesse calada. Portanto, enunciados como esses evidenciam o desrespeito e, sobretudo, a violência simbólica (psicológica e moral), sugerindo uma formação discursiva que normaliza o estupro marital e a sujeição do corpo feminino. Tais discursos machistas parecem ser naturalizados em nossa sociedade em vários ambientes, já que não é raro mulheres escutarem em tom de escárnio: “Está estressada hoje, é porque não fez sexo!”, “Está nervosa! Ela está precisando que um homem a pegue bem de jeito!” Analisar esses enunciados pelos tecidos discursivos sugere que uma mulher ficará mais calma ou permanecerá em silêncio se ceder aos atos sexuais. Será que todas querem sexo para se sentirem calmas? Mas qual é a compreensão de “sexo” para alguns homens? Permito-me responder com base em interpretações que faço a partir desses enunciados: o ato sexual não deve ser realizado sem consentimento como se fosse um método para acalmar, corrigir, coagir ou dominar qualquer corpo. Se for realizado nesses termos, não será uma relação sexual, será estupro.

Ao trazer situações como as que foram citadas, justifico a relevância da pesquisa, no sentido de interpretar a formação discursiva de mulheres acima de 18 anos, baseada nas relações de poder entre os gêneros masculino e feminino, para problematizar questões

culturais, históricas e sociais referentes às práticas de estupro e/ou abusos sexuais. Lembro que pela definição de Foucault (2000, p.43), a formação discursiva (FD) demanda entre certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações). Isso indica que uma FD não pode ser analisada com base somente na relação entre os enunciados que formam uma unidade, mas em uma dispersão de enunciados que podem ter o mesmo tema, porém com discursos que diferem a partir da inserção do sujeito numa dada situação sócio histórica.

Esta pesquisa, embora tenha suas limitações, porque compreende histórias de mulheres e cada história é única, pode contribuir para a visibilidade feminina em termos de conquista dos direitos, bem como para problematizar as formações discursivas baseadas nas relações de poder entre os gêneros feminino e masculino, razão pela qual abrangem aspectos sócio-históricos.

Ao problematizar os discursos que surgem em dado momento, percebe-se que a construção histórica de determinados lugares tecidos por uma fundação conservadora pode favorecer o apagamento da história das mulheres em benefício da figura masculina, isto é, o modo pelo qual a história foi alinhada pode influenciar os discursos reproduzidos socialmente pelos sujeitos. Para Fernanda Mussalim (2003), o sujeito do discurso é aquele que ocupa um lugar social do qual enuncia e, igualmente, está inserido no processo histórico que o autoriza a certas inserções e não outras.

Nesse viés, ao pensar no sujeito histórico, no caso, as mulheres, Caulfield (2000) expressa que, no início do século XVIII, a sociedade alinhava comportamentos que caracterizavam a mulher em dois tipos de sujeitos: mulher honesta (de família) e a mulher desonesta (pública). O período histórico pouco contribuía para que essas mulheres discursivamente aparecessem de maneira diferente. Caulfield (2000) expõe em sua pesquisa que os silenciamentos das mulheres da época eram influenciados pelos costumes da sociedade do Rio de Janeiro. Embora tenha havido mudanças sócio-históricas ressignificando determinados discursos conservadores, a posição de sujeito feminino parece ser envolvida até os dias atuais por discursos que produzem efeitos em seus corpos, demarcados pelas práticas/relações de saber, e poder hierarquicamente desiguais. Um exemplo disso é a forma como os discursos disciplinares tendem a incidir sobre os corpos: para o gênero masculino, o homem precisa comprovar a masculinidade, sendo um sujeito agressivo, forte e que se relaciona com várias mulheres, enquanto estas devem ser recatadas, dóceis e não se comportar de forma sedutora.

Portanto, pesquisas sobre abusos sexuais e/ou estupro, na área de Linguística Aplicada e estudos do discurso, precisam ser realizadas para que haja discussões acadêmicas. O estado de Mato Grosso consta em 3º lugar na taxa de estupro, segundo dados do 11º Anuário de Segurança Pública. Esses dados merecem atenção de pesquisadores(as), no sentido de investigar a formação discursiva a respeito desse problema social. Desse modo, considerar os enunciados das mulheres de uma cidade do interior de Mato Grosso como objeto de análise faz-se importante para que o assunto não fique silenciado, tendo em vista que casos de estupro acontecem frequentemente na cidade, e igualmente nesse estado, e parecem ser naturalizados.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as formações discursivas (excertos) de seis mulheres moradoras de uma cidade do interior de Mato Grosso que sofreram abusos sexuais e/ou estupro.

Os objetivos específicos são:

- Verificar quais discursos se constituem em torno das práticas/relações de saber e poder entre os gêneros feminino e masculino.
- Examinar quais enunciados as vítimas tecem sobre abusos sexuais/estupro.
- Problematizar os efeitos da violência sexual nos corpos dessas mulheres.

Na sequência, três perguntas de pesquisa foram esboçadas para discutir a proposta da tese, pelas quais busco mais problematizar do que procurar essencialmente a resposta nas sujeitas de pesquisa:

- 1) De que modo as formações discursivas das vítimas/sujeitas de pesquisa foram sendo tecidas em torno do assunto estupro?
- 2) Quais discursos prevaleceram nos enunciados destacados nas formações discursivas baseados nas relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino?
- 3) Quais os efeitos do estupro na vida das mulheres vítimas dessa violência?

Nesse contexto, as linhas teóricas foram escolhidas com base nos dados gerados, uma vez que considero o material interpretativo como item de maior relevância neste trabalho. Logo, é a partir desses dados gerados que escolho a base teórica que se entrelaçará no primeiro capítulo, intitulado “Fatores históricos relacionados ao surgimento do estupro com base em entrelaçamentos global e local”, pois tal alinhamento permite situar o estupro como uma problemática sócio-histórica que envolve relações de saber e poder entre os gêneros feminino e masculino, pelas quais este último deseja dominar o primeiro. No mesmo capítulo, é relevante discutir “Considerações relativas à cultura do estupro”, extraindo os sentidos dessa expressão utilizada a partir da década de 70, para mostrar de que maneira a sociedade, por



meio dos discursos tecidos historicamente, tende a contribuir para a existência dessa cultura. Ainda no mesmo capítulo, a problematização dos mitos ou crenças sobre estupro faz-se importante, tendo em vista que a sociedade tende a esboçar alguns discursos em torno do agressor e da vítima. Entretanto, pesquisas apontam a contradição desses discursos relacionados às práticas de estupro e desmitificam esses mitos que podem reforçar a cultura do estupro.

No segundo capítulo, delinea-se o drama das mulheres e crianças que são vítimas de estupro em locais (in)imagináveis. Tal abordagem permite entrelaçar-se com o que foi apresentado no capítulo anterior, uma vez que, ao falar de estupro, muitos possuem um pensamento equivocado de que essa violência acontece em determinados locais que a favorecem. Para tramar as linhas do presente capítulo, ainda cabe apresentar uma seção que trama a recorrência dos estupros sofridos por algumas vítimas, principalmente quando são abusadas por pessoas ou amigos da família e acabam silenciando ou sendo silenciadas pelos próprios familiares. Em outra seção, são discutidos desconhecimento, medo e culpabilização das vítimas de estupro. Aspectos relativos ao desconhecimento do que seja estupro são frequentemente apresentados no discurso de vítimas, em virtude da naturalização dessa violência no decorrer dos tempos. Mesmo assim, ao reconhecer o estupro como violência; surgem fatores entrelaçados com medo e culpabilização do que ocorreu. Considerando-se esses fatores, nas outras duas seções que finalizam o capítulo, debate-se que as questões expostas podem contribuir para a ausência da denúncia contra o agressor. Por fim, apontam-se as consequências do estupro na vida das mulheres que sofreram a violência, demonstrando os efeitos psicológicos que acompanham o corpo no decorrer da vida.

No terceiro e último capítulo teórico, são esboçadas as relações de poder entre os gêneros, nas quais se destacam o machismo e a vontade de dominação masculina sobre os corpos das mulheres. Na sequência, apresentam-se os dispositivos de poder e saber em torno do corpo feminino, organizados em família, religião e sociedade. Esses três dispositivos podem ser considerados mecanismos sócio-históricos importantes para a formação discursiva referente a estupro e/ou abusos sexuais sofridos por mulheres na fase infantil e adulta. Portanto, são tratados como dispositivos que tendem a funcionar como mecanismos disciplinares dos corpos femininos.

O quarto capítulo é composto pela metodologia, na qual a análise do discurso, com base nos saberes e poderes na perspectiva foucaultiana, explica a disposição do trabalho em que problematizo a formação discursiva a partir dos enunciados tecidos pelas sujeitas de pesquisa, bem como se entrelaça com a perspectiva da pesquisa qualitativa interpretativista.

No seguimento do capítulo metodológico, inicio a interpretação dos dados. Esclareço que, às vezes, utilizarei o termo linguístico “análise” para mencioná-los, porém compreendo esta pesquisa mais no campo interpretativo do que puramente analítico, uma vez que não trabalho com a perspectiva de encontrar verdade nos Estudos de Linguagem, envolvendo a interpretação dos discursos. Portanto, penso que estamos mais no campo do problematizar do que de encontrar respostas exatas/fixas com base nos dados. Destarte, tais dados se alinham com foco na base teórica abordada nesta tese. Ressalto que o capítulo em que surgem os dados terá a função de apresentá-los e problematizá-los de acordo com a interpretação realizada, pois procuro não fazer menção constantemente aos autores da base teórica, uma vez que a escolha da teoria partiu dos dados encontrados para representar um processo dialógico em que valorizo primeiramente o material empírico.

Por fim, nas considerações do trabalho, apresento aspectos gerais da pesquisa, retomo as perguntas de pesquisa, bem como algumas problemáticas a respeito de estupro e/ou abusos sexuais, além de discutir as limitações destas investigações e possíveis contribuições para a sociedade no que se refere à violência sexual contra mulheres e crianças, aos estudos de gênero e à área de Linguística Aplicada, com base nos estudos do discurso.

## CAPÍTULO 1

### TECENDO HISTÓRIA, CULTURA E CRENÇAS OU MITOS EM TORNO DO ESTUPRO

*A mulher minha mãe,  
A mulher minha irmã,  
A mulher é culpada  
Porque ela se expõe.*

*A mulher sufocada  
De vestido na igreja,  
De saia comprida,  
Na burca escondida.*

*A mulher violentada,  
Estendida na rua,  
Porque é despudorada  
Porque é puta e está nua!  
[...]*

*(Dora Incontri, 2016)<sup>41</sup>*

Neste capítulo, contextualizo a história do estupro envolvendo mulheres. Essa retomada histórica torna-se parte importante deste capítulo teórico por levar em consideração o surgimento do estupro feminino, que nem sempre foi compreendido com essa nomenclatura, porque recebeu outras definições de acordo com cada período histórico; entretanto, também produziu seus efeitos e marcou a violência nos corpos.

Embora relate como se dava o tratamento envolvendo alguns casos de estupro em algumas regiões do oriente, cabe lembrar que a história do estupro será tecida, sobretudo, por uma perspectiva ocidental de estupro entre o gênero masculino e feminino. O objetivo é pensar como os modos que tratavam as práticas de estupro em outros momentos podem ter influenciado a existência de alguns discursos da atualidade e não outros, que acabam se refletindo nas relações de gênero masculino e feminino, bem como na compreensão do que consiste o estupro.

À medida que se discute a história do estupro feminino, é relevante trazer à baila a “Cultura do Estupro”, buscando apresentar algumas considerações sobre o seu surgimento, o que a define e algumas problematizações em torno do que se entende por tal expressão. Questões relativas ao estupro de mulheres serão entrelaçadas na seção teórica, mas também será lembrado o estupro de crianças (meninas), que parece ser excluído do termo. Embora a

---

<sup>41</sup> Poema publicado na página da autora, disponível em: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. de 2018.

expressão “Cultura do Estupro” tenha surgido na década de 70 para discutir algo observado naquele momento histórico, sugere-se uma revisão desse conceito. Além disso, não se pode desconsiderar que, se existe uma cultura do estupro, é porque a sociedade foi educada de modo que o gênero masculino se sentisse no direito de dominar os corpos femininos com base nas relações de poder e saber.

Ainda neste capítulo, aparecem questões relacionadas às crenças ou mitos de estupro, que são discursos constituídos no decorrer do tempo sobre a problemática envolvida nessa violação. As crenças ou mitos de estupro tendem a estar presentes na sociedade por meio de discursos das instituições jurídicas, religiosas e familiares. Os discursos em torno das crenças ou mitos de estupro demonstram, em sua maioria, ser contraditórios à prática da violência sexual, uma vez que os dados apontados em outras pesquisas, e nesta também, não os confirmam. Entretanto, apesar disso, verifica-se que produzem seus efeitos quando se trata da questão da violência sexual e das consequências nos corpos das mulheres.

### **1.1 Princípios históricos relativos ao surgimento do estupro de mulheres: entrelaçamentos global e local**

Nesta seção, abordarei os princípios históricos do estupro de mulheres. Esclareço que não serão tecidos comentários sobre outros tipos de estupro, no caso daqueles envolvendo crianças, tendo em vista que em outras seções será discutido o abuso sexual de crianças, tratando-se, especificamente, do gênero feminino. Essa discussão será orientada pela visão de que o estupro, tanto de mulheres como de crianças, pode ser entendido como uma problemática de gênero que se entrelaça com os modos como meninas e meninos são ensinados a se comportarem socialmente.

Para Vigarello (1998), o estupro é uma das violências mais antigas, mas consiste em um crime pouco penalizado. Em determinadas épocas, a posição social da vítima era determinante para aumentar ou diminuir a punição do crime. Havia sempre uma justificativa para julgar com mais ou menos rigor os crimes de estupro com base na posição social ocupada pela vítima, bem como pelo agressor. Além disso, nem sempre esse crime foi reconhecido como estupro; outros termos foram utilizados para designar a violência sexual sofrida pelas mulheres, tais como: raptos, crimes de sedução e crimes contra a honra, moral e os bons costumes. Cabe salientar que Vigarello (1998) descreve a história do estupro dos séculos XVI a XX, do ponto de vista francês. Entretanto, o Brasil recebeu muitas influências

coloniais em termos culturais. Embora alguns discursos e práticas de saber e poder tenham se modificado com vistas aos aspectos sócio-históricos, é importante problematizar por que alguns discursos aparecem no momento atual e não outros.

De acordo com o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2018, no Brasil foram registrados 60.018 estupros em 2017. Profissionais da área da segurança pública e da saúde esclarecem que, mesmo frente ao alto índice de casos, a maioria dos estupros não é denunciado pelas vítimas.

Partindo desse pressuposto, resgata-se o que foi mencionado no capítulo introdutório: o estupro no Brasil é uma violência que tem princípios culturais e históricos. Em termos locais, o estupro ocorre desde a época da colonização, quando o colonizador violentava sexualmente as nativas (indígenas) e depois, no período da escravidão, também as mulheres negras (escravizadas), cujos corpos eram objetificados pela prática do estupro (SCOTT, 2011). No período contemporâneo, é relevante lembrar-se dos estupros acontecidos na época da ditadura militar, que foram silenciados, segundo discute Silvia Regina Nunes (2017) em seu texto acerca da Violência sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar: o testemunho e a negação. Tais práticas de dominação resgatam o que Vigarello (1998, p. 23) expõe quanto ao contexto da França do século XVIII, “uma violência feita a uma escrava ou a uma doméstica era menos grave do que a feita a uma moça de condição honesta.”

Depreende-se do teor dessa citação que a posição da mulher na sociedade parecia ser convite para a ocorrência dos abusos sexuais; de igual forma, designava os modos como os casos eram tratados judicialmente<sup>42</sup>. Do ponto de vista legal, os julgadores entendiam que mulheres de classe social desfavorecida e as negras eram desonestas; logo, as que tinham seus tutores (pais ou maridos) eram honestas porque desfrutavam de posição social privilegiada. Semelhantemente ao que foi referenciado por Marques e Moreira (2016) a respeito do caso Claudina e um estudo conduzido por Caulfield (2000), referente a uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, com base nos anos 1918 a 1940, especificamente, demonstra que o corpo da mulher negra tinha menos valor social, pois entrava na categoria das mulheres desonestas por frequentar lugares públicos para trabalhar.

---

<sup>42</sup> O artigo de Ana Maria Marques e Mayara Laet Moreira (2016), que aborda o caso de Claudina, uma questão racial e de gênero nos processos de crime de defloramento em Cuiabá-MT, 1931-1934, apresenta um exemplo de como os processos de crimes sexuais, envolvendo mulheres negras eram tratados pelo judiciário da época. Claudina, jovem negra, foi deflorada com a promessa de casamento pelo filho do dono da casa em que ela morava e trabalhava. O deflorador não cumpriu a promessa de casamento, Claudina prestou queixa contra o acusado e teve que provar por meio de exames médicos o que havia enunciado. No entanto, o advogado de defesa do deflorador e as testemunhas desqualificaram a vítima, atacando sua moral por ser mulher negra e empregada doméstica. Desse modo, o processo foi arquivado, porque a defesa do deflorador colocou dúvida sobre o comportamento de Claudina por fatores que implicavam sua condição social.

Como se percebe, a objetificação – desvalorização – do corpo da mulher, principalmente de raça negra, ocorreu desde o período da colonização do país e continua indicando questões para reflexão. Os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontam que, de cada dez estupros, oito ocorrem contra meninas e mulheres. Dessas meninas e mulheres violadas, 50,9% são negras. Linhares (2015) ressalta que, historicamente, a sociedade retratou o corpo da mulher negra como “o corpo do prazer sexual”, produzindo sentidos de “mulher boa de cama” para satisfação sexual. O autor entende que tais discursos podem reforçar a violência e a inferiorização da mulher negra. Observa-se que essa construção discursiva em torno do corpo da mulher negra pode indicar o motivo pelo qual as mulheres negras são mais violentadas por conta de um imaginário masculino que busca a realização dos prazeres sexuais, sem levar em conta que as práticas sexuais abusivas são consideradas estupro.

Desse modo, para pensarmos na problemática do estupro em sentido local, é relevante reiterar que essa violação tem seus princípios culturais e históricos e está presente desde o surgimento da humanidade<sup>43</sup>.

Medeiros (2016, p. 13) define algumas questões, tais como a submissão feminina e a mulher como propriedade do gênero masculino. Nesse âmbito, a desvalorização do corpo da mulher se entrelaça com a história do estupro, em que pouca atenção se dava ao abuso sofrido:

Cabe destaque para o fato de que o estupro compreende uma ação relacionada ao domínio e à submissão feminina, ato ilícito que, desde os primórdios, até o período feudal, foi tratado como um crime contra a propriedade. Apenas no século XVI, as vestes deste delito foram rasgadas, abrindo espaço para uma nova roupagem que o definiria como um crime de violência sexual [...] (MEDEIROS, 2016, p. 13).

A violência sexual, nem sempre definida como tal, está presente muito antes de Cristo. Na mitologia, conta a lenda que Zeus, um dos deuses gregos, era famoso por ter encontros sexuais com mortais. Uma dessas mortais, cujo nome era Leda, foi estuprada por ele enquanto tomava banho. Igualmente a história de Medusa relata episódio de abuso sexual. A bela jovem, conhecida por seus cabelos, após ter sido violentada no templo de Athena, foi condenada a virar um monstro com serpentes, capaz de transformar em pedra quem a olhasse.

Os dois acontecimentos reforçam a ideia do estupro como violência normalizada, tendo em vista que nada aconteceu com quem o cometeu. Por outro lado, conforme consta na

---

<sup>43</sup> Boa parte da contextualização sobre a história do estupro, presente na seção atual, foi pesquisada no Guia Mundo em foco: cultura do estupro / [5. ed.] – São Paulo: Online, 2016.

violência sofrida por Medusa, ela foi culpabilizada pelo próprio estupro e, como punição, foi transformada em monstro. Algumas interpretações já foram feitas em torno da história de Medusa. Destaco que nada justifica a culpabilidade que lhe foi imputada, tampouco a punição sofrida, porém sua história se entrelaça com o discurso em torno das crenças ou mitos de estupro, ou seja, ela pode ter sido estuprada em razão de despertar o instinto masculino em virtude de sua beleza. O corpo de Medusa pode ter sido visto como objeto transgressor, portanto foi violado, recebendo na sequência a punição de ser transformada em monstro com serpentes. As serpentes simbolizam a traição, a falsidade e, por isso, se alguém a olhasse, do mesmo modo, receberia uma punição, aludindo à ideia de que o corpo da mulher que foi violada sexualmente deixa de ter valor na sociedade e deve ser mantido isolado dos olhares humanos, pois quem a olhar, igualmente, será punido. Embora exista uma linha histórica que pode separar a mitologia e o que aborda Vigarello (1998) no contexto da França do século XVIII, bem como no Brasil até os anos 40, como sugerem os estudos de Caulfield (2000) e Moreira (2015), a mulher violentada sexualmente era objeto de eterno desprezo da sociedade: a lei do defloramento, inclusive, demarca essa questão. Para essa mulher violentada, o exílio da sociedade era dos males mais cruéis.

Com base no que foi relatado em termos mitológicos e no que cita Vigarello (1998) em seu livro sobre a História do Estupro, ressalvo que, na seção de análise, surgirão enunciados das vítimas de estupro que relatam a vergonha de assumir que foram estupradas. Conforme o que foi exposto: Será que elas sentem vergonha ou medo de serem julgadas, condenadas e lançadas no isolamento de uma sociedade que normaliza o estupro? Embora os discursos sejam outros, eles surgem ressignificados. São problematizações necessárias para pensar nos efeitos que os discursos de um dado momento histórico ainda podem causar na sociedade, nesse caso, nas mulheres que sofrem estupro.

A questão do estupro igualmente aparece na Bíblia; no capítulo de Gênesis conta-se que Diná, filha de Lia, foi estuprada por Siquém. No capítulo 20, versículo 17 do livro de Êxodo, uma parte do texto sugere que as mulheres estão na lista de itens que as remetiam à propriedade. Naquela época, não se tinha uma noção de estupro como algo forçado; era caracterizado como adultério, se a mulher fosse casada, e se fosse solteira e virgem, o abuso era compreendido no sentido de fornicação.

Já na Babilônia, se a mulher fosse prometida em casamento e viesse a ser estuprada por outro homem, o estupro era executado. Do contrário, se fosse casada, poderia ser condenada por adultério. Em alguns casos, a punição era que o pai ou o marido da vítima estupra-se a mulher de quem cometeu o crime.

Em Israel, os estupros eram tratados de forma diferenciada, de acordo com as leis. Para o estupro ocorrido dentro da cidade, havia o entendimento de que a vítima poderia gritar para impedir o crime. Nesse caso, ambos eram apedrejados até a morte como forma de punição, em virtude de a mulher não ter conseguido resistir ao agressor e, dessa forma, evitado o estupro. De outro modo, se a violência ocorresse no campo, a mulher era inocentada, mas precisava se casar com o agressor. Se estivesse comprometida, o casamento era cancelado, porque ela se tornaria uma mercadoria sem valor por ter perdido a honra.

Na antiguidade, referindo-se à Grécia ou Roma Antiga, não havia um termo para definir a violência sexual e não era tratada como um crime de propriedade. Entretanto, a mulher era julgada e culpada pelo ato. Os romanos consideravam o estupro como uma prática ilícita, uma libertinagem sexual; desse modo, ocorria mais a punição dos casos de rapto do que dos casos de abuso sexual. Na Grécia Antiga, estuprar uma mulher estrangeira ou escrava não gerava nenhuma punição para os criminosos.

Depois, na era medieval, na Inglaterra, o estupro era considerado um crime, mas não entre os cônjuges. Naquele período, dos séculos XII e XIII, destacaram-se as Cruzadas (movimentos cristãos e militares com o objetivo de ocupar e manter a Terra Santa). Além de milhares de mortos a sangue frio, as mulheres, inclusive as freiras, cristãs, judias e mulçumanas foram violentadas como forma de dominação. Nessa época, algumas histórias publicadas representavam o pensamento sobre o estupro. Entre elas, “O Rapto de Lucrecia”, uma obra de William Shakespeare que conta como uma jovem inocente é levada por Tarquinio para visitar sua cidade natal. Em uma noite, ele entra no quarto de Lucrecia e a ameaça; ele acaba abusando sexualmente dela e, no final, ela morre. Para uma mulher da Idade Média, ser estuprada era o mesmo do que ser assassinada, pois era um caso de desonra. Igualmente, a culpa recai sobre a mulher, com alegação de que teria seduzido o homem, que não foi capaz de resistir aos seus encantos.

Assim, percebem-se os motivos da existência de alguns discursos no atual momento histórico e não de outros. Segundo Celimara Teixeira de Almeida (2010), o sujeito é constituído no/e pelo discurso. Alguns dos discursos, com o decorrer do tempo, foram cada vez mais sendo legitimados por práticas de saber e poder envolvendo instituições como: a medicina, a psiquiatria, a jurídica, a religião, a família, a sociedade, entre outras. Vigarello (1998) menciona o surgimento da medicina para comprovar o estupro. A palavra do profissional da área tinha mais validade do que a da própria vítima. Foucault (2008), ao tratar da história da loucura, analisa como a psiquiatria desempenhou a função de controle social dos corpos que destoavam das normas; conseqüentemente, a questão da sexualidade atraiu



olhares dessa área. Não é de balde que Foucault tenha abordado a história da sexualidade em que tece uma discussão sobre a homossexualidade por uma perspectiva de loucura, porque os sujeitos não conseguiam reprimir o próprio corpo. Do mesmo modo, em alusão à questão da sexualidade masculina, o estupro foi considerado, por muito tempo, um louco que não tinha controle de seus instintos sexuais, conforme enfatizam Susan Brownmiller (1976), Scarpati (2013), Lia Zanotta Machado (1998) e Sousa (2017). Em muitos casos, vítimas de estupro foram culpabilizadas por terem despertado o instinto desses homens que não conseguiam reprimir os seus desejos. As instituições jurídicas, por sua vez, acabavam endossando esses saberes que afiançam a impunidade do agressor. Figueiredo (2014, p. 150) salienta que:

Quando a vítima é retratada como uma mulher de ‘reputação duvidosa’, torna-se bastante difícil convencer os representantes da lei e os jurados de que ela não queria ter relações sexuais com o acusado, ou que o acusado comportou-se de forma incorreta [...]. O discurso jurídico sobre o estupro invoca com frequência mitos do imaginário popular sobre a mulher, tais como a boa mãe, a mulher casta, a mulher perdida, a mulher promíscua, a virgem, a esposa que perdoa, etc., criando um retrato feminino plano e unidimensional.

A religião, embora não seja um saber científico, tende a estar mais no campo das práticas de poder, haja vista que os seus discursos tendem a reprimir o corpo e culpabilizar as mulheres pela violência, como se fossem objetos de sedução. Além disso, funda-se na concepção de submissão das mulheres ao homem e, por outro lado, na ideia de que a sexualidade é uma fraqueza dos homens, como consentimento do pecado por não conseguir dominar o próprio corpo. Machado (1998, p. 237), em pesquisa realizada com estupradores, apresenta essa concepção presente nos discursos desses agressores:

A presença da moralidade cristã está sem dúvida presente na articulação entre a ideia de uma ‘fraqueza’ pessoal e interior e as ideias da ‘tentação’ e da presença e atuação das forças do ‘mal’, do ‘demônio’ e do ‘cão’, entidades exteriores às quais não se pode resistir. A valorização negativa do estupro aqui referida pelos próprios sentenciados está associada à ideia de ‘pecado’ porquanto ato sexual não controlado e não legítimo.

A família e a sociedade não são especificamente saberes científicos, mas tendem a funcionar como importantes dispositivos de práticas de poder, no sentido de dominação e repressão ao corpo. A família e a sociedade podem ser entendidas como instituições que legitimam certos discursos, que produzem seus efeitos para contribuir com a manutenção dos papéis de gênero, pelos quais estabelecem regras/normas de como os corpos femininos e

masculinos precisam se comportar. Portanto, o estupro torna-se uma violência legitimada por práticas de saber e poder das instituições que apresentam princípios históricos que abrangem questões locais e globais.

Nesse sentido, a próxima seção tecerá sobre a cultura do estupro para entender o que consiste esse termo e alguns questionamentos que cabem ser discutidos.

## 1.2 Considerações sobre “Cultura do Estupro”

A expressão “Cultura do Estupro” originou-se da língua inglesa *Rape Culture*, surgiu em 1970, difundida por ativistas feministas, as quais denunciaram que o estupro era uma violência que acontecia com frequência, mas que era silenciada. Naquela época, as mulheres que trouxeram o assunto a público divulgaram informações e conscientizaram a sociedade sobre a problemática do estupro que, até então, era tratada como uma doença do estuprador ou necessidade masculina, tendo em vista que o agressor estava agindo de acordo com seus instintos.

Em 1974, as feministas norte-americanas Noren Connel e Cassandra Wilson publicaram o livro *Rape: A First Sourcebook for Women* por *New York Radical Feminists* – Estupro: o primeiro livro de consulta para mulheres –, obra que contribuiu para expandir o olhar em relação ao estupro. No ano de 1975, surgiu um grupo de feministas em Nova Iorque (EUA), em que Margaret Lazarus e Renner Wunderlich produziram o documentário *Rape Culture* (Cultura do Estupro), no qual vítimas de estupro puderam se expressar sobre a violência sofrida; igualmente, estupradores e pessoas que trabalhavam no atendimento das vítimas foram ouvidos. Da mesma forma, teceram, pela primeira vez, uma argumentação sobre como a mídia abordava os casos de estupro e endossava a violência.

Para compreender melhor o que se entende por “Cultura do estupro”, essa pode ser definida como a normalização da violência sexual contra as mulheres na sociedade e na mídia, ou seja, as mulheres vivem em constante ameaça.

Alguns comportamentos tecidos pela sociedade em torno das mulheres fazem parte do que pode ser entendido como “Cultura do Estupro”, tais como: culpabilização da vítima, objetificação sexual, banalização da violência sexual, dúvida sobre a ocorrência e pedido de comprovação do abuso sofrido, divulgação de piadas sexualmente explícitas, menosprezando as mulheres e seus sentimentos, entre outros<sup>44</sup>. Além disso, acreditar que os homens são

---

<sup>44</sup> Guia Mundo em foco: cultura do estupro / [5. ed.] – São Paulo: Online, 2016.

dominantes e podem ser agressivos, enquanto as mulheres precisam ser submissas e passivas sexualmente e supor que mulheres que a sociedade julga imorais possam ser estupradas são outras tantas violências perpetradas contra elas.

Essas questões tendem a acentuar a problemática da “Cultura do Estupro” que perpetua a manutenção dos discursos em torno dos papéis de gênero, estabelecendo o lugar da mulher e do homem na sociedade. Por essa razão, ao pensar em “Cultura do Estupro”, é importante considerar que não se pode problematizar apenas a normalização de comportamentos que abrangem as mulheres, mas também destacar os modos pelos quais os homens, muitas vezes, são ensinados a se comportar com base em certas normas sociais. Em relação às mulheres, as normas reprimem o corpo com o objetivo de torná-lo disciplinado para corresponder aos padrões sociais de “moral feminina”, bem como, em muitas situações, a aceitar a violência por meio da culpabilização<sup>45</sup>. Em contrapartida, os homens são autorizados a consumir atos de violência nos corpos femininos para justificar práticas que perpetuam o machismo.

De acordo com Sousa (2017, p. 13), essas questões estão atreladas aos valores que são repassados, a partir do nascimento, para meninos e meninas e que continuam na vida adulta:

[...] valores são repassados para toda a sociedade, que revitimiza a mulher principalmente por, segundo a concepção geral, colocar-se nas chamadas ‘situações de risco’, nas quais a mesma é culpada por não seguir as chamadas regras de conduta. Regras de conduta, que, por sua vez, são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupas vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual. Essa mesma cultura do estupro ensina que os homens devem aproveitar toda e qualquer oportunidade de consumação sexual, e, que, muitas vezes, as mulheres que dizem não apenas o dizem porque são ensinadas a não dizer sim na primeira vez, e que cabe a eles ‘transformar’ aquele não em um sim.

Alguns autores/as tais como Susan Brownmiller (1976); Martha R. Burt, (1980); Kimberly A. Lonsway e Louise F. Fitzgerald (1994); Costin (1985); Katherine E. Edward e Macleod (1999); Diana L. Payne, Kimberly A. Lonsway e Louise F. Fitzgerald (1999); Figueiredo (2002); Arielle Scarpati (2013); Arielle Scarpati, Valeschka Martins Guerra e Camila Nogueira Bonfim Duarte (2014) entre outros/as, ressaltam que certas questões tecidas

<sup>45</sup> Culpabilização da vítima é o ato de desvalorizar uma vítima de crime, considerando-a responsável pelo acontecido. Além disso, também pode ser definida como o ato de justificar uma desigualdade encontrando defeitos em suas vítimas. O termo foi cunhado pelo psicólogo William Ryan, em seu livro *Blaming the Victim*, de 1971, que abordou a questão das minorias étnicas dos Estados Unidos. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Culpabiliza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_v%C3%ADtima](https://pt.wikipedia.org/wiki/Culpabiliza%C3%A7%C3%A3o_da_v%C3%ADtima). Acesso em: 1º de set. 2019.

na sociedade e em instituições, a exemplo da jurídica, a respeito dos motivos pelos quais mulheres são estupradas, são crenças ou mitos que tendem a reforçar as práticas de violência contra as mulheres e culpabilizá-las, sobretudo, nas situações que abrangem os abusos sexuais.

Além desse esboço sobre a “Cultura do Estupro” e também da ênfase aos modos pelos quais homens e mulheres são educados a respeito dos papéis de gênero, é preciso problematizar que, embora tal termo tenha sido cunhado na década de 70 por grupos de feministas, percebe-se a necessidade de incluir outros tipos de estupro que não atingem diretamente mulheres na fase adulta, mas abrangem meninas que são abusadas sexualmente e carregam as sequelas dessa violência quando se tornam mulheres. É relevante pensar que considerar uma cultura do estupro exclusivamente de mulheres exclui uma das maiores problemáticas sociais da atualidade, que são os estupros de vulneráveis, na maioria meninas.

Paula (2011), em uma pesquisa realizada sobre abusos sexuais na família, cita que os abusos envolvendo crianças geralmente acontecem dentro de casa. A criança ficou por muito tempo sem receber a devida atenção sobre esses aspectos de violência. Apenas no século XIX, a criança começou a ser alvo de atenção, com o surgimento dos direitos da criança e do adolescente. No Brasil, casos de violência contra crianças e adolescentes tiveram atenção a partir de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com Paula (2011, p. 21), o abuso sexual é um problema que permeia o cerne familiar, espaço entremeado pelas relações de poder:

O principal fator demarcador de abuso sexual é a relação de poder estabelecida e da qual se utiliza o abusador [...] Consideramos a existência de uma relação de poder na prática da violência sexual, que quando intradomiciliar é pautada em hierarquias que separam o adulto e a criança dentro da família e que delimita atributos diferenciados quanto à autoridade e obediência e quanto aos papéis sociais desempenhados por cada um.

Assim, considerar aspectos referentes à “Cultura do Estupro” demanda pensar não somente nas práticas de poder e de dominação/controlado do corpo feminino na fase adulta, mas nos corpos de crianças e de adolescentes que se tornarão mulheres e carregarão o estigma da violência por toda a vida, conforme se verificará nos dados desta pesquisa. É notório que as práticas de estupro são entremeadas pelas relações de saber e poder perpetuadas historicamente por instituições que produzem discursos que tendem a disciplinar os corpos femininos, mas que esses discursos, necessariamente, não se repetem de modo semelhante, tendo em vista que envolvem aspectos culturais que podem diferenciar em dado momento histórico ou localidade.

Partindo dessa concepção, Carmen Hein de Campos, Lia Zanotta Machado, Jordana Klein Nunes e Alexandra dos Reis Silva (2017), debatem a utilização do termo “cultura”, pensando em questões que podem envolver dois sentidos:

O termo ‘cultura’, no seu uso costumeiro, tem uma dupla perspectiva: a de apontar a diversidade de valores que envolvem as relações sociais nas mais distintas sociedades, e a de reificar, endurecer e enrijecer o entendimento da dinâmica das relações sociais. Essa segunda acepção pode levar a entender, equivocadamente, que, em cada sociedade, todos acreditam igualmente nos mesmos valores, todos têm a mesma posição e não há conflitos nem mudanças. Valores culturais são dinâmicos, uns de longa duração, outros de curta duração e as relações dos sujeitos com o vasto repertório simbólico dependem de suas posições nas relações de poder.

Nesse passo, as mesmas autoras também questionam a expressão “Cultura do Estupro”, porque entendem que é generalizante, à medida que transforma todo homem em estuprador, incentiva posturas exclusivamente punitivas e produz pânico feminino relacionado à figura masculina. Sendo assim, defendem que o mesmo movimento que discute a “Cultura do Estupro” está caminhando para a utilização da expressão “Cultura Antiestupro”, por apontarem o:

[...] exercício livre e digno de uma sexualidade tanto heterossexual quanto homossexual, que compreende toda a diversidade sexual, e que produz uma narrativa educativa para que as relações sexuais se exerçam sob o signo do consentimento e da liberdade, da autonomia e da dignidade de cada um(uma). (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, p. 1001, 2017).

Portanto, cabe pensar em todas as considerações sobre o que define uma “Cultura do Estupro”, à medida que possamos ressignificá-la para dado momento histórico, problematizando aspectos excludentes, tais como o estupro de crianças, bem como repensar questões abordadas pelas autoras Campos; Machado; Nunes; Silva (2017).

Na próxima seção, teço uma linha de mitos ou crenças de estupro em torno do agressor e da vítima que tendem a culpabilizar esta última pela violência e absolver o abusador. Ao elencar essas questões do mito, busca-se pensar como esses mitos podem se entrelaçar com os discursos para produzir seus efeitos em determinado contexto histórico.

### **1.3 Mitos ou crenças de estupro: discursos em torno “do agressor e da vítima”**

Esta seção teórica apresenta alguns estudos (BROWNMILLER, 1976; PAYNE; LONSWAY; FITZGERALD, 1999; SCARPATI, 2013) entre outros, que indicam quais mitos

ou crenças de estupro surgiram frente aos diferentes contextos históricos. Esses trabalhos não estão centrados nos estudos do discurso, mas pode-se pensar nos mitos ou crenças para realizar uma intersecção com os discursos, tendo em vista que são enunciados produzidos e reproduzidos e que podem remeter aos discursos sobre os gêneros feminino e masculino.

Para Burt (1980), os mitos de estupro são atitudes e crenças que, na maioria das vezes equivocadas, mas que persistem, servindo para negar e justificar a agressão sexual. Arielle Scarpati, Valeschka Martins Guerra e Camila Nogueira Bonfim Duarte (2014, p. 57) complementam que “mitos de estupro são crenças estereotipadas sobre a violência sexual, suas vítimas e agressores.”

Nessa perspectiva, os mitos de estupro tendem a desenhar as vítimas e os violentadores, para justificar os motivos pelos quais o crime aconteceu. O imaginário do estuprador e da vítima de estupro serve para reforçar um discurso que nem sempre se configura como realidade a respeito dos crimes de estupro que ocorrem com maior frequência:

A mesma sociedade que idealiza que tipo de mulher que pode ou não ser considerada vítima de estupro também projeta sua própria ideia de estuprador. O típico estuprador é tido como um homem mentalmente perturbado que usa da força para violentar mulheres honestas e descuidadas [...] Nesses ataques, tem-se a impressão de que o estupro se deu muito mais por falta de cuidado da vítima por sair à noite, sozinha, tornando-se alvo fácil para o estuprador, do que propriamente por culpa única e exclusiva do agressor. Tais construções confirmam a imagem de que o estupro é um caso isolado, que ocorre em determinadas situações devido muito mais à imprudência da vítima para com a própria segurança, do que, simplesmente, pela culpa do agressor. Constrói-se, então, a concepção de que determinados comportamentos, roupas, gestos fazem da mulher que os utiliza uma vítima em potencial ou não para o ato do estupro. (SOUSA, 2017, p. 22-23).

Assim, os mitos ou crenças referentes ao estupro contribuem para que, concomitantemente, culpe-se a vítima e absolva-se o agressor, minimizando ou justificando a agressão contra as mulheres (PAYNE; LONSWAY; FITZGERALD, 1999). Nesse sentido, a culpabilização da vítima e a absolvição do agressor tendem a se firmar nas normas sociais que orientam o comportamento dos gêneros feminino e masculino, que são tecidos historicamente.

É imprescindível ressaltar o que se entende por **negação** e **justificação** em torno dos mitos de estupro. Os mitos tendem a funcionar para os homens como **justificadores** da violência e para as mulheres como **negação** da vulnerabilidade. Um exemplo disso é quando um homem tece enunciados de que o estupro ocorre apenas se existirem hematomas no corpo da mulher, porque houve resistência à violência, mas se um homem coagir uma mulher a ter relações sexuais contra a vontade e ela não apresentar hematomas no corpo, a **justificativa** é

de que não houve estupro. Por outro lado, a **negação da vulnerabilidade** se exemplifica quando uma mulher se considera “de moral” frente à outra que diverge das normas de boa conduta. Provavelmente, essa mulher se sentirá segura contra um possível estupro, por acreditar que tal violência apenas acontece com quem não se dá ao respeito (SCARPATI, 2013).

Um dos maiores problemas dos mitos de estupro, além serem crenças equivocadas, consiste nos discursos de generalização, como se todas as mulheres e homens compartilhassem das mesmas experiências envolvendo a prática de estupro. Um exemplo disso é que os agressores nem sempre se utilizam dos mesmos mecanismos para praticar a violência e nem toda vítima esboça a mesma reação diante dessa violência.

Brownmiller (1976) já mencionava, em seu livro *Against our will: men, women and rape* – Contra nossa vontade: homens, mulheres e estupro –, cinco mitos de estupro<sup>46</sup>. Percebe-se nesses mitos como as crenças são estereotipadas e igualmente (re)produzem discursos generalizadores por meio dos enunciados que tecem sobre o assunto.

Um dos mitos abordados nos estudos de Brownmiller (1976) era de que “todas as mulheres querem ser estupradas.” Os discursos são tecidos em torno da questão da dominação feminina, como se todas as mulheres gostassem de ser dominadas pelos homens e como se esse ato de dominação contra a vontade incidisse em uma relação sexual normal.

Outro mito citado era de que “uma mulher não pode ser estuprada contra a sua vontade.” (BROWNMILLER, 1976). O discurso parte da premissa de que se uma mulher for estuprada, foi porque ela consentiu. Era compreendido como um desejo da vítima passar por aquela situação, uma vez que não houve resistência contra a prática da violência.

O terceiro mito é “se você não pode evitar o estupro, então relaxe e aproveite.” (BROWNMILLER, 1976). O discurso apresenta a concepção de que se a mulher resistisse e não conseguisse se livrar do estupro, ela deveria aproveitar o momento, como se o estupro fosse algo que remetesse ao prazer. Lylla Cysne Frota D’Abreu (2013) discute essa analogia do estupro pelo viés da pornografia. Com base em outros estudos, a autora conclui que a representação da desigualdade de gênero aparece por meio da pornografia, uma vez que filmes pornográficos retratam a dominação do gênero masculino em relação ao corpo feminino, representada por mulheres de profissões tais como secretárias, assistentes e

---

<sup>46</sup> Os mitos foram traduzidos por mim. Além disso, eu realizei uma interpretação desses mitos citados no livro de Brownmiller (1976) para explicar como os discursos em torno deles tendem a culpabilizar a vítima pela agressão.

empregadas domésticas que cedem o corpo em virtude das investidas masculinas, sendo muito comum após a resistência surgir o gozo feminino.

Segundo D'Abreu (p. 592, 2013), tais atitudes ressaltadas pela pornografia reforçam o mito de que a inicial resistência feminina aos avanços masculinos se tornará, ao fim, uma expressão de gozo, reafirmando a crença irreal de que a mulher terá prazer ao ser sexualmente agredida. Do mesmo modo, os estudiosos Jesus e Oliveira – artigo aguardando publicação – (no prelo), abordam o discurso da naturalização de estupros masculinos e demonstram como os contos homoeróticos existentes na internet amarram ao feminino a concepção de corpo a ser estuproado, uma vez que os corpos dos homens que sofrem a violência são sempre desenhados de forma afeminada; em contrapartida, o agressor é dotado de atributos de macho dominador.

Outro mito resvala na questão de que “ela estava pedindo por isso” (BROWNMILLER, 1976) e também faz parte do discurso de que a mulher provocou o homem de alguma forma, por usar roupas que despertassem sua atenção, por causa da cor do batom, porque saiu à noite, ou porque tinha bebido, entre outras justificativas inaceitáveis. Se ela realizasse algumas dessas práticas ou outras que a colocassem na posição de uma mulher que não se comporta de acordo com as normas sociais de moralidade, era porque tinha pedido para ser estuproada.

Por fim, Brownmiller (1976) aborda o mito de que “ela mudou de ideia e por isso gritou.” O discurso igualmente apoia a ideia de que a mulher procurou por aquela violência, como se ela tivesse se insinuado e no momento da consumação tivesse se arrependido por algum motivo ou agiu de tal forma para prejudicar o homem.

Após Brownmiller (1976) ter discutido alguns mitos ou crenças a respeito do estupro, surgiram outros estudos sobre o assunto (BURT, 1980; LONSWAY; FITZGERALD, 1984; COSTIN, 1985; EDWARD; MACLEOD, 1999; PAYNE; LONSWAY; FITZGERALD, 1999; FIGUEIREDO, 2002; SCARPATI, 2013; SCARPATI; GUERRA; DUARTE, 2014). Esses estudos contribuem para entender como esses mitos, no decorrer do tempo, se ressignificam, produzindo e reproduzindo discursos, que não são os mesmos, mas possuem suas bases culturais e sócio-históricas.

Scarpatti (2013) salienta que Payne, Lonsway e Fitzgerald (1999) realizaram importantes estudos que a embasaram para concretizar sua pesquisa no Espírito Santo, Brasil, referente aos mitos de estupro na percepção de 281 (duzentos e oitenta e um) estudantes do último ano do curso de Direito, de universidades públicas e privadas, na qual 57,6% da amostra eram de mulheres. O estudo teve como principal objetivo a validação da *Illinois Rape*



*Myth Acceptance Scale* (IRMA), proposta pelos três autores citados, para o contexto brasileiro.

Scarpati (2013) cita que a pesquisa de Payne, Lonsway e Fitzgerald (1999) tinha o propósito de investigar o nível de concordância ou não dos sujeitos com relação aos mitos de estupro. Desse modo, desenvolveram um instrumento no contexto estadunidense denominado Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro (*Illinois Rape Myth Acceptance Scale* - IRMA) e, com base nas diferentes categorias teóricas encontradas na literatura, esses autores sugerem que o instrumento avalia sete dimensões dos mitos de estupro, como citados na sequência:

- 1) *She asked for it* (Ela pediu por isso).
- 2) *It wasn't really rape* (Não foi realmente estupro).
- 3) *He didn't mean to* (Ele não tinha a intenção).
- 4) *She wanted it* (Ela queria isso).
- 5) *She lied* (Ela mentiu).
- 6) *Rape is a trivial event* (O estupro é um acontecimento banal).
- 7) *Rape is a deviant event* (O estupro é um acontecimento anormal).

Ao concluir os estudos, Scarpati (2013) explica que a estrutura original, composta por 07 (sete) dimensões, não foi confirmada para o contexto brasileiro, haja vista que a versão brasileira da escala foi reorganizada em 04 (quatro) fatores, conforme sintetizado na sequência:

- 1) Responsabilização da mulher: a mulher é a responsável pela violência da qual foi vítima.
- 2) Minimização da gravidade: discursos que sugerem uma menor gravidade do estupro, fazendo-o parecer um crime que não requer atenção e problematização social.
- 3) Desculpa feminina: noção de que a mulher deseja relacionar-se sexualmente com outra pessoa, mas que, por quaisquer razões, não é capaz de assumir seu desejo e usa o estupro como uma desculpa.
- 4) Instinto masculino: aponta para os instintos naturais, falta de controle da sexualidade por parte dos homens.

Em todas as pesquisas há limitações; Scarpati (2013) pesquisou um grupo específico no Brasil para obter tais resultados. Além dessas crenças ou mitos levantados nesta seção, é imprescindível esclarecer que outras crenças ou mitos cercam o cotidiano, envolvendo estupro. Uma pesquisa realizada no Brasil, pelo IPEA- 2014, indica que não se confirma a crença de que o estupro acontece em locais inseguros, como muitos pensam, e, além do mais,

que o estuprador é aquele sujeito desconhecido. A pesquisa aponta não apenas que 70% dos estupros acontecem dentro de casa e que os abusadores são parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, como também que boa parte dessas vítimas é menor de idade e não mulheres adultas. Joana Domingues Vargas (1999), Paula (2011), Medeiros (2016) e Sousa (2017) igualmente reiteram a constatação de que o estupro normalmente acontece na casa da vítima, local considerado seguro. Tais dados desestabilizam alguns discursos em torno dos mitos, principalmente, que “a mulher procurou por isso”, sugerindo que o estupro aconteceu porque estava em lugares inadequados, estava bêbada, usava roupas provocantes, se insinuou para o agressor, entre outros.

A problematização dos mitos, baseada em dados de pesquisa a respeito de estupro, é de suma importância para se pensar em alguns discursos que envolvem vítimas e agressores, tendo em vista que tais discursos em torno dessas crenças têm produzido seus efeitos para que agressores justifiquem a violência (BROWNMILLER, 1976; SCARPATI, 2013), para que mulheres neguem a vulnerabilidade (SCARPATI, 2013) e para que a sociedade culpabilize as vítimas (COULOURIS, 2004; 2010) e que elas se sintam culpadas pelos seus próprios abusos (SAFFIOTI, 2015).

No capítulo 2, entrelaçarei os fios dos lugares em que tendem a ocorrer os estupros mais frequentemente com a recorrência do estupro com a mesma vítima e a questão do silenciamento, que é acompanhado de culpa/culpabilização, medo, desconhecimento da violência sofrida, tudo isso resultando na ausência da denúncia contra o violentador e na convivência com problemas psicológicos.

## CAPÍTULO 2

### ENTRELÇANDO LUGARES, RECORRÊNCIA, SILENCIAMENTO E CONSEQUÊNCIAS DO ESTUPRO

*É sempre a culpada,  
É sempre a acusada,  
É sempre a julgada,  
É sempre a safada!*

*É sempre a piranha,  
Que não se acanha  
Nunca é culpa do senhor,  
Do macho predador!*

*Do poder, exilada,  
Se honesta, impedida.  
Se esbofeteada,  
Porque merecida.  
[...]*

*(Dora Incontri, 2016)<sup>47</sup>*

Neste capítulo teórico, estabeleço um entrelaçamento com o que foi discutido no capítulo 1, para pensar sobre uma questão pouco problematizada em casos de estupro, que tange ao lugar em que as vítimas são violentadas sexualmente e quem são os violentadores. É interessante notar que, na maioria das vezes, estes não correspondem ao estereótipo imaginado pela sociedade.

Na primeira seção deste capítulo, intitulada Mulheres, crianças e violentadores: estupro em locais (in)imagináveis, este termo – (in)imagináveis – permite um jogo de linguagem para problematizar que ao mesmo tempo que as pessoas assimilam (imaginam) a ocorrência do estupro em ambiente perigoso ou pouco seguro e que o violentador é o louco desconhecido, os dados, contraditoriamente, expressam a recorrência dessa violência no lugar em que menos se imagina, isto é, dentro do próprio lar, e os violentadores são pessoas familiares.

Ainda no mesmo capítulo apresento questões sobre a recorrência do estupro e/ou abusos sexuais, sobretudo, as violências que envolvem o ambiente familiar. Além do mais, discuto o silenciamento e o desconhecimento da violência por parte das vítimas, bem como seu medo e culpa/culpabilização que, via de regra, implicam não denunciar o agressor.

---

<sup>47</sup> Poema publicado na página da autora. Disponível em: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

Por fim, na última seção deste capítulo, abordarei as consequências do estupro na vida das vítimas de violência sexual, que se tramam com sentidos do que se compreende por estupro e a ausência de apoio familiar.

## **2.1 Mulheres, crianças e violentadores: estupro em locais (in)imagináveis**

No túnel onde fui estuprada, um túnel que antes era a entrada subterrânea de um anfiteatro, de onde atores emergiam debaixo dos assentos do público, uma menina havia sido assassinada e esquartejada. Quem me contou essa história foi a polícia. Em comparação com ela, disseram, eu tive sorte. [...] A menina morta e eu estivéramos no mesmo lugar lamentável. Nós havíamos nos deitado entre as folhas mortas e as garrafas de cerveja quebradas. Durante o estupro, meu olhar foi atraído por alguma coisa entre as folhas e o vidro [...] Um elástico de cabelos cor-de-rosa [...] Sempre pensarei nela quando pensar no elástico cor-de-rosa. Pensarei em uma menina nos últimos instantes de sua vida (SEBOLD, 2003, p. 15).

Tecer fios sobre o local em que acontece o estupro de mulheres e crianças, bem como problematizar o estereótipo do violentador, permite estabelecer entrelaçamentos com o que foi abordado no capítulo anterior, envolvendo princípios históricos, cultura do estupro e mitos ou crenças referentes a tal violência.

Vigarello (1998), Caulfield (2000) e Estacheski (2017) expõem em seus trabalhos, com bases históricas, que as mulheres que saíam de suas casas para trabalhar, longe do olhar da família, eram consideradas imorais diante da sociedade. Desse modo, se elas fossem abusadas sexualmente, o discurso era de que elas procuraram por aquela situação. Os espaços públicos tornaram-se discursivamente um perigo para as mulheres frequentarem, uma vez que o discurso em torno das crenças é de que mulheres que transitam por determinados lugares estão pedindo para serem violentadas ou se sofrerem algo, a culpa é delas. Com o decorrer do tempo, as mulheres foram ensinadas a como não serem estupradas e, normalmente, pouco se ensinam os homens a não estuprarem.

Como se observa no início desta seção, no livro “Sorte - um caso de estupro”, a autora, Alice Sebold, narra o próprio estupro, que sofreu quando morava e estudava no Campus da Universidade Syracuse, no estado de Nova York. Os policiais que a atenderam banalizaram a violência, pois não consideraram o estupro um crime tão grave em vista da ocorrência de outro crime, em que uma moça havia sido morta pelo agressor naquele mesmo local. Mas o estado em que Alice se encontrava após o estupro era convincente, em virtude de estar repleta

de hematomas. Mesmo assim, o policial entendeu que Alice tinha tido “sorte” de apenas ter sido estuprada.

A história de Alice Sebold se entrelaça com o que (SOUSA, 2017, p. 18) menciona:

Da vítima de estupro espera-se não apenas que a vítima resista bravamente às investidas do seu agressor, mas que, também, traga na pele marcas da violência sofrida como prova de sua tentativa de resistência quase heroica. Uma mulher ou menina que resiste e luta fisicamente contra a investida violenta de seu agressor cumpre corretamente o papel de vítima esperado pela sociedade. E, se, por desgracia, ela morrer tentando proteger a honra, então se cumpre completamente o quadro da vítima perfeita, sendo até considerada um exemplo de virtude a ser seguido.

O estupro tende a ser algo tão normalizado na sociedade que, se não for entremeado por algum ato maior de crueldade, parece que merece pouca atenção. Geralmente os casos de estupro em que mulheres resistem até a morte tendem a causar comoção pública e ter mais probabilidade de condenar o agressor com penalidades mais rígidas. Às vezes, a condenação do réu acontece mais pelo assassinato do que pelo próprio estupro (VIGARELLO, 1998).

Mas qual foi o motivo de ter começado o capítulo com o relato de Sebold (2013)?

Como se observa no relato da autora, o local que, normalmente, muitas pessoas carregam no imaginário em que ocorre o estupro apareceu no início do texto. No caso envolvendo o estupro de Alice Sebold, confirma-se o discurso em torno da crença de que esse tipo de violência ocorre com frequência nos túneis ou becos escuros, em que meninas e mulheres não podem transitar porque serão estupradas. Porém, Sousa (2017) defende que não é apenas nos becos escuros, em que mães orientam as filhas a não passarem, que ocorre o estupro, uma vez que esse abuso acontece em qualquer lugar. A própria casa, considerada um local seguro, é o espaço em que mulheres e crianças são mais violentadas sexualmente.

Acreditar que o estupro ocorre com mulheres que frequentam espaços públicos, especificamente, em horários noturnos pode colaborar para a negação da vulnerabilidade do gênero feminino. Uma mulher pode pensar que jamais será estuprada ou até mesmo desconsiderar o estupro que sofreu em casa, com base nos discursos de que tal violência só compreende espaços públicos e que o agressor sempre serão pessoas estranhas. Entretanto, o maior número de estupro tem ocorrido na própria casa ou na casa de amigos/conhecidos, sendo o agressor um conhecido. Vargas (1999) argumenta que, geralmente, os homens considerados estupradores e que são denunciados são aqueles estranhos que cometem o estupro na rua; por outro lado, os homens que estupram crianças e que são membros da família têm as queixas retiradas, já que se trata da palavra da criança contra a palavra de uma família inteira. Igualmente, o estupro marital não é denunciado (MEDEIROS, 2016).

Assim, é necessário problematizar o discurso de que o estupro e/ou abuso sexual não consiste apenas naquela narrativa do início deste capítulo. É importante enfatizar que não se pretende desconsiderar os estupros ocorridos em túneis ou becos escuros, ou em qualquer outro ambiente público, em que um homem estranho ataca a vítima. Mas é preciso levar em conta igualmente que o estupro é um tipo de violência que poderá acontecer em locais (in)imagináveis, ou seja, no lugar em que menos se imagina, bem como no lugar em que se imagina. É necessário, ainda, não perder de vista que, quase sempre, em ambos os espaços, seja público ou privado, a vítima tende a ser culpabilizada pela agressão.

Conforme sugere Sousa (2017), a menina quando nasce se depara com modelos de comportamento, segundo os quais precisa agir socialmente, e tem os espaços privados como lugar de proteção. O discurso em torno do comportamento da vítima e da preservação do corpo feminino cercam as mulheres desde a infância. Porém, os casos de estupro envolvendo crianças, por exemplo, apontam que os espaços privados não são tão seguros como muitos pensam. Essa constatação é indicativa de que a prática de estupro não está relacionada ao local frequentado pelas mulheres, mas à problemática de gênero, já que alguns homens não são educados para respeitar o gênero feminino, independentemente da idade ou de qualquer espaço, seja público, seja privado.

Como se observa, a maioria dos estupros de crianças tem ocorrido em casa, e os agressores tendem a mostrar a supremacia sobre o corpo feminino e culpabilizar a vítima pelos abusos. Em uma cidade do interior de Mato Grosso, recentemente, um padrasto estuproou uma menina de quatro anos de idade dentro de casa e quando o estupro foi descoberto, ele disse que “a culpa era da criança.”<sup>48</sup> Igualmente, em outros casos de diversas regiões, os abusadores estupram e culpabilizam as meninas pela violência. Outro exemplo ocorreu na cidade de Guarujá-São Paulo, em que o padrasto comete o abuso dentro de casa e culpa a menina de seis anos pelo estupro, dizendo que “ela é uma diaba.”<sup>49</sup> Em um município próximo a Teresina - Piauí, outra menina de dez anos é estuprada pelo padrasto na própria casa e a mãe da criança, mesmo presenciando o estupro, a culpabiliza pela violência. Para conseguir denunciar os abusos sexuais, a menina procurou ajuda de professores<sup>50</sup>. Nota-se que estupros podem acontecer em casa ou em qualquer outro espaço e que a sociedade tende a culpar o gênero feminino, independentemente da idade.

---

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.gcnoticias.com.br/policia/aculpa-odacrian-cadizhomemacusadodeestuprarmeninde4anos/71341096>. Acesso em: 02 set. 2019.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/suspeito-de-estupro-padrasto-culpa-enteada-ela-e-uma-diaba/>. Acesso em: 02 de set. 2019

<sup>50</sup> Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/07/05/crianca-estuprada-padrasto/>. Acesso em: 02 de set. 2019

Mesmo as próprias mulheres, algumas vezes, reproduzem o discurso de que a culpa é da vítima pela violência ocorrida. Casos como os exemplificados enunciam uma relação de poder entre o gênero masculino (padrastos) e o gênero feminino (meninas), em que esse último, geralmente, encontra-se em uma relação hierarquicamente desfavorecida em relação ao primeiro. A figura de um membro familiar perante a criança representa autoridade. Em caso de relato do abuso, quase sempre é a palavra dessa autoridade familiar contra a de uma criança, em uma posição inferior de hierarquia (BROWNMILLER, 1976; PAULA, 2011). Essa relação de poder apenas passa a ser da criança quando outros membros familiares acreditam na vítima e o agressor é denunciado.

Na sequência, busca-se discutir os estupros recorrentes que meninas ou mulheres sofrem. Geralmente, a recorrência de estupro ocorre quando a vítima é violentada em um ambiente familiar e continua mantendo contato com o agressor ou, até mesmo, quando é violentada e acolhe o discurso de culpabilização que a sociedade tende a realizar sobre o corpo feminino.

## **2.2 Estupros recorrentes e o silenciamento das vítimas**

Para esta seção, não encontrei muito assunto na literatura que justificasse os motivos pelos quais, principalmente, vítimas que já sofreram abusos sexuais uma vez, novamente voltam a sofrer a violência com outros violentadores. O *corpus* de pesquisa deste trabalho apresenta bastante recorrência dessa problemática de vítimas que sofreram mais de um estupro e/ou violência sexual com sujeitos diferentes, mas nem elas possuem respostas específicas para o fato.

Desse modo, é relevante problematizar questões como essas, com base no que foi discutido até aqui, para pensarmos nas prováveis motivações que cercam os discursos em torno do estupro, ainda mais se as mesmas vítimas tendem a sofrer estupros recorrentes.

Medeiros (2016) sugere que o estupro e/ou abuso sexual é uma violência que pode acontecer com recorrência, sem realização de denúncia, principalmente, se o violentador é alguém familiar. Cerqueira, Coelho, e Ferreira (2017, p. 22-23), em pesquisa realizada sobre o estupro no Brasil, a respeito das vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014, explicam que “enquanto 14,0% das pessoas violentadas por desconhecidos haviam sofrido estupro anteriormente, 56,5% das vítimas cujos algozes eram conhecidos sofreram estupros repetidos.” O maior índice da

pesquisa pode apresentar como justificativa o fato de as vítimas conviverem com seus violentadores sem realizar a denúncia, conforme lembram Cerqueira e Coelho (2014, p. 5), ao estimarem que “a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia.” Tais dados nos remetem aos estupros de meninas que são abusadas por familiares ou conhecidos e de mulheres que sofrem o estupro por membros da família, principalmente, cônjuges, sem realizar a denúncia de seus agressores.

Em relação à recorrência do estupro envolvendo violentadores diferentes, não cabe generalizar os motivos pelos quais as vítimas que já sofreram o estupro em alguma fase da vida voltam a ser violentadas. Porém, é importante salientar que, do mesmo modo que existem discursos em torno da negação da vulnerabilidade, mencionados por Scarpati (2013), em que mulheres podem se sentir incapazes de sofrerem estupro por acreditarem na boa reputação e corresponderem às normas sociais de moralidade feminina, também pode ocorrer o inverso. Nesse caso, as vítimas que já tenham sofrido estupro podem acolher o discurso em torno da culpabilização, seja por pensarem que despertam o instinto masculino e se sentirem mais submissas, seja por acreditarem que não possuem boa reputação porque foram violentadas em outra ocasião ou até mesmo que seus corpos não têm mais valor social. Tal problematização resgata o discurso presente na Idade Média e sobre o qual Vigarello (1998) reitera que, na Era Clássica, o corpo de uma mulher estuprada não tinha mais valor perante a sociedade.

Ainda hoje não é muito diferente, por isso vítimas de estupro se sentem isoladas, sem apoio de familiares ou de pessoas que sabem da violência. Paula (2011) relata, por meio de dados de pesquisa, que algumas mães de crianças e adolescentes vítimas de estupro contam que, após o caso ter se tornado público, houve discriminação da sociedade que acarretou no desejo de suicídio e na desvalorização do corpo por parte das vítimas. Machado (1999) cita os discursos de mulheres abusadas sexualmente em que aparecem enunciados de que seus corpos são impuros e sujos; além do mais, tendem a se julgar prostitutas<sup>51</sup> por não conseguirem impedir a violência. Ferreira Lima; Mariana Gonçalves Farias; Lia Wagner Plutarco (2017) entendem que a imagem das vítimas de estupro concebida socialmente serve para separar as mulheres que seguem um padrão tradicional daquelas que fogem desse enquadramento, como a exemplo das vítimas de estupro que são julgadas, culpabilizadas, difamadas e excluídas.

---

<sup>51</sup> As prostitutas merecem respeito como qualquer outra mulher; porém, o que implica neste contexto não é a noção de respeito por parte dessas mulheres, mas de moralidade por acreditarem que o corpo foi desonrado.



Sendo assim, a recorrência de estupros pode entrelaçar-se com sentimentos de medo, de vergonha e de culpa, que acabam funcionando como mecanismos de silenciamento. O silenciamento pode ser entendido como um dispositivo de disciplinarização, em que a mulher se cala submetendo seu corpo como objeto ao gênero masculino. Entretanto, o silenciar-se diante da violência pode ser compreendido como aceitação do abuso, principalmente para aqueles sujeitos que acolhem o discurso de que a relação sexual forçada não consiste em estupro, mas que a mulher queria e que ele tinha como função transformar o “não” em “sim”, por meio de estratégias abusivas. Se ocorrer a relação por esses meios, o sujeito tende a não considerar estupro, uma vez que não houve resistência que resultasse em hematomas no corpo feminino.

Portanto, para dar continuidade ao que está sendo discutido, a nova seção será dedicada à discussão a respeito do desconhecimento da violência, medo e culpabilização da vítima de estupro.

### **2.3 Desconhecimento da violência, medo e culpabilização**

As vítimas de estupro, ao relatarem o que sofreram com o agressor, acabam enunciando medo em vários sentidos, desde falar do assunto até mesmo de seus próprios agressores. O medo parece ser um sentimento que a sociedade tentou imprimir nas mulheres a partir do nascimento, como mecanismo de submissão dos corpos femininos ao gênero masculino.

Uma mulher amedrontada se sente impotente e tende a silenciar, principalmente, frente à violência de gênero. Esse silenciamento pode também vir acompanhado de culpa por, muitas vezes, achar que o modo de agir não corresponde às normas sociais. Josana Maria Oliveira Pereira (2018) tece a argumentação de que a sociedade tende a culpabilizar a mulher pela ocorrência de estupro mais do que pelo crime de assalto. Se uma mulher for assaltada na rua, não há culpa por aquela situação. Entretanto, se for estuprada, o discurso é que lugar de mulher é em casa. Esse discurso sugere uma forma de vigilância que funciona como mecanismo disciplinar do corpo feminino, para inibir qualquer tipo de resistência feminina, mostrando assim o lugar desenhado para a mulher. Dessa forma, o medo e a culpabilização podem fazer com que algumas mulheres sejam engessadas com roupagens que levam, muitas vezes, à falta de conhecimento de seus direitos e dos tipos de violência que as cercam socialmente.

No Manual do Ministério da Saúde que orienta sobre violência intrafamiliar (BRASIL, 2001, p. 15), expõe-se que “muitos homens não assumem que estão sendo violentos, muitas mulheres também não reconhecem a violência que estão sofrendo”, em virtude de essas práticas abusivas terem se tornado naturalizadas entre os gêneros feminino e masculino. Em virtude disso, algumas vezes, homens que praticam os abusos sexuais dentro de ambiente doméstico ou em locais que são habituados a frequentar (festas, casas de amigos) não se reconhecem estupradores, mas esses mesmos homens percebem na atitude de outros homens a imagem do estuprador (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017). Para alguns, aquele que comete estupro é o sujeito que se utiliza de atos extremamente violentos, ou seja, geralmente, é o louco que ataca mulheres e as matam. Sousa (2017, p. 24) aborda esse assunto para mostrar como a figura do estuprador é estereotipada pelos próprios homens:

[...] alguns desses homens que rechaçam o estupro ‘típico’ de casos como o do ‘Maníaco do Parque’ são os mesmos homens que praticam estupros de outras formas, até mesmo sem se dar conta de que aquilo é estupro. E aqui entra a importância do esclarecimento do que é um estupro na perspectiva do estuprador e da sociedade, não apenas da vítima.

Na perspectiva da lei, cabe ressaltar que o estupro consiste em “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso<sup>52</sup>”. Para Clariana Leal Sommacal e Priscila Azambuja Tagliari (2017), obrigar uma mulher ter relação sexual não consentida ou constranger uma mulher a praticar sexo é equivalente a estuprar.

Entretanto, observa-se que a legislação brasileira tende a acolher o discurso de que o estupro acontece com base na violência ou grave ameaça, excluindo, portanto, outros modos de estupro em que não se utiliza da violência explicitamente, mas que pratica o ato sexual sem consentimento da vítima causando grave violência psicológica e moral. De acordo com Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira, Vanda Palmarella Rodrigues, Adriana Diniz Rodrigues, Telmara Menezes Couto, Nadirlene Pereira Gomes e Normélia Maria Freire Diniz (2017, p.6), “a experiência abusiva constitui um trauma que acompanhará a mulher em todas as situações e em seus relacionamentos interpessoais.” Isso denota que os hematomas não ficam no corpo, mas geralmente afetam o psicológico das vítimas.

Ao tratar do crime de estupro, o importante é considerar a palavra da vítima, tendo em vista que ela reconheceu o ato como uma relação não consensual, no qual o agressor poderá se utilizar de diferentes mecanismos de coação para praticar a violência:

---

<sup>52</sup> Código Penal Brasileiro em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Portanto, a violência sexual, mormente o estupro, é um comportamento desencadeado pela desigualdade de gênero, afirmando-se como uma relação de poder indissociável da dominação masculina. Ademais, é possível aferir também que a violência de gênero tem no elemento cultural seu grande sustentáculo e fator de perpetuação de violações contra as mulheres tendo em vista ser proveniente da objetificação da mulher e do seu corpo como propriedade de um homem, restringindo sua independência ao limitar sua autonomia e liberdade. (NASCIMENTO, 2017, p. 24).

Nessa perspectiva, o que cabe problematizar é que o reconhecimento do estupro por parte da vítima e aceitação da denúncia pelas instituições competentes tornam-se de suma importância para que os sujeitos acostumados a cometerem práticas sexuais abusivas também compreendam em que consiste o estupro. Nesse sentido, cabe lembrar que as relações entre os gêneros são entremeadas por práticas de poderes. Essas relações apenas serão mais simétricas se ambos reconhecerem o sentido do estupro. Desse modo, para que mulheres reconheçam as práticas de estupro, é primordial que as vítimas não acolham o discurso de culpabilização para que possam romper com discursos baseados em crenças que têm, historicamente, endossado a violência contra as mulheres e isentado o agressor da culpa pelos atos abusivos.

Na próxima seção, será abordada a ausência de denúncia, situação em que vítimas, entre outros fatores, silenciam por medo, culpa e até mesmo por desconhecimento de que sofreram estupro.

#### **2.4 O silenciamento do estupro: ausência de denúncia**

A denúncia da vítima para os casos envolvendo violência sexual é fundamental para que os agressores comecem a receber a penalidade de acordo com a lei. Embora a punição não seja o caminho para que o estupro deixe de existir na sociedade, no atual contexto talvez seja um dos meios de mostrar que essa violência não pode ser naturalizada socialmente. Primeiramente, o estupro precisa ser tratado como uma problemática de gênero em que homens possam entender que o corpo feminino não é uma propriedade masculina, mas que necessita ser respeitado.

Tratando-se do processo que abrange a denúncia, o silenciamento do estupro é o que prejudica a realização do ato de denunciar os agressores e ocorre por decisão da vítima, envolvendo vários fatores. Para pensar sobre a questão do silenciamento, que resulta na ausência de denúncia do agressor, cabe citar a diferença que envolve os abusos sexuais de crianças e os de mulheres adultas. Generalizar as causas pelas quais as vítimas de estupro não realizam a denúncia de seus violentadores consiste em desconsiderar a subjetividade dessas

vítimas. Assim, o que se pretende tecer nesta seção são apenas algumas considerações presentes na literatura para pensarmos no assunto e problematizarmos a complexidade que cerca o ato de denunciar os agressores.

Em boa parte dos casos de violência sexual, a denúncia acaba se embaraçando no próprio ambiente familiar, sem mesmo chegar aos órgãos de denúncia (VARGAS, 1999; PAULA, 2011; MEDEIROS, 2016). Desse modo, as vítimas de estupro maiores de idade que sofrem estupro de seus companheiros, muitas vezes, não os denunciam devido a vários fatores.

Medeiros (2016) elenca algumas questões pelas quais as mulheres tendem a não realizar a denúncia: medo de desfazer o lar conjugal e extinguir a ideia de família perfeita, criada com tanto esforço; dependência financeira e dependência emocional em razão dos filhos e do esposo. Sobre o assunto, Paula (2011) expressa que a mulher tem medo da retaliação por parte de toda família, assim como teme a exposição de sua vida íntima e a possibilidade de separação do cônjuge que, além de envolver questões afetivas, atingem as de sobrevivência familiar.

Também crianças ou adolescentes tendem a silenciar frente aos abusos sexuais praticados pelo adulto. Conforme lembra Paula (2011) a respeito do abuso sexual que abrange crianças, um dos principais fatores que demarcam o abuso sexual é a relação de poder estabelecida sobre a criança e pelo abusador, que implica autoridade e obediência.

Desse modo, o silenciamento de crianças e o medo de denunciar podem se entremear com a questão das relações de poder, em que a criança tende a ter medo do adulto e não ter credibilidade diante dos próprios familiares. Alguns estudos (LIRA et al., 2017; PAULA, 2011) apontam que, mesmo a família sabendo da ocorrência do estupro em que o pai ou padrasto é o agressor, a tendência é que a denúncia não seja efetuada por decisão da mãe. Lira et al. (2017, p. 5) expõem que, para essas mães, denunciar o companheiro é uma demonstração de fracasso como mãe e como mulher.

Geralmente, nos estupros em que os violentadores são pais ou padrastos, pode acontecer de as mães se afastarem das filhas pela incompreensão ou pelo sentimento de culpa. Lira et al. (2017, p. 5) salientam que:

Assim sendo, a reação materna de afastamento da filha gera um dado comumente encontrado quando o abusador é o pai ou o padrasto, constituindo uma tentativa injusta de buscar na conduta da criança ou adolescente justificativas para compartilhar a culpa e a responsabilidade pela vivência abusiva.

Além disso, Paula (2011) entende que, além do medo que cerca essas crianças abusadas, há muita dificuldade de enfrentamento, tendo em vista que a família pode se sentir constrangida em revelar o fato ao público; também surge a insegurança de realizar a denúncia porque, na maioria das vezes, o tratamento recebido das instituições de segurança pública é inadequado, o que causa mais constrangimento. Assim, a violência que ocorre dentro da família continua, em geral, a ser encarada como algo a ser resolvido em seu interior.

Oliveira (2016, p. 13) entende que a atitude de denúncia de uma situação de violência passa pelo rompimento com os aspectos simbólicos da família como universo moral. A atitude de denunciar um violentador é algo muito complexo, razão pela qual, quase sempre, a família prefere deixar a violência em âmbito privado para sustentar o discurso de que “roupa suja se lava em casa.” Entretanto, esse discurso não pode ser concebido em uma sociedade em que se violentam mulheres e crianças no espaço familiar e se silenciam em nome da manutenção da família como instituição moral frente à sociedade. Os resultados disso podem estar entrelaçados com os altos índices de mortes físicas e psicológicas que afetam o gênero feminino. Uma pesquisa americana foi reproduzida no Brasil e a conclusão é de que as mulheres são mais suscetíveis à depressão do que os homens. Um dos possíveis fatores pode estar associado à questão da violência sexual, uma vez que são as mulheres as maiores vítimas de casos de estupro e abusos mais recorrentes<sup>53</sup>.

Não se pode deixar de salientar outros tipos de estupro que envolve pessoas desconhecidas da vítima. Nesses casos, pode ocorrer a denúncia, desconsiderando fatores emocionais entre vítima e violentador. Entretanto, mesmo assim, não é algo simples; as mulheres violentadas relatam que sofrem com julgamentos da sociedade e do sistema jurídico, no qual, em muitas situações, o resultado é a impunidade dos violentadores (COULOURIS, 2004). Assim, o silenciamento das mulheres quase sempre é revestido de uma culpabilização. Varella (2014 apud LIMA; FARIAS; PLUTARCO, 2017) ressalva que tal culpabilização tem estimulado o silêncio das vítimas, sendo comum ouvirem de policiais e da família julgamentos sobre o comportamento dessas mulheres, de forma que, frente a esses julgamentos, sentimentos como medo e vergonha desestimulam a denúncia.

Portanto, tentar explicar o silenciamento das vítimas e a decisão de não realizar a denúncia dos agressores, novamente se engessa na complexidade da situação, pois cada vítima está alinhada em um contexto diferente, que acaba influenciando as atitudes a serem tomadas após o estupro. Porém, é necessário enfatizar que, após tal violência, a vítima precisa

---

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/entenda-por-que-a-depressao-atinge-mais-as-mulheres>. Acesso em: 08 de set. 2019.

de apoio de familiares, amigos e de instituições que prestam atendimento, no sentido de ajudá-la com o prosseguimento da denúncia, bem como na tentativa de superar o trauma da violência.

Na sequência, serão explanadas as consequências do estupro para a vida, destacando-se, inclusive, que as atitudes adotadas pela família podem contribuir para a superação dos traumas ou prejudicá-la enormemente.

## **2.5 As consequências do estupro para a vida**

Mulheres que sofrem algum tipo de violência sexual em qualquer fase da vida, na infância ou na fase adulta, embora busquem se reconstruir, tendem a apresentar algumas fragilidades psicológicas que quase sempre vêm entremeadas com a culpa da violência sofrida. Medeiros (2016, p. 16-17) entende que as consequências do estupro atuam de modo silencioso, corroendo a carne e a mente, deixando marcas invisíveis, difíceis de serem tratadas. Do mesmo modo, pela perspectiva de Lia Zanotta Machado, as estudiosas Campos, Machado, Nunes e Silva (p. 1001, 2017) concordam que:

O estupro é um ato violentíssimo, uma invasão ao corpo com efeitos em geral impensados e nem sempre reconhecidos: depressão, períodos longos de silêncio, descuido com o corpo, dificuldade e pânico diante de tentativas de estabelecer novas parcerias afetivas e sexuais, incompreensão e distanciamento de namorados, maridos, sentimentos de vergonha e uma sensação de medo, constante e paralisadora.

Independentemente de serem menores ou maiores de idade, as vítimas de violência sexual não conseguem voltar ao que eram antes, porque os abusos sexuais violam o corpo, abalam a moral e o psicológico em virtude de a mulher perder a autonomia do corpo que é expressamente dela, mas do qual o gênero masculino, às vezes, sente-se no direito de tomar posse pela violência. Silva (2007) destaca que, após a violência sexual, as principais emoções vivenciadas pelas vítimas abrangem medo, vergonha, desconfiança e nojo do próprio corpo. Além disso, jogar as roupas que usavam durante o estupro é como se fosse uma maneira de sair da cena do crime, ou seja, tentar esquecer aquele momento doloroso.

Com base em estudos de Medeiros (2016), Silva (2007), Barros (2015) e Lira et al. (2017) envolvendo os problemas psicológicos enfrentados pelas mulheres após a violência sexual, muitos traumas costumam acompanhar as vítimas na infância ou na adolescência, quando a violência acontece, e mesmo na fase adulta em que mulheres, geralmente, tendem a ser mais culpabilizadas pelo comportamento. Os traumas recorrentes envolvem baixa

autoestima, desejo de suicídio, alcoolismo, dificuldade no relacionamento sexual, entre outros. Assim, cabe enfatizar que uma vítima de violência sexual, para tentar amenizar os traumas, necessita de atendimento especializado.

Desse modo, nesta seção não há muito que citar sobre traumas psicológicos, tendo em vista que os dados apontam que a violência sexual é um grave problema de saúde pública que preocupa e confronta nossa sociedade. A prevalência, a magnitude e as consequências desse problema têm merecido atenção crescente por parte de estudiosos e pesquisadores, conforme salientam Valença; Isabella Nascimento; Nardi (2013, p. 97). Os discursos que cercam o gênero feminino tendem a culminar em graves consequências, em razão de que o estupro é um ato de dominação desse gênero mais voltado para a disciplinarização dos corpos do que para realização do prazer sexual, como alguns pensam. O estupro não pode ser entendido como uma relação sexual, mas como uma das práticas mais humilhantes, pela qual se submete a vítima a uma condição de inferioridade e submissão com que se endossa socialmente a posição do sujeito. Figueiredo (2014, p. 146) enuncia com base em Coates e Wade (2004) que:

[...] descrever a agressão como uma forma de satisfazer os impulsos e necessidades sexuais masculinos significa dizer que agressão sexual e relação sexual são termos sinônimos, quando na verdade trata-se de formas de interação radicalmente distintas: a primeira é um ato unilateral de violência, enquanto a segunda é uma atividade coparticipativa. Outro problema na representação da agressão sexual como resultado de impulsos e necessidades masculinas é o fato de as vítimas desses crimes serem majoritariamente mulheres, crianças ou pessoas com algum tipo de deficiência/incapacidade. Se a causa dos crimes sexuais fosse de fato o desejo masculino incontrolado e incontrolável, as vítimas não seriam apenas mulheres, crianças e incapazes, mas qualquer pessoa que estivesse por perto, inclusive homens, o que não é o caso.

Ainda sobre o assunto, Figueiredo (2014), na perspectiva de Adler (1987, p. 11), reitera que o problema de o estupro ser encarado como um ato sexual, e não como um ato de agressão e hostilidade, é que ele continuará a ser tratado como algo predominantemente prazeroso para ambas as partes, e não como algo danoso para as mulheres. Portanto, pensadoras e pesquisadoras feministas concordam que, no núcleo do estupro, estão a violência e o desejo de dominação (MACKINNON, 1983; GRAYCAR E MORGAN, 1992; MATOESIAN, 1993; COATES E WADE, 2004) e que o abuso sexual é uma arma usada pelo agressor para infligir à vítima uma camada extra de ofensa, dor e humilhação (FIGUEIREDO, 2014, p. 148).

Portanto, cabe enfatizar que as consequências são inúmeras e que apenas quem vivencia uma experiência devastadora como é o crime de estupro é capaz de sentir e sofrer

com tais consequências, como ficará perceptível na seção de análise, em que surgirão os relatos das vítimas de estupro.

O próximo capítulo teórico resulta da trama de fios entre relações de poderes, no sentido de discutir a vontade de dominação masculina com base no machismo. Além disso, serão tecidas considerações sobre os dispositivos de poder que estão entrelaçados com as práticas/relações de saber em torno do corpo feminino. Os dispositivos escolhidos para tratar das violências sexuais e corpos femininos abrangem religião, família e, por fim, sociedade.



### CAPÍTULO 3

## MULHERES DIALOGANDO COM FOUCAULT: TRAMAS ENTRE RELAÇÕES DE PODER E OS DISPOSITIVOS EM TORNO DO CORPO FEMININO

*É sempre a vadia,  
É sempre a que traía!  
Mas onde o traidor?  
Onde o estuprador?*

*A mulher que trabalha,  
Que sempre batalha,  
Que raro se ausenta,  
Dos seus que amamenta...*

*É a mulher que sustenta  
Que tudo já aguenta  
Por ela que há vida  
Se faz e se alenta.  
[...]*

*(Dora Incontri, 2016)<sup>54</sup>*

Neste capítulo teórico, tramarei fios sobre as relações de poder entre os gêneros feminino e masculino. Tecer sobre relações de poder implica incluir as relações de saber que estão interligadas, formando uma trama que permite compreender como alguns discursos tendem a surgir na história (FOUCAULT, 1979). Sendo assim, serão discutidos esses poderes, na perspectiva foucaultiana, que se entrelaçam com a vontade de dominação masculina em torno do corpo feminino. Cabe destacar que o poder não está centrado em uma pessoa ou em uma coisa, pois ele se espalha em todas as tramas sociais. Ao entender o machismo como vontade de dominação, considera-se que o comportamento machista pode ser uma prática exercida em que, sobretudo, os sujeitos masculinos tendem a desejar sujeitar e dominar as mulheres por meio de discursos e práticas de poder.

Entretanto, o machismo também não pode ser analisado como algo exclusivamente do homem, já que ele permeia os sujeitos determinando suas forças, ou seja, seu poderio. Assim, é relevante lembrar que será abordado o machismo que enfatiza as práticas masculinas, mas não excluirá completamente a concepção de que o machismo também aparece em discursos e práticas femininas.

---

<sup>54</sup> Poema publicado na página da autora. Disponível em: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. 2018..

Assim, tecerei este capítulo discutindo os dispositivos de poder sobre os corpos femininos e apresentarei interpretações que ressignificarão esses dispositivos, em torno da religião, família e sociedade para o momento atual. Com base numa perspectiva dos estudos de Foucault (1979), e por meio do diálogo com estudiosas(os) desse assunto, será possível pensar como a família, a religião e a sociedade exerceram seus poderes sobre os corpos femininos e tendem a manter alguns discursos pelos quais parecem ser acolhidos atualmente.

### **3.1 Relações de poder entre os gêneros: machismo como vontade de dominação masculina**

As relações de poder entre os gêneros feminino e masculino tendem a ser marcadas pela desigualdade, em virtude de muitos homens acreditarem que se encontram em uma posição de superioridade em relação às mulheres. Essa relação se torna conflituosa e tem causado muitos danos às mulheres, uma vez que homens usam alguns mecanismos para exercer a dominação do corpo feminino.

O poder não é exercido expressamente pela violência, mas por mecanismos de controle que demarcam as práticas de poder sobre os corpos, que podem incluir a violência. Para Foucault (1979, p. 183), o “poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede.” Seu interesse está em analisar o poder sob o aspecto de

como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem gestos, regem os comportamentos, etc. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

O poder não pode ser pensado de maneira isolada, em que se mantém em ponto fixo. Esse poder permeia os corpos, razão pela qual deve ser pensado como práticas de poder que estão presentes em vários lugares. São múltiplos os poderes que funcionam com seus mecanismos, que tendem a exercer força em dado momento para produzir seus efeitos. Desse modo, o poder não funciona dissociado do saber, pois ambos se articulam desempenhando funções em cada momento histórico.

Nessa perspectiva, os saberes institucionais, tais como a medicina, a psiquiatria, a área jurídica, entre outros, produzem discursos que regem o comportamento da sociedade. Assim, “o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Para pensar nas relações de gênero feminino e masculino, cabe ressaltar que o poder não se mantém em um único ponto, porém demanda analisar como essas relações tendem a ser marcadas pela desigualdade, situação em que homens incorporam práticas machistas como vontade de dominação sobre os corpos femininos. Por exemplo, quando define o estupro/abuso sexual como prática de dominação do corpo feminino, não significa que o gênero masculino é aquele que está sempre em uma posição de superioridade ou dominação e que a todo tempo exerce as práticas de poder. Do mesmo modo, compreender as relações de gênero como desiguais não é assumir que o poder está centrado no gênero masculino, mas compreender que os homens, em algumas práticas, tendem a demonstrar a hegemonia para justificar a sua posição social de “sujeito macho”. Essas relações exprimem como tais práticas do sujeito masculino são manifestadas como uma “vontade de dominação do gênero feminino”. Semanticamente, a palavra “vontade” traduz a subjetividade de o sujeito escolher praticar ou deixar de praticar certos atos. Porém, é necessário compreender que ainda se vive em uma sociedade que define as relações de poder com bases sexistas.

De acordo com o que enfatiza Mary Pimentel Drumont (1980), analisar como essas relações se constituem ao longo do tempo em torno dos gêneros masculino e feminino demanda pensar que, desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades e que normatizam os modos de agir, estabelecendo o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e, em contraposição, o de inferioridade da menina. Para Margarita Díaz e Cabral (1998), práticas de poder se constituem culturalmente a partir do nascimento, já que familiares e sociedade criam regras de comportamento para meninos e meninas, produzindo subjetividades. Os autores entendem que a diferença em torno dos papéis de gênero começa antes do nascimento, quando a família prepara o enxoval pensando no sexo do bebê, e, após o nascimento, a identificação passa novamente pelo sexo, que define a criança como menina ou menino pelos genitais femininos ou masculinos, e a ambos são ensinados pela família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de se comportar.

Os saberes da medicina endossam os discursos em torno da sexualidade da criança a partir do momento que passa a ser gerada. O médico já cria expectativas para que os pais desejem saber o sexo do bebê: Será menina ou menino? O que vocês preferem? Às vezes, o pai – gênero masculino – já se manifesta que prefere menino, idealizando um modelo de masculinidade que se assemelhe à dele, pensa no time de futebol, nas cores das roupas da criança, na força física, entre outros. Desse modo, a vontade de dominação masculina nasce a partir dos discursos surgidos desde antes do nascimento, que posicionam o homem na

categoria de “macho dominador”, titular da força e dos espaços públicos e, de outro modo, a “mulher submissa”, frágil e pertencente aos espaços privados. As práticas de poder tendem a surgir com pressupostos machistas. Drumont (1980, p. 81) define machismo como um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher.

Mesmo existindo essa normatização social em torno dos gêneros feminino e masculino, o pensamento foucaultiano não se interessa explicitamente pelas questões envolvendo a mudança do sujeito e sim como esses processos de normatização e sujeição aconteciam; isso não implica compreender determinado sujeito em uma posição fixa ou passiva, que é sempre dominado por determinadas práticas de poder sem escapatória de resistência: “Onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.” (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Portanto, na categoria das práticas de poder entre os gêneros masculino e feminino, é preferível pensar nessas práticas como “vontade de dominação masculina”, resultante da construção social machista, de modo que essa vontade pode ser ressignificada pelo desejo de realizar escolhas baseadas em relações menos desiguais entre os gêneros. Cabral e Díaz (1998, p. 142) entendem que “as relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres.” Refletindo sobre esse processo pedagógico, compete à sociedade pensar outras maneiras para que as práticas de poder marcadas pela vontade de dominação masculina, com pressupostos machistas, se modifiquem culturalmente e historicamente, configurando as relações de gênero menos desiguais em referência aos direitos e ao respeito entre os sujeitos.

Na sequência, a discussão sobre os dispositivos de poder em torno do corpo feminino é tecida, considerando-se que o poder não funciona sem seus dispositivos que podem ter a função de normatizar, vigiar, disciplinar e punir os corpos das mulheres.

### **3.2 Os dispositivos de poder em torno do corpo feminino**

Tecer sobre dispositivos de poder implica considerar que, embora esses dispositivos possuam uma funcionalidade social, o poder não se sintetiza em algo fixo, mas está na sua capacidade de circular. O poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a

que nada ou ninguém escapa. Assim, o poder precisa ser pensado em termos de práticas ou de relações de poder (FOUCAULT, 1979). As práticas ou relações de poder não podem ser consideradas na dualidade do opressor e do oprimido, uma vez que tais práticas se exercem de acordo com cada contexto e as relações se constituem juntas.

Foucault (1979, p. 244) entende dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O autor define dispositivo como um conjunto heterogêneo, formado por discursos, instituições, estruturas, organizações arquitetônicas, leis, enunciados, proposições filosóficas, o dito e não dito e a rede entre esses elementos.

Considerar que os dispositivos funcionam de acordo com determinado momento histórico significa reconhecer que um dispositivo pode estabelecer uma força maior em certos momentos, mais do que em outros. Embora Foucault não tenha tecido seus estudos pensando no futuro, ele analisou os dispositivos daquele momento histórico, que poderiam funcionar ou não na atualidade.

Para refletir sobre a analítica dos poderes, Foucault se debruçou sobre esses estudos referentes ao século XVIII, com a pretensão de dar continuidade à discussão sobre a penalidade dos enclausurados, sobre cujos corpos incidia uma tecnologia própria de controle. Essa tecnologia não era exclusiva da prisão, mas, na época, outras instituições, tais como o hospital, o exército, a escola, a fábrica, desempenhavam a função de controlar os corpos, com o objetivo de torná-los dóceis. Esse tipo de poder ficou conhecido como poder disciplinar (FOUCAULT, 1979). Nesse aspecto, é preciso entender que o estudioso que discute proficuamente a questão do poder concebe determinadas instituições, bem como os discursos que as cercam, como dispositivos de poder disciplinar. Para esse autor, a disciplina funciona como métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo e fabrica o tipo de sujeito necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade.

Com base na concepção de dispositivos de poder, é relevante considerar duas instituições que aparecem com recorrência no *corpus* de análise, que desempenharam e ainda continuam exercendo sua força nos discursos referentes aos modos como os sujeitos precisam se comportar socialmente. Na época em que Foucault realizou seus estudos sobre poder, ele pode ter interpretado ou até mesmo não ter dado tanta importância a algumas instituições, as quais foram confirmando a produção de seus efeitos nos corpos com o decorrer do tempo. Nesse sentido, o pensamento foucaultiano será ressignificado para a atualidade, analisando as instituições “família e religião” como categorias analíticas que tendem a funcionar como dispositivos de poder.

Não se pretende entrar na discussão, no sentido de pensar nessas duas instituições como aparelhos ideológicos do Estado, tampouco de soberania, mas de expor como o poder nem sempre visível pode atuar e produzir seus efeitos. Para Foucault (1979), o que importa não é estudar o poder como dominação global e centralizado que se pluraliza, se difunde e repercute em outros setores da vida social de modo homogêneo, mas um poder que tem uma existência própria e formas específicas no nível mais simples. Esse poder será sempre heterogêneo em virtude de estar no domínio das práticas e relações de poder.

Observa-se, no atual momento histórico, que os discursos em torno da família e da religião têm funcionado como dispositivos de poder cercados pelos efeitos de moralidade. A família conservadora sempre foi desenhada a partir de uma sinonímia de moral; a religião, do mesmo modo, tende a reiterar o sentido de moralidade daqueles que estão inseridos nessa instituição. Se os discursos que cercam a religião e a família expressam o sentido de moralidade, esta, por sua vez, tem exercido seu poder no decorrer dos tempos, atuando nos corpos com sentido disciplinar, sobretudo, no que compete aos corpos femininos. As duas instituições agem como dispositivos de poder mantenedores do discurso de moral; portanto, pode-se entender que a religião e a família são dispositivos de poder que expressam sentido moral, porém o discurso em torno da moralidade pode ter a função de disciplinar os corpos para torná-los dóceis. Disciplinar, antes de tudo, implica vigiar, isto é, a vigilância é um mecanismo que desempenha sua funcionalidade em conjunto com a disciplina.

Desse modo, o que importa não é analisar as instituições “família e religião” em outros domínios, mas especificamente em sua funcionalidade como dispositivos de poder de vigilância e disciplina quanto aos corpos femininos. Fazer referência aos corpos femininos não significa admitir que a família e a religião também não tenham distintas funções sociais, nem desempenhem outros poderes e não possuam outra função no que compete a outros corpos na questão da sexualidade. Na realidade, o que se pretende pensar é como essas instituições, bem como os discursos em torno delas, têm servido como dispositivos que tendem a influenciar as relações de poder entre os gêneros feminino e masculino.

Em seguida, ainda sobre os dispositivos de poder disciplinar envolvendo a família e a religião, tecerei considerações para problematizar como os discursos foram se constituindo acerca desses dispositivos, e como os dispositivos produzem discursos que têm desempenhado seus efeitos nos corpos femininos.

### 3.2.1 Dispositivos de poder disciplinar: religião e família

A religião e a família são instituições que tendem a exercer práticas de poder em torno do comportamento dos sujeitos; porém, sabe-se que não são apenas essas duas instituições que exercem seus poderes sobre os corpos das mulheres, tampouco se pretende conceber a religião e a família no sentido de homogeneidade. Até mesmo porque culturalmente e historicamente as religiões e famílias ocidentais sofreram mudanças significativas no que compete a suas organizações. Fernanda Inês Siqueira Arantes (2010, p. 15) menciona que as estruturas e as dinâmicas familiares são amplamente influenciadas pelas transformações sociais e culturais de cada época. Duque (2014) defende que a religião, igualmente, passou por uma reconfiguração, com base em contextos socioculturais.

Discutir questões relacionadas à religião e à família demanda pensar como esses dois dispositivos ainda podem exercer seus poderes na atualidade sobre os corpos das mulheres em virtude de preservarem algumas estruturas conservadoras. Teixeira (2012) salienta que, embora nas últimas décadas tenha ocorrido uma diminuição do catolicismo no Brasil, em 2010, a população brasileira atingia o patamar de 64,6%, e as projeções indicam que até 2040 haverá um empate na quantidade de católicos e evangélicos. Nota-se que as religiões que predominam no país se organizam em torno do cristianismo e, mesmo com algumas mudanças históricas, mantêm alguns discursos conservadores. Além disso, cabe destacar que, na concepção de Sousa (2013, p. 285),

a vinculação entre o cristianismo e a população brasileira tem raízes históricas profundas. Trazido pelos portugueses, o catolicismo sempre esteve intimamente vinculado à cultura e identidade brasileiras.

Do mesmo modo, Scott (2011) expõe que, embora as famílias sejam diferentes entre si, e essas mudem, a moralidade tende a nelas imperar de diferentes maneiras. Os efeitos produzidos pela moralidade familiar, historicamente, apontam considerações importantes nos corpos femininos.

Nesse sentido, a pretensão é problematizar como os discursos acerca da religião e da família foram se constituindo e como foram ganhando força como dispositivos de poder para vigiar e disciplinar os corpos, neste caso, os corpos femininos<sup>55</sup> que compõem boa parte da presente abordagem. Embora Arantes (2010), Scott (2011), Teixeira (2012) e Duque (2014)

---

<sup>55</sup> Ressalto que o corpo masculino também convive com esse processo de normatização, tendo definidos os modos como o homem precisa se comportar e agir socialmente. No entanto, o que pretendo problematizar é que essa normatização, em se tratando de relações de poder, torna-se desigual entre homens e mulheres e demarca a superioridade do masculino sobre o corpo feminino.

reiteram que as duas instituições passaram por mudanças, percebe-se a necessidade de pensar por que ainda existem alguns discursos na atualidade e não outros, sobretudo, como algumas instituições, quais sejam, a religião e a família, contribuíram para a manutenção de alguns discursos que tendem a aparecer na sociedade.

No contexto religioso, a relação de poder que delimita a dominação masculina surge no próprio texto bíblico, no livro de Gênesis, em que nasce a imagem de Adão, homem que dominaria todas as criaturas. De acordo com Valéria Fabrizi Pires (2008) e Aragão Filho (2011), a história mítica é de que, antes da existência de Eva, a criação-mulher era Lilith, mas ela rejeitou a submissão, reivindicando o prazer sexual e por isso foi expulsa do paraíso. Então, a mulher bíblica passa a existir a partir da costela de Adão, em alusão à submissão, mas igualmente foi expulsa do paraíso por ter desobedecido ao Criador, sendo considerada símbolo de mau exemplo para os cristãos. Por outro lado, Maria, mãe de Jesus, é considerada símbolo judaico-cristão de mulher casta e de moral por ter negado a sexualidade, aceitando sem questionar a gravidez pelo Espírito Santo.

No século XVIII, começa-se a dar atenção à sexualidade; assim, sexualizam-se as mulheres. Portanto, com o discurso da sexualidade, elas precisavam da proteção da família, marcando sua função familiar e seu lugar na sociedade. A virgindade era um valor supremo, o pecado da carne era um dos piores pecados. Para o cristianismo, a castidade funciona como estatuto de moral cristã (PERROT, 2017).

Assim, Silva, Caroline Horn e Myriam Aldana Vargas (2017, p. 22) reiteram que a sexualidade passa a ser um tema importante para a religião, bem como discutem que é um dos dispositivos de controle da sexualidade, manifestando um importante fator de empoderamento do homem em relação à mulher. Laqueur (2001) salienta que, sobretudo, o cristianismo conservador disseminou a concepção de superioridade masculina e submissão feminina, não dando muita atenção ao corpo da mulher. Porém, em alguma parte do século XVIII, com o advento da Medicina, e o respaldo de alguns conceitos religiosos, a mulher passa a ser vista como instrumento de procriação e o homem era exaltado em torno do poder do sêmen. Laqueur (2001, p. 187-188) cita que o corpo da mulher se tornou campo de batalha para redefinir a relação social sexual pela sua presença.

A Medicina teve a função de confirmar, pelo viés dos saberes, o que a religião já fazia por meio dos discursos cercados de poder: a mulher não precisaria sentir prazer para ser mãe e, se ela assim o fizesse, estaria transgredindo as normas religiosas. Houve casos de mulheres desacordadas, ditas mortas pela Medicina da época, em que homens as penetraram ejaculando seus sêmens e as engravidaram (LAQUEUR, 2001). Em virtude de tais comprovações



científicas, o pensamento era de que a mulher não precisaria sentir prazer, tampouco precisaria estar consciente, para conceber. Embora a concepção de estupro de hoje não fosse formulada para a época, percebe-se como o corpo da mulher era objetificado, denotando que esse corpo servia para desempenhar a função social de procriação, sem aos menos pensarem na violência que estavam gerando.

Realizar essa retomada referente à sexualidade e à função do corpo feminino na história permite pensar que os discursos religiosos, de algum modo, colaboraram para que as mulheres vivessem confinadas por muito tempo. Esse confinamento começa na infância, conforme salienta (PERROT, 2017, p. 43):

A menina é uma desconhecida. Antes do século XX, existem poucos relatos de infância das meninas [...] não é fácil delinear vida real das meninas. Elas passam mais tempo dentro de casa, são mais vigiadas que seus irmãos, e quando se agitam muito são chamadas de 'endiabradas'.

A família, desde muito cedo, tem a função de cuidar desses corpos e a casa funciona como um confinamento, assemelhando-se ao ambiente da prisão, no qual os membros familiares executam sua relação de poder para vigiar e disciplinar os corpos para que sejam dóceis. Conforme Perrot (2017, p. 44-45), a religião, por sua vez, tende a ter função semelhante no controle dos corpos:

Logo cedo se estabelece um vínculo entre meninas e religião [...] A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja, que consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe [...] Essa valorização religiosa foi laicizada, sacralizada, sexualizada também: o branco, o casamento de branco, no Segundo Império, simboliza a pureza da prometida. Preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social.

Para sair da autoridade familiar (do pai), as mulheres precisavam se casar para viver debaixo da autoridade do marido, ou seja, elas somente tinham valor social se estivessem ao lado de uma figura masculina (pai ou marido). Desse modo, as mulheres precisavam carregar o símbolo da pureza e do pudor; a virgindade no casamento era o capital mais precioso, razão pela qual elas precisavam se defender da sedução e do estupro, uma vez que sozinhas à noite necessitavam tomar cuidado, pois o corpo das mulheres estava em perigo (PERROT, 2017).

Então, observa-se como a família, e também a religião, exerceram seus poderes sobre os corpos femininos produzindo discursos de controle da sexualidade, da castidade, moralidade e responsabilização feminina pela violência. A casa familiar se consagrou como o lugar de vigilância e disciplinarização dos corpos. A igreja, além da produção dos discursos religiosos, teve como função educar; a exemplo disso, os conventos, dispositivos de extensão

da igreja, representavam um local de abandono e confinamento, em que os corpos eram igualmente vigiados, disciplinados e talvez punidos, caso alguma mulher transgredisse as normas.

Portanto, as considerações sobre os dispositivos de poder “religião e família” serviram para pensar sobre os discursos religiosos que enfatizavam a submissão das mulheres e a negação do seu prazer sexual, sendo autorizado apenas aos homens o direito desse prazer. A família tinha como dever vigiar e disciplinar os corpos femininos com base em discursos que atuavam em parceria com a religião, em nome de garantir a moralidade masculina por meio do comportamento moralizante das mulheres. O homem de moral, entre outras coisas, era aquele que conseguia manter submisso o corpo da mulher que estava em casa. As práticas de poder sobre o corpo feminino tendem a apresentar indícios de violência que, para determinadas épocas, foram normalizadas socialmente.

Assim, cabe pensar como os dispositivos de poder daquele momento histórico produziram seus efeitos de vigilância e disciplinarização nos corpos das mulheres e, na atualidade, tendem a aparecer revestidos da sua culpabilização pelos atos de violência sobre seus corpos, principalmente no que tange aos crimes sexuais. Conforme lembra Saffioti (2015), as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização de culpa, introjetada pela necessidade cristã de se culpabilizarem.

Em seguida, apresentarei algumas considerações a respeito do poder punitivo. Para exercê-lo, parte-se do pensamento de que algumas instituições, tais como a religião e a família, que tendem a atuar como dispositivos de poder voltados, sobretudo, para a vigilância e a disciplinarização dos corpos das mulheres, estão inseridas na sociedade, e esta, por sua vez, acaba tecendo suas punições, quando julga e sentencia os corpos femininos com base no comportamento das vítimas que sofreram violência sexual/ estupro.

### **3.2.3 Sociedade punitiva com base nos discursos em torno do corpo feminino e do estupro**

Abordar o tema sociedade leva a pensar que a sociedade contemporânea não se explica em uma concepção de homogeneidade. No entanto, nos estudos foucaultianos sobre sociedade punitiva, o filósofo sugere que historicamente toda e qualquer sociedade sempre estabeleceu limitações, obrigações e proibições ao corpo. As instituições dentro da sociedade desempenham essa função de legitimar suas normas por meio do saber e do poder para

controlar os corpos, vigiando-os, disciplinando-os e punindo-os. Isso significa que a punição da sociedade atual não se restringe explicitamente à ideia do sistema punitivo que ocorria entre o soberano e seu escravo, em que os castigos físicos eram mostras visíveis para indicar o poderio sobre um corpo.

Desse modo, a problemática que se funda nesta subseção não é eleger o estupro como ato punitivo, embora ele não deixe de ser em muitas situações, a exemplo dos estupros de guerra (FIGUEIREDO, 2014) e estupro corretivo de mulheres lésbicas<sup>56</sup>, mas problematizar que os discursos que o cercam na sociedade podem ser considerados dispositivos de poder que tendem a punir as vítimas e absolver os legítimos agressores.

Na sociedade, âmbito no qual se encontram organizadas todas as instituições, circulam os discursos, que, por sua vez, acabam provocando seus efeitos. Pensar que a sociedade se tornou punitiva no que compete ao corpo das mulheres demanda problematizar sobre como as mulheres são, geralmente, culpabilizadas pelas instituições de saberes e poderes, tais como a medicina, a jurídica, a religião, a família e, por fim, a sociedade que acolhe os discursos de que a culpa da violência sexual é da vítima.

Para exemplificar como os saberes institucionais falam pelas mulheres vítimas de violência sexual, trago uma análise de Mayara Laet Moreira (2015) sobre um caso de defloramento em Cuiabá (1920-1940). Muitos crimes sexuais daquele período não eram tratados como estupro, mas como defloramento – um delito que atentava contra a moral pública e a instituição da família. O Código Penal de 1890, no artigo 267, define defloramento como sendo o ato de “deflorar uma mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude.” Na época, era menor de idade quem tivesse até 21 anos. Para o crime em questão, a pena era de um a quatro anos de reclusão ao deflorador. O artigo vigorou de 1890 até 1940, quando houve mudança no Código Penal Brasileiro. Na maioria dos casos, o que a família da jovem solicitava nem era a punição do deflorador, mas uma reparação, por vias judiciais, para obrigar o rapaz a casar-se com a moça. Em contrapartida, esse compromisso não era uma situação agradável para jovens mulheres que passavam pelo processo.

Moreira (2015), ao analisar um caso de defloramento em Cuiabá (1920-1940), delinea o modo como a vítima do defloramento era exposta por instituições de saber/poder, sobretudo, o sistema jurídico e a medicina. Observa-se no trabalho da autora que as instituições falavam pela vítima e decidiam por ela, uma vez que não aparece a voz da deflorada em nenhum momento das análises. Por outro lado, ficam nítidos os saberes da medicina, com provas

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/tag/estupro-corretivo/?print=pdf-search>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

científicas, com a finalidade de corroborar a consumação do ato sexual. Já a voz do acusado – deflorador – surge como estratégia da defesa, para negar a ocorrência e macular a honra da jovem deflorada. Diante disso, percebe-se que a moça, de vítima passava a ser a ré, já que desabonavam seu comportamento baseados em padrões de moralidade (de seduzida à sedutora; de virgem à desonesta; de submissa à desobediente ao pai). Mesmo a título de comprovação moral, os depoimentos validados eram, sobretudo, de homens de notoriedade social e grau de instrução, de tal sorte que se esses não se manifestassem a favor da desonrada, a conduta da vítima seria totalmente desabonada nos tribunais. Diante de tantas questões em torno do comportamento da mulher em que as instituições de saber falavam e decidiam por ela, muitos casos eram arquivados e/ou julgados desfavorecendo a vítima.

Na atualidade, tais discursos ainda tendem a desempenhar força, de tanto que os saberes falam por elas, exercendo seu poder punitivo. Em consequência, até mesmo as próprias mulheres passam a acreditar que realmente são culpadas pelo estupro. Dessa forma, o que faz a sociedade do presente ser punitiva não são práticas de poder semelhantes às existentes na Idade Média, mas os modos ressignificados dessas práticas de poder que, muitas vezes, são invisíveis, mas estão lá, exercendo seus poderes e tecendo seus discursos e não outros.

É necessário não perder de vista o fato de que o estupro é um crime grave, entretanto, neste contexto, a abordagem não é problematizar o estupro no sentido punitivo, mas pensar nos discursos que acabam punindo mais a vítima do que o próprio ato de violência sofrida. A punição social das mulheres violentadas sexualmente, inicialmente, surge pelo confinamento, demarcado pela individualidade, o afastamento da sociedade, a desvalorização dos corpos, a tentativa de negar o estupro, que se torna incompreendido pelas instituições de apoio e, por isso, sentenciam as vítimas e não os agressores.

Afirmar a existência de uma vítima e de um agressor em uma sociedade punitiva não significa entendê-los numa relação de bom ou mau, mas perceber que, muitas vezes, o próprio agressor e a própria vítima são constituídos por discursos existentes na sociedade que remetem ao julgamento e à condenação do corpo das mulheres, de acordo com valores morais, pelos quais as vítimas se enclausuram no espaço punitivo para que a sociedade as conduziu, trancafiadas em suas próprias dores.

Assim, pensar na sociedade punitiva neste momento histórico, no que concerne aos corpos e estupro de mulheres, equivale a pensar nos discursos sobre esses corpos e no que se entende por estupro; é pensar como a violência sexual acontece de maneira, muitas vezes, normalizada ao olhar da sociedade; demanda pensar o que a sociedade tem feito para

amenizar a violência de gênero, entre outras questões que no tecer dos fios começam a surgir para a problematização do assunto.

Riscado; Maria Aparecida Batista de Oliveira e Ângela Maria Benedita Bahia de Brito (2010, p. 103) entendem que muitas situações relacionadas às mulheres recaem na questão da submissão feminina. Os discursos em torno da submissão têm sido construídos culturalmente e legitimados na família. Conforme abordagens sobre o assunto, a família é uma das instituições de extrema relevância na sociedade referente aos discursos sobre as mulheres:

A mulher aprende e internaliza os mecanismos da submissão pela transmissão cultural realizada no transcurso de sua existência. Ela aprende a obedecer ao homem e tudo dele suportar em nome da preservação da família; por isso muitas delas sentem culpa e, sobretudo, vergonha de tornar pública a violência que vivenciam dentro de seus lares. Por isso muitas têm dificuldade de romper com esse vínculo e são no dia a dia machucadas física, moral e sexualmente dentro do ambiente doméstico e ainda fora dele, quando são julgadas pelas amigas ou pelos vizinhos. (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010, p. 103).

Ao analisar a punição como um dispositivo existente na sociedade, pretende-se ressignificar o pensamento foucaultiano presente em “Vigiar e Punir” (1987, p. 25-26), para pensar como a sociedade atual tende a punir as vítimas de estupro, levando em consideração discursos baseados nas crenças em torno das vítimas e de seus agressores:

[...] ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão. É certamente legítimo fazer uma história dos castigos com base nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas.

Ressignificando a concepção de Foucault (1987), a sociedade punitiva que se pretende abordar neste contexto não é aquela que deixa castigos explícitos com hematomas visíveis. Não é aquela que trancafia as mulheres nos porões ou nos quartos escuros compatíveis com uma prisão visível aos olhares dos sujeitos. É aquela sociedade que amplia a sensação de liberdade dos corpos femininos, porém também os ensina a viver em constante vigilância, porque, se acontecer qualquer ato de violência de gênero, surgem os discursos de julgamento e a condenação das vítimas, sobretudo, nos casos de violência sexual/estupro. Mas a concepção de punição não é somente para os culpados?

Gabriela Perissinotto de Almeida; Nojiri (2018, p. 835) ressalvam, nas palavras de Silvia Pimentel, Ana Lúcia Schritzmeyer e Valéria Pandjjarjian, autoras da obra “Estupro: Crime ou Cortesia?” (1998), que o estupro é “o único crime do mundo em que a vítima é acusada e considerada culpada da violência praticada contra ela”. Assim, resgata-se o

pensamento de Foucault (1987) de que é “certamente legítimo fazer uma história dos castigos com base nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas”, pelas quais a sociedade atual acaba exercendo a punição. Na concepção de moralidade, é válido ressaltar que a sociedade ocidental foi constituída historicamente com base nos valores de moralidade religiosa e na ideia de família conservadora. Ana Carolina Capellini Rigoni e Elaine Prodócimo (2013, p. 230) entendem “a religião como uma instituição educadora do corpo de cada indivíduo [...] Gestos e comportamentos religiosos evidenciam a tentativa de moralização do corpo.” A família também desempenhou a função de cuidar do corpo feminino como lembram Scott (2011) e Perrot (2017). As mulheres, de acordo com as práticas religiosas e familiares, foram ensinadas a preservar a moralidade. O conceito de moralidade pode mudar socialmente, conforme sugerem Scott (2011) e Duque (2014), mas a área jurídica ainda tende a preservar os discursos embasados em crenças conservadoras a respeito da moralidade feminina (FIGUEIREDO, 2014).

Almeida e Nojiri (2018) expõem no estudo realizado a partir de 63 sentenças de 1º grau do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, do ano de 2016, que as mulheres que têm seus depoimentos valorizados pelo judiciário correspondem ao ideal de mulher honesta e ao perfil de vítima; as demais são retratadas como alguém em quem não se pode confiar, vingativas ou loucas. Ainda na mesma perspectiva, os autores também ressaltam alguns fatores importantes, além da moralidade, para que uma mulher seja considerada vítima e não a culpada pelo estupro:

[...] quando a vítima não for considerada recatada e respeitável, quando conhecer o agressor, quando não tiver resistido ou não puder provar que resistiu, ou quando não tiver denunciado o crime imediatamente à polícia, não será avaliada como uma vítima genuína. Ou seja, quando não corresponder ao estereótipo de vítima, ou de mulher honesta, ela poderá passar, rapidamente, de vítima a responsável pela violência. (ALMEIDA; NOJIRI, 2018, p. 835).

Desse modo, as razões de ter elencado algumas instituições que exercem seus poderes se fazem importantes para observar como se constituem de modo circular, espalhando-se por toda a malha social (FOUCAULT, 1979). As práticas de poder podem aparecer em forma de controle (vigilância, disciplina e punição); quase sempre esta última é resultado dos dois primeiros ou todos se entrelaçam com o objetivo de docilizar os corpos.

Por fim, considerar a sociedade em uma perspectiva punitiva implica observar que os discursos em torno do corpo feminino e do estupro provocam efeitos que silenciam,

culpabilizam e aprisionam as mulheres vítimas de estupro em suas próprias dores, que as acompanham por toda vida, ainda mais se não receberem a devida assistência.

No próximo capítulo, entrelaçarei os fios metodológicos da pesquisa qualitativa e da análise do discurso. Além disso, tecerei dificuldades da pesquisa, mostrando como se deu todo o processo para chegar até as sujeitas participantes, bem como descreverei os procedimentos realizados para a geração de dados. Por fim, definirei o que se entende por formação discursiva (excertos) e como estes serão analisados para a produção de sentidos do presente trabalho.

**CAPÍTULO 4**  
**FIOS METODOLÓGICOS: ENTRELAÇAMENTOS DA PESQUISA**  
**QUALITATIVA INTERPRETATIVISTA COM A ANÁLISE DO**  
**DISCURSO FOUCAULTIANO**

*Ó terna guerreira,  
 Eterna na lida,  
 Não mais quero à beira,  
 Calada, escondida!*

*Não mais de olhos roxos  
 Não mais ensanguentada  
 Não mais enlameada  
 Não mais acuada.*

*Homens, sois filhos  
 Sois pais, sois irmãos  
 Por que não limpais  
 Enfim vossas mãos?  
 [...]*

*(Dora Incontri, 2016)<sup>57</sup>*

A metodologia desta pesquisa se alinha com os pressupostos da pesquisa qualitativa interpretativista. De acordo com Flick (2009, p. 14):

[...] a pesquisa qualitativa trabalha, acima de tudo, com textos. O método para a coleta de informações – entrevistas ou de observações – produz dados que são transformados em textos através de gravação e transcrição. Os métodos de interpretação partem destes textos.

Com base no exposto, este trabalho pretende emprestar alguns fios da pesquisa qualitativa para produzir sentido ao trabalho de Linguística Aplicada que trata da análise da formação discursiva na perspectiva foucaultiana, envolvendo as histórias das mulheres que foram abusadas e/ou estupradas. Com elas, ora esbocei conversas sem me apegar às perguntas preestabelecidas, ora as entrevistei, lançando mão do método semiestruturado, para que chegássemos à negociação da geração de dados. Conforme salienta Flick (2009), a pesquisa qualitativa não se alinha a um conceito teórico e metodológico unificado, uma vez que diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as práticas da pesquisa.

Adequar o método à realidade das entrevistadas tornou-se um desafio como pesquisadora, tendo em vista que o tema “estupro e/ou abusos sexuais” movia o lado emocional das sujeitas, bem como o meu, em minha posição de pesquisadora, cujo relato

---

<sup>57</sup> Poema publicado na página da autora: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. 2018.



dessa experiência consta nas seções subsequentes. Em virtude disso, mesmo optando pelo método de entrevista semiestruturada, em muitos momentos, deixei que as entrevistadas falassem livremente o que elas desejavam expor e, somente em caso de dúvidas, eu realizava perguntas. Para Flick (2009), a entrevista semiestruturada permite que os sujeitos expressem seus pontos de vista, por ser relativamente aberta, razão pela qual possibilita ao pesquisador uma aproximação dos pesquisados, entrelaçando-se na sua realidade.

De tal modo, descrevo como aconteceu o tecer de linhas para o surgimento desta pesquisa, que se iniciou com a escolha do tema. Assim, realizei um levantamento bibliográfico e elaborei um projeto de pesquisa em virtude de inquietações sobre o assunto, principalmente, em torno dos motivos do silenciamento envolvendo casos de estupro no estado de Mato Grosso e a inexistência de pesquisas na área de linguagem que discutissem essa problemática.

O tema violência contra as mulheres sempre me inquietou, mas foi em 2016 que decidi que eu precisava pesquisar mais sobre o assunto. Para tanto, necessitava fazer um recorte em minhas inquietações e escolher qual tipo de violência estava me inquietando mais para aquele momento. Logo cheguei ao tema estupro em virtude de ter acontecido um fato na época que causou muita repercussão midiática, em que uma jovem foi estuprada, em média por trinta homens, em uma favela do Rio de Janeiro. Inicialmente, a pretensão era abordar somente sobre estupro de mulheres adultas, porque os discursos em torno dos mitos/crenças me acompanhavam (BROWNMILLER, 1976; SCARPATI, 2013). Eu acreditava que encontraria mulheres maiores de idade que tivessem sido estupradas em ambientes públicos, com violentadores desconhecidos. Dessa forma, defini as perguntas de pesquisa que, no decorrer dos estudos, foram se modificando, chegando às perguntas que elencarei no final desta seção.

Para entrar no campo da pesquisa, muitas dificuldades aconteceram, quase ocasionando a desistência do estudo desse assunto. Porém, surgiram fatores que, no decorrer do processo, me motivaram a continuar persistindo, os quais descreverei nas seções seguintes.

Depois da persistência, consegui ter acesso às histórias de seis mulheres moradoras de uma cidade do interior de estado de Mato Grosso. Os dados foram obtidos por meio de gravações e/ou registros em caderno de campo. Sua transcrição se deu com o auxílio de uma ferramenta do Google Drive<sup>58</sup>, preservando os sentidos dos enunciados de cada sujeita de pesquisa.

---

<sup>58</sup> Para saber como fazer a transcrição, usei o tutorial <https://tecnoblog.net/275521/como-transcrever-audio-no-google-docs/>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

Na sequência, alinhei os sentidos de (AD) – Análise do Discurso com bases foucaultianas para buscar no *corpus* da pesquisa a interpretação dos dados. De acordo com Pereira (2018, p. 12):

Em AD, o *corpus* da pesquisa e os seus efeitos de sentido obrigam a teoria a ser trabalhada conjuntamente com a metodologia; confundem-se ou, ao menos, estão afins, teoria e metodologia, como suporte mútuo. As ferramentas próprias que constituem a estrutura teórica que guiarão a análise pretendida serão seus próprios dispositivos metodológicos [...] A AD é uma estratégia de análise compreendida como um campo de possibilidades que propõe uma inter-relação entre os enunciados (em suas materialidades), história e formações discursivas e ideológicas para a construção dos sentidos.

Desse modo, constituir o tecido interpretativo com base no discurso das sujeitas de pesquisa demanda utilizar-se de estratégias metodológicas para problematização do *corpus*. Escolher a perspectiva foucaultiana para analisar os discursos das mulheres entrevistadas não significa desconsiderar outras perspectivas dos estudos do discurso concernentes à (AD) – Análise do Discurso, bem como da (ACD) - Análise Crítica do Discurso<sup>59</sup>, uma vez que as contribuições de outros teóricos do discurso, a exemplo de Michel Pechêux, mostraram sua importância para os estudos de Michel Foucault. Foucault (1972), por sua vez, foi um dos pontos de referência para os estudos realizados por Fairclough na Análise Crítica do Discurso (TÍLIO, 2010). A respeito de Michel Foucault, Pereira (2018, p. 20), salienta que:

Foucault não era um linguista, um catedrático estudioso da língua, que tenha elaborado um conjunto de ferramentas que pudessem ser aplicadas automaticamente para se analisar um discurso. Ao contrário, devemos tomar a análise foucaultiana como suporte [...] Foucault não fundou uma teoria do discurso, mas o conjunto de conceitos em suas obras tem servido de elementos empregados por muitos analistas de discurso. A propósito, não há uma teoria pronta deixada por ele, mesmo porque Foucault vivia um constante vai e vem investigativo que, ainda hoje, geram discussões e muitas divergências. A sua relação com a AD começa a partir do seu interesse pelas práticas discursivas, cujo conceito não deve ser confundido com a expressão de ideias, pensamentos ou a simples elaboração de frases. Elas são um exercício discursivo de falar segundo determinadas regras, e de expor as relações que se dão dentro de um determinado discurso.

<sup>59</sup> Análise crítica do discurso (ACD) é uma abordagem transdisciplinar ao estudo dos textos, que considera a "linguagem como uma forma de prática social." (FAIRCLOUGH, 1989, p.20). Desse modo, Fairclough põe em destaque que "a língua conecta com o social sendo o domínio primário da ideologia e sendo tanto o interesse principal como o lugar em que têm lugar as lutas de poder." (FAIRCLOUGH, 1989, 15). Entre outras influências teóricas, a ACD, nos estudos de Fairclough, recebeu contribuições dos estudos foucaultianos. Porém, uma das questões abordadas por Fairclough centra-se na mudança social; de outro modo, Foucault parece não estar tão preocupado com a mudança, mas em problematizar as relações históricas do discurso (PEREIRA, 2018), tramadas pelo saber-poder. Parto das concepções foucaultianas porque meu interesse não é fazer com que este trabalho traga mudanças discursivas, até mesmo porque entendo que não será apenas esta pesquisa na área de Linguística Aplicada que possibilitará mudanças sociais imediatas. A problematização dos discursos em torno da cultura do estupro, baseado em saber-poder, necessita ser um processo contínuo por meio de práticas de resistência para que historicamente aconteçam mudanças sociais.

A definição de discurso com que me alinho está centrada no entendimento de Foucault (2008), ao expor que discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. Entretanto, essa formação discursiva pode ter o mesmo tema, mas se dispersar em relação aos aspectos sócio-históricos que autorizam determinado discurso. Assim, não há como tecer sobre discurso sem evocar a concepção de Formação Discursiva (FD), tendo em vista que, para o autor, esta é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que fizeram ou fazem parte de uma dada época, com foco em uma área social, econômica, geográfica ou linguística, com objetivo de exercer determinada função (FOUCAULT, 2008, p. 153). A formação discursiva está no campo dos saberes; o que interessa para Foucault (2008), em sua obra “Arqueologia do Saber”, é a frequência com que esses saberes se repetem e se legitimam por meio das formações discursivas, isto é, como determinada coisa se tornou verdade ou norma (PEREIRA, 2018).

Entretanto, ressalto que não tratarei os discursos das entrevistadas com sentido de verdade, uma vez que os sentidos são dados no acontecimento discursivo em que se entrelaçam com fatores subjetivos de cada sujeita de pesquisa que ocupa determinada posição social. Dito de outro modo, o lócus enunciativo será diferente de uma sujeita para outra, mesmo que os temas se relacionem com a mesma formação discursiva. Embora tenha buscado mais nos sentidos dos excertos os temas recorrentes, alguns elementos linguísticos frequentes contribuíram para a problematização dos discursos, sobretudo, os institucionais (saberes) e de poderes com bases sócio-históricas que se apresentam nos enunciados das pesquisadas.

Portanto, as FDs não podem ser entendidas como unidades. Reitero que uma FD não pode ser analisada com base somente na relação entre os enunciados que formam um mesmo tema, mas com foco na dispersão de enunciados que podem ter o mesmo assunto, porém com discursos que diferem a partir da inserção do sujeito numa dada situação sócio-histórica, o que implica questões relativas à posição do sujeito e do lugar do qual enuncia. Assim, o discurso não é entendido como algo fixo, a representação de uma cópia exata de outro discurso. O discurso se move, construindo conhecimento, bem como o próprio sujeito. Por isso, o conceito de discurso, envolvendo os saberes, está atrelado a um conjunto de acontecimentos, denominado “Arqueologia” (PEREIRA, 2018).

Nesse sentido, na concepção de Foucault (2008, p. 31), entrar no emaranhado de enunciados que permite analisar os discursos demanda:

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação;  
[...] determinar as condições de sua existência, [...] fixar seus limites da forma mais justa, [...] estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, [...] mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.

Fernandes (2012) considera o discurso como um objeto de investigação, que se constitui de conflitos próprios à existência de tudo que tem na vida social, cuja possibilidade se firma em um ou vários sistemas linguísticos e/ou semióticos estruturalmente elaborados. Desse modo, conforme considera Pereira (2018), estudar o discurso demanda investigar historicamente o sujeito referente aos modos de subjetivação. O sujeito é constituído pela linguagem e nesta perpassam relações de saber e poder pelas quais se dão os discursos, objetos que necessitam ser problematizados. Foucault (1979) considera que saber e poder estão relacionados mutuamente, pois não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.

Estudar os discursos na perspectiva das relações de saber implica problematizar os discursos que envolvem os saberes institucionais que, historicamente, produzem seus efeitos. No tocante às práticas de poder, esses saberes funcionam como dispositivos de poderes. Os estudos foucaultianos que tratam da genealogia do poder, de acordo com Pereira (2018, p. 24), têm como proposta uma investigação histórica que seja capaz de reconhecer as diferentes formas de domínio de poder.

O poder do qual Foucault (1979) trata na obra “Microfísica do Poder” não é o poder do Estado, no sentido de que esse é unicamente responsável pelo poder. O poder abordado pelos estudos foucaultianos é aquele que está presente em toda a malha social, que se entrelaça formando micropoderes. Não é um poder unilateral, mas são vários poderes que se denominam práticas ou relações de poder. Os poderes e saberes institucionais, tais como os relacionados à medicina, à psiquiatria, aos jurídicos, à família, à escola, à religião entre outros, tendem a funcionar como e com seus dispositivos que produzem efeitos disciplinadores/reguladores. Morais (2017), parafraseando Foucault (1979, 1984, 1987), salienta que esse poder que está presente na sociedade é marcado pelo controle dos corpos e sujeita os indivíduos por meio da vigilância e das normas. Esse poder não é amplamente visível, mas ele está ali desempenhando sua função.

Partindo dessa compreensão, analisar as formações discursivas numa perspectiva dos saberes e poderes objetiva pensar nas escolhas discursivas das mulheres vítimas de estupro para problematizar como as formações discursivas foram se constituindo durante a entrevista, valendo-se dos saberes e das práticas de poder decorrentes do tempo e da posição ocupada

pelas mulheres na sociedade. Demanda, ainda, analisar por que tais enunciados surgiram em suas vozes, isto é, por que apareceram determinados discursos ao invés de outros.

Sendo assim, fazendo um alinhamento com Flick (2009), ao entender que numa pesquisa qualitativa interpretativista se busca um método para a coleta de informações, que pode ser por entrevistas ou observações, procurei utilizar-me dessas estratégias para a produção de sentidos que cabem ser considerados: cada lugar visitado para chegar até as sujeitas de pesquisa; os contatos estabelecidos para realizar tal pesquisa; a posição ocupada por essas mulheres (lugar de fala), que indica escolaridade; raça; classe; gênero ou sexualidade; religião; o local escolhido pelas mulheres para conversar e/ou conceder entrevista; as negociações; os modos de comunicação escolhidos; as escolhas discursivas; os gestos, os olhares, o tom de voz, as sensações de alegria e de tristeza, de angústia e constrangimento, de liberdade e empoderamento; o meu olhar de pesquisadora e mulher diante das sujeitas pesquisadas e outras observações que surgirão no decorrer do trabalho, verificadas nos registros existentes no caderno de campo, que não pretendo utilizar como apêndice da tese, mas que tecem esses estudos que compreendo ultrapassar as linhas da linguagem entrelaçadas exclusivamente pelo discurso verbal. Embora, o caderno de campo não tenha se tornado o principal instrumento de geração de dados, mas ele exerceu extrema relevância para tecer anotações do percurso da pesquisa sobre aspectos observados durante a conversa com diferentes pessoas e a visita aos locais procurados para realização de tal pesquisa, bem como após o contato que tive com as participantes. Algumas linguagens das entrevistadas (expressão de vergonha, culpa, medo, raiva, entre outras) que atravessam os discursos, apenas foram possíveis registrá-las no caderno de campo, cujas anotações me ajudaram na interpretação/análise discursiva.

Pensar nesta pesquisa como um processo interpretativo no qual a pesquisadora trabalha com formações discursivas significa analisar os enunciados não como uma unidade, mas buscar na dispersão dos enunciados tecidos pela sociedade não apenas os discursos em torno do corpo e da posição das mulheres, como também aqueles tecidos em torno das relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino, bem como os efeitos do abuso sexual/estupro na vida das mulheres que sofreram tal violência.

Entrelaçar os fios desse tecido denota, sobretudo, estar imerso nas experiências da pesquisa qualitativa interpretativista e também ser parte da própria experiência para que possa problematizar tanto o lugar de fala de cada sujeita de pesquisa quanto questões sócio-históricas e, igualmente, o lugar de pesquisadora que não tem a função de autorizar a outra (mulher) a falar, mas fazer dessa experiência um exercício de aprendizagem (SPIVAK, 2010).

Como sugere (DELEUZE, 2005, p. 124), “pensar é experimentar, é problematizar.” Ser estudiosa dos discursos demanda pensar sobre quais acontecimentos ou fatores permitiram que tais discursos fossem legitimados, bem como problematizar as práticas de poder existentes, que nem sempre são percebidas, mas estão presentes, desempenhando sua função disciplinadora/reguladora. Para isso, observar como os discursos se constituíram sobre determinado tema significa experimentar o emaranhado de fios (enunciados), para problematizá-los com bases sócio-históricas. Por isso, a pesquisa é um experimento no qual estamos sempre nos inquietando com novas descobertas, num vaivém investigativo, sobretudo, quando envolve sujeitos e o objeto é a linguagem. O experimento da pesquisa no campo das Ciências Humanas, com ênfase na linguagem, sugere o contato com as pessoas, perceber e sentir as tensões daquele momento, compreender a ação dos participantes no contexto e, ainda assim, se agasalhar com as roupas de pesquisadora.

Portanto, reitero os objetivos desta pesquisa, enunciados anteriormente, para lembrar que pretendo analisar as formações discursivas (excertos) de seis mulheres moradoras de uma cidade do interior de Mato Grosso que sofreram abusos sexuais e/ou estupro. Os objetivos específicos se estruturam em:

- Verificar quais discursos se constituem em torno das práticas/relações de saber e poder entre os gêneros feminino e masculino.
- Examinar quais enunciados as vítimas tecem sobre abusos sexuais/estupro.
- Problematizar os efeitos da violência sexual nos corpos dessas mulheres.

Para tanto, busco problematizar três perguntas de pesquisa que foram esboçadas para discutir a proposta da tese.

- 1) De que modo as formações discursivas das vítimas/sujeitas de pesquisa foram sendo tecidas em torno do assunto estupro?
- 2) Quais discursos prevaleceram nos enunciados destacados nas formações discursivas baseados nas relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino?
- 3) Quais os efeitos do estupro na vida das mulheres vítimas dessa violência?

Com base nisso, na sequência, exponho todas as linhas utilizadas para chegar ao *corpus* de pesquisa.

#### 4.1 O embarçar das linhas: dificuldades da pesquisa

Desde que optei abordar o estupro, pensei em pesquisar mulheres de Mato Grosso, por acreditar que o estado carece de pesquisas sobre esse assunto, em virtude de não encontrar trabalhos que tratem da história de mulheres que sofreram violência sexual, com foco nos estudos do discurso, no âmbito da Linguística Aplicada. Indubitavelmente, sabia que seria um desafio que teria que enfrentar, porque lidaria com minhas próprias emoções, levando em consideração que sou mulher e que algumas das situações vivenciadas poderiam se assemelhar com o que as entrevistadas sofreram. Também sabia que outros fatos fariam com que eu aprendesse com elas e me empoderasse com suas histórias. Entretanto, outros desafios e várias dificuldades se deram bem antes, os quais descreverei em seguida.

Em conversas informais com algumas pessoas, obtive informações de possíveis colaboradores que poderiam ajudar na geração de dados, ou seja, que pudessem me apresentar mulheres que quisessem conversar comigo sobre a violência sexual/estupro que haviam sofrido. Segundo Naiana Dapieve Patias e Von Hohendorff (2019, p. 8), a geração de dados consiste na parte em que pesquisador/a precisa articular decisões de coleta de dados, demonstrar envolvimento prolongado no campo de pesquisa e demonstrar observação persistente e fornecer a transcrição dos textos.

Nesse processo, tendo escolhido o desenho do estudo, o primeiro contato em busca de gerar dados foi em Cuiabá, ainda em 2017, com uma professora da área de assistência social de uma universidade pública; porém, não tive muito sucesso porque, depois de algumas conversas por aplicativo de mensagem, ela ficou de me colocar em contato com um grupo que estava discutindo sobre violência contra as mulheres, mas não voltou a falar mais no assunto.

Em seguida, conversei com pessoas do doutorado que conhecem grupos que discutem violência dentro da universidade para verificar a possibilidade de interagir com algum desses grupos que tivessem mulheres que sofreram estupro, entretanto, mais uma vez, sem sucesso. Segundo informação de um colega, obtida de conversas com os grupos, as moças que sofreram estupro dentro da universidade, possivelmente, não dariam entrevista, porque falar desse assunto causa constrangimento.

Desse modo, pensei em focar meus estudos somente no contexto de uma cidade do interior de Mato Grosso. Entrei em contato com uma psicóloga que trabalha com violência familiar. Após conversas por telefone, fiquei sabendo que o seu trabalho consiste em prestar auxílio psicológico às vítimas e agressores de violência doméstica, em um projeto realizado na instituição na qual trabalha como docente. Inicialmente, ela se mostrou receptiva e falou

que a proposta era fazer um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). Enviei um resumo de meu projeto de doutorado com o objetivo de fazermos uma parceria para discutirmos questões relacionadas à violência contra as mulheres. Realizei outros contatos para conversarmos pessoalmente, mas não obtive resultado, uma vez que ela estava sem tempo para encontros presenciais.

Assim, busquei pesquisar na internet informações que pudessem me ajudar na pesquisa. Soube que a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – da cidade na qual queria realizar a pesquisa tem uma Comissão dos direitos da mulher. Procurei saber com uma amiga advogada sobre essa Comissão. Ela citou o Conselho Municipal da Mulher e informou o nome e o contato de uma advogada que poderia me passar novos dados. Entrei em contato com ela, falei de meu projeto de pesquisa, enviei um resumo por e-mail para que ela conhecesse mais sobre o tema. A advogada pediu para me inserir em um grupo de aplicativo de mensagem, formado por um coletivo de mulheres da cidade (advogadas, psicólogas, policiais, médicas, professoras, mulheres que compõem o Conselho Municipal da Mulher e demais pessoas da sociedade, sobretudo, mulheres). Aguardei o dia em que ela poderia conversar comigo pessoalmente, porém, também parecia estar sem tempo.

Fui ao fórum para tentar conversar com uma das juízas, mas ela não pôde me atender porque estava com muitas atividades, uma vez que seria o último dia de trabalho, já que entraria de férias. Conversei com sua assessora e ela foi muito prestativa, ficou de me passar alguns dados sobre estupro, mas me adiantou que não havia muitos registros de estupro de mulheres; existiam mais arquivos de estupro de vulnerável. Em seguida, solicitei que ela verificasse um momento para conversar com a juíza, logo que retornasse de férias.

Em conversas informais, eu discorria sobre minha pesquisa com uma amiga e ela mencionou a dificuldade de mulheres falarem sobre o assunto, principalmente, se o estupro tiver sido realizado pelo marido ou outro familiar. Ela falou que já foi estuprada pelo ex-marido, mas não o denunciou a pedido dos filhos, pois o agressor tinha um cargo importante na cidade.

Logo em seguida, encontrei uma postagem de uma moça em uma rede social que me chamou muito atenção; ela questionava os abusos sofridos nas redes sociais, o assédio virtual, que, em algumas situações, pode se constituir em estupro virtual. Tentei conversar com ela por mensagem e contou-me que resolveu expor o que estava acontecendo porque não queria mais se calar. Antes, ela se calava e sentia-se culpada pelo que acontecia, achava que a culpa era sempre dela por provocar desejos no gênero masculino a ponto de ser assediada; portanto, sofria muito com esse discurso social. A partir do momento que resolveu conversar sobre os



abusos que sofria, descobriu que ela não era a única a vivenciar tal violência, haja vista que várias mulheres passam pelas mesmas agressões e ficam constrangidas em falar do assunto.

Foi ali que percebi que minha pesquisa parecia ir além do estupro, já que também poderia discutir abusos sexuais que não são, muitas vezes, reconhecidos como estupro, mas se materializam por meio de violência simbólica, que mulheres enfrentam diariamente. Com seu relato, inclusive, senti-me representada por aquela moça que teve a coragem de questionar o que estava acontecendo nas redes sociais. Pensei: Por que já passei por situações semelhantes e me calei? Calei-me porque me culpei, porque fiquei constrangida em expor os fatos. Tal como aquela moça, também me senti desrespeitada, assim como ela mesma disse: “senti-me um lixo”<sup>60</sup> pelos abusos sofridos.

Após a conversa com a jovem mencionada, conheci uma investigadora que seria uma das designadas para o núcleo de atendimento à mulher da cidade. Por meio dela, consegui conhecer o espaço do núcleo dentro da delegacia, cuja instalação era precária. Não havia profissionais, tais como psicólogos e assistentes sociais, que pudessem prestar acolhimento à mulher que sofreu violência. O espaço era muito pequeno e possuía mobiliário doado; o ar condicionado da sala foi arrumado com o próprio recurso dos profissionais (investigadores da polícia civil) que ali começaram a atuar; eles, porém, não atendiam somente demandas relacionadas às mulheres, pois saíam em diligência para outras ocorrências.

Na época, no espaço trabalhavam duas mulheres investigadoras e um investigador do gênero masculino, que prestavam trabalho desde o dia em que o núcleo foi instalado. O horário de atendimento era de segunda a sexta-feira, no período vespertino. Nos demais dias, as mulheres eram atendidas por profissionais, geralmente homens, que se encontravam na delegacia no momento da ocorrência. Além disso, não havia viatura adequada para encaminhar os agressores separadamente da vítima. O carro disponibilizado era para prestar outros atendimentos, mas, diante da demanda, foi disponibilizado para o núcleo. Fiquei sabendo que a delegacia da mulher existia em documentos, entretanto, na prática, foi apenas o núcleo que puderam disponibilizar após um ato de protesto das mulheres, no dia 08 de março de 2018, durante qual pediam urgência na instalação da DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Depois de uma conversa informal com uma das investigadoras, fui direcionada para conversar com o delegado titular, que, entre suas várias funções, também responderia pelo

---

<sup>60</sup> No decorrer da pesquisa, compreendi que a culpa que me cercava, igualmente a outras mulheres com quem conversei sobre o assunto, consiste em um dos fortes mecanismos de controle que nos limita, fazendo-nos silenciar em virtude de mexer com questões relativas à moralidade feminina, que nos foi ensinada desde muito cedo, por meio dos modos como deveríamos nos comportar para corresponder aos padrões sociais de “menina”.

núcleo. Ele me atendeu de forma prestativa, mas, igualmente, ouvi que quase não havia casos de estupro de mulheres adultas e o que mais surgia era de crianças e adolescentes (estupro de vulnerável). Solicitei alguns dados da delegacia, mas ele não tinha essas informações sistematizadas. Então, ele ficou de averiguar as mulheres que sofreram estupro, entrar em contato com elas para verificar a possibilidade de participarem de uma entrevista comigo. Desse modo, precisaria esperar mais uma vez.

Portanto, naquele momento eu tinha de aguardar informações por parte do fórum, esperar que a advogada que compõe o Conselho Municipal da Mulher pudesse ter um tempo para me atender para conversarmos e esperar que o delegado me passasse dados que ele colhia na delegacia e com as mulheres, verificando com estas últimas a possibilidade de falar comigo.

No mesmo dia em que havia ido à delegacia, uma acadêmica foi estuprada próximo à universidade em que estudava após sair à noite da aula. As acadêmicas e algumas docentes organizaram um ato público dentro da instituição para solicitar segurança pública. Compareci a esse ato público e conheci algumas histórias de mulheres que sofreram violência, mas houve um depoimento com o qual fiquei muito comovida, e se tratava de meu tema de pesquisa. Ouvi uma moça que sofreu estupro aos quinze anos de idade e só se sentiu encorajada de falar da violência sofrida naquele momento.

Em dias seguintes, enquanto aguardava a cooperação mencionada, houve outra denúncia de tentativa de estupro na cidade, ocorreu abuso de uma adolescente por parte de alunos menores que estavam em um ônibus escolar, uma jovem de dezessete anos foi estuprada e, novamente, outro estupro de outra mulher, próximo de uma universidade. Todas as ocorrências aconteceram num período de quinze dias.

Particpei de uma reunião de um grupo que trata de questões de violência, com a presença de uma investigadora e um investigador. Eles repassaram a realidade do núcleo de atendimento à mulher e solicitaram apoio para a melhoria do espaço. Após essa reunião, algumas participantes do grupo buscaram saber qual era a data oficial da DEAM. Foi descoberto que a Delegacia Especializada ao Atendimento da Mulher já existia em documentos oficiais desde 2013, porém não havia na prática. No final de 2018, essa delegacia se tornou realidade para atender casos relativos à violência contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos, com seu funcionamento melhorado em 2019. Entretanto, como qualquer espaço recém-inaugurado, necessitava de melhorias para que prestasse um bom atendimento àqueles(as) que sofrem violência, tais como funcionários especializados nas diversas áreas, mobiliário adequado, local de apoio às vítimas e seus filhos, entre outros.

Depois de entrar em contato várias vezes e continuar aguardando os dados que as autoridades ficaram de me passar, todos relatavam falta de tempo para providenciá-los. Resolvi criar um questionário de pesquisa em um aplicativo *online* e disponibilizá-lo nas redes sociais para que mulheres pudessem respondê-los, com a finalidade de colher os primeiros dados que poderiam contribuir com a pesquisa. Muitas mulheres foram solidárias no compartilhamento e até mesmo alguns homens ajudaram, enviando o questionário na rede para que alcançasse o maior número possível de mulheres dentro da cidade. Em um período de 24 horas, participaram 140 mulheres maiores de idade que haviam sofrido diversos tipos de violência; desse quantitativo, 15 haviam sofrido estupro e 46 disseram conhecer outras mulheres que sofreram esse tipo de abuso. O questionário foi analisado minuciosamente para pensar no próximo fio a ser tecido. Em seguida, fiz contato com essas mulheres, porém muitas manifestaram constrangimento em falar do assunto porque ainda gerava muita dor lembrar o que havia ocorrido. Nesse momento, um desânimo me cercava, no entanto entendia como deveria ser difícil para elas falarem comigo, sendo eu alguém que elas não conheciam.

Depois disso, aos poucos, foram surgindo as primeiras entrevistadas, tendo em vista que as primeiras linhas tinham sido tecidas até aquele momento. No total, são seis sujeitas de pesquisa; uma delas conheci em um movimento realizado em uma universidade e participou do questionário aplicado; duas foram apresentadas por essa mesma jovem; uma conheci a partir do questionário e duas são mulheres com quem eu tinha contato, mas não sabia que haviam sido abusadas.

Portanto, foram muitas as dificuldades enfrentadas nesse percurso, muitas linhas escolhidas para chegar aos seis tecidos que desempenham grande importância nesta tese.

Na sequência, relato como esse processo para geração de dados foi feito, levando em consideração a subjetividade de cada sujeita de pesquisa.

#### **4.2 Geração de dados: dando forma ao tecido**

Encontrar com essas mulheres em determinado espaço escolhido por elas e observar o local que as fazia se sentir mais seguras para falar do que sofreram possibilitou-me tramar fios sobre a subjetividade de cada entrevistada. Não teve como fugir de tecer uma relação subjetiva, por me identificar com algumas histórias, sentir-me representada por algumas delas e compartilhar dores, angústias e tensões que elas expressavam no rosto por estarem relatando uma parte de suas vidas que pareciam querer esquecer. Todas preferiram falar comigo em um

local familiar, que, de alguma forma, para elas, manifestasse segurança e aconchego para tratar do assunto. Ao final de cada entrevista, saí com um nó na garganta, coração dilacerado e olhos, algumas vezes, lacrimejando. Não tinha como segurar minhas emoções após ouvir os relatos que, sobretudo, deixaram marcas na alma dessas mulheres.

A escolha do método de geração de dados, que não se distancia tanto de Flick (2009) quando discute pesquisa qualitativa interpretativista, se justifica em Patias e Von Hohendorff (2019), pois os autores consideram que a utilização de perguntas abertas e roteiros de entrevista flexíveis pode resultar na geração de mais dados, em virtude de permitir relatos mais aprofundados do/a entrevistado/a, uma vez que um roteiro flexível tende a ser mais efetivo do que limitar a pesquisa apenas com perguntas; por isso, é aconselhável que o pesquisador/a inclua diferentes técnicas.

Desse modo, foi nessa linha que optei pela entrevista para geração de dados e levei em consideração a sugestão do local em que cada participante poderia concedê-la. Três mulheres optaram por receber-me em casa, já que estavam sozinhas ou com pessoas confiáveis; uma veio à casa das amigas; outra usou o local de trabalho, um espaço dedicado à beleza feminina, no momento em que não havia ninguém, e uma preferiu gravar áudio e, em outro momento, nos encontrarmos em uma cafeteria para conversar mais sobre o assunto. O contato com essas mulheres sempre ocorreu mais de uma vez, seja presencialmente, seja virtualmente por algum aplicativo de mensagem.

Os dados foram colhidos individualmente, exceto no caso de uma das sujeitas que já havia me concedido a entrevista e que acabou me apresentando mais duas mulheres para que eu conversasse com elas. Nesse dia, essas duas sujeitas de pesquisa participaram da conversa e/ou entrevista junto da participante que já havia conversado comigo anteriormente. No final da geração de dados, as três participaram de uma conversa que utilizava pressupostos da pesquisa qualitativa interpretativista empregada em grupo focal (FLICK, 2009), em que todas teceram algumas histórias de forma coletiva, momento em que pude observar sua interação e levar em consideração questões que elas não haviam me contado individualmente.

Embora toda essa relação de subjetividade tenha se apresentado pela proximidade de histórias que mexem com os nossos sentimentos, não pude sair totalmente da posição de quem entrelaça linhas objetivas para que o tecido ganhe forma, sobretudo, porque me identifico como mulher. Entretanto, não pude me esquecer de exercer, em boa parte do tempo, meu posicionamento de pesquisadora que precisava deixá-las falar, tendo em vista que eu me sentia em uma relação de igualdade, pois eu não tinha nada o que ensinar, apenas aprender com suas vozes, assim como sugere Spivak (2010).

Como utilizo a metáfora do tecido, eu escolhi nomes de tecidos femininos para representar as mulheres – sujeitas da pesquisa. Esses tecidos escolhidos tentam fazer uma trama com o que cada mulher apresentou, sobretudo, nos relatos da época em que conversamos. O nome dos tecidos foi uma escolha subjetiva de minha parte como pesquisadora, portanto não presume nenhum julgamento sobre a identificação das sujeitas de pesquisa, tampouco tento falar por elas, em alusão ao que Spivak (2010), Saffioti (2015), Perrot (2017) reiteram sobre cada uma possuir sua história. A análise dos dados será organizada, a partir das histórias das entrevistadas, de acordo com a ordem dos nomes escolhidos: Tricoline, Seda, Cambraia, Renda, Madras e Organza. Partindo disso, observarei os discursos que surgem nesses relatos, conforme mencionado nos objetivos propostos.

Desse modo, para entrelaçar os fios metodológicos com a análise dos dados, o capítulo de análise inicia-se com uma breve apresentação das mulheres as quais entrevistei para conhecer seu perfil, que envolve: religião, *status* de relacionamento, grau de escolaridade, gênero, cor e raça, entre outros dados, e, igualmente, um registro de questões percebidas no momento da conversa ou entrevista. Para conhecimento do leitor, exponho um quadro de apresentação das sujeitas de pesquisas, cujos dados gerados foram do ano de 2018, época em que as entrevistas foram realizadas.

<b>Nomes</b>	<b>Idade</b>	<b>Religião</b>	<b>Status de Relacionamento</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Gênero/Sexo</b>	<b>Raça/Cor</b>
<b>Tricoline</b>	23 anos	Evangélica	Solteira	Cursando Letras	Mulher cisgênero	Negra
<b>Seda</b>	20 anos	Agnóstica	Namorando	Cursando Psicologia	Mulher bissexual	Branca
<b>Cambraia</b>	36 anos	Evangélica	Casada	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Branca
<b>Renda</b>	21 anos	Evangélica	Solteira	Cursando Letras	Mulher cisgênero	Negra
<b>Madras</b>	21 anos	Evangélica	Solteira	Concluiu Biomedicina	Mulher cisgênero	Branca
<b>Organza</b>	62 anos	Evangélica	Divorciada	5º ano do Ensino Fundamental	Mulher cisgênero	Negra

**Quadro 1** – Apresentação das sujeitas de pesquisa

Nota: Construção da autora.

Ressalto que para obter os textos dessas mulheres, embora tenha utilizado, principalmente, o método de gravação de áudio, sempre estava munida de um caderno de campo para anotações, no sentido de colher alguns dados relevantes de nossas conversas iniciais, que ocorriam sem utilizar nenhum aparelho para gravação. Não me alinhei a um

único instrumento de geração de dados, uma vez que busquei ora conversar informalmente para que elas se sentissem mais confortáveis, ora usei a entrevista semiestruturada com base em um roteiro pré-elaborado.

Depois de elas se sentirem mais seguras para contar suas histórias, eu perguntava se poderia ser gravado o que elas falariam. Com o consentimento das sujeitas de pesquisa, iniciávamos a conversa e/ou entrevista. Esse processo de entrevista durava em média de trinta minutos a uma hora, dependendo da disponibilidade de cada participante. O aparelho de gravação ficava em um lugar bem discreto, algumas vezes, fora da linha de visualização das entrevistadas. Tal estratégia adotada pôde contribuir para que algumas se sentissem mais seguras para conversar comigo. Conforme mencionei, apesar de ter um roteiro de perguntas a serem realizadas, muitas vezes, não me amarrei com essas ataduras que pareciam engessar a pesquisa (PATIAS; VON HOHENDORFF, 2019). Em muitos momentos, deixei-as contar suas histórias livremente; apenas intervinha quando surgia alguma dúvida ou questionamento que contribuía com o roteiro pré-elaborado. Por fim, sem eu me amarrar tanto ao roteiro, eu tinha quase todas as minhas perguntas contempladas por meio de nossas conversas, utilizando-me apenas em alguns instantes do método de entrevista semiestruturada. No final das entrevistas realizadas com as seis participantes, eu possuía dados gerados que compreendiam quatro horas e cinquenta e cinco minutos para serem transcritos. Além disso, reitero que alguns dados observados no caderno de campo foram relevantes após a transcrição, em virtude de ter contribuído para análise/interpretação dos dados.

Na subseção subsequente teço o alinhamento da metodologia com a análise dos dados.

#### **4.3 A construção do tecido: a análise da formação discursiva**

Nesse aspecto, após ler minuciosamente o material transcrito com auxílio do Google Drive, para analisar as formações discursivas, procurei nos enunciados temas que se relacionassem para a existência de determinados discursos em torno do estupro e/ou abusos sexuais. Não me amarrei, exclusivamente, nas recorrências de elementos linguísticos, mas procurei nas formações discursivas (excertos) os sentidos para os enunciados tecidos por elas.

Como optei pelos estudos discursivos em uma perspectiva foucaultiana, entendo que os elementos linguísticos, nesse primeiro momento, não são tão relevantes, uma vez que meu objetivo não é realizar uma descrição linguística com foco na Gramática Sistemico-Funcional (GSF). Solange Barros (2010) argumenta que a abordagem da GSF propõe a descrição

minuciosa e sistemática dos padrões linguísticos, pois, na perspectiva de Halliday (1994), a autora cita que a análise do texto (oral ou escrito) é vista sob a perspectiva sociosemiótica, na qual os significados são entendidos a partir de escolhas linguísticas, estruturalmente organizadas. Partindo do exposto, entendo que para um(a) estudioso(a) de discurso não seja possível contemplar todas as abordagens em uma análise discursiva, mas concordo que seja possível buscar, com base nos objetivos de cada pesquisa, abordagens transdisciplinares.

A esse respeito, retomo Barros (2010), que defende a relevância das abordagens transdisciplinares para os analistas que desejam remover não somente o véu ideológico das estruturas sociais do poder, opressão e dominação, mas também agir nas práticas sociais, com objetivo de transformação. Sendo assim, reitero que enfatizarei a interpretação dos sentidos dos enunciados e mesmo que para os estudos foucaultianos a descrição linguística não seja aspecto de relevância, em alguns momentos analisarei elementos linguísticos sem empregar os pressupostos metodológicos da Gramática Sistemico-Funcional (GSF), porque entendo que esta pesquisa não está demasiadamente preocupada com a língua como instrumento sistemático e descritivo, uma vez que esta investigação interessa-se em ter como objeto interpretativo os sentidos sócio-históricos demarcados por relações de saber e poder. Portanto, ainda que eu procure uma abordagem transdisciplinar, apenas esta pesquisa não conseguirá mudar as relações de poder que possuem pressupostos históricos e que precisam ser cada vez mais problematizadas e rompidas por meio dos pontos móveis e transitórios de resistência (FOUCAULT, 1979).

Nesse aspecto, cabe ressaltar que a formação discursiva, pela qual busco os sentidos, é compreendida como um conjunto de enunciados que podem se relacionar, mas que também podem se dispersar por fatores sócio-históricos. Uma mesma formação discursiva não pode ser considerada necessariamente como discursos que se repetem. Examinei cada história atentando para os temas recorrentes – as formações discursivas – alguns enunciados que se entrelaçam de modo semelhante nas histórias das sujeitas de pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, se dispersam com base na análise dos discursos, em virtude da posição ocupada pelas mulheres (lugar de fala). Analisar o discurso demanda perceber um sujeito com suas subjetividades<sup>61</sup> constituídas no/e pelo discurso (ALMEIDA, 2010). Pereira (2018) entende

---

<sup>61</sup> Para Foucault (1984), os modos pelos quais nos tornamos sujeitos e os modos de subjetivação se dão historicamente como práticas de si; apesar de se valerem das práticas discursivas (saberes) e práticas de poder, ocorrem pela descontinuidade de suas formas históricas. A subjetividade se relaciona com as coisas, com o mundo, implicando, assim, uma relação com o tempo. Portanto, a subjetividade é móvel, desconsiderando-se o conceito de algo fixo, de tal modo que a noção de subjetividade alude à ideia de um corpo móvel que perpassa pela história numa relação com tudo com que se depara durante sua existência. Desse modo, a subjetividade não é inerente ao sujeito, ela se (res)significa o tempo todo com base em um dado momento histórico.

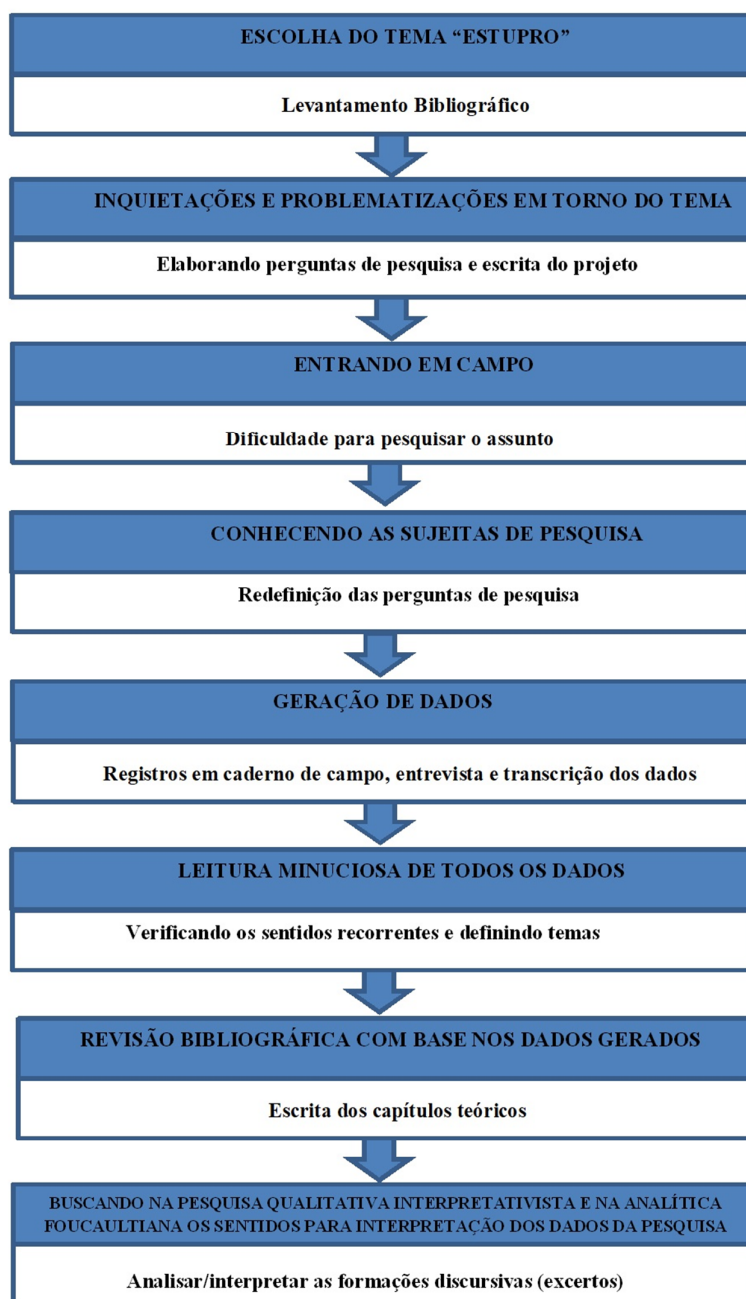
que o sujeito é formado de discurso e, na concepção foucaultiana, a ideia de sujeito é a de que esse não possui essência, uma vez que sua subjetividade é constituída no/e pelo discurso. Assim, o discurso se move baseado nas relações de saber e poder decorrentes de cada época e da posição ocupada pelo sujeito.

Foucault (2008) sugere que mesmo que existam semelhanças nas enunciações, não podemos considerá-las de maneira absoluta, tendo em vista que os acontecimentos discursivos são outros. Portanto, considero que esses acontecimentos discursivos estão entrelaçados nas formações discursivas de um dado momento histórico em que excedem um discurso essencialista de posição fixa. Para isso, é relevante ponderar fatores que compreendem entre outros, as contradições, o lugar de fala, o contexto histórico que permitiu a autorização desses discursos, sobretudo, as questões sociais e culturais.

Desse modo, olho para as formações discursivas (FOUCAULT, 2008), pensando nos enunciados recorrentes (que aparentam semelhanças), mas que também se dispersam, porque nos estudos dos discursos não se justifica estudá-los como objeto único / homogêneo, uma vez que, pensar na abordagem de um mesmo objeto (discurso) implica considerar que cada sujeito ocupa um lugar sócio-histórico.

Para mostrar como se organizaram as etapas metodológicas relatadas neste capítulo, segue um organograma que permite não só apresentar o momento inicial da pesquisa, mas ilustrar, metodologicamente, como se deu o processo dialógico entre observação dos dados gerados/teoria/interpretação dos dados.





**Figura 2** - Quadro produzido pela pesquisadora para explicar as etapas da pesquisa  
 Nota: Construção da autora.

Portanto, para situar o leitor, em seguida, elaboro uma tabela, com a recorrência dos temas escolhidos por meio de muitas leituras que buscassem sentidos convergentes com o que cada sujeita de pesquisa havia falado na entrevista. Embora, também busque sentidos por meio de elementos discursivos, não os concebo como elementos centrais nas análises. Para exemplificar o que será encontrado no capítulo subsequente, que trata da análise dos dados,

pretendo utilizar os pressupostos foucaultianos de pensar: mais inquietar do que resolver ou mudar; mais ressignificar do que categorizar (PEREIRA, 2018).

Cabe ressaltar que, mesmo aparecendo recorrência nas formações discursivas (excertos), a análise não será fixa porque se trata de interpretações e busco resgatar algumas problematizações já discutidas em outros temas recorrentes, ou seja, cada seção será sempre inacabada para que o vaivém interpretativo possa desconstruir o pensamento de linearidade. A quantidade de excertos que escolhi para analisar/interpretar considero-a suficiente porque parte de um *corpus* em que priorizei os sentidos da linguagem para tecer problematizações, de acordo com os objetivos e as perguntas de pesquisa. Outros excertos descartados indicaram sentidos parecidos com as escolhas que fiz. Reitero que foi com base nesses temas que pude revisitar minhas leituras e buscar outras teorias que dialogassem com os dados gerados.

<b>Temas recorrentes</b>	<b>Tricoline</b>	<b>Seda</b>	<b>Cambraia</b>	<b>Renda</b>	<b>Madras</b>	<b>Organza</b>
A dificuldade de falar sobre o estupro sofrido <sup>62</sup>	X	X	X	X	X	
O perigo pode morar perto: quem é o abusador/estuprador?	X	X	X	X	X	X
O machismo, os abusos e a naturalização do estupro no meio familiar	X	X		X	X	
Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?	X	X	X	X	X	X
Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento	X	X		X	X	
Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente	X	X	X	X	X	X
Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento.	X	X	X	X		

**Quadro 2** – Apresentação dos temas recorrentes, de acordo com as respectivas sujeitas de pesquisa  
Nota: Construção da autora.

<sup>62</sup> Esse tema será discutido a seguir, no capítulo “Análise dos Dados – Quem são as tecidas”; portanto, não haverá uma seção específica para ele.

Em seguida, com base nos fios que constituíram o percurso da pesquisa qualitativa interpretativista que excede o discurso de ordem verbal, inicio o capítulo de análise relatando algumas informações sobre cada sujeita de pesquisa. Posteriormente, haverá seções tecidas sobre as formações discursivas (excertos) das seis sujeitas de pesquisa e as respectivas análises/interpretações que serão baseadas nos enunciados que constituem os discursos. Reitero que não citarei com tanta frequência a teoria no capítulo vindouro, porque a escolha teórica se deu por meio da observação do material empírico, em virtude de tê-lo considerado a parte de maior relevância para a problematização dos discursos em torno de abusos sexuais/estupro de mulheres.

## CAPÍTULO 5

### ANÁLISE DOS DADOS – QUEM SÃO AS TECIDAS

*Por que não partilhais  
Iguais condições?  
Por que não espalhais  
Honestos corações!*

*Mulheres, não rompamos  
Nossas mãos unidas  
E sempre as estendamos  
As irmãs mais feridas!*

*Homens e mulheres,  
Um mundo mais igual  
O respeito natural  
E a liberdade afinal!*

*(Dora Incontri, 2016<sup>63</sup>)*

Para este capítulo de análise, é relevante lembrar quem são as sujeitas de pesquisa<sup>64</sup>, tratadas por nomes de tecidos femininos, em virtude de ter escolhido tal metáfora para a tese. Reitero que as considerações desta seção são baseadas nos relatos de suas experiências, as quais envolvem questões sociais que indicam escolaridade, raça, classe, gênero ou sexualidade, religião; o local escolhido por elas para conversar e/ou conceder entrevista; as negociações; os modos de comunicação escolhidos; as escolhas discursivas; o lugar de fala; os gestos; os olhares; o tom de voz; as sensações de alegria e de tristeza; de angústia e constrangimento; de liberdade e empoderamento. Naturalmente, envolvem, também, meu olhar de pesquisadora e mulher diante das sujeitas pesquisadas.

Sendo assim, começo apresentando **Tricoline**<sup>65</sup>. Ela mora há cinco anos na cidade escolhida para realização da pesquisa. Nascida no estado do Pará, solteira, evangélica<sup>66</sup>, se identifica como mulher “cis”, no momento da entrevista completaria 23 anos. Ela chegou a iniciar o curso de Ciências Naturais com habilitação em Química, depois optou por cursar

---

<sup>63</sup> Poema publicado na página da autora, disponível em: <https://doraincontri.com/2016/05/27/a-musa-estuprada/>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

<sup>64</sup> A pesquisa não se aprofundará na história de vida das participantes, em virtude de questões éticas; por isso, optei por preservar o máximo possível a identidade das mulheres entrevistadas, respeitando-as para contar o que se sentiam seguras e confortáveis para relatar, já que na época da entrevista todas expressaram que relembrou a violência sofrida ainda abalava o psicológico. Apresento um quadro sucinto do perfil de cada entrevistada, quadro 1, *vide* p. 100.

<sup>65</sup> O tecido Tricoline é predominantemente constituído de fibras de algodão, construídas em tela. É um tecido leve e fresco, ideal para climas tropicais, como o de Brasil. Esse tecido é disponível em estampas e cores variadas, possui leveza e elegância, portanto cria uma textura agradável tanto no corpo quanto no corte.

<sup>66</sup> Participante de uma igreja de missão baseada no MDA – Modelo de Discipulado Apostólico que não prioriza denominações, formada por Life Groups – Igreja do Lar.

Letras, porque disse ser apaixonada por Literatura e gostar de cantar. Na época da entrevista, ela estava no quarto semestre desse Curso.

A primeira vez que a vi foi em uma manifestação para reclamar da falta de segurança pública nos arredores de uma universidade, por conta de um estupro que havia acontecido com uma estudante. Nesse manifesto, Tricoline resolveu falar pela primeira vez, publicamente, sobre o estupro sofrido aos quinze anos de idade. Embora esse não tenha sido o único abuso vivenciado, foi esse caso que ela resolveu relatar para todos que ali estavam. Depois, ela também respondeu um questionário *online* que eu publiquei nas redes sociais com o objetivo de encontrar minhas sujeitas de pesquisa.

Eu pude conhecer Tricoline melhor após aceitar conversar comigo no quarto dela, um lugar que me pareceu bem íntimo e aconchegante para narrar histórias nem um pouco confortáveis para ela, tampouco para mim, apesar de eu estar na posição de pesquisadora. Ela falava com o tom de voz baixo, delicado e que, às vezes, parecia sufocado, com o rosto que parecia expressar amargura, mas também uma mistura de empoderamento para falar sobre algo tão difícil, porém para ela necessário, porque deve ser exposto para que outros casos não continuem acontecendo.

Assim, no excerto 1 que surgirá logo em seguida, ela começou tecendo a dificuldade de falar o que havia ocorrido na infância e na adolescência, sobretudo, porque a última violência sexual nomeada por ela como “estupro” envolve alguém familiar. Ela conta que

[...] é bem complicado, porque você falou uma coisa que foi ponto chave para mim, que foi, a primeira hipótese de serem desconhecidos, é, às vezes, às vezes não, é muito mais fácil, não que seja mais fácil, mas é tão menos ruim quando é um desconhecido, que você não tem uma história com aquela pessoa, você não tem.

Antes da entrevista, eu – pesquisadora – havia tido uma conversa informal com Tricoline, por meio da qual esbocei a crença/mito que possuía, antes de iniciar a pesquisa, de que os estupros eram cometidos por desconhecidos. Essa crença resgata o que Sousa (2017) afirma sobre o estupro não acontecer somente em locais escuros e o estupro ser um desconhecido. Do mesmo modo, Vargas (1999), Paula (2011) e Sousa (2017) reforçam que o estupro normalmente acontece na casa da vítima, considerada ambiente seguro. Além disso, Tricoline expressa como se torna mais difícil falar do assunto quando envolve alguém familiar. Paula (2011) e Medeiros (2016) asseveram que se calar sobre o estupro familiar é consequência de vários fatores, mas o principal deles envolve sentimentos que a vítima nutre pelo agressor.

Outra questão tecida no excerto 1 se refere ao fato de Tricoline não ter falado com quase ninguém do que sofreu na época, manifestando-se somente recentemente com poucas pessoas: “tipo hoje eu falo, eu consigo contar, são uma ou duas pessoas que sabem sobre isso com detalhes.” Até mesmo com sua mãe, pouco fala do assunto: “nem com a minha mãe até hoje eu nunca contei os detalhes para ela, porque eu sei que seria muito doloroso para ela.” Embora, atualmente, Tricoline seja maior de idade, ela resgata o que Brownmiller (1976) e Paula (2011) mencionam sobre o silenciamento das crianças vítimas de violência sexual no meio familiar, devido à relação de poder que o agressor possui com a vítima. E virtude disso, geralmente, surge a dificuldade de revelar o estupro com medo de não acreditarem em sua palavra. Na concepção dela, seria muito doloroso para a mãe se revelasse os detalhes.

A dor da mãe citada por Tricoline alude ao que Lira et al. (2017) discutem sobre as mães de vítimas de abusos sexuais ocorridos dentro da família, muitas vezes, se sentirem culpadas e fracassadas como mães por não terem cuidado do lar. Tal pensamento reitera o discurso de que o espaço privado (o lar) é considerado seguro para as mulheres (SAFFIOTI, 2015; PERROT 2017) e, se algo acontece dentro de casa, a culpa é sempre dela, eleita socialmente como “mulher-mãe” ou “mãe de família”. O homem que comete a violência sexual no espaço privado, muitas vezes, é absolvido socialmente, revertendo a culpa para a vítima e/ou a mãe.

Com base nisso, verifica-se que os enunciados à frente, no excerto 1, se apresentam de forma incompleta, marcados por pausas na fala, como se Tricoline se sentisse entristecida e não soubesse como iniciar o assunto que revelaria seu principal abusador. Ela apresenta o uso do verbo “é”, o que significa que tal elemento verbal pode desempenhar uma relação/ligação com o que ela sofreu e continua sofrendo pela dificuldade de falar do assunto. A dificuldade de falar do tema, que revela quem a estuprou, também é marcada pelo uso repetido de intensificadores: “bem, mais, muito, tão”, bem como de atenuantes: “às vezes, não, menos, nem”. Mais adiante, no mesmo excerto 1, Tricoline reconhece que foi um estupro o que sofreu aos 15 anos de idade e, assim, prefere usar o termo linguístico para designar seu abuso sexual.

É, sobre essas questões da..., é bem complicado, porque você falou uma coisa que foi ponto chave pra mim, que foi, a primeira hipótese de serem desconhecidos. É, às vezes, às vezes não, é muito mais fácil, não que seja mais fácil, mais é tão menos ruim quando é um desconhecido, que você não tem uma história com aquela pessoa, você não tem [...] tipo hoje eu falo, eu consigo contar, é uma ou duas pessoas que sabem sobre isso com detalhes que é a minha irmã, sabe de tudo, nem com a minha mãe até hoje eu nunca contei os detalhes para ela, porque eu sei que seria muito doloroso para ela.

[...] eu naquele dia na (nome da instituição) eu relatei o estupro que eu sofri e hoje eu não temo mais falar mais essa palavra estupro, foi como eu falei aquele dia, eu não gosto de falar violência, eu falo estupro porque foi o que aconteceu. (Excerto 1 - Tricoline, junho de 2018).

De outro modo, ela não mostrou constrangimento quando pedi se poderia gravar nossa conversa. Considero que houve mais uma conversa do que uma entrevista semiestruturada, porque deixei Tricoline livre para contar a sua história, interferindo apenas quando surgiam algumas dúvidas. Ao finalizar a conversa, sentia-me com um nó em minha garganta e tinha meus olhos embaçados por lágrimas que tentava segurar para não escorrer em meu rosto.

Eu, como pesquisadora, não poderei deixar de expressar a minha subjetividade sobre as escolhas realizadas para me reportar à Tricoline. Igualmente ao tecido escolhido para representá-la, Tricoline possui um colorido e uma leveza que encantam pela suavidade nos gestos e no modo de falar; se identifica como negra e possui cabelos cacheados. Apesar de sua imagem demonstrar fragilidade, ela se posiciona como uma jovem forte que traz no sorriso um colorido de esperança para quem a vê, sem conhecer sua história. Como mulher cristã-evangélica, o perdão é a maneira que encontrou para superação do que sofreu no passado. A partir disso, esse tecido terá toda uma história que cabe ser analisada não como um tecido único, mas como um tecido que possui fios, tramas e coloridos diferentes de outras Tricolines existentes nas demais tecelagens da vida.

A segunda sujeita de pesquisa é **Seda**<sup>67</sup>. Na época da entrevista, tinha completado vinte anos; nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, morou na cidade onde realizei a pesquisa desde a infância, sendo de família tradicional nessa região; nos últimos tempos, se afastou da cidade para cursar Psicologia em São Paulo. É solteira, mas estava namorando um jovem quando a entrevistei; se identifica como mulher branca, se considera agnóstica e bissexual.

O primeiro contato que tive com Seda foi a partir do questionário *online* que elaborei para que mulheres da cidade respondessem sobre violência. Logo que olhei as respostas e entrei em contato, Seda se mostrou interessada em falar sobre o que havia sofrido.

Nossa primeira conversa foi por um aplicativo de mensagem em que ela gravava os áudios e me enviava. Conforme surgiam os questionamentos, eu os fazia para tirar minhas dúvidas. Ela demonstrou, logo no início do áudio, dificuldades para falar sobre o que aconteceu, entretanto pensava que não poderia mais se calar. Observa-se, em seguida, no excerto 1, que os enunciados são marcados por pausa, repetições, interrogações, uso de

---

<sup>67</sup> O tecido de seda é conhecido pela sua maciez, brilho, beleza e luxuosa aparência. É um dos tecidos mais caros e que oferece ao seu usuário conforto em qualquer estação do ano.

processos verbais no presente e no passado, alguns acompanhados de gerúndios: “fiquei enrolando, estou enrolando, está me ajudando”, pelos quais aparenta desconforto por ter que abordar o assunto:

É eu fiquei enrolando, porque foi difícil gravar esse áudio [...] pra falar isso com você, eu estou enrolando. Hoje foi o dia que eu decidi porque estou com meu namorado, ele está me ajudando muito, entendeu? Difícil falar sobre isso, você não tem noção da dificuldade que foi gravar esses áudios pra você. Cara, é difícil, doloroso demais, entendeu? Mas eu precisava gravar, agora que eu falei, não vou ficar quieta não, entendeu? (**Excerto 1 - Seda, junho de 2018**).

Durante nossa conversa, sobretudo, inicialmente, percebi certa insegurança, suas ideias pareciam um pouco confusas. Com um tom de voz forte e que, algumas vezes, manifestava rapidez nas palavras, parecia que queria terminar logo o assunto que se propôs a conversar comigo. Depois dessa conversa, descobri que havia acontecido com ela mais de uma violência sexual, que anteriormente ela não conseguia definir se na legislação se configurava estupro ou não. No entanto, Seda enfatizava um dos casos que havia ocorrido na infância. Embora faça acompanhamento psicológico, seus punhos trazem algumas mutilações que, segundo ela, são resultantes de todos os traumas que está tentando superar.

Com algumas semelhanças com o momento em que terminei a conversa com Tricoline, estava eu no final do primeiro contato com Seda com o coração acelerado, sentindo-me engasgada, com dificuldade de soltar a minha voz e com os olhos lacrimejando. Seda, por sua vez, percebeu o meu desconforto e tentou me fortalecer para que eu continuasse este trabalho que considera importante. Por fim, falou que estava bem e que se sentia melhor depois de falar comigo. Em seu tom de voz de fim de conversa, aparentava alguém muito mais segura e determinada a continuar falando do assunto para que outras pessoas não sofressem o que ela vivenciou.

Seda foi uma de minhas entrevistadas que mais manteve contato comigo por mensagens de um aplicativo *online*. Ela sempre fazia referência ao seu desejo de fazer justiça a um dos abusos que sofreu. Relatava que, em relação ao primeiro abuso, acontecido na infância, se sentia justificada porque o violentador havia sido preso, denunciado pelas netas, e faleceu na prisão. Do terceiro abuso, sofrido na fase adulta, parecia falar com mais naturalidade, porém era o segundo caso, também sofrido na infância, em que o abusador foi um jovem amigo da família, que mais a marcou.

Após algum tempo, tivemos um encontro presencial, quando visitou a família e aparentou ser uma mulher muito mais segura do que me apresentou em nosso primeiro contato. Contou que tinha localizado um de seus abusadores e que havia tido uma conversa



com essa pessoa pelas redes sociais. Relatou que ela falou para ele de todo o sofrimento vivenciado a partir da violência sofrida. O violentador revelou que jamais teve noção dos danos que havia a causado e pediu desculpa pelo ato. Tal enunciado remete ao que Machado (1998) e Sousa (2017) aludem: homens que comentem abusos sexuais acreditam que o esturador é o maníaco/louco que estupra as vítimas e muitas vezes as mata, dizendo não reconhecer que o sexo forçado ou abusos sem consentimento se configuram estupro. Nesse passo, Sommacal e Tagliari (2017) tecem que os homens acreditam haver uma diferença entre forçar uma mulher a fazer sexo e a esturpar. As autoras citam uma pesquisa realizada por Edward; Bradshaw; Hinz (2014, p. 190), demonstrando que 31,7% dos homens forçariam uma mulher a manter relação sexual acreditando não haver consequência, ao passo que 13,6% dos homens esturpariam uma mulher.

Nota-se como o gênero masculino normaliza os abusos sexuais, por meio de discursos apoiados em mitos ou crenças sobre estupro para negar que cometeram a violência (BROWNMILLER, 1976; SCARPATI, 2013). Podemos entender que tais discursos servem como estratégias manipuladoras para alegar o desconhecimento da violência, obter vantagens sexuais e evitar até mesmo a punição por tais atos. Com isso, para manipular e dominar o corpo feminino, por meio de práticas abusivas, surgem vários discursos ancorados nesses mitos ou crenças de que o estupro é aquela violência em que precisa haver resistência física e marcas visíveis no corpo da vítima ou que as mulheres dizem “não”, mas que no fundo estão querendo ser coabitadas. Tais discursos, muitas vezes, acolhidos pela sociedade, acabam demarcando o lugar de poder do gênero masculino para justificar os abusos nos corpos femininos.

Tal como o tecido de seda, notei que ela apresenta um toque de maciez em sua pele levemente clara, aparenta sofisticação nos gestos, mas ao mesmo tempo é alguém com quem nos sentimos muito confortáveis e se mostra acessível para conversar. Além disso, Seda traz um brilho no olhar quando fala dos projetos para atuar na área de Psicologia, para ajudar o próximo.

Nesse contexto, vejo que Seda é um tecido que não poderá ser observado dissociado de todas as urdiduras, haja vista que alguns desses fios precisam ser interpretados para que o discurso alinhe sentidos.

A terceira sujeita de pesquisa é **Cambraia**<sup>68</sup>. No período da entrevista, estava com 36 anos, possui o ensino médio completo, casada e cabeleireira, tem filhos, nascida na região de Mato Grosso, mora há 10 anos na cidade onde realizei a pesquisa e se identifica como mulher “cis”, branca e evangélica<sup>69</sup>.

Conheci Cambraia por intermédio de uma pessoa de minha família que ficou sabendo da história dela envolvendo um dos estupros que sofreu. Ao procurar Cambraia para saber um pouco do que havia acontecido com ela, se mostrou um tanto fechada para falar sobre o assunto. Ela estava sozinha e me recebeu para conversar em um estabelecimento dedicado à beleza feminina, do qual é proprietária, local onde passa a maior parte do tempo. De todas as sujeitas de pesquisa, foi Cambraia que manifestou um longo suspiro no início de nossa conversa, seguido de um silêncio acompanhado de um olhar distante que não conseguia mirar em meu rosto.

Procurei deixá-la mais tranquila, pedindo que ela ficasse livre para contar sua história. Embora tenha permitido que eu gravasse o que me contava, observei certo desconforto por eu ligar o aparelho. Deixei-a falar, percebi que ela procurou ser breve em seu relato. Então, desliguei o meu aparelho de gravação e continuamos conversando. Ela começou a falar de fatos que não havia me contado e verifiquei que estava se sentindo muito mais tranquila. Houve urdiduras relevantes para a pesquisa, que não conseguia registrar totalmente sem o uso do aparelho; então, pedi novamente se poderia voltar a gravar. Agora mais segura dos fatos, aceitou a gravação e falou pela segunda vez sem se preocupar com o tipo de tecnologia que eu usava.

Entretanto, observei que, ao iniciar o relato, no excerto 1, foi a sujeita de pesquisa que estampou claramente nos enunciados a vergonha de falar do que havia acontecido por meio dos advérbios de negação “não, nem”, que parecia carregar uma culpa em seu íntimo pela violência sofrida. Por meio do enunciado que se inicia com o modalizador “às vezes”, seguido do termo linguístico “a gente”, em substituição ao pronome pessoal “nós”, que sugere uma pluralização, talvez fazendo referência a ela e outras mulheres que vivenciaram violências semelhantes, Cambraia enuncia a expressão linguística “tampar o sol com a peneira”, com a qual denota que gostaria de esquecer algo que não conseguia. Além disso, as interrogativas pareciam querer indagar-me uma resposta para as situações que ela vivenciou. A vergonha

---

<sup>68</sup> Cambraia é um tecido muito fino, de algodão ou linho que pode ser lustroso ou acetinado. A cambraia de algodão é mais leve, porém a *cambraia* de linho apresenta um aspecto mais rústico e certa leveza, características que a tornam um tecido fresquinho, perfeito para o verão.

<sup>69</sup> Pentecostal, sendo que a participante da pesquisa é frequentadora de uma igreja que a organização se caracteriza pelo governo de uma assembleia de presbíteros que são eleitos pela assembleia dos membros da igreja.

mencionada por Cambraia reitera o que Silva (2007), Riscado e Oliveira (2010) salientam sobre esse sentimento que surge após o estupro e o medo e a vergonha de romper o vínculo familiar se o agressor é alguém familiar. Assim se manifesta Cambraia:

[...] tem dia que eu não estou... eu não consigo nem falar sobre isso, né? Às vezes a gente prefere tampar o sol com a peneira, né? Abafar, né? Porque dá vergonha [...] (**Excerto 1 - Cambraia, outubro de 2018**)

Apesar de ela ter sofrido mais de um abuso com violentadores diferentes, percebi que ela normalizou a maioria deles. Apenas o primeiro, que foi na infância e com a pessoa considerada por ela de maior importância na sua vida, Cambraia relata com imensa angústia, tristeza, culpa e vergonha. Para esse caso, percebi que Cambraia tem muita necessidade de liberar perdão porque se tratava da pessoa que a gerou, deu-lhe a vida e que não está mais presente com ela. Embora esta pesquisa trate de abusos sexuais/estupro em que os principais agressores são do gênero masculino, há casos em que mulheres abusam, principalmente, de crianças. Cabe lembrar que a pesquisa realizada no Brasil, pelo IPEA- 2014, indica que 70% dos estupros acontecem dentro de casa. Ainda que o índice de estupro sobre a mulher como abusadora seja menor, não se pode desconsiderar essa questão que afeta a vítima tanto quanto se o estupro fosse realizado por alguém do gênero masculino. Nota-se pelo exemplo de Cambraia que, nas conversas que teve comigo, se esforçava para falar do que tinha sofrido. Apesar de tudo que houve, percebe-se a necessidade de ela reiterar o amor por quem cometeu o primeiro abuso que a deixou com profundas marcas psicológicas, as quais tenta superar. Os outros dois abusadores, um na infância e outro na vida adulta, também foram pessoas familiares que contribuíram para afetar ainda mais as feridas que existiam em seu interior. O que ocorreu na fase adulta ela nem considerava um abuso sexual porque o agressor foi o marido. Ela me contou que descobriu que havia sido estuprada após muito tempo, quando assistiu a uma novela que abordava o assunto. Naquela época, não estava mais casada com o abusador, o pai dos filhos dela. Então, ela nunca denunciou o agressor por tal ato, revelando muita mágoa e sentimento de raiva pela atitude do violentador.

O desconhecimento do estupro marital reitera sentidos sobre o corpo feminino ter sido considerado por muito tempo uma propriedade masculina, sendo submetido à violência familiar (RISCADO; OLIVEIRA, BRITO, 2010; MEDEIROS, 2016). Muitas mulheres sofrem o estupro marital e normalizam essa violência como se fosse uma obrigação conjugal. Sommacal e Tagliari (2017) citam que o estupro marital já foi admitido no ordenamento jurídico; ainda que isso tenha mudado, muitos permanecem entendendo o sexo como um dever matrimonial, que pode resultar em estupro. Sobre o assunto, exemplifico o discurso de

Patrícia Abravanel, filha de Sílvio Santos, que se fundamenta em passagem bíblica para falar sobre a obrigação das esposas terem relação sexual mesmo sem vontade<sup>70</sup>. Apesar de ela ter recebido muitas críticas por parte de outras mulheres, algumas que eu conheço legitimaram tal discurso, identificando-se com o que Patrícia mencionou, bem como alguns homens acharam que “ela é a mulher de verdade”. O que eu quero discutir não é o que ela decide fazer com o corpo dela. Mas essa problematização retoma o que discuto no capítulo teórico de a religião funcionar como dispositivo de poder que historicamente tem endossado o discurso de submissão do corpo feminino como propriedade do gênero masculino. Entretanto, muitos discursos de resistência estão surgindo em torno do assunto e algumas religiões estão ressignificando os discursos que legitimam a submissão das mulheres.

Cambráia também relatou um histórico de assédios em redes sociais ou algumas vezes pessoalmente, em que homens são extremamente abusivos, causando-lhe muito mal-estar, pois ela não consegue se sentir mais à vontade com a aproximação de qualquer homem, inclusive de seus próprios filhos.

Assim como o tecido de Cambráia, ela parece ser uma pessoa muito transparente, que apresenta leveza e naturalidade como um tecido de algodão; em outros momentos, quando começa a falar do que sofreu desde a infância, aparenta a rusticidade do linho, demonstrando trazer marcas nas tramas que revestem seu corpo. Nos punhos, há um corte disfarçado com uma tatuagem que simboliza uma tesoura junto de uma linha irregular que circula todo o pulso e que sugere uma tentativa de esconder a cicatriz existente por ter tentado tirar a própria vida. Embora ela tenha dito que fez acompanhamento psicológico, parece não ter superado os abusos, razão pela qual, constantemente, sofre algumas crises, tais como: depressão, problemas de baixa autoestima, sintomas de ansiedade que a levam comer compulsivamente. Segundo ela, não considera ter corpo bonito, porque se acha gorda, portanto, tentará fazer uma cirurgia para emagrecer.

Após terminar a conversa com Cambráia, apenas tive vontade de tecer algumas palavras de conforto que estavam contidas no fundo de meu âmago, pois, assim, pensei que eu pudesse ajudá-la a amenizar tanta dor que a tem consumido e prejudicado sua melhor qualidade de vida.

Cambráia, como todas as sujeitas de pesquisa, é um tecido em que os discursos serão analisados, levando-se em consideração os enunciados entrelaçados para a formação dos excertos.

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/filha-de-silvio-santos-patricia-abravanel-cita-biblia-e-diz-que-esposas-devem-fazer-sexo-para-nao-serem-traidas/>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

A próxima mulher que participou desta pesquisa é **Renda**<sup>71</sup>. Quando conversei com ela pela primeira vez, era professora de *ballet*, tinha 21 anos, nascida na cidade onde se realizou a pesquisa, estava cursando o 8º semestre de Letras, é evangélica<sup>72</sup> e solteira, se identifica como mulher “cis” e negra e possui cabelos encaracolados.

Conheci Renda porque é irmã consanguínea de uma de minhas sujeitas de pesquisa. Renda, igualmente ao tecido que utilizei para representar o seu nome, aparenta ser tímida e delicada, possuindo diferentes desenhos em seu interior.

Ela me recebeu na casa dela, ao redor de uma mesa em que estavam mais duas sujeitas de pesquisa. Uma delas era sua irmã consanguínea, que em outro dia havia me concedido a entrevista, e a outra moça era uma amiga bem íntima. Parecia que a presença das duas jovens (irmã e amiga) era o que a encorajava para falar comigo.

No início de nossa primeira conversa, mostrou-se um pouco nervosa e insegura de falar sobre o que havia acontecido em sua infância. Conforme ela alinhava em seu primeiro enunciado “Por onde eu começo? (risos)”, observei que os risos representavam o nervosismo de falar sobre o assunto. Eu perguntei se podia gravar, ela não recusou, porém aparentava timidez para se expressar. Procurou contar, de forma bem rápida, o abuso que havia ocorrido, deixando de citar algumas situações que nem mesmo parecia reconhecer como abuso sexual. Foi somente depois que a amiga começou a conversar comigo que ela acrescentou os novos dados que a fizeram perceber que já havia sofrido muitos outros abusos com pessoas diferentes que fazem parte do contexto familiar.

Nesse sentido, notei que ela conseguiu se expressar abertamente em seus relatos, acompanhada de outros tecidos<sup>73</sup> que contribuíram para que sua narração trouxesse mais sentido, completando as tecituras dos desenhos tramados pela vida e complementando os demais tecidos com os quais tive a oportunidade de ampliar meu conhecimento no dia em que nos reunimos. Como a maioria de minhas sujeitas de pesquisa, Renda também não teve nenhum acompanhamento psicológico após todos os abusos sofridos; como cristã (evangélica), ela narra que procurou perdoar os agressores, uma maneira que encontrou para tentar se sentir melhor.

---

<sup>71</sup> A renda é um tecido transparente de malha aberta, fina e delicada, que forma desenhos variados com entrelaçamentos de fios de linho, seda, algodão ou até mesmo de ouro.

<sup>72</sup> Participante de uma igreja de missão baseada no MDA – Modelo de Discipulado Apostólico que não prioriza denominações, formada por Life Groups – Igreja do Lar.

<sup>73</sup> Nesse dia, Renda conversou comigo acompanhada de Tricoline e Madras. A narrativa dela fez muito mais sentido, quando Tricoline e Madras também começaram a falar sobre o assunto. Igual ao tecido de renda, Renda trouxe outros significados quando sua narrativa se costurou com as narrativas dos demais tecidos que estavam ali disponíveis naquele momento. Ela trouxe outros detalhes para a conversa após ouvir as outras participantes.

Como em todos os tecidos que eu relatei até aqui, por fim, não sabia como reagir diante daquela jovem que estava em minha frente. Acrescento que, após essa conversa, eu não era a mesma mulher, professora e pesquisadora que havia adentrado aquele espaço horas antes. Desse modo, eu reitero a responsabilidade de tal pesquisa e como é relevante abordar esse assunto socialmente para problematizar alguns discursos e práticas machistas presentes na sociedade, os quais, por vez, afetam expressivamente as mulheres que sofreram estupro, conforme mencionam Campos, Machado, Nunes e Silva (2017) sobre os efeitos devastadores do estupro na vida de uma mulher. Embora possuísse algumas compreensões sobre estupro, eu comecei a ter uma noção que resignificava algumas crenças/mitos que me cercavam, entendendo que: o estupro é uma violência, em boa parte, praticada dentro da casa da família; é silenciado em muitos casos pelos familiares; em muitas situações, as mulheres são culpabilizadas; mesmo não tendo culpa pela violência, ainda assim elas se culpam devido a uma construção discursiva que implica moralidade feminina e que as mulheres são culpadas pelo que acontece com seu corpo; o perdão tende a ser a melhor maneira para tentar amenizar o sofrimento e a dor e, nesse passo, acaba havendo inexistência da denúncia. Nesse sentido, as narrativas de Renda contribuirão para compreender muitas questões que são silenciadas na sociedade e pela família que, muitas vezes, não realiza a denúncia porque o violentador é do próprio contexto familiar.

**Madras**<sup>74</sup> é mais uma sujeita de pesquisa. No período de nossa conversa tinha, 21 anos; é biomédica e solteira, se identifica como mulher “cis”, branca e evangélica<sup>75</sup>, nascida na cidade em que se realizou a pesquisa. Ela aceitou conversar comigo porque é amiga de duas de minhas sujeitas de pesquisa, Tricoline e Renda. Então, no dia de nossa conversa, Madras preferiu falar comigo acompanhada de Tricoline e Renda, que também falaram sobre o assunto.

Percebi que Madras tem facilidade para falar, é espontânea, não abordou somente o que ela sofreu, também citou a importância do diálogo familiar para que determinados abusos não aconteçam e relatou questões ineficientes na saúde pública. Apesar de toda a espontaneidade que seguiu durante nossa conversa, no início do relato, excerto 1, eu novamente me emocionei sem mesmo ter começado a ouvir sua história, logo que me contou o que ela sentiu antes de vir conversar comigo, por isso, reitero esses enunciados citados em outra ocasião:

---

<sup>74</sup> Madras é um tecido de algodão leve e tipicamente modelado com textura e xadrez, usado, principalmente para roupas de verão, como calças, shorts, vestidos e casacos.

<sup>75</sup> Participante de uma igreja de missão baseada no MDA – Modelo de Discipulado Apostólico que não prioriza denominações, formada por Life Groups – Igreja do Lar.

[...] quando Tricoline falou que hoje seria o horário, passei mal o dia inteiro hoje, porque são lembranças que vem e o estômago embrulha e a gente tem vontade de vomitar e a cabeça dói, você fica tonta porque querendo ou não são marcas que ficam, não é rancor nem raiva [...] mas são marcas que ficam que, às vezes, em certas situações elas voltam o flashback, voltam na cabeça e é muito ruim. **(Excerto 1 - Madras, outubro de 2018).**

Nota-se que Madras apresentou nos enunciados uma coerência de ideias ao falar do assunto e aparentemente não mostrou nenhum constrangimento. Entretanto, ela sofreu antecipadamente para conseguir conversar comigo. Esse sofrimento é notado no enunciado “passei mal o dia inteiro hoje porque são lembranças que vem e o estômago embrulha e a gente tem vontade de vomitar e a cabeça dói, você fica tonta.” Para registrar o que a violência lhe causou, ela reitera o termo “marcas”, que remete às sequelas psicológicas resultantes dos abusos. Além disso, ela usa a pluralização “a gente” – nós – como se estivesse remetendo ao sofrimento dela e de outras mulheres que relembram os abusos. O pronome “você”, que antecede “fica tonta”, ratifica um direcionamento a outras sujeitas, que parecem não ser apenas ela, das quais fala. De acordo com Lira et al. (2017, p.6), “a experiência abusiva constitui um trauma que acompanhará a mulher em todas as situações”. Além disso, percebi que Madras expressa que “não é rancor nem raiva” a causa de todo o mal-estar. Para isso, tenta justificar que ela perdoou os violentadores. Como a sociedade ocidental é predominantemente cristã, e, sobretudo, as mulheres foram educadas para perdoarem e se culpabilizarem, perdoar o agressor é uma forma de diminuir a culpa que comumente acompanha as vítimas de estupro (PERROT, 2017); (SAFIOTTI, 2015).

Em outra passagem citada em seguida, excerto 2, ela ressalta não ter mais raiva, sugerindo que o perdão foi uma maneira que encontrou para superar os traumas e ser alguém melhor. O discurso hegemônico do perdão é percebido não só nos enunciados de Madras, mas está presente explicitamente pelo aparecimento de elementos linguísticos nos relatos de Tricoline, Renda e, sugerido por Cambraia. Para todas as sujeitas de pesquisa citadas até o momento, a única maneira de curar a dor é por meio do perdão. Desse modo, pelo que analisei, as vítimas preferiram liberar o perdão para os abusadores para se sentirem bem e para tentarem reconstruírem suas vidas. Tal constatação pode ser observada no discurso de Madras, ressaltando que o perdão a fez mudar e ser alguém melhor:

Eu decidi mudar, ser uma pessoa melhor, eu decidi enterrar o meu passado que ele é uma coisa que aconteceu comigo, mas como falei, eu não tenho raiva das pessoas, liberei perdão para essas pessoas [...]**(Excerto 2 - Madras, outubro de 2018).**

No entanto, é válido discutir que esse sentimento produz um efeito social, pois as mulheres que conseguem perdoar são consideradas nobres de caráter quando assim o expõem publicamente, sobretudo, aquelas que foram violentadas e são capazes de fazer brotar tal sentimento. No entanto, percebe-se que o sofrimento não arrefeceu totalmente, porque, no início da conversa que tiveram comigo, as três sujeitas demonstraram extrema consternação e, muitas vezes, expressaram mágoa do agressor.

Conforme o tecido madras, no primeiro momento, ela aparenta ter uma personalidade forte, marcada por texturas que a sociedade julga não pertencer aos padrões de um tecido feminino, ou seja, Madras relatou que muitos julgam que ela possua algumas características que competem ao gênero masculino. Entretanto, após conversarmos longamente, ela apresenta fragilidades e contradições como qualquer ser humano. Mostrar-se forte pode ter sido uma das maneiras que ela encontrou para tentar superar os abusos sofridos. Além disso, disse ter escolhido atuar na área da saúde para tentar ajudar mulheres e meninas que já passaram pelas mesmas violências. Porém, muitas vezes, não sabe o que fazer diante da grande quantidade de meninas que sofrem abusos em seus lares e essa situação acaba deixando-a muito mal. Ela conta que recebia meninas todos os dias, cada qual com suas complexidades, que chegavam e relatavam os abusos sofridos; outras apenas silenciavam diante da situação que viviam. Em um de seus relatos, excerto 3, percebe-se o que ela vivenciava todos os dias em um local de trabalho voltado para a saúde pública e sentia-se limitada porque precisaria de uma rede de apoio envolvendo vários profissionais que trabalhassem com o mesmo objetivo:

De segunda a sexta e todos os dias aparecia pelo menos três menores de idade grávidas, três menores de idade, grávidas da própria família, de pessoa... Uma menina de 13 anos. Oi, cadê seu responsável? Velho, nojento... desculpa falar isso, mas um velho nojento, com cara de safado, chegar e dizer que eu sou marido dela e ela olhar para minha cara quase chorando, sem concordar, elas não concordavam eu conseguia ver no olhar delas que elas estavam ali sendo obrigadas a estar ali do lado deles, então tipo, foram com centenas, eu fiquei ali 2 anos nesse lugar, todos os dias pelo menos tinha duas, três meninas desse jeito lá. Algumas delas, maioria delas vinha de outra cidade, pois elas falavam na recepção que elas vinham de outras cidades e que esse cara trazia elas pra morar ou às vezes esse cara chegava: a mãe dela me deu ela, a mãe dela não mora aqui, a mãe dela mora no Pará, a mãe dela mora em Roraima. Então, deu ela para morar comigo. Menores de idade, sem nenhum documento, sem nem saber o endereço da casa delas, então era algo que... que me deixava com muita raiva, tinha vezes que eu saía do meu atendimento e ia lá para o fundo chorar porque eu não aguentava ver aquelas meninas olhando para mim, querendo chorar, tipo, estampado na testa delas que elas não queriam estar vivendo aquilo. **(Excerto 3 - Madras, outubro de 2018).**



Portanto, Madras estampa uma problemática social que está presente nos principais órgãos de saúde pública responsáveis por prestar um atendimento especializado com base na Lei 12.845/13, chamada de “Lei do Minuto Seguinte<sup>76</sup>”. Essa lei tem a função de amparar as vítimas de violência sexual com atendimento emergencial, integral e gratuito na rede pública de saúde, sem a necessidade de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido. Nesses termos, basta a palavra da vítima que sofreu a violência para que o sistema de saúde seja obrigado a prestar acolhimento, com amparo médico, social e psicológico, além do diagnóstico e do tratamento das lesões físicas. A rede pública também deve fornecer os medicamentos necessários para evitar a gravidez e infecções sexualmente transmissíveis. No entanto, precisa-se de políticas públicas eficazes que realmente funcionem na prática, além de bom senso das pessoas que recebem essas vítimas nos hospitais. Para isso, vejo a necessidade de capacitação para que os profissionais prestem um atendimento humanizado às vítimas. De outro modo, para que determinadas ações públicas tenham efeito social, é necessário diminuir a vulnerabilidade que impede muitas vítimas de violência de saberem ou terem acesso às informações a respeito de seus direitos.

Conforme problematizado, observa-se nos relatos de Madras que a rede pública não tem estrutura suficiente e adequada para acolher as vítimas. Minha entrevistada também apresenta a questão da falta de informação por parte dessas vítimas, pois as meninas atendidas não sabiam da existência da lei ou simplesmente a família normalizou os abusos vivenciados por elas, tendo em vista que Madras comprova repetidamente no enunciado a quantidade de meninas: “de segunda a sexta e todos os dias apareciam pelo menos três menores de idade grávidas, três menores de idade, grávidas da própria família.” Ao enfatizar a quantidade de meninas que somente ela atendia, percebe-se que Madras intensifica linguisticamente o problema para indicar que o número de casos de violência sexual doméstica não é baixo e tende a ser naturalizado pela família e por instituições responsáveis em apoiar as vítimas.

Madras é um tecido que traz importantes contribuições nas narrativas apresentadas, para pensar e problematizar não apenas os discursos que referenciam a violência que ela vivenciou no próprio corpo, mas também algumas questões sociais que precisam ser repensadas para garantir o direito de quem necessita do atendimento de saúde e sobre aspectos que envolvem a instituição família. Por fim, acrescento que diante do relato tecido por ela, apenas silencieei naquele instante, sem conseguir liberar nenhuma palavra que estava presa em

---

<sup>76</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm). Acesso em: 13 de fev. 2018.

minha garganta, pois eu estava como ela no início da entrevista, simplesmente com o estômago embrulhado.

A última sujeita de pesquisa era **Organza**<sup>77</sup>. Tinha 62 anos quando a entrevistei; nascida em Mato Grosso do Sul, vive há muitos anos na cidade escolhida para realizar a pesquisa; divorciada, possui quinto ano do ensino fundamental, trabalha em casa, se identifica como mulher “cis”, negra e evangélica<sup>78</sup>. Eu conheço Organza há muito tempo, porém, não sabia que ela tinha sofrido estupro. Fiquei sabendo do que havia acontecido depois de ela ficar conhecendo o meu tema de pesquisa. Desse modo, ela resolveu conversar comigo sobre o assunto. No dia da entrevista, me recebeu na sua casa e estávamos apenas nós duas para conversarmos.

Organza foi a única sujeita de pesquisa que não teceu explicitamente enunciados sobre a dificuldade de falar referentes ao estupro que sofreu. Entretanto, percebi certo constrangimento para conversar comigo. Penso que usei mais a técnica de entrevista do que a conversa livre que funcionou com as demais participantes. Ela parecia tensa, não olhava muito em meu rosto e se limitava a responder apenas o que eu perguntava.

A pessoa que a violentou foi alguém da família, aconteceu quando ela era maior de idade e tinha alguns de seus filhos. Ela não denunciou o agressor porque pensava que era normal aquela situação por se tratar do marido e pai dos seus filhos. Ela narrou que não queria sexo anal, mas ele realizou o ato sem o consentimento dela. Organza conta que não chegou a contar nada para os filhos que ainda eram muito pequenos; comentou somente com algumas mulheres da família o que havia ocorrido, mas ninguém sugeriu que denunciasse o agressor. Apenas explanaram que nunca tinha acontecido com elas uma relação sexual como a que Organza lhes tinha descrito. Percebi que todas entenderam, inclusive Organza, que o estupro tinha sido uma relação sexual natural por se tratar do marido.

Ela tece que ficou com algumas lesões nas partes íntimas que foram curadas em casa. Depois de algum tempo, em uma consulta de rotina, o médico questiona os motivos de ela apresentar tais lesões. Ela conta que as tinha adquirido numa relação sexual com o marido, relatou que ela não queria, mas, mesmo assim, ele forçou o ato e resultou em ferimentos que foram curados em casa. O médico revela que aquela prática tinha sido um estupro e que ela deveria ter registrado a denúncia na época. Foi somente nesse momento que Organza descobre que havia sido estuprada pelo marido. Segundo ela, até então, não imaginava que

---

<sup>77</sup> A Organza é um tecido puro e simples, cuja tecelagem é feita em ponto de tafetá. Possui textura fina e leve, com um acabamento ligeiramente brilhoso. É um tecido transparente e resistente e muito vistoso.

<sup>78</sup> Frequenta uma igreja pentecostal clássica em que nas cerimônias religiosas as mulheres são habituadas a usar véu e utilizar assentos separados dos homens.

existisse estupro entre casais, pois para ela era obrigação da mulher ter relação com o companheiro toda vez que ele quisesse. Tal pensamento de Organza confirma o que estudiosos como Riscado, Oliveira e Brito (2010), Medeiros (2016) e Sommacal e Tagliari (2017) evidenciam sobre o fato de os homens ainda verem as mulheres como uma propriedade e de muitas mulheres não reconhecerem o estupro marital porque acreditam que a prática sexual consiste em uma obrigação conjugal.

Atualmente Organza não está mais casada, se divorciou do marido, sobretudo, por causa da sequência de agressões físicas e psicológicas praticadas pelo companheiro pela condição de ser negra. Ela narra que nunca o denunciou porque esperava que ele mudasse. O fato de o corpo da mulher negra ser objetificado faz alusão à construção histórica da sociedade brasileira (SCOTT, 2011), em que as mulheres negras eram abusadas sexualmente pelos seus senhores. Com o tempo, como lembra Linhares (2015), a sociedade começou a retratar o corpo da mulher negra como se fosse objeto para a realização sexual. Essa tendência de discriminar a mulher negra foi relatada por Vigarello (1998) ainda quando realizou um estudo na França dos séculos XVI a XX, em que menciona que o corpo da escrava, em casos de estupro, tinha menor valor social do que o de outras mulheres.

Sobre a valorização do corpo negro, Marques e Moreira (2016) também evidenciam o caso de Claudina, uma questão racial e de gênero nos processos de crime de defloramento em Cuiabá-MT, 1931-1934, em que o corpo da mulher negra demonstrava ter menos valor social. Igualmente, Caulfield (2000), em estudo realizado no Rio de Janeiro nos anos de 1918 a 1940, reitera a concepção de que a mulher negra, por ter que frequentar os lugares públicos para prover seu sustento familiar, recebeu o estereótipo de mulher desonesta, por isso as violências acontecidas eram naturalizadas. Esses estudos permitem pensar como os discursos em torno do corpo das mulheres negras foram se constituindo historicamente. Para a sociedade machista, essas mulheres podem ter sido estigmatizadas como sendo “mulheres para servir”. Assim, ao pensar na mulher para servir, suscita-se a ideia de que tais corpos podem ser violados sexualmente sem possibilidade de que as vítimas e nem pessoas da sociedade reclamem da violência cometida contra esse corpo. Se uma mulher branca tem seus depoimentos desacreditados pelas instituições, então imaginem o depoimento de mulheres negras! Embora as mulheres negras, por meio de movimentos de resistência, aos poucos tenham conseguido desestabilizar crenças sociais sobre seus corpos, ainda tendem a ser vistas no quesito sexualidade como “as mulheres de corpos provocantes”, ou seja, “a morena gostosa” ou “a mulata boa de cama”, conforme sugere Linhares (2015). Essa problematização

resgata o que Angela Davis<sup>79</sup> menciona: “ser mulher já é uma desvantagem nesta sociedade machista, agora imaginem ser mulher e ser negra.”

Organza conta que a decisão da separação somente aconteceu quando os filhos estavam na fase adulta e a incentivaram a se separar do pai para não continuarem compactuando com a violência, tendo em vista que a situação estava insustentável.

Conforme o tecido escolhido para representar o nome dela, Organza é muito simples. Ainda que tenha necessitado realizar as perguntas para direcionar a conversa, ela foi muito transparente em suas respostas e demonstra ter passado por muitas decepções em seu casamento sem buscar nenhum apoio psicológico; por isso, ela diz que toda essa situação a fez tornar-se muito resistente às adversidades, buscando consolo em Deus.

No final da entrevista, parecia que minhas forças tinham se esgotado, eu me sentia com um peso enorme que parecia não aguentar meu próprio corpo. Eu saí da casa de Organza desnorteada e com meus olhos lacrimejando.

Até este ponto, relatei apenas algumas questões percebidas no contato com as pesquisadas e assim teci o que percebi e como me senti nas conversas e/ou entrevistas realizadas com as seis sujeitas de pesquisa (Tricoline, Seda, Cambraia, Renda, Madras e Organza). Com base nos relatos colhidos, teço análise das formações discursivas, que tratarei como excertos para facilitar a compreensão do leitor. Levarei em consideração os enunciados existentes que se constituem nos discursos das participantes e serão apresentados em seguida, de acordo com cada seção. Alguns excertos poderão se apresentar entrelaçados por vários enunciados que se apresentarão de modo extenso para o leitor, porém isso se faz necessário para que se possa entender o contexto de onde surgiu(ram) o(s) enunciado(s) a ser(em) analisado(s).

Ressalto que a formação discursiva (excerto) não pode ser analisada somente na relação entre os enunciados que formam um mesmo tema, mas com foco na dispersão de enunciados que podem ter o mesmo assunto, porém com discursos que diferem a partir da inserção do sujeito numa dada situação sócio-histórica, os quais implicam questões relativas à posição do sujeito e do lugar o qual enuncia (FOUCAULT, 2008). Além disso, é importante ressaltar que priorizei os sentidos esboçados pelas participantes para a realização da

---

<sup>79</sup> Angela Yvonne Davis, nascida em 26 de janeiro de 1944, em Birmingham, é uma professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

transcrição dos relatos. Esclareço que o tema ‘a dificuldade de falar sobre o estupro sofrido’ foi discutido junto da presente seção em que apresento um relato sobre as sujeitas de pesquisa.

Na sequência, inicio a próxima seção que analisará quem são os abusadores/estupradores e onde aconteceu a violência. Não se pretende generalizar as características dos violentadores, tampouco o local em que ocorrem os abusos/estupros somente com base no que será discutido na seção vindoura, mas o que se pretende esclarecer é que os dados das seis sujeitas de pesquisa confirmam o que outras pesquisas dizem sobre assunto. Para isso, os dados aparecerão enumerados de acordo com cada sujeita de pesquisa e divididos em formações discursivas, identificadas como excertos.

### **5.1 O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?**

Discuto nesta seção “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?” algumas recorrências de sentido presentes nos enunciados em que as sujeitas de pesquisa revelam quem são os abusadores/estupradores e, ainda, teço uma análise sobre o local onde acontece a violência e o perfil dos sujeitos violentadores. Os enunciados das entrevistadas podem apresentar semelhanças, mas cada um se dispersa em suas diferenças, partindo do local e posicionamento das sujeitas na sociedade.

“O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?” é uma pergunta para problematizar quem é esse estuprador, tecido discursivamente nos mitos ou crenças sociais como sendo o louco, o maníaco, o negro, o assaltante que tende a atacar as vítimas no escuro, violentá-las e, às vezes, até matá-las (MACHADO, 1998), (FIGUEIREDO, 2000), (BRITO, 2014), (MARCH, 2017), (SOUSA, 2017). Nas palavras de Brito (2014), o discurso em torno do mito do “negro estuprador” não apareceu por acaso; esse discurso surgiu durante o período pós-abolição para justificar políticas de controle e violência contra a população negra e liberta.

No tocante ao local do estupro, é muito comum pensar em lugares escuros em que aquele ser estranho e desconhecido agride violentamente a vítima a ponto de deixá-la com o corpo repleto de hematomas e com vestígios do estupro relativos à penetração. Nesse caso, a sociedade, bem como as instituições de saúde e as judiciais, aceitam com maior facilidade o argumento de que houve estupro, negligenciando, em muitas situações, o fato de que nem sempre esse tipo de abuso sexual deixa marcas visíveis no corpo, mas ficam, sobretudo, os traumas psicológicos, difíceis de serem curados e quase sempre invisibilizados. Sousa (2017,

p. 11), em um estudo sobre estupro com o objetivo de desconstruir a imagem mítica tanto da vítima quanto do próprio estuprador, expõe que:

Relatos sobre casos de estupro acontecem nos mais variados ambientes, desde o temido beco escuro onde todas as mães instruem suas filhas a não transitarem, até mesmo o grande número de incidências ocorridas dentro da ‘pretensa casa segura’ da vítima. E as variações também são difusas no modo agir dos agressores, sendo distintas de caso para caso, fazendo com que a penetração vaginal nem sempre seja uma constante nos casos de violência sexual. E isso tem vários motivos, tais como: a impossibilidade física do agressor de introduzir na vítima penetração peniana vaginal; a realização do ato de violência sexual, de acordo com o desejo sexual do agressor, que pode ser muito mais variado, visto que a realização do impulso sexual se dá por vários meios que podem, inclusive, excluir penetração do pênis na vagina; e a necessidade de encobrir rastros do estupro, de modo a não deixar na vítima secreções que possam, por meio de exames, identificar o agressor.

Assim, no excerto 2 de Tricoline, percebe-se que o primeiro abuso sexual, em que não houve penetração, ocorreu em casa, aos 4 anos de idade, com uma pessoa com quem tem um grau de parentesco. No entanto, ela se lembra dos atos cometidos pelo agressor e na atualidade reconhece a violência. Tricoline repete o pronome “eu”, sucedido de “me lembro” e advérbio de tempo “hoje” que esclarece, que mesmo muito criança, com “4 anos de idade”, ainda traz em suas lembranças atuais a imagem do abuso. Além disso, ela usa o pronome pessoal “você” que sugere uma mudança discursiva que demarca o seu distanciamento entre o passado e o presente, como se quando criança fosse uma pessoa e agora, na fase adulta, se tornasse outra. Esse uso do pronome “você” parece expressar a ideia de que há uma mudança no entendimento do que se tinha no passado “quando a gente é criança você não encara essa coisa com maldade, mas quando você cresce e entende é, você vê que as coisas não são bem por ali”:

[...] meu primeiro caso, eu me lembro que aos 4 anos de idade, é um primo meu, ele tinha uma mania de ficar me beijando e ele sempre fazia isso escondido, e eu me lembro disso hoje, e hoje pensando e, as vezes, quando a gente é criança você não encara essa coisa com maldade, mas quando você cresce e entende, é... você vê que as coisas não são bem por ali. Tinha um primo meu que nem sei que primo é esse, porque minha família é muito grande lá no Pará. E, toda vez que ele me via, ele tinha vontade de ficar me beijando e tal, e era bem estranho [...] **(Excerto 2 - Tricoline, junho de 2018).**

Os enunciados do excerto 2 também podem enunciar sentidos a respeito da normalização da violência. Talvez por ter acontecido em casa, considerado lugar de segurança, e de ter sido alguém da família, Tricoline, naquela época, ainda criança e sem

instrução do que seria um abuso sexual, não conseguiu identificar a violência, apenas a percebeu na fase adulta depois de ter convivido com outros abusos no contexto familiar e ter conhecimento do que, de fato, consistia um abuso sexual. Os enunciados desse excerto remetem à Arpini, Siqueira e Savegnago (2012, p. 98) que salientam que “as crianças que vivenciam essas situações não entendem o que está acontecendo, sentem vergonha e medo, e ainda sentem-se culpadas pelo abuso o qual são vítimas”.

Nos enunciados tecidos por Tricoline, ela expõe que “ele tinha uma mania de ficar me beijando e ele sempre fazia isso escondido”. Com base nisso, o primo parecia ter noção do que estava fazendo, tendo em vista que ela intensifica o modo de agir do agressor pelo uso do advérbio “sempre”, seguido dos elementos verbais “fazia isso escondido”, para reiterar a maneira como ele agia. Porém, por ela não ter reagido, certamente por falta de conhecimento do que consiste um abuso sexual, sem mesmo perceber que estava sendo vítima de um abuso no próprio ambiente familiar, ele continuava a repetir as práticas, naturalizando a violência no corpo dela. Os sentidos dados pelos enunciados que expressam a repetição e naturalização da violência são constatados no enunciado “E toda vez que ele me via ele tinha vontade de ficar me beijando e tal e era bem estranho [...]” Esses sentidos evidenciados nos enunciados de Tricoline fazem alusão ao discurso das crenças ou mitos de estupro (BROWNMILLER, 1976; PAYNE; LONSWAY; FITZGERALD, 1999; SCARPATI, 2013), segundo os quais o agressor acredita que a vítima deseja aquela situação, ainda mais porque não usou de força física para resistir aos abusos.

Nesse contexto, saliento a relevância de a família, bem como instituições, tais qual a escola, discutir questões que possibilitam crianças, adolescentes e mesmo maiores de idade a identificar os diferentes abusos sexuais, desmitificando um perfil generalizado do agressor desconhecido, negro, maníaco sexual, já que o violentador não se apresentará unicamente com essas características, conforme alude Sousa (2017). Em relação ao local onde acontecem as agressões, de acordo com estudos de Paula (2011), Sousa (2017), Cíntia Liara Engel (2017), entre outros, nem sempre o beco escuro será onde o abusador empreenderá seus ataques, já que os estupros podem ocorrer dentro da própria casa da vítima ou em lugares considerados relativamente seguros.

Em seguida, Tricoline narra uma sequência de abusos sexuais sofridos por ela, e igualmente por mulheres da família, em que os violentadores são pessoas familiares ou conhecidas e os locais das violências são aqueles que pareciam seguros:

[...] o avô meu, tem um histórico bem pesado de abuso, meu avô, ele tinha muito problema com isso, hoje ele sofreu um derrame, não fala, acho que

basicamente meu avô deve ter abusado de todas as netas dele, isso muitas netas, umas vinte netas mulheres. É, todas elas já relataram isso em conversas [...] (**Excerto 3 - Tricoline, junho de 2018**).

Nos enunciados do excerto 3, os sentidos tecem que Tricoline conviveu em um contexto de abusos, em que o avô violentou todas as netas. Nessa linha, considera-se que os abusos ocorreram na casa do avô quando eram crianças ou adolescentes e sem instrução familiar, sobretudo, porque quem tinha a obrigação de orientar e proteger estava vestido com as vestimentas de agressor. As afirmativas de Tricoline – “o avô meu, tem um histórico bem pesado de abuso” – e – “acho que basicamente meu avô deve ter abusado de todas as netas dele, isso muitas netas, umas vinte netas mulheres” – evidenciam sentidos da naturalização da violência no meio familiar, tendo em vista que o avô continuava abusando das mulheres da família e nenhuma conseguiu denunciar as práticas abusivas que aconteciam em um local que deveria ser seguro e aconchegante. É importante salientar que o lugar de pertencimento delas, na época, construído discursivamente (a mulher que deve obediência ao homem) poderia impossibilitar que procurassem meios para efetivar a denúncia ao agressor – o avô – homem da família. Possivelmente, as mulheres adultas também já passaram por algum histórico de abuso e silenciaram, conforme se percebe no excerto 4:

[...] minha mãe já relatou também que sofreu abuso por parte de meu avô, eu descobri isso há dois anos atrás, isso para mim foi assim, muito dolorido, porque eu imagino que a minha mãe não teve o mesmo tipo de apoio, nem o mesmo tipo de visão que eu tenho e nem soube do que eu sei. (**Excerto 4 - Tricoline, junho de 2018**).

As interpretações realizadas com base nos enunciados do excerto 4 confirmam que as mulheres dessa família não conheciam outro espaço que não fosse o local em que estavam confinadas, vigiadas, disciplinarizadas e submetidas à violência, situação que sugere discussões levantadas por Foucault (1979, 1984, 1987). O uso de elementos linguísticos de exclusão – “não, nem mesmo, nem” – para fazer referência à mãe confirmam tal sentido da interpretação. Como se percebe, os abusos eram constantemente repetidos nos corpos de todas as mulheres daquele contexto. Como se empoderarem se aquele era o lugar ao qual elas pertenciam? Como se empoderarem se tinham acolhido o discurso da submissão e da naturalização? Possivelmente, a casa do avô poderia ser um dos poucos locais onde as mulheres daquela família conviviam. Tricoline expõe: “minha mãe já relatou também que sofreu abuso por parte de meu avô.” Depois ela completa: “eu imagino que a minha mãe não teve o mesmo tipo de apoio, nem o mesmo tipo de visão que eu tenho e nem soube do que eu sei.” Desse modo, esses enunciados finais de Tricoline sugerem a exclusão das mulheres



daquela família do acesso ao conhecimento e expressam sentidos de que mulheres se empoderaram quando abandonam a posição de submissão e o local de violência do qual se sentiam pertencentes e passam a ter acesso à instrução, ao conhecimento e a apoio para que consigam ter relações de poder mais simétricas na sociedade.

Assim, conforme se observou nos excertos 3 e 4, o estupro que acontece com alto índice de recorrência em ambientes familiares e o estuprador é alguém familiar tende a estar entrelaçado nos discursos em torno da submissão das vítimas ao agressor. O gênero feminino, desde o seu nascimento, carrega o estigma da sujeição ao gênero masculino. As mulheres eram consideradas propriedade dos homens (pais ou maridos) que tentavam dominar os corpos dentro dos espaços privados, por meio do confinamento, em que poderiam vigiá-las e discipliná-las. Para isso, o aprisionamento que disciplina também é capaz de punir de modo violento os corpos. Isso se mostra nos enunciados de Tricoline, nos excertos 3 e 4, já que as mulheres da família acolheram o discurso de submissão ao homem.

Pelos resultados nos corpos, observa-se que a sequência de abusos sexuais se tornou muito difícil de ser rompida, porque as relações de poder naquela família foram constituídas ao longo do tempo hierarquicamente desiguais. A indicação é que as mulheres nem tinham noção de que poderia existir alguma possibilidade de construir uma história diferente, que não fosse de submissão àquele que era considerado o patriarca da família. Embora a figura do patriarca seja mais comum na sociedade ocidental, é importante esclarecer que a noção de patriarcado não pode ser vista no sentido de homogeneidade para todas as famílias, tendo em vista que, ao falar de relações de poder, nem toda a família conservadora se constituía por um patriarca, mas algumas delas, embora em número menor, também apareciam organizadas em torno da matriarca, que estava em posição de poder superior ao homem.

Nos excertos em seguida, Tricoline conta sua história de abusos sexuais enfrentados com o namorado da tia, o vizinho e depois o estupro envolvendo o padrasto, assim nomeado por ela:

Com meus cinco anos, ela (mãe) mudou para uma cidade há 380 km do Pará, e nisso, eu morava nessa cidade, e minha tia sempre ficava trocando de namorado, e eu me lembro de uma vez que esse cara, eu tinha acabado de sair do banheiro, e eu morava de favor, e ele me chamava, uma vez ele encostou a boca em minhas parte íntimas, nossa, eu lembro disso muito nítido mesmo e, nossa, foi muito nojento... foi uma vez, mas eu nunca esqueci aquele dia. **(Excerto 5 - Tricoline, junho de 2018).**

Conforme os enunciados anteriores do excerto 5, o namorado da tia, que deveria ser considerado o tio de Tricoline, praticou sexo oral quando ela tinha cinco anos de idade dentro da casa da tia: “ele encostou a boca em minhas parte íntimas”. Veja que Tricoline

discursivamente procurou suavizar a violência. Tal prática não foi identificada como estupro e talvez nem mesmo recentemente ela tenha definindo que o fato se enquadra em estupro de vulnerável. Ainda se percebe que essa violência ficou marcada na vida de Tricoline quando ela tece que “nossa, eu lembro disso muito nítido mesmo e, nossa foi muito nojento... foi uma vez, mas eu nunca esqueci aquele dia”. Pelo uso repetido da interjeição “Nossa”, ela parece inferir certa repugnância por ainda lembrar-se de algo que ela intensifica como “muito nojento”. Isso ressalta que o ato de violência do agressor pode não ter deixado marcas visíveis no corpo, mas deixou marcas psicológicas em Tricoline que, mesmo tendo vivenciado esse abuso aos cinco anos de idade, ainda se lembra de todos os detalhes. Embora hoje tenha noção do que ela sofreu na infância, observa-se que na época ela não reconheceu nesse homem a figura do estuprador, talvez porque não houve penetração. Tal pensamento alude ao que (SOUSA, 2017) tece quanto ao fato de o estupro não acontecer exclusivamente pela penetração, pois essa violência pode ocorrer de outras maneiras, como a relatada na infância de Tricoline.

Do mesmo modo, no excerto 6, Tricoline conta outro abuso praticado pelo vizinho, em que “ele ficava batendo punheta, ele ficava se masturbando e ele ficava me chamando para a casa dele.” Tricoline reitera o pronome pessoal “ele” para indicar quem cometia os abusos, sucedido do verbo “ficava” para expressar o estado em que o agressor se apresentava em sua frente, o qual sugere a passividade de Tricoline diante das ações do agressor expressas pelos gerúndios “batendo punheta, se masturbando, me chamando”. Para melhor entendimento, em seguida, no excerto 6, surge todo o contexto de onde tais enunciados emergiram:

Passando mais um tempo, nessa mesma casa que eu morava, do lado tinha um vizinho e esse vizinho, ele era terrível, ele...ele tinha mania de ficar observando as mulheres e às vezes quando ele tinha a oportunidade, ele ficava olhando a gente tomar banho, se visse no seu banheiro tinha alguma frestazinha, tinha um buraco, ele dava o jeito de olhar e eu lembro com uns 7 anos, tipo para uns 8, que eu tava brincando, ele ficava batendo punheta, ele ficava se masturbando e ele ficava me chamando para a casa dele e ele chamava e eu não entendia, tinha 6, 7 pros 8. Foram muitos anos, eu morei muito tempo ali. Ele era casado, já tinha filhos, é... a esposa, tinha uma família constituída, é... ele ficava de toalha. Nossa, ele era muito nojento, mas eu era criança, eu não sei o que deu, eu entrei na casa dele, ele pegou no meu braço, nisso que ele pegou no meu braço, eu me desesperiei e saí correndo, mas eu nunca contei para minha mãe, não contei para ninguém. **(Excerto 6- Tricoline, junho de 2018).**

Com base nessa violência, Tricoline não se sentiu segura para falar com a mãe, tampouco com outra pessoa, sobre o que estava acontecendo, conforme ela comprova no enunciado “mas eu nunca contei para minha mãe, não contei para ninguém”, sugerindo que a

mãe ou outra pessoa poderia não fazer nada relacionado àquela situação que vivenciava ou culpá-la pelo que estava acontecendo. Reitera-se a normalização da violência, sobretudo, quando o abusador é aquele que está próximo da vítima e em local que menos se esperaria que o estupro pudesse ocorrer (PAULA, 2011). São vários os fatores, tais como medo, vergonha, receio de não acreditarem na sua palavra, entre outros, que fazem com que vítimas não falem para ninguém sobre os agressores com quem possuem algum grau de proximidade. Desse modo, a normalização da violência sexual não é decorrente de apenas de submissão por parte da vítima, mas pode envolver fatores complexos relativos às práticas de poder sobre os corpos oprimidos.

Nos próximos enunciados do excerto 7, surgem fatos que Tricoline enfatizou durante toda a nossa conversa a respeito da questão do estupro. A violência igualmente acontece na casa em que vivia com sua família e o abusador, conforme ela expressa nos enunciados a seguir, era alguém que ela considerava seu pai – o padrasto:

[...] minha mãe, ela casou, assim, amigou, lá a gente fala amigar, arrumou um homem que é meu padrasto e foi ele que me criou, foi ele que me sustentou, foi ele que me ensinou o que era certo o que era errado, é... eu lembro que a minha mãe, ela sempre, às vezes ela precisava viajar por conta de saúde e ela viajava e eu ficava com meu padrasto tranquilamente, a minha irmã mais nova que era filha dele, ela viajava junto, como ela era bebê, ela tinha que ir junto e eu estudava. Quando eu tinha 9 anos foi quando eu entrei nesse mundo mesmo que eu conheci, que meu mundo foi bem... bem destruído, que foi que eu me lembro, nunca me esqueço, eu dormia na mesma cama, eu chamei ele de pai, nós dormíamos na mesma cama e tudo, aí, eu acordei no meio da noite, ele começou a me abraçar, né? E aí ele começou a me tocar e tudo e começou a ficar esquisito, passar a mão em mim, minhas partes, não falei nada, de certa forma eu meio tinha me acostumado com aquilo. É uma coisa horrível de se dizer, mas eu já tinha me acostumado... toda vez que minha mãe viajava acontecia isso, viajava uma, duas ou três vezes por ano e acontecia isso. **(Excerto 7 - Tricoline, junho de 2018).**

Embora ela tenha sofrido outros abusos sexuais, a violência cometida pelo padrasto foi a que mais a marcou e causou sofrimento. Os enunciados com o uso do elemento linguístico “mundo” parecem expressar uma ampliação espacial, na qual faz alusão à devastação ocorrida na sua vida. Tal devastação pode envolver valores morais por tratar-se do padrasto, o pai de consideração. Esse sentido é percebido na parte em que ela diz: “Quando eu tinha 9 anos foi quando eu entrei nesse mundo mesmo que eu conheci, que meu mundo foi bem... bem destruído, que foi que eu me lembro, nunca me esqueço.” As violências que ela vivenciou, anteriormente, foram amenizadas diante da grandiosidade do abuso que o padrasto cometeu. Isso é notório quando Tricoline intensifica seus sentimentos pela aparição repetida do

advérbio “bem”. Para ela, aquele homem que era o pai, no qual ela confiava, aquele com quem ela convivia diariamente e que tinha obrigação de cuidá-la acabou aproveitando-se da ausência da mãe de Tricoline para cometer o abuso em seu corpo. Veja que ela enuncia os modos pelos quais ele a foi envolvendo: “ele começou a me abraçar, né? E aí ele começou a me tocar e tudo e começou a ficar esquisito passar a mão em mim, minhas partes [...]” Posteriormente, Tricoline expõe enunciados que afirmam que ela havia se acostumado com aquela situação. Entendo que ao enunciar que “de certa forma eu meio tinha me acostumado com aquilo. É uma coisa horrível de se dizer, mas eu já tinha me acostumado...”, ela, de alguma forma, acaba retomando os abusos sofridos em outras fases da vida, indicando a naturalização das violências ocorridas até aquele momento, pois era o contexto que ela conhecia desde muito cedo, um cenário construído com base em abusos familiares legitimados nos corpos das meninas e mulheres da família. Além disso, ao usar a expressão verbal “tinha me acostumado”, ela também enuncia que os abusos por parte do padrasto se tornaram cada vez mais comuns, porque começaram a acontecer repetidas vezes. Essa passagem é demarcada pelo pronome demonstrativo “isso”, que faz referência ao estupro, assim como se observa nos enunciados: “toda vez que minha mãe viajava acontecia isso, viajava uma, duas ou três vezes por ano e acontecia isso”. Indica que Tricoline vivia uma relação de submissão em que o padrasto se apresentava em uma posição de hierarquia, ou seja, em vantagens em relação à sujeita pesquisada.

Os excertos, em torno das violências sexuais sofridas por Tricoline, dos quais foram realizadas análises de alguns enunciados, apresentam sentidos para pensar em alguns discursos em torno da figura do estuprador e do local em que ocorre o estupro, uma vez que, de acordo com o que foi problematizado na seção teórica, discursivamente existem mitos ou crenças de que o estuprador é o desconhecido e o estupro acontece em locais públicos e escuros. Tal pensamento não se confirma nos enunciados de Tricoline, que ainda desestabilizam outros mitos de que a mulher procurou pelo abuso por frequentar lugares em que pudesse acontecer a violência ou usou roupas provocantes em lugares públicos.

Os enunciados de Tricoline indicam, ainda, que a normalização de abusos sexuais sofridos no próprio convívio familiar implica muitas questões que impedem a vítima contar para outros familiares o que está acontecendo. Não é algo simples de analisar, uma vez que cada sujeita é constituída por discursos provenientes de crenças sobre o estupro e ocupa uma posição sócio-histórica que, de algum modo, pode interferir na decisão de revelar seu estuprador. A violência sexual em ambiente doméstico exemplifica como, muitas vezes, acaba prevalecendo o silêncio ou a própria denúncia recai no arrependimento da vítima por pressões

da sociedade e, assim, a figura do estuprador estranho que ataca em lugares públicos e noturnos tende a prevalecer nos discursos (ALMEIDA; NOJIRI, 2018). No sistema judiciário, a maioria dos estupradores condenados são os desconhecidos, motivo pelo qual se reforçam os discursos referentes às crenças sobre o estereótipo do estuprador e da vítima, bem como o discurso sobre a banalização do estupro<sup>80</sup>. Desse modo, esses fatores que cercam as práticas de estupro e os agressores podem contribuir para tornar a violência sexual em âmbito doméstico/ familiar uma agressão normalizada e silenciada, mesmo sendo um dos grandes problemas sociais.

O excerto 2 de Seda apresenta algumas semelhanças em relação aos de Tricoline, referentes ao modo como ocorreram os abusos sexuais sofridos na infância e um na fase adulta. Os enunciados que surgem em seguida apontam pessoas conhecidas e de confiança da família que a violentaram na infância e outro conhecido na fase adulta que se aproveita para violentá-la em casa, porque ela tinha bebido naquela noite:

A primeira vez meus pais foram passar 15 dias ou um mês na Europa, foi o cara próximo da minha família, é... ele é pedófilo, abusou de todas as netas, esse primeiro foi uma pessoa bem humilde de Sinop e aí essa pessoa que tipo, eu chamava de vô de consideração, cuidava de mim; enquanto a vô de consideração estava fora, ele fazia isso, quando ela saía do quarto... (**Excerto 2 - Seda, junho de 2018**).

Seda enuncia que o primeiro abusador foi uma pessoa que ficou responsável por cuidar dela na ausência dos pais, que estavam viajando. Em outro momento de nossas conversas, Seda lembra que esses abusos foram cometidos quando ela tinha aproximadamente 5 anos de idade. Observa-se novamente uma semelhança com enunciados de Tricoline. Seda revela do mesmo modo a figura do “avô de consideração” que tinha a obrigação de protegê-la, mas termina cometendo o abuso sexual, de acordo com o que ela expressa nos enunciados: “essa pessoa que tipo eu chamava de vô de consideração, cuidava de mim; enquanto a vô de consideração estava fora, ele fazia isso, quando ela saía do quarto [...]” Quando ela refere que ele “fazia isso”, não está fazendo alusão aos cuidados pelos quais ele ficou responsável, mas aos abusos que ele cometia quando a avó de consideração saía do quarto. Tais enunciados do excerto 2 igualmente retomam a figura do estuprador e o local, pelo qual e onde vítimas, sobretudo, crianças tendem a ser abusadas sexualmente com maior frequência. Seda, por meio

---

<sup>80</sup> Esta pesquisa pretende mostrar a relevância de discutir sobre o estupro, pois esse é um crime que precisa de muitas pesquisas e problematizações para ressignificar os discursos que o legitimam/banalizam. Entendo que muitas esferas da sociedade não têm dado a devida atenção para essa violência e seus efeitos sociais, bem como para as vítimas desse tipo de agressão, que deixa profundas marcas tanto físicas quanto emocionais.

dos enunciados, nomeia a violência sofrida pelo uso do pronome demonstrativo “isso”, indicando não conseguia estabelecer o tipo de abuso que sofreu.

Logo após, no excerto 3, Seda afirma que outra pessoa próxima da família, considerada de confiança, abusa dela, quando tinha 9 anos:

A segunda vez eu tinha 9 anos, eu estava brincando com meus amigos e o menino já devia ter entre 17 ou 19 anos, e estava todo mundo, eu devia estar entrando na puberdade, eu estava com os peitinhos bonitinhos ali, linda, maravilhosa que sou (risos). Aí ele pediu para todos os meninos saírem da sala e começou a tocar na minha perna, já estava desenvolvida, me puxou pro quarto, me tentou tirar toda a minha roupa, começou a pegar em mim e eu desesperada tentando abrir..., a maçaneta caiu, me obrigou dar um beijo que pegou todo em mim [...] aí fiquei desesperada, daí ele ficou meio com dó e disse então tá, vou deixar você sair só se você me dá um beijo, eu nunca tinha dado um beijo, aí eu dei meu primeiro beijo com ele, mas não foi beijo de língua, foi um selinho, mas mesmo assim, não queria que tivesse sido com ele, né? Daí foi tipo assim, né? **(Excerto 3 - Seda, junho de 2018).**

Em um dos relatos de Seda, em que falava comigo sobre esse fato, ela mencionou que, no dia dessa agressão, ela estava na casa dos pais desse jovem que abusou dela, que os pais dela frequentavam comumente por serem amigos da família. Nos enunciados expostos no trecho anterior, Seda enuncia que estava entre amigos – “eu tava brincando com meus amigos” – quando o violentador “pediu para todos os meninos saírem da sala e começou a tocar na minha perna [...] me puxou pro quarto.”

Nesse sentido, a partir dos enunciados de Seda, será elencada a sequência de abusos cometidos por esse amigo da família: “tentou tirar toda a minha roupa, começou a pegar em mim”, “me obrigou dar um beijo que pegou todo em mim”, “vou deixar você sair só se você me dá um beijo.” Embora não tenha ocorrido penetração nesse caso, nota-se que o agressor forçou todos os atos, submetendo Seda a realizar o que ele desejava. Enquanto isso, percebe-se que ela não desejava aquela situação, conforme enuncia: “aí eu dei meu primeiro beijo com ele, mas não foi beijo de língua, foi um selinho, mas mesmo assim, não queria que tivesse sido com ele, né?” Assim, como mencionei no início dessa seção, com base nos estudos de Sousa (2017), a violência sexual pode acontecer de modos variados, já que a satisfação do agressor ocorre por diversos meios.

De toda forma, mesmo que no final ela exponha que “mas não foi beijo de língua, foi um selinho”, o acontecido pode ser entendido como um ato de grave agressão sexual, podendo ser interpretado como caso de estupro de vulnerável, em virtude de que, nos enunciados, os sentidos tecem que ela não desejava aquela situação: “eu desesperada tentando abrir..., a maçaneta caiu”. O enunciado “vou deixar você sair só se você me dá um beijo”

mostra que ele apenas a deixou sair depois de ela ter dado um beijo contra a vontade. Tal atitude revela a relação de poder do agressor sobre o corpo da vítima, pois ele se achou hierarquicamente superior à Seda, ao ponto de entender que ela deveria fazer o que ele queria.

O terceiro abuso sexual de Seda ocorreu quando era maior de idade, praticado por um rapaz que estava participando de uma festa na casa dela, conforme se vê nos enunciados “comemorando que minha mãe tinha vendido a casa, então a gente tinha o último dia para cuidar da casa e para aproveitá-la”:

O terceiro eu tinha 18 ou 19 anos, eu não me lembro, é... a gente estava num banheiro, numa banheira de hidromassagem da minha casa, comemorando que minha mãe tinha vendido a casa, então a gente tinha o último dia para cuidar da casa e pra aproveitá-la. A gente tinha bebido champanhe, cerveja e aí nós estávamos em quatro, eu estava namorando, portanto, não estava interessada no garoto, só estava curtindo o último dia que tinha na casa [...] eu estava um pouco alterada, eu não estava bêbada, mas um pouco alterada (pausa) é aí minha amiga, daí saiu para ficar com o menino, porque ela estava podendo ficar, porque ela não estava comprometida, ela estava podendo, eu falei que eu não podia porque eu estava namorando, ele tirou meu biquíni e ficou pelado e começou a tocar minhas partes íntimas de forma oral e eu disse que não podia, catei meu biquíni e saí, fiquei arrasada porque ele me violou. **(Excerto 4 - Seda, junho de 2018).**

Nos enunciados do excerto 4, aparece a figura de um rapaz que participava da festa na casa de Seda. Esse rapaz, provavelmente, seria um conhecido, que se aproveitou da situação para abusar dela, realizando sexo oral sem consentimento, porque ela tinha bebido. Seda expõe, no excerto, enunciados que apresentam sentidos de que o corpo da mulher deve pertencer ao homem com quem namora: “eu falei que eu não podia porque eu estava namorando.” Essa questão caminha para o discurso de moralidade e submissão feminina. Por esse fator, Seda, não podendo ter uma relação com outro homem, acaba enunciando seu abuso sexual: “ele tirou meu biquíni e ficou pelado e começou a tocar minhas partes íntimas de forma oral e eu disse que não podia, catei meu biquíni e saí, fiquei arrasada porque ele me violou.” Discursivamente, ela usa elementos linguísticos para atenuar o abuso “tocar minhas partes íntimas de forma oral”. Ela não define nem como sexo oral, tampouco como estupro. Nos enunciados finais, ela reitera que ficou consternada com a situação: “fiquei arrasada porque ele me violou.” Embora ela tenha noção da violação de seu corpo, ela parece não compreender a ocorrência como estupro.

Os excertos 2, 3 e 4, referentes à Seda, apresentam enunciados que, igualmente nos remetem ao discurso de que a violência sexual tende a acontecer em locais considerados seguros e a pessoa tende a ser alguém da família ou conhecido familiar. Todos os fatos ocorridos na infância de Seda não abrangeram penetração, o que, por sua vez, resultou em

naturalização da violência. Os abusos não deixaram sequelas físicas, mas deixaram sequelas psicológicas na vida de Seda. Já na fase adulta, novamente, Seda sofre outra violência sexual. O abuso de Seda desconstrói a crença de que a mulher embriagada apenas é estuprada em lugares públicos e noturnos. Percebe-se que Seda foi violentada no ambiente privado, a própria casa da mãe. Possivelmente, no pensamento do agressor, ele sentiu-se no direito de vestir as roupagens machistas para dominar o corpo de quem estava vulnerável naquele momento.

Pelos indicativos dos dados de abusos sexuais discutidos na base teórica, as mulheres e crianças que estão dentro de casa tendem a ser mais vulneráveis ao estupro. Isso pode ocorrer em virtude da negação da vulnerabilidade porque, geralmente, mulheres consideram a casa um lugar seguro e confiam na figura de familiares ou amigos que moram na residência ou a ou frequentam (SCARPATI, 2013). Do mesmo modo, a mulher embriagada que está em casa numa festa pode negar a vulnerabilidade por pensar que está segura, porém, mesmo assim, pode ser estuprada por algum conhecido ou familiar.

Em seguida, outra sujeita de pesquisa, Cambraia, relata uma sequência de abusos sexuais que ela sofreu de pessoas da família e uma tentativa de estupro que resultou em agressão física:

O primeiro que eu me recordo como eu te falei, que eu tenho os pesadelos, que eu acho...é, é, é...era uma mulher, eu acho que ela não achava que ela estava me estuprando, me fazendo mal, mas ela estava me tocando, era minha mãe [...] **(Excerto 2 - Cambraia, outubro de 2018)**.

Nos enunciados do excerto 2 de Cambraia, revelam-se indícios de constrangimento quando ela gagueja para falar quem foi a primeira pessoa que abusou dela: “...é é é...era uma mulher”. Parece que ela tenta adiar a revelação, mas expõe no final dos enunciados que havia sido a mãe quem cometeu a primeira violência sexual a qual ela identifica como sendo estupro.

Na entrevista que realizei com Cambraia, a figura dessa mãe era sempre lembrada com muita dor por causa do ato que havia praticado, mas, no fundo, percebia que, apesar de tudo, a mãe foi alguém muito importante para ela. Aparentemente Cambraia não conseguia conceber os motivos pelos quais a mãe que ela tanto amava poderia tê-la causado tanto sofrimento. Embora os principais agressores sejam do gênero masculino, há casos em que as mulheres também são as abusadoras, sobretudo, se as vítimas são crianças. Esse tipo de estupro incide, geralmente, na violência doméstica em que as crianças são violentadas dentro do próprio lar, no qual persiste o silenciamento familiar. Estupros entre mulheres não são tão discutidos na



literatura porque implicam sentidos sobre homossexualidade, motivo pelo qual ela demonstra tê-la afetado demasiadamente, talvez por conceber o ato da mãe como sendo mais transgressor do que os outros estupros que cercaram a vida dela posteriormente.

Ainda a respeito da mãe, Cambraia enuncia: “eu acho que ela não achava que ela estava me estuprando, me fazendo mal, mas ela estava me tocando”. Ela usa o verbo no gerúndio “estuprando”, pouco utilizado em toda a entrevista, para revelar como foi marcante o ato de violência cometido pela mãe, que parecia não entender que aquela atitude violava o corpo de Cambraia. Esse ponto, mostra que, apesar de Cambraia, em muitos outros momentos, não identificar como estupro a ação cometida pela mãe, nesse enunciado, acaba tratando o abuso sofrido como sendo estupro. Mas, mesmo assim, será visto em outras seções que ela tenta utilizar estratégias linguísticas de atenuação para fazer referência à mãe.

No excerto 3, Cambraia não hesita em revelar logo no início dos enunciados quem havia sido o segundo abusador, conforme se percebe:

[...] a segunda pessoa foi meu padrasto, nesse meio tempo também, ele... nós fomos passar um final de semana na casa de minha tia e chegou lá, a gente dormiu tudo num quarto, e minha mãe e ele dormiram no chão e eu dormi na cama, numa cama dum lado que era do lado dele, e meu irmão e minha irmã dormiram na outra cama do lado da minha mãe, aí eu acordei de noite com ele me tocando, é eu levei um susto, né, aí, eu peguei assim para ver se era a mão de minha mãe, daí eu peguei assim e era a mão dele, mas era escuro, daí depois de noite, depois disso aí, antes ele nunca tinha feito. Aí em casa ele fazia, nós sempre moramos em casa de serraria e aí não tinha porta nos quartos, era sempre minha mãe que arrumava um pano, uma cortina, daí depois disso aí, começou uma tortura, eu não tinha mais como dormir em paz porque eu não sabia o dia que ele ia fazer aquilo ou não, ele ia e ficava só relando, passando a mão [...] (**Excerto 3 - Cambraia, outubro de 2018**).

Nota-se que ela enuncia que havia sido o padrasto quem cometeu o segundo abuso; além disso, expõe os detalhes de como ele começou as práticas abusivas e, em seguida, conta como continuaram constantemente os abusos dentro da casa da família.

Percebe-se, por meio dos enunciados, que Cambraia sofria com toda aquela situação: “começou uma tortura, eu não tinha mais como dormir em paz porque eu não sabia o dia que ele ia fazer aquilo ou não.” Mesmo assim, ela não define os abusos por parte do padrasto como estupro, visto que usa nos enunciados o advérbio de exclusão “só” para expressar que “ele ia e ficava só relando, passando a mão [...]” Desse modo, o termo sugere que, embora ela tenha sofrido com aquela situação, parecia que ela tinha normalizado aquele passar de mão, pois não houve a penetração. Percebi, em nossas conversas, que, em nenhum momento, Cambraia procurou enfatizar a figura do padrasto como alguém importante em sua vida.

Portanto, talvez por ela não ter tido uma relação paternal com o padrasto antes dos abusos, a violência praticada por ele tenha afetado menos do que os abusos que a mãe realizava. Em outro sentido, pode implicar questões de heteronormatividade e homoafetividade, uma vez que o estupro heterossexual tende a ser normalizado, já o estupro homossexual<sup>81</sup>, para muitas pessoas, é considerado anormal, ou seja, para a sujeita de pesquisa pode ter demarcado uma hierarquia de pecado porque se trata de uma violência sexual cometida por uma mulher, a qual era sua mãe.

Logo em seguida, Cambraia enuncia que um rapaz que ela conheceu em uma festa tenta violentá-la, porém ela consegue escapar, existindo ainda hoje cicatrizes no joelho que rememoram aquele episódio. Surgem, igualmente, outros enunciados relevantes para pensar sobre a mãe de Cambraia que ora aparece na figura de protetora, ora como abusadora:

Foi assim, a gente foi numa festa, ele tinha um carro, a gente estava lá na festa, a gente se encontrou lá. Daí ele falou: vamos lá no meu carro; daí eu falei: vamos. Daí, sentamos na frente do carro. Aí, ele era um gatinho, era bonito, estava me paquerando. Daí tá! Ficamos ali na frente do carro, aí tinha um cara vendendo espetinho perto, daí começou aproximar, vamos entrar dentro do carro. Igual eu te falei, minha mãe me deixou com medo de homem, da mesma forma que ela fazia essas coisas, ela queria que eu tivesse medo de homem assim, aí eu tinha medo de homem, aí quando ele falou vamos entrar dentro do carro. Daí eu falei, não, não quero não!

(Rapaz) Não, vamos entrar, que não sei o que... vamos sair dessa fumaça!

Daí eu falei, então tá! Daí, eu falei: então vou deixar a porta aberta.

(Rapaz) Então tá bom! Daí, a gente foi e entrou pra dentro do carro, ele sentou no banco dele e eu no meu e eu fiquei com a perna pro lado de fora da porta, né? Com a porta aberta. Mesmo assim com o espetinho, estava entrando fumaça, daí ele falou:

(Rapaz) Eu vou colocar o carro, só ali assim, óh! Você não precisa ter medo de mim. Larga de bobagem!

Eu estava com uns 14 e ele devia ter uns 19, 20 anos. Daí, eu falei: não, vamos ficar aqui, vamos ficar aqui mesmo.

(Rapaz) Não, vou colocar ali, você não precisa ter medo de mim, não! Então tá bom, então! Quando eu encostei a porta para ele sair da beira daquele povo, quando ele pegou o limpo de onde ele ia ponhar o carro, ele começou a acelerar, acelerar...daí, eu falei assim: para, para que eu vou pular, daí, ele acelerava mais ainda e puxava meu braço, daí, eu peguei e pulei. Daí, onde eu tenho essa cicatriz na perna, onde que eu ralei meu joelho. Daí, também nunca mais vi ele também. [...] (Excerto 4 - Cambraia, outubro de 2018).

No excerto 4, Cambraia resgata como foi o diálogo com o rapaz que tentou abusar dela dentro do carro quando ela era adolescente. Cambraia queria apenas conhecer o rapaz que para ela “era um gatinho, era bonito, estava me paquerando.” Entretanto, conforme os

<sup>81</sup> Ao buscar informações sobre tal assunto, percebe-se um apagamento de estupros entre mulheres. Creio que seja um tema que carece de estudos para discutir com base na Linguística Aplicada.

enunciados tecidos no excerto, ele a foi conduzindo para realizar o que ele desejava, sem o consentimento dela. Ela afirma: “Igual eu te falei, minha mãe me deixou com medo de homem, da mesma forma que ela fazia essas coisas, ela queria que eu tivesse medo de homem assim, aí eu tinha medo de homem.” Nessa parte, surge uma contradição no discurso da mãe de Cambraia, levando-se em consideração que a mãe que orientava e tentava protegê-la alertando dos perigos era a mesma mãe que dela abusava dentro da casa da família.

Nessa perspectiva, a concepção que Cambraia tem da mãe parece reiterar os discursos em torno da crença de que os estupradores são do gênero masculino e que essa violência acontece em ambientes públicos. As atitudes da mãe de Cambraia sugerem que ela estava desempenhando a figura de protetora, que protege a filha contra os abusos dos homens que cometem o estupro na rua, nos becos e túneis escuros, como lembra Sousa (2017). Isso é observado quando Cambraia tece: “Igual eu te falei, minha mãe me deixou com medo de homem.” O enunciado indica que o sujeito “homem”, de quem a mãe de Cambraia a ensinou a ter medo não é qualquer um, é especificamente aquele homem que está fora do ambiente doméstico. Tanto é verdade que, no excerto 3, Cambraia conta sobre os abusos do padrasto e esse enunciado de ter “medo de homem” não aparece, revelando que a mãe a ensinou a ter medo do estranho e não do conhecido.

Por fim, Cambraia tece, no excerto 5, sobre o estupro que aconteceu quando era maior de idade. Nesse caso, ela conta, em outro momento, que somente soube que foi estupro quando abordaram o assunto em uma novela, pois, para ela, era natural a mulher ter que satisfazer o marido todas as vezes que ele desejasse. Conforme argumentam Medeiros (2016) e Sommacal e Tagliari (2017), muitas mulheres casadas naturalizam o estupro marital porque existe uma cultura de posse em que o corpo feminino pertence ao homem; desse modo, a mulher tem obrigação de satisfazer o marido. De acordo com dados desta presente pesquisa, obtidos de mulheres com quem conversei, mas que escolheram não participar da pesquisa por motivos pessoais, o silenciamento e naturalização do estupro marital se dão por diversos fatores: por desconhecimento dessa característica de estupro, por causa dos filhos, por amar o companheiro, por acreditar que é dever da mulher sempre estar à disposição do homem, por querer manter a família que construiu, entre outros, que demarcam a submissão feminina ao gênero masculino.

Diz Cambraia:

Daí, depois tem o marido, mas igual eu falei, eu não achava que era estuprada, eu achava que ele podia fazer aquilo, né? [...] A gente namorou na minha infância, na minha adolescência ali, daí eu casei com ele com 15 anos.

Daí com 16 eu engravidei e daí a gente teve muito problema com minha gravidez, tive rejeição da parte dele e, daí quando eu comecei ter essa depressão mais profunda, então, eu não tinha desejo sexual e, daí, isso começou a acontecer, assim ele forçava a barra, até aí foi, eu fui levando essa situação, só que o pior dia pra mim, foi quando minha mãe morreu, que daí ele me pegou na marra mesmo, daí, eu chorei muito porque eu não queria e, daí ele teve a relação, ele que teve, e eu chorando e ele fazendo o que ele queria. Então, tinha 3 dias que minha mãe tinha morrido, estava de luto, né? [...] (Excerto 5 - Cambraia, outubro de 2018).

Cambraia confirma o desconhecimento do estupro marital quando ela enuncia: “eu não achava que era estuprada, eu achava que ele podia fazer aquilo, né?” Por meio dos enunciados presentes no excerto 5, em seguida, cabe destacar como se deu a relação do casal até o dia em que o marido de Cambraia cometeu o primeiro estupro. Depois surgiram outros estupros, em que ele não respeitou nem mesmo a condição de luto pela morte da mãe dela, conforme se observa nos enunciados:

[...] daí quando eu comecei ter essa depressão mais profunda, então eu não tinha desejo sexual e daí isso começou a acontecer, assim ele forçava a barra, até aí foi, eu fui levando essa situação, só que o pior dia pra mim, foi quando minha mãe morreu, que daí ele me pegou na marra mesmo, daí eu chorei muito porque eu não queria e daí ele teve a relação, ele que teve, e eu chorando e ele fazendo o que ele queria.

Portanto, novamente surge a figura de um membro familiar – gerador da violência – o marido, que tinha função de respeitá-la e ajudá-la nos momentos de dificuldade, torna-se o estuprador. Os enunciados remetem aos discursos da dominação masculina em virtude de o marido mostrar, naquele momento de dor pela morte da mãe de Cambraia, que ele exercia poder sobre o corpo dela. O estupro, nesse caso, nos remete ao estupro de vulnerável, em que a vítima, por ser criança, deficiente, idosa ou estar embriagada, é atacada e não consegue ter forças para resistir ao estupro pela sua vulnerabilidade.

Esse pensamento de vulnerabilidade não significa que as demais mulheres que não estão dentro das características citadas sempre consigam reagir ao estupro, haja vista que esse ato é uma violência que não atinge somente o corpo, mas abrange o psicológico da mulher antes, no momento e depois dele. **Antes**, porque discursivamente o estupro é uma das violências mais temidas, razão pela qual, desde muito cedo, as meninas são ensinadas como não serem estupradas, principalmente, pelo homem desconhecido. As mulheres já crescem com medo de serem estupradas por esse homem desenhado socialmente. **No momento**, porque se ocorrer de a mulher ser estuprada, na maioria das vezes, não sabe como agir por fatores que, geralmente, implicam medo, ainda mais se o estupro acontece de modo diferente

do que é ensinado para as meninas desde tenra idade. E, **depois**, porque as marcas da violência tendem a permanecer mais no psicológico do que no corpo.

Portanto, igualmente aos demais excertos das outras sujeitas de pesquisa, os enunciados de Cambraia apresentam discursos que desestabilizam a crença de que a figura do estupro representa o estranho e que o local dos ataques coincide com ambientes públicos e escuros. Conforme confirma Foucault (2008), mesmo que as formações discursivas (os excertos) se assemelhem, também se dispersam entre si, porque são diferentes os enunciados que as compõem. Desse modo, não se pode entendê-las no sentido de unidade.

Na sequência, apresento o excerto de Renda, outra sujeita de pesquisa que conta sobre as violências sofridas na infância e revela quem são os abusadores e onde ocorrem:

Então, tudo aconteceu, acho que eu tinha entre cinco e seis anos de idade, a minha mãe ajudava muito a minha vó de madrugada, minha vó trabalha na feira e, nesse período de tempo, meu pai também trabalhava como moto táxi e, como minha mãe tem um coração de mãe, ela sempre abrigou todos os irmãos do meu pai dentro de casa, iiii... eu nunca falei antes (risos), e esse, era meu tio, passou anos da vida dele morando com a gente, então, isso aconteceu durante uma semana inteira que minha mãe estava indo trabalhar com a minha vó [...] (**Excerto 1 - Renda, outubro de 2018**).

Igualmente às demais sujeitas de pesquisa, o excerto 1 de Renda tece os enunciados de que o tio – um membro familiar irmão de seu pai – abusou dela, quando ela tinha entre cinco e seis anos de idade, aproveitando a ausência dos pais para cometer o ato de violência: “a minha mãe ajudava muito a minha vó de madrugada, minha vó trabalha na feira e nesse período de tempo meu pai também trabalhava como moto táxi.” Nasce certo nervosismo e constrangimento disfarçado em risos antes de revelar a figura do abusador. Renda expõe no enunciado “iiii... eu nunca falei antes (risos)”, sugerindo que ela nunca havia falado sobre esse assunto. Porém, em conversas posteriores, ela acrescenta que, na época, somente pessoas da família souberam, ou seja, eu era a única desconhecida que estava tendo acesso à revelação até aquele momento. Ao falar que havia sido o tio o primeiro que a tinha violentado, mostra que a figura do tio era percebida como alguém em quem se deveria confiar, uma vez que os pais saíam de casa e a deixavam no mesmo ambiente em que ele estava. Veja que Renda menciona o tio, fazendo uso do pronome demonstrativo “esse” para exprimir quem era de fato o sujeito em quem os pais confiaram: “e esse, era meu tio, passou anos da vida dele morando com a gente, então isso aconteceu durante uma semana inteira que minha mãe estava indo trabalhar com a minha vó.” Os sentidos nos enunciados sugerem, novamente, que as meninas são ensinadas a tomarem cuidado em lugares públicos, mas esquecem de orientá-las que,

embora o estupro não devesse acontecer de nenhuma forma e nem por ninguém, o esturador pode ser alguém familiar e ocorrer de diversas maneiras.

No próximo excerto, Renda enuncia que o tio maior de idade não foi o único que a molestou:

[...] e, ele não foi a única pessoa que fez isso, meu pai tinha um irmão mais novo que geralmente a gente brincava no quintal, ele me beijava. Na mesma época quando eu era criança. Esse tinha entre seus 11, 12 anos, era adolescente, eram beijos, só pelos beijos já me incomodava, eram beijos na boca, beijava como se fosse uma pessoa adulta e isso me deixava mal. Minha mãe chegou a ver e repreendeu e depois nunca mais aconteceu mais nada. **(Excerto 2 - Renda, outubro de 2018).**

Como foi destacado por Renda, outro tio “entre seus 11, 12 anos, era adolescente, eram beijos, só pelos beijos já me incomodava, eram beijos na boca, beijava como se fosse uma pessoa adulta e isso me deixava mal.” Observa-se que, mesmo o ato sendo desconfortável para Renda, não houve nenhum diálogo que provocasse uma reflexão sobre o ato cometido. Certamente a mãe de Renda não tinha noção de que a repreensão não era suficiente, mas que precisaria dialogar sobre o comportamento esboçado pelo menino. Nesse sentido, houve uma naturalização do fato por desconhecimento de como tratar do assunto que ocorreu na própria casa. Mesmo que a situação tivesse incomodado Renda, ainda hoje, ela parece não ter percebido os beijos como grave violência, já que usa o advérbio de exclusão “só” para excluir a relevância do fato. Creio que atos cometidos entre os gêneros na fase da infância ou da adolescência, mesmo que se pense que são atitudes infantis, devem ser discutidos, para que as crianças não continuem sendo educadas com estereótipos sexistas.

Embora ambos fossem menores de idade, esses enunciados servem para pensar na relação de poder entre os gêneros, com vista nos discursos que cercam os modos de agir de meninos e meninas. Com base nesses discursos, muitos abusos são tolerados e invisibilizados porque não há um diálogo sobre o assunto no meio familiar e, com isso, há uma normalização de atos sexuais forçados nos corpos femininos desde tenra idade, podendo, assim, ser repetidos ou legitimados na fase adulta, culminando em crimes sexuais agravados.

No excerto 3, Renda traz enunciados que resgatam sentidos do que foi discutido na narrativa dos fatos dos excertos 1 e 2:

Por volta dos meus nove anos, meu irmão mais velho, ele é um ano mais velho do que eu, é, a gente sempre brincou muito junto. Ih! Ele começou a namorar muito cedo, muito cedo, então, ele começava me chamar pra tomar banho com ele e, eu ia, ia de brincadeira, a gente começou a brincar no banheiro e, pelo fato de ele te começado a namorar muito cedo, ele começava me beijar, a passa a mão em mim, minha mãe chegou a ver um dia.

(Mãe) O que, que vocês estão fazendo?

Ih...ela levou aquilo como uma brincadeira, por mais que eu tenha falado, mãe, aconteceu várias vezes essa brincadeira e o abuso do meu irmão foi resolvido da seguinte maneira, ela pegou a gente e nos bateu, ela nunca sentou pra conversar com ele, ela teve a capacidade de chegar pro meu pai e

...

(Mãe) olha estava se beijando, aí, ela olhou pro meu irmão e disse faz perto do teu pai o que estava fazendo com sua irmã. **(Excerto 3 - Renda, outubro de 2018).**

Em continuidade ao que foi exposto, por falta de diálogo e desconhecimento de como abordar o assunto, percebe-se que a família naturalizou mais uma vez os abusos, tendo em vista que Renda era beijada pelo próprio irmão. Conforme ela salienta: “o abuso do meu irmão foi resolvido da seguinte maneira, ela pegou a gente e nos bateu, ela nunca sentou para conversar com ele.” Com base nos enunciados, nota-se que uma violência gerou outra violência por parte da mãe. Portanto, é importante ressaltar a questão da orientação familiar e escolar nas questões referentes às relações de gênero desde a infância e adolescência, para que, na fase adulta, esses mesmos sujeitos não reproduzam violências semelhantes em outros corpos.

Os excertos 1, 2 e 3, referentes aos abusos sofridos por Renda, reiteram os estudos de Paula (2011) sobre a ocorrência da violência sexual dentro do ambiente familiar e a tendência a ser silenciado dentro da família.

A próxima sujeita de pesquisa é Madras. Para entendermos quem foi o abusador e onde aconteceu a violência, exponho o excerto de Madras a seguir:

[...] eu lembro que a primeira vez que aconteceu, eu estava em casa dormindo e, aí, eu acho que ele (padrasto) me chamou, me acordou e queria que eu visse um negócio na cozinha para ele, tá, eu fui ver, eu acho que alguma coisa de café, sei lá, e, aí, eu voltei para o colchão no chão porque eu estava com sono e, aí, ele deitou do lado do colchão e, aí, ele começou a acariciar meu braço e, eu não gostei nem um pouco daquilo, só que meio que hoje né? Pensando agora, quando há dez anos atrás, eu acho que nem existia estupro digamos assim, como é que você ia falar para alguém perto de você que alguém passou a mão em você de um jeito diferente, eu me senti incomodada desde essa primeira passada de mão, de um carinho estranho mas... a primeira coisa que ele me falou naquela vez foi: não conta pra sua mãe se não vou machucar seu irmão. Meu irmão é mais velho que eu, eu sou a caçula e eu fiquei pensando tipo, se ele está me ameaçando, não com essa mentalidade, mas eu pensei em alguma coisa errada, então eu não vou testar, eu não quero ver meu irmão machucado, meu irmão era meu único referencial.

[...] minha mãe chegava em casa, tomava os remédios e dormia, então não tinha nem como chegar nela e contar o que estava acontecendo, isso foi meses, começou um carinho na mão, depois um carinho na perna, é uma das partes do meu corpo que eu detesto que pegue é na minha coxa para cima, eu não gosto que encostem ali, então, éééé... começaram os carinhos mais perto das partes íntimas e, ele começou a mostrar o pênis em alguma das vezes, e o

mais ruim é que ele sempre trazia algo que eu gostava, eu lembro que na época não tinha um coelho de verdade, e ele trazia o coelho no colchão, e meio enquanto eu brincava com o coelho tentando me esconder, ele passava a mão em mim, e eu me senti horrível, e eu lembro que várias vezes depois que isso acontecia eu ia para o banheiro vomitar, isso durou mais ou menos um ano, e aí eu lembro que a minha mãe depois de um tempo se separou dele, ele foi embora e eles se separaram [...] **(Excerto 4 - Madras, outubro de 2018).**

Conforme Madras enuncia, os abusos aconteciam por parte do padrasto na casa dela: “[...] eu lembro que a primeira vez que aconteceu eu estava em casa dormindo.” Ela silenciou diante da situação que estava vivenciando por conta das ameaças do padrasto: “a primeira coisa que ele me falou naquela vez foi: não conta pra sua mãe se não vou machucar seu irmão”; e, pela situação da mãe, que tomava remédios para depressão: “[...] minha mãe chegava em casa tomava os remédios e dormia, então não tinha nem como chegar nela e contar o que estava acontecendo.”

Cabe observar os modos de agir do padrasto de Madras: “começou um carinho na mão depois um carinho na perna [...] então éééé... começou carinhos mais perto das partes íntimas e ele começou a mostrar o pênis em alguma das vezes.” Algumas práticas se assemelham com outros abusos realizados por familiares das outras sujeitas de pesquisa. Porém, Madras expõe sentidos de como se deu a violência, que em nenhum momento deixou hematomas no corpo, pois o padrasto iniciava as práticas abusivas usando, principalmente, o toque das mãos. Isso significa que, para as instituições judiciais, tais violências sexuais se tornam mais difíceis de serem provadas sem a penetração ou vestígios de esperma. Seria a palavra da vítima contra a palavra do agressor. Nesse ponto, Paula (2011) salienta que muitas crianças têm medo de revelar o abuso e não acreditarem em sua palavra, já que há uma relação de poder expressa pela autoridade e obediência, em que o agressor é considerado hierarquicamente superior à criança (BROWNMILLER, 1976).

Madras enuncia, no excerto 4, o que apontou Paula (2011) em seus estudos, sugerindo uma possível descrença na palavra dela na época em que ocorreu o fato:

Pensando agora, quando há dez anos atrás, eu acho que nem existia estupro digamos assim, como é que você ia falar para alguém perto de você que alguém passou a mão em você de um jeito diferente, eu me senti incomodada desde essa primeira passada de mão, de um carinho estranho.

Portanto, nesses casos é importante enfatizar que acreditar na palavra da criança ou adolescente é fator primordial para que não continuem ocorrendo estupros de vulneráveis dentro dos próprios lares.



Para finalizar esta seção, segue o relato de Organza que conta sobre o estupro sofrido em casa por uma pessoa da família:

Desde quando eu casei, que não entendia nada, daí a pouco começaram as violências, mas eu não sabia de nada, né? Não sabia que daquele jeito não era normal, gente daquele tempo mais antigo, tudo criado num regime que ninguém sabia de nada, aí, daqui a pouquinho começava a violência, pegava na marra, queria pegar atrás, até que um dia conseguiu fazer, segurou na marra e fez, aí fiquei uns dois dias passando mal, doente, até para fazer cocô era difícil, aí quando passou muito tempo, sarou. Cheguei no médico, no exame, o médico falou assim: Nossa! A senhora foi violentada alguma vez por uma pessoa muito violenta que fez alguma coisa com a senhora aqui, porque tem um negócio aqui que dá para vê que foi uma violência, aí, que eu falei assim: eu nunca fui estuprada por ninguém, foi com meu marido. Não, ele falou: mas foi um estupro isso aí, olha, a senhora foi violentada. Aí que eu fui saber desse tempo, já estava com mais de 10 anos que tinha acontecido isso, fui que eu fui saber que tinha sido estuprada, que foi um estupro.

Quando aconteceu era recém-casada, tinha uns 22 anos, depois quando o médico falou, tinha uns 38 anos, depois eu não aceitei mais, não deixei mais, toda vez que vinha, eu falava que passei mal da outra vez, que não era mais para fazer aquilo e, daí, foi continuando assim, toda vez eu falava que fazia mal, que não queria mais, daí não fez mais, mais a primeira vez foi na marra mesmo. **(Excerto 1 - Organza, dezembro de 2018).**

Com base nos enunciados do excerto 1, percebe-se que Organza não tinha orientação sobre violência sexual: “Desde quando eu casei, que não entendia nada, daí a pouco começou as violências, mas eu não sabia de nada, né?” Ela reitera a desinformação do que seria um estupro pelo uso do elemento linguístico “nada”. Para isso, ela acaba justificando a naturalização do estupro marital porque, segundo ela: “Não sabia que daquele jeito não era normal.” Possivelmente essa mulher foi educada para ser submissa ao gênero masculino e aceitar que ela era uma propriedade do marido; por isso, deveria satisfazê-lo.

Nesse sentido, ela conta os modos como o estupro se concretizou:

[...] aí daqui a pouquinho começava a violência, pegava na marra, queria pegar atrás, até que um dia conseguiu fazer, segurou na marra e fez, aí fiquei uns dois dias passando mal, doente, até para fazer cocô era difícil, aí quando passou muito tempo, sarou.

Até antes de ir ao médico, ela sabia que havia acontecido uma violência, mas não conseguia defini-la como estupro. No fundo, Organza parecia não querer admitir que o marido tivesse cometido um estupro. Os sentidos do excerto sugerem que ela se recusava a acreditar naquela violência sofrida. Os enunciados indicam a negação do próprio estupro. Observa-se que diante do questionamento médico por causa das sequelas, ela ressalta que “eu nunca fui estuprada por ninguém, foi com meu marido.” Isso reitera que Organza quis desconstruir a

ideia de estupro, usando o elemento de exclusão “nunca” para negar que tivesse sido estuprada, porque quem tinha realizado aquele ato havia sido o marido. Tais enunciados resgatam o discurso da negação da vulnerabilidade feminina em questões envolvendo estupro, tendo em vista que a mulher que se considera honesta e de moral (de boa reputação sexual) pode pensar que nunca será estuprada em casa por alguém conhecido, tampouco por desconhecidos em locais públicos (SCARPATI, 2013). Mesmo assim, é possível que Organza tivesse desenhado a figura do estuprador “homem desconhecido” porque não reconhecia o marido como estuprador.

Entretanto, após o médico ter exposto outros sentidos do que ela tinha sofrido, ela disse: “aí que eu fui saber desse tempo, já estava com mais de 10 anos que tinha acontecido isso, fui que eu fui saber que tinha sido estuprada, que foi um estupro”.

Esse excerto reitera sentidos parecidos nos enunciados que partem de mulheres casadas quando falam sobre as violências sexuais praticadas por seus maridos, que acabam não reconhecendo o ato como estupro, porque pensam que os maridos têm direito sobre seus corpos. E, que, muitas vezes, percebendo que foram vítimas de violência, tendem a ter dificuldade de aceitar ou definir a agressão como estupro.

Após a análise apresentada, nesta seção intitulada “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?”, algumas conclusões parciais serão consideradas.

Como se observou, os enunciados das sujeitas de pesquisa teceram outros sentidos em torno do discurso relativo às crenças/mitos de estupro de que esse tipo de violência geralmente acontece nos becos e túneis escuros e que o violentador tende a ser o louco, maníaco sexual, assaltante ou negro, que atacam as vítimas deixando hematomas pelo corpo (MACHADO, 1998; FIGUEIREDO, 2000; BRITO, 2014; MARCH, 2017; SOUSA, 2017).

Metade das sujeitas de pesquisa fala de seus abusos/estupros fazendo referência à fase da infância e da adolescência em que houve mais de um estupro/abuso com diferentes violentadores e a outra metade conta o abuso sofrido na fase adulta. Dessas três últimas mulheres, duas também haviam sofrido violência sexual na infância e na adolescência, de familiares ou conhecidos. Como se vê, a predominância da violência se deu na própria casa ou em casa de amigos ou de pessoas próximas da família, que deveriam ser locais de proteção; porém, contraditoriamente, para essas mulheres, foram lugares em que se manifestou a violência sexual, silenciada tanto por elas quanto pelos familiares, logo que souberam dos fatos ocorridos.

Nesse aspecto, no que compete aos abusadores, os excertos apresentaram enunciados que apontam pessoas familiares ou do convívio familiar como autores dos abusos sem deixar

hematomas visíveis aos olhares de outras pessoas e a maioria não realizou a penetração. Tais enunciados demonstram que o estupro nem sempre deixa marcas visíveis no corpo, como alguns discursos na sociedade tendem a enfatizar. Nos enunciados das sujeitas de pesquisa, todos os abusos apresentaram indícios de naturalização e silenciamento da violência sexual por parte dos familiares e da própria vítima, que não conseguiu identificar a violência, inicialmente, como sendo estupro.

A naturalização pode resgatar discursos em torno da crença sobre a banalização das práticas abusivas no meio familiar, sendo que muitas delas se configuram em estupro, mas são silenciadas sem se dar muita importância. Porém, com base nos enunciados, pode se verificar que todas as vítimas foram afetadas psicologicamente, assunto a ser ainda problematizado em outra seção. Além disso, observa-se nos excertos como as mulheres, na questão de relação de poder entre os gêneros, ainda acolhem o discurso de submissão ao gênero masculino. Já em referência à naturalização e ao silenciamento das vítimas, os excertos sugerem que a maioria demonstrou não ter orientação sobre o que consistia um abuso sexual na época da violência nem os modos pelos quais isso acontece e como agir para que não fossem repetidos. Embora todas demonstrassem estranheza, sentissem desconforto e sofrimento perante o ato dos abusadores, nenhuma, naquele momento dos abusos, conseguiu definir claramente o tipo de violência que sofreu, nem mesmo as mulheres que foram estupradas pelo marido na fase adulta.

Apesar de esses dados representarem os excertos de seis mulheres que sofreram abusos sexuais/estupro no decorrer de suas vidas, cujos enunciados foram analisados para discutir o discurso em torno do assunto, cabe tecer que o discurso de naturalização da violência sexual em ambiente familiar precisa ser desconstruído com base nas relações de poder entre os gêneros masculino e feminino, no sentido de que os corpos femininos deixem de ser considerados propriedades masculinas, tendo em vista que a maioria dos registros de abusos acontece com meninas ou mulheres e os principais abusadores são do gênero masculino.<sup>82</sup> Embora a maioria dos casos de estupro envolva os homens como principais agressores, é válido considerar que houve um caso de estupro nas análises em que surge a figura da mãe como violentadora. Tal observação apresenta que o estupro, principalmente, de crianças pode ter a figura da mulher como abusadora e geralmente esse abuso compreende os ambientes domésticos.

---

<sup>82</sup> Faço referência ao estupro de mulheres e meninas porque são as maiores vítimas de estupro, porém não excluo o estupro de homens e meninos, bem como de gays, travestis e transgêneros.

Assim, é necessário haver por parte das instituições que lidam, sobretudo, com crianças e adolescentes mais orientação em torno de questões relativas a abusos sexuais/estupro no ambiente familiar, para que outros casos sejam evitados. É fundamental partir da premissa de que não se deve apenas ensinar as meninas como não serem estupradas, mas, principalmente, ensinar os meninos a não estuprarem.

De igual modo, não se pode deixar de ressaltar mais orientações sobre o estupro marital que aparece nos enunciados de duas sujeitas desta pesquisa, nos quais elas demonstram desconhecimento sobre esse tipo de estupro, levando em consideração que muitos discursos foram construídos historicamente, conforme discutidos na base teórica, em torno das relações de saberes e poderes, de que a mulher precisa estar sempre à disposição do marido/namorado ou que o corpo feminino é dissociado do prazer/gozo, excluindo, desse modo, a existência do estupro marital.

Em seguida, elaboro um quadro em que aponto as recorrências discursivas produzidas pelas sujeitas de pesquisa na seção de análise “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?” Os enunciados apresentados no quadro trazem uma mostra do que foi abordado nesta seção, pois ao reiterar esses enunciados tecidos no quadro ocorre a resignificação discursiva em torno da crença de que o violentador tende a ser o desconhecido e o local da violência são os locais públicos e escuros. Ao desestabilizar esse discurso, muitos outros discursos em torno dos mitos ou crenças também são desestruturados, conforme as problematizações das análises.

<b>Tema recorrente: “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?”</b>	
<b>Tricoline</b>	[...] eu me lembro que aos 4 anos de idade, é <b>um primo meu</b> [...] [...] <b>meu avô</b> deve ter abusado de todas as netas dele [...] [...] <b>minha tia sempre ficava trocando de namorado</b> [...] ele encostou a boca em minhas parte íntimas[...] [...] tinha <b>um vizinho</b> [...]ele ficava batendo punheta, ele ficava se masturbando e ele ficava me chamando para a casa dele[...] [...] <b>meu padrasto</b> [...]ele começou a me tocar e tudo e começou a ficá esquisito passar a mão em mim, minhas partes[...]
<b>Seda</b>	[...]áí essa pessoa que tipo eu chamava de <b>vô de consideração</b> , cuidava de mim [...] [...] brincando com meus amigos e <b>o menino</b> já devia ter entre 17 ou 19 anos [...] [...] <b>ele (rapaz que estava na casa dela)</b> tirou meu biquíni e ficou pelado e começou a tocar minhas partes íntimas de forma oral [...]
<b>Renda</b>	[...] era <b>meu tio</b> , passou anos da vida dele morando com a gente, então isso aconteceu durante uma semana inteira que minha mãe estava indo trabalhar com a minha vó [...] [...] <b>meu pai tinha um irmão mais novo</b> que geralmente a gente brincava no quintal, ele me beijava [...] [...] <b>meu irmão mais velho</b> [...] ele começava me beijar, a passa a mão em mim

	[...]
<b>Cambraia</b>	[...] eu acho que ela não achava que ela estava me estuprando, me fazendo mal, mas ela estava me tocando, era <b>minha mãe</b> [...] [...] a segunda pessoa foi <b>meu padrasto</b> [...] [...] quando <b>ele (rapaz que conheceu numa festa)</b> pegou o limpo de onde ele ia pnhar o carro, ele começou a acelerar, acelerar...daí eu falei assim, para, para que eu vou pular, daí ele acelerava mais ainda e puxava meu braço[...] Daí depois tem <b>o marido</b> , mas igual eu falei, eu não achava que era estuprada [...]
<b>Madras</b>	[...] eu lembro que a primeira vez que aconteceu eu estava em casa dormindo e aí eu acho que <b>ele (padrasto)</b> me chamou me acordou [...]
<b>Organza</b>	[...] aí que eu falei assim, eu nunca fui estuprada por ninguém, foi com <b>meu marido</b> . Não, ele falou, mas foi um estupro isso aí, olha, a senhora foi violentada [...]

**Quadro 3** – Enunciados recorrentes sobre a seção “O perigo mora perto: quem é o abusador/estuprador?”

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

Na próxima seção, analiso questões relacionadas aos discursos de machismo e reitero os modos pelos quais discursos de naturalização do estupro no meio familiar se sucedem, concorrendo para que os abusos sejam silenciados e reproduzidos com base nas desigualdades de gênero.

## 5.2 O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar

Nesta seção, analiso os enunciados que indicam o machismo no contexto familiar das sujeitas de pesquisa e discuto a atitude de uma delas sobre a importância de a família educar os filhos de modo que não priorizem a violência. Os enunciados também retomam a questão da naturalização do estupro por parte dos familiares, pela qual as vítimas acabam tomando a decisão de silenciarem diante do posicionamento de naturalização da família. Em seguida, Tricoline inicia esboçando o excerto sobre o assunto.

Nos enunciados do excerto 8, Tricoline elenca fatos envolvendo a cultura do machismo, indicando a figura do avô que maltratava as mulheres da família. Além disso, ela sugere ter sofrido preconceito racial por parte do avô, quando ela salienta que “ele era preconceituoso, sou a única neta negra da família, minha família de parte de mãe é toda branca, só eu que sou negra porque meu pai é negro.”

[...] ele (avô) sempre foi muito machista, ele sempre foi muito grosso com minha vó, com as minhas tias, como a minha mãe.

[...] todas as minhas primas sentem muita raiva de meu avô, ninguém gosta e meu avô, além de ser machista, ele era preconceituoso, sou a única neta negra da família minha, minha família de parte de mãe é toda branca, só eu

que sou negra porque meu pai é negro. **(Excerto 8 - Tricoline, junho de 2018).**

Para recordar a seção anterior e situar o leitor, esse avô machista que ela enuncia “ele (avô) sempre foi muito machista ele sempre foi muito grosso com minha vó, com as minhas tias, como a minha mãe”, é o mesmo que abusou de todas as netas. Verifica-se nesses enunciados que Tricoline utiliza elementos linguísticos que intensificam as qualificações do avô (muito, sempre) para mostrar como ele se comportava com as mulheres da família. Provavelmente seja a causa pela qual Tricoline expõe que “todas as minhas primas sentem muita raiva de meu avô”. Nesse enunciado, igualmente, ela tece recursos linguísticos que sugerem a generalização (todas) para mencionar as primas e a intensificação (muita) para demonstrar o sentimento de raiva dessas mulheres em relação ao avô. Conforme citado na seção teórica, cabe reiterar nas palavras de Drumont (1980, p. 81) que o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher. Portanto, o machismo é um dos indícios que evidenciam a violência nos corpos femininos por tratar a mulher de forma desigual e, como se vê nos enunciados, o avô de Tricoline se vestia com roupagens machistas frente às mulheres com as quais ele convivia.

Em relação à Seda, o excerto 5 apresenta nos enunciados que a família naturalizou a violência. Igualmente expressa o machismo do pai que acaba atrapalhando a relação entre ambos:

O segundo, eu não denunciei, meus pais cagaram em nome da moral e dos bons costumes para não sujar o nome da amizade deles, e para não sujar o nome da família importante que é de lá de Cuiabá, a pessoa... essa segunda, não denunciei, os outros denunciaram, mas foi pelas netas, não por mim, porque eu era criança e não falei, minha mãe e meu pai nunca sabe do primeiro.

O segundo eles sabem e não fizeram nada pra não sujar a amizade e o nome importante da família do segundo [...] Mas não tenho forças e meu pai não me pagaria um advogado, apesar de ele ter *money*, porque ele teria medo de isso afetar a imagem dele, por um lado eu entendo, mas por outro, isso me dá raiva. **(Excerto 5 - Seda, junho de 2018).**

Verifica-se que Seda enuncia a preocupação dos pais com a moral familiar; além disso, principalmente o pai naturaliza a violência sofrida pela filha porque preza pela amizade da família de um dos abusadores, conforme confirmam os sentidos dos enunciados: “eu não denunciei, meus pais cagaram em nome da moral e dos bons costumes para não sujar o nome da amizade deles e para não sujar o nome da família importante”; “eles sabem e não fizeram nada para não sujar a amizade e o nome importante da família do segundo.” Percebe-se que

Seda faz uso de recursos de linguagem com base na repetição de alguns elementos linguísticos (não sujar, amizade, nome, importante, família) para reforçar as prioridades do pai perante o abuso sofrido pela filha.

Como se vê nos enunciados, Seda reitera que a amizade dos pais com família do agressor prevaleceu, ou seja, os pais naturalizaram o que ela sofreu para preservar a moral e os bons costumes. Percebe-se também como Seda alude a sentidos sobre a questão da moral familiar nos enunciados, motivo pelo qual os pais não deram muita atenção ao abuso que ela sofreu. De acordo com Caulfield (2000); Vigarello (1998), em séculos anteriores, a moral familiar, sobretudo, das famílias conservadoras era como se fosse um bem a ser preservado. Scott (2011), do mesmo modo, argumenta que a moralidade, mesmo na atualidade, ainda tende a imperar nas famílias de diferentes maneiras. Os enunciados de Seda, além da moralidade enunciada, resgatam outros pontos relevantes a serem tratados que confirmam como a cultura do estupro está muito entrelaçada com os discursos machistas presentes na relação familiar de Seda, uma vez que os pais normalizam o ocorrido. Tal atitude lembra a submissão do gênero feminino ao gênero masculino, levando em consideração que os pais de Seda tendem a acreditar que o corpo da menina é considerado uma propriedade.

Para Sousa (2017), desde a infância, a família ensina aos meninos a se manterem em posição de poder hierarquicamente superior às meninas, como se eles fossem predestinados a dominar. O caso de Seda demonstrou que se um menino abusar de uma menina será entendido como algo normal, porque as meninas precisam preservar seus corpos com base na vigilância e disciplinarização familiar. Caso o controle do corpo feminino pelos pais não funcione, a tendência pode ser que a família normalize o abuso por meio do silenciamento para que a honra familiar não seja afetada socialmente. Para muitos pais conservadores, pode ser uma vergonha que outros percebam que os mecanismos de vigilância e de disciplinarização familiar nos corpos das filhas não tenham funcionado conforme historicamente foi concebido.

O enunciado que surge em seguida apresenta sentidos de que o pai de Seda desfruta de uma posição social elevada: “meu pai não me pagaria um advogado, apesar de ele ter *money*, porque ele teria medo de isso afetar a imagem dele, por um lado eu entendo, mas por outro isso me dá raiva.” Quando ela tece que o pai não pagaria um advogado para não afetar a imagem dele, reitera que ele está mais preocupado com a moral do que propriamente procurar justiça contra o agressor da filha. Assim, Seda enuncia contraditoriamente: “por um lado eu entendo, mas por outro isso me dá raiva.” Os motivos da raiva sugerem que ela fica inconformada de o pai não entender os motivos dela: como o pai pode normalizar aquela violência que ela sofreu e lhe causou tanta dor, em nome de preservar a moral e a amizade

com a família do agressor? Isso faz alusão a que, na concepção de Seda, uma amizade tem mais valor do que a violação de seu corpo. Os sentidos tecidos nesse excerto acabam reiterando que, ao decidir pela normalização do abuso sexual, ambos confirmam o discurso do machismo, concordando com a superioridade do homem em relação à mulher.

Na próxima parte, excerto 6, Seda reitera a necessidade de se fazer justiça no segundo caso de violência que ela sofreu:

Eu amo meu pai, amo de verdade, você deve conhecer ele, é... meu pai é uma pessoa maravilhosa, de verdade, meu pai é uma pessoa muito boa, mas, infelizmente, ele é muito machista, ele não sabe diferenciar as coisas, claro que se eu conversar direitinho, ele me ajudaria, mais eu não quero me desgastar, desgastar a relação com meu pai, porque ela já é fragilizada, entende? Talvez eu acharia um defensor público ou um advogado que me ajudaria de alguma forma para poder também se ajudar na carreira, eu pagaria de alguma forma, eu não sei, eu daria meus pulos, meu pai me ajudaria, não sei, eu vou dar um jeito, talvez meu pai me ajude, não sei...eu estou dando o primeiro passo (pausa) talvez o que meu pai faz é para me proteger, proteger a nossa família sabe? Porque isso atrai olhares, sabe?  
[...] Tipo se conversar com ele, tipo, talvez sim, mas ele é do tipo machista, foi criado do tipo machista, mas ele é do tipo de pessoa, tem homem legal que quando vê que está sendo machista, ele muda, mas meu pai não é maleável, entendeu? Isso é ruim. Os homens, eles têm que entender que quando eles são criados de uma forma sexista, eles têm que mudar. E, meu pai, às vezes, ele não tem isso, entende? (**Excerto 6 - Seda, junho de 2018**).

Ao mesmo tempo que Seda deseja justiça, ela também resvala na figura do pai que manifesta amar – “Eu amo meu pai, amo de verdade” – mas, ao mesmo tempo, tece que eles não têm uma boa relação: “mais eu não quero me desgastar, desgastar a relação com meu pai porque ela já é fragilizada.” Ela tenta desconstruir a figura machista do pai, atribuindo-lhe qualificações por meio de recursos linguísticos que amenizem a caracterização de machista (maravilhosa, muito boa). Conforme se percebe no enunciado em que ela tenta atenuar o machismo – “meu pai é uma pessoa maravilhosa, de verdade, meu pai é uma pessoa muito boa, mas infelizmente ele é muito machista” –, Seda termina naturalizando a própria violência para não confrontar o pai.

Nos enunciados retirados do excerto 6, notam-se sentidos que tecem contradições, dúvidas e confusão de ideias para definir o que ela poderia fazer para buscar justiça pelo que havia acontecido na adolescência:

Talvez eu acharia um defensor público ou um advogado que me ajudaria de alguma forma para poder também se ajudar na carreira, eu pagaria de alguma forma, eu não sei, eu daria meus pulos, meu pai me ajudaria, não sei, eu vou dar um jeito, talvez meu pai me ajude, não sei...eu estou dando o primeiro passo (pausa).



De acordo com o que mostram os outros enunciados, ela expressa certa dúvida sobre os modos de agir do pai; entretanto, termina concordando com o genitor, que preferiu silenciar sobre o que houve: “talvez o que meu pai faz é para me proteger, proteger a nossa família sabe? Porque isso atrai olhares, sabe?”. Mesmo assim, no final do enunciado, procura usar uma interrogação como meio de acreditar naquilo que acabara de dizer, com a finalidade de que concordássemos com o que havia afirmado. Observa-se que, embora Seda não esteja tão convencida dos motivos da atitude do pai, ela acaba concordando que seria por causa da proteção à família. Quando ela tece o enunciado utilizando o verbo “proteger”, repetindo-o duas vezes, enuncia que o pai é a figura que protege, reproduzindo o discurso de que essa é uma característica masculina, ou seja, ela coloca o pai na posição de protetor; ela termina aceitando o discurso de que a figura masculina (o pai) é responsável por preservar a moral familiar, independentemente das circunstâncias ocorridas.

Tal pensamento reitera a questão das relações de poder entre os gêneros feminino e masculino, em que a figura masculina se apresenta hierarquicamente superior na sociedade. Isso ocorre porque as mulheres são vítimas de um machismo estrutural, sendo o estupro uma das violências que se destaca contra elas. Além disso, os discursos demonstram uma naturalização da violência por meio de elementos linguísticos que atenuam tal prática nos corpos das mulheres. Essa naturalização é tão enraizada na sociedade, que até mesmo algumas mulheres acabam acolhendo o discurso em que prevalecem as atitudes machistas, por acreditarem que tornar públicos casos de abusos sexuais e/ou estupro implicaria a desmoralização familiar.

Por fim, Seda enuncia que o pai é machista porque ele foi criado de forma machista: “ele é do tipo machista, foi criado do tipo machista, mas ele é do tipo de pessoa, tem homem legal que quando vê que está sendo machista, ele muda, mas meu pai não é maleável, entendeu? isso é ruim.” Quando ela afirma o modo como o pai foi criado, reitera-se a importância de problematizar questões referentes ao machismo para tentar desestabilizar modos como meninas e meninos tendem a ser educados na sociedade. Ela afirma que para alguns homens, a exemplo do pai, não há possibilidade de mudança, sugerindo que os discursos machistas estão internalizados nele. Na concepção de Seda, ainda há esperança em alguns homens que podem repensar os discursos e as práticas machistas para mudá-los, mesmo depois de terem sido educados de forma machista.

O próximo excerto é de Renda, no qual ela expõe que a família naturalizou os abusos sofridos por parte do irmão, silenciando as violências dentro do próprio ambiente familiar, sobretudo, por causa do machismo e de questões religiosas. Além disso, no dia em que fui

conversar com Renda, estavam presentes Tricoline e Madras. Desse modo, surgem alguns enunciados em que aparecem os nomes de Tricoline e Madras nos excertos que se apresentam em seguida:

Eu tinha 9, e meu irmão tinha 10, ele fez a mesma coisa que ele estava fazendo e ali nós pegamos mais uma segunda surra pra resolver, porque ela não aceitava aquilo, mas para sentar para conversar, não foi sentado. Então, o abuso do meu irmão foi silenciado com uma surra em nós dois.

Ele (irmão) lembra, quando fala assim que você começou a namorar muito cedo, contato com menina, beijo, passar a mão em menina, foi muito cedo. Então, o que ele fazia na rua, ele queria fazer em casa. Ele fala: eu não perdoei nem minha irmã. Os meus irmãos, ambos tiveram uma criação muito machista.

Ele contava pro meus pais, eu cheguei a ver, eu via, quantas vezes eu via meu irmão fazer isso até a idade dele casar, de vê que eles não respeitam meninas. **(Excerto 4 - Renda, outubro de 2018).**

Percebe-se que Renda retorna aos abusos praticados pelo irmão, sobre os quais ela esboça sentidos na seção anterior. Ela reitera que o que ele fez da primeira vez tornou a se repetir. Diante da situação, a mãe, considerada socialmente a responsável por educar os filhos<sup>83</sup>, repreendeu-o do jeito dela, gerando outra violência: “nós pegamos mais uma segunda surra para resolver, porque ela não aceitava aquilo, mas para sentar para conversar, não foi sentado.” Quando a mãe escolheu bater na filha e no filho, de algum modo, ela naturalizou a atitude do menino, perdendo a oportunidade de esboçar um diálogo sobre essa ocorrência, para que ele pudesse refletir sobre o fato de que a prática cometida contra aquela menina foi abusiva. Então, ela conclui que o abuso que o irmão cometeu foi silenciado com outra agressão: “o abuso do meu irmão foi silenciado com uma surra em nós dois.” Ao repetir o episódio da surra, ela parece sugerir que foi algo que a fez se sentir muito magoada porque ela, além de tudo, foi punida (culpabilizada) pelo abuso que o irmão havia realizado.

Essa família tende a se apresentar com uma estrutura bem conservadora, tendo em vista que a figura da mãe aparece nos enunciados como aquela responsável pela educação dos filhos. Os mecanismos disciplinares demarcam no corpo um dos meios encontrados pela mãe para punir tanto o menino quanto a menina pelo ocorrido. Tal atitude é questionada por Renda, ao pensar que a mãe poderia ter conversado sobre o que ele havia feito<sup>84</sup>, mas isso não aconteceu.

---

<sup>83</sup> Embora, socialmente, tal tarefa seja atribuída à figura da mãe, não concordo que a educação dos filhos seja apenas de responsabilidade da mulher. As atribuições/responsabilidades familiares precisam ser compartilhadas sem demarcar papéis diferenciados entre os gêneros feminino e masculino. Um exemplo disso são as relações familiares homoafetivas, em que a educação dos filhos é de responsabilidade de ambos.

<sup>84</sup> Discutir a atitude da mãe, questionada pela filha, bem como analisada como naturalização da violência, implica entender que há alguns anos havia menos informação de como os pais deveriam abordar tais questões.

Ainda sobre o excerto 4, Renda enuncia que o irmão começou a namorar quando era muito novo e os contatos físicos com as meninas envolviam “beijo, passar a mão em menina foi muito cedo.” Desse modo, ele entendia que, pela condição de serem meninas, todas deveriam ser tratadas de forma abusiva. Renda confirma isso quando tece sentidos de que “Então o que ele fazia na rua, ele queria fazer em casa. Ele fala, eu não perdoei nem minha irmã.” Nota-se que o irmão se orgulha de ter abusado da própria irmã quando “ele fala, eu não perdoei nem minha irmã”. Quando o irmão de Renda usa o advérbio de negação “não” seguido do verbo “perdoei”, ele demarca a ironia para exaltar sua posição de “macho pegador”, tendo em vista que não deixou nem mesmo a irmã livre dos atos abusivos. Nesse sentido, Renda atribui o discurso machista ao modo como os irmãos foram criados: “Os meus irmãos, ambos tiveram uma criação muito machista.” Esse enunciado de Renda sugere que práticas machistas que imperam na sociedade estão atreladas aos modos como meninas e meninos são, comumente, educados a partir do nascimento, com base nas relações de poderes desiguais (DÍAZ; CABRAL, 1998; SOUSA, 2017).

Ela tece, ainda, que o irmão contava para pais os atos praticados nos corpos de outras meninas: “Ele contava para meus pais, eu cheguei a ver”. E, igualmente, os pais naturalizavam a atitude dele, assim como faziam com os atos abusivos realizados contra ela, na própria casa. No enunciado “quantas vezes eu via meu irmão fazer isso até a idade dele casar, de vê que eles não respeitam meninas”, ela acaba reiterando, pelo uso do pronome “eles”, que outro irmão também era abusivo com as mulheres e sua atitude era igualmente naturalizada pelos pais. Tais enunciados reafirmam discursos sobre o papel da mulher e do homem na sociedade, naturalizando o machismo e, conseqüentemente, compactuando com a cultura do estupro.

Nos próximos enunciados do excerto 5, o irmão se orgulhava de contar à irmã o que ele realizava com outras meninas:

Oh, o que ele falava para mim: Eu já cheguei a pegar menina de 15 anos, eu falava que tinha 16 e ela acreditava. Ele sempre foi alto e elas acreditavam e eu vejo isso neles até hoje, tipo, os dois mais velhos são assim. **(Excerto 5 - Renda, outubro de 2018).**

Verifica-se como o irmão se coloca frente às mulheres: “eu já cheguei a pegar menina de 15 anos, eu falava que tinha 16 e ela acreditava.” Ele usa o elemento verbal “pegar”, colocando as meninas em posição de objeto sexual. A objetificação sexual é uma das questões

---

Observa-se que no discurso da filha surge o elemento linguístico “conversa” para mostrar outra compreensão sobre educação. Porém, essa discussão sobre a falta de diálogo e a conseqüente naturalização da violência serve para refletir sobre o fato de que, nos dias atuais, outras práticas precisam ser consideradas para que a educação entre os gêneros tenha mais equidade e respeito pelos corpos.

relacionadas à cultura do estupro e se relaciona à forma como a figura da mulher foi tecida na sociedade, desde os fundamentos bíblicos, que remontam à noção de que ela deve obediência e que o homem tem direito à sua posse no momento que ele quiser, como se o corpo da mulher precisasse estar sempre à disposição do gênero masculino. Renda, ao reafirmar que “os dois irmãos mais velhos são assim”, denota que ambos são machistas. Por serem machistas, eles se utilizam de mecanismos para submeter as mulheres ao seu domínio.

No excerto 6, Renda tende a mostrar que o machismo pode se utilizar de seus mecanismos para tentar dominar os corpos femininos. Essa dominação pode acontecer de diferentes maneiras, conforme Renda expõe nos enunciados sobre o fato de que o irmão se casou muito cedo porque engravidou uma moça:

Hoje ele é casado, pelo fato de ele ter começado uma vida sexual muito cedo, ele engravidou uma menina com 16 anos. Ela é mais velha do que ele, ela tem 24, 23 anos e, ele tinha 16 na época, e ele é pai. **(Excerto 6 - Renda, outubro de 2018).**

Entende-se que há diferentes sentidos em torno da gravidez para o gênero feminino e para o masculino. Para homens machistas, o corpo feminino pode ser compreendido para a geração de filhos. É muito importante revisitar o que foi problematizado na base teórica sobre como os discursos em torno dos saberes da medicina e dos discursos religiosos a respeito da maternidade podem levar à objetificação do corpo feminino e contribuir para possíveis violências sexuais, uma vez que não é toda mulher que deseja ser mãe ou está preparada para vivenciar essa experiência.

No caso do irmão de Renda, parece ter sido uma gravidez sem planejamento pelo que demonstra a idade em que ocorreu: “ele engravidou uma menina com 16 anos.” Isso aponta sentidos de como o machismo também é nocivo para os homens, uma vez que precocemente teve que assumir a responsabilidade de pai por conta de pensar apenas em práticas sexuais abusivas contra as mulheres para conferir-lhe *status* de homem perante a sociedade.

Entretanto, cabe lembrar que, para alguns homens que tendem a acolher os discursos machistas, a gravidez também pode ser uma forma de marcar a dominação sobre o corpo feminino, para enfatizá-lo como elemento de procriação. Essa questão está atrelada às relações/práticas de saber e poder, pelas quais a sociedade acolheu os discursos religiosos de que a mulher nasceu para ser mãe, bem como da Medicina, que manifestou um discurso, em meados do século XVIII, em torno de que o homem só precisava se apossar do corpo da mulher, sem se importar com o desejo sexual feminino, para que essa pudesse gerar filhos

(LAQUEUR, 2001). Portanto, para a sociedade, a completude da mulher só acontece pelo ato de ser mãe.

Com esta análise, não se pretende problematizar que ser mãe seja algo sempre resultante da dominação masculina em relação ao corpo feminino, mas que se deve pensar como a sociedade ainda tende a ver a figura da mãe como ser “puro”, no qual dissocia a imagem de mãe dos desejos e prazeres. Dessa forma, esse pensamento acaba reiterando, principalmente, que o corpo da mulher casada, considerada “mulher de família”, é uma propriedade do gênero masculino. Esse pensamento pode enfatizar a naturalização do estupro marital, uma vez que esse corpo de mulher-mãe não necessita sentir desejos sexuais, já que ele serve como função social de manutenção da família. Não é à toa que circulam alguns discursos na sociedade, por parte do gênero masculino, tanto de maridos como de filhos, esboçando a afirmação de que “minha mulher é uma santa” ou “minha mãe é uma santa.” Isso implica a construção da imagem de uma mulher atrelada à castidade e à pureza.

No excerto 7, o discurso de posse do corpo feminino se manifesta no fato de que o irmão de Renda, criado de forma machista e habituado a desrespeitar outras mulheres que ele conheceu, bem como a irmã, tende a usar mecanismos para docilização do corpo da esposa:

Tá! Hoje eles estão casados, e pelo fato de ele ser muito abusivo, querer ser muito abusivo, e ela ser uma pessoa muito parecida com minha mãe, a minha mãe é um poço de doçura, eles já brigaram muito de se bater, de ele querer mandar nela, e ela não aceitar, e como ele fazia isso comigo, ele também queria fazer isso com ela. Já apanhei diversas vezes dele, umas eu posso até dizer que era de irmão, mas eu já fiquei com muitas sequelas no corpo, é, como eu falei, o que ele queria fazer na rua, ele queria fazer comigo, eu era mais próxima dele. **(Excerto 7 - Renda, outubro de 2018).**

Desse modo, cabe ressaltar o que Renda tece nos enunciados do excerto 7, que:

[...] pelo fato de ele (irmão) ser muito abusivo, querer ser muito abusivo e ela ser uma pessoa muito parecida com minha mãe, a minha mãe é um poço de doçura, eles já brigaram muito de se bater, de ele querer mandar nela e ela não aceitar.

Nesses enunciados, Renda utiliza recursos estilísticos de linguagem para mencionar a mulher do irmão – “um poço de doçura” –, fazendo alusão à mãe de Renda. Observa-se que as relações de poder nem sempre acontecem pela submissão do gênero feminino. Quando Renda expõe que a esposa do irmão não aceita ser mandada por ele, e por isso eles brigam, remontando à ideia de violência física, isso demonstra que as práticas de poder entre os gêneros feminino e masculino tendem a ser conflituosas se houver resistência por parte da mulher. Desse modo, é indispensável a desconstrução do machismo para que as relações de poder sejam menos conflituosas entre homens e mulheres.

Renda continua a enunciar que a maneira agressiva de agir do irmão se assemelha aos modos como ele trata a esposa:

[...] como ele fazia isso comigo, ele também queria fazer isso com ela. Já apanhei diversas vezes dele, umas eu posso até dizer que era de irmão, mas eu já fiquei com muitas sequelas no corpo, é como eu falei, o que ele queria fazer na rua, ele queria fazer comigo.

Isso demonstra que o irmão de Renda se veste com roupagens machistas, considerando o gênero feminino como objeto do gênero masculino e que todas as mulheres devem ser tratadas de igual modo. Percebe-se que ele normalizou as práticas abusivas, legitimando a violência no corpo de mulheres que submetem ao seu poderio. Essa intenção é mostrada nos enunciados por meio da repetição do verbo “fazer” (praticar), que indica a ideia de ação frente a todas as mulheres de seu convívio que se submetiam ao seu modo de agir.

Dessa maneira, Renda, nos enunciados do excerto 8, afirma que, de certa forma, ela acabava naturalizando as violências que ele cometia contra ela, porque:

Eu sempre fui muito besta, era inocente, sempre acreditei, eu nunca quis machucar, então, eu sou o tipo de pessoa que se cala para não vê ninguém ferido. Então, eu deixava... **(Excerto 8 - Renda, outubro de 2018).**

Renda esboça sentidos sobre a questão da naturalização da violência e da submissão perceptíveis nos elementos linguísticos com que caracteriza a si mesma, utilizando os termos: “besta, inocente, acreditei, nunca quis machucar, cala, ninguém ferido.” O modo de se comportar de Renda incide na problemática das relações de gênero, já que a mulher é ensinada a ser dócil; porém, toda vez que uma mulher naturaliza práticas abusivas em seu corpo, legitima a submissão e pode estar permitindo que práticas abusivas sejam realizadas em outros corpos, assim como se o observa no caso do seu irmão, que estava envolvido em uma sequência de abusos contra as mulheres.

No próximo excerto, ela concorda que a família naturaliza a violência contra as mulheres em decorrência do machismo e cita questões religiosas.

[...] se tornou uma coisa normal, e se você for querer comentar agora, é tudo levado para o quesito religioso [...] **(Excerto 9 - Renda, outubro de 2018).**

Como se observa, Renda tece sentidos de que os discursos de submissão da mulher têm sua legitimidade na religião. Isso reitera os discursos da criação da mulher atrelados ao poder do homem em relação ao corpo feminino. Outras partes bíblicas também sugerem a concepção de mulher como propriedade do homem, a exemplo do capítulo 20, versículo 17 do livro de Êxodo: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu

próximo, nem seus servos ou servas, nem seu boi ou jumento, nem coisa alguma que lhe pertença”, fazendo alusão à mulher como propriedade do gênero masculino.

Quando Renda faz referência à religião, ela tece:

[...] infelizmente, pelo fato de nós vivermos num contexto dentro da igreja, eu vou usar o contexto bíblico mesmo, elas parecem por falta de conhecimento, elas aceitam esse tratamento. Ah, você tem que perdoar seu irmão, beleza, perdoar é uma coisa, mais e aí, cadê justiça? **(Excerto 10 - Renda, outubro de 2018).**

Nesse sentido, observa-se, nos enunciados do excerto 10, que os sentidos da naturalização dos abusos se dão pelo fato de a família viver num contexto religioso, em que faltam outros conhecimentos para lidar com questões de violência. Ela questiona o discurso hegemônico do perdão: “Ah, você tem que perdoar seu irmão, beleza, perdoar é uma coisa, mais é aí, cadê justiça?” Nota-se que Renda questiona esse discurso em que se deve perdoar o próximo sem procurar a justiça.

No excerto 11, logo em seguida, ela expressa: “Então, até no meio da igreja a gente vê essas coisas, a pessoa não faz nada”. Ela usa o advérbio “até” para incluir a igreja, formada por pessoas que aceitam as injustiças sociais. Renda entende a igreja como um local que deveria prezar pela justiça social; no entanto, é o local que contempla as desigualdades, pregando a submissão e o perdão sem existência de justiça. Tal discurso de submissão e perdão não considera as questões atuais, em virtude de que as relações dos gêneros masculino e feminino tendem a ser muito complexas. Portanto, não há como a religião preservar o conservadorismo, sem se dar conta de que o discurso do perdão pode trazer marcas profundas nos(as) sujeitos(as). Desse modo, esse discurso não é o caminho para amenizar o desrespeito, tampouco a desigualdade dos direitos e a cura das sequelas psicológicas:

Então, até no meio da igreja a gente vê essas coisas, a pessoa não faz nada porque a justiça vem de Deus, a justiça vem de Deus, mas pra isso existe a justiça dos homens também. Deus não vai fazer nada se você não quiser fazer, e isso está até hoje enterrado no contexto familiar [...] **(Excerto 11 - Renda, outubro de 2018).**

Renda sugere que a igreja se tornou naturalizadora de injustiças em nome de um Deus pregado como passivo, pois ela entende que, se as pessoas não quiserem agir, Deus não poderá fazer nada. Então, conclui que tudo o que passou acabou sendo “enterrado no contexto familiar.” Ao usar o verbo no particípio “enterrado”, Renda esboça que, para muitos, a situação que ela vivenciou passou/ acabou/morreu. No entanto, não é o que se apresenta nos enunciados em que ela tece as dificuldades de lidar com as situações, devido aos abusos

sofridos. Portanto, o enunciado que traz o termo “enterrado” resgata o que Paula (2011) expõe sobre as violências familiares que tendem a ficar no próprio contexto familiar.

Em seguida, no excerto 12, outros enunciados legitimam o discurso de naturalização dos abusos, entremeados pelo machismo e pela crença do perdão, fazendo referência à figura do irmão:

[...] se você for brincar, ele (irmão) realmente fala: Eu não perdoei nem minha irmã! Ele faz sátira com o acontecido porque não foram nem uma ou duas vezes, foram diversas vezes, e meus pais não sabem lidar com isso.  
 [...] nós somos de berço evangélico, podemos assim dizer. Então, como a bíblia diz que tem que disciplinar, foi resolvido assim, e eu não guardo nenhuma raiva dele, o único dia que eu guardei, que eu fiquei muito magoada, foi quando nós estávamos brincando, isso foi recente, ele soltou essa mesma coisa de novo, eu não perdoei nem minha irmã. Eu fiquei olhando assim para a cara dele, aí foi quando eu contei para Tricoline, até peguei a Tricoline no susto, Tricoline não sabia (pausa), e eu fui tentar tocar no assunto com meus pais, e recentemente no início do ano, é a mesma coisa, você leva para o quesito religioso, as pessoas não estão preparadas.  
**(Excerto 12 - Renda, outubro de 2018).**

Percebe-se que Renda se torna repetitiva em seus enunciados para enfatizar o que parece não compreender em relação aos discursos familiares. Ela relembra os discursos do irmão, que ironiza a posição de homem diante dela (mulher): “eu não perdoei nem minha irmã, ele faz sátira com o acontecido porque não foram nem uma ou duas vezes, foram diversas vezes e meus pais não sabem lidar com isso.” Quando ela enuncia que os pais não sabem lidar como isso, alude a que eles aceitam a posição do irmão, de homem “abusador”, e dela, na posição de mulher “abusada” e submissa ao homem.

Ao reiterar que “nós somos de berço evangélico, podemos assim dizer. Então como a bíblia diz que tem que disciplinar, foi resolvido assim, e eu não guardo nenhuma raiva dele”, Renda acena o fato de que a religião sustenta o discurso de disciplinarização. A religião tende a usar dos dispositivos disciplinares para dominar os corpos. Mas, de acordo com os enunciados de Renda, quais corpos devem ser disciplinados? Como ela mesma salienta, os pais sempre naturalizaram os abusos por parte do irmão. Além disso, o discurso do perdão sugerido novamente por Renda tende a funcionar como uma estratégia de docilização dos corpos para indicar a submissão e evitar os processos de resistência feminina. Ela salienta que não sente raiva do irmão, mas nos excertos o descreve como sujeito abusivo; ela tende a mostrar sentidos contraditórios nesse discurso, demonstrando que ela carrega mágoas sobre esse assunto. A estratégia discursiva de Renda para indicar que não sente raiva é uma das formas encontradas para reproduzir o discurso religioso, mesmo que na prática ela não sinta



isso. De algum modo, ela acaba marcando seu lugar de fala – mulher evangélica – que é ensinada a ser dócil e a perdoar o próximo.

Essa discussão é reiterada no próximo excerto, pois mesmo replicando as questões religiosas e de naturalização dos abusos no meio familiar, ela acaba mostrando-se também entrelaçada a esses discursos porque precisa silenciar para não causar conflitos na família:

É muito complicado pegar nesse pé até aqui dentro de casa mesmo, acho que pelo fato de nós estarmos dentro de uma universidade, de nós termos um contexto social do que se passa lá fora, é diferente de uma pessoa que vive só dentro da igreja, pode até conhecer fatos, mas quando acontece não sabe lidar. (**Excerto 13 - Renda, outubro de 2018**).

Portanto, como se observa no excerto 13, mesmo ressaltando que não é fácil falar do assunto dentro de casa, ela ainda se considera alguém com outros discursos, porque está dentro de outro contexto, sobretudo, porque frequenta a universidade. Verifica-se que ela atribui sentidos à universidade, inferindo que esse espaço lhe possibilitou outros modos de pensar, diferentemente da família que frequenta somente a igreja. Com este enunciado –“acho que pelo fato de nós estarmos dentro de uma universidade, de nós termos um contexto social do que se passa lá fora, é diferente de uma pessoa que vive só dentro da igreja” –, Renda sugere que a educação é importante para que mulheres consigam pensar nos discursos conservadores e buscar outros sentidos para atualidade. Por isso, a educação necessita repensar outros modos, que não priorizem apenas o saber técnico, mas que busquem uma formação desestabilizadora de discursos que preconizam a violência e que impedem a simetria nas relações/práticas de poder.

Em seguida, no excerto 14, Renda tece sobre a questão da submissão, pela qual a família legitima o discurso de que a mulher precisa ser submissa ao homem e guardiã da moral, enquanto o homem tem liberdade para fazer o que desejar. Os enunciados confirmam o dispositivo de poder da disciplinarização do corpo feminino:

Você não pode fazer qualquer coisa, pelo fato da submissão. Pelo fato de eu ter crescido no meio de três irmãos homens, eu ser a única mulher, além da Tricoline. O meu tratamento é completamente diferente, eu vim ter um namorado agora, e praticamente eu não tenho namorado, praticamente não tem (risos das participantes). O meu irmão... (pausa)

Apesar de ele (namorado) ter vindo conversar com meu pai, eles não aceitam. Agora meu irmão de 18 anos, ela tem 16 anos, eu não tenho nada contra ela, eu já até aconselhei ela a terminar com ele, porque ela merece mais, por conhecer ele, ela vem, frequenta a minha casa numa boa. Nossa! Meu pai trata ela como filha, trata ela como filhinha menor, ele (irmão) leva ela para todos os lugares, sai de moto com ela de madrugada, eu não posso andar de moto com o menino.

**Madras:** Ela tem que me ligar para eu buscar ela, pra a gente sair junto (risos).

**Renda:** Para eu poder sair junto, a primeira vez da minha vida, tem o que? 8 meses que a gente está namorando, ele veio ontem aqui pedir pro papai, pro meu irmão mais velho que fez isso, pro meu irmão de 18.

[...] não saímos de casa porque eles não permitem.

Ele não pode vir aqui, até se a família tiver aqui, ele não é aceito, porque eu sou menina, você é menina, aí, pelo fato de meus pais serem pastores, você é uma filha de pastor, você não deve se portar assim. Aaaah, o peso que eu tenho é, o que vão falar de você, as pessoas me enxergam como uma bonequinha, a menina intocável que ninguém pode tocar, então o (nome do namorado) não é aceito como pessoa, como uma pessoa para mim, não. Por que? Porque eu sou menina, só vai estar bom suficiente quando chegar o rapaz que a minha família vai aceitar, não uma pessoa que eu queira escolher, tanto é que a pessoa que eu sou, realmente não aceita, a minha família não aceita meu gosto musical, a minha família não aceita meu gosto literário, a gente só existe, sério, a gente só existe (risos). **(Excerto 14 - Renda, outubro de 2018).**

Verifica-se que Renda conta sua história de submissão porque os pais atribuem papéis diferentes aos gêneros masculino e feminino. Para mostrar a diferença de tratamento, ela exemplifica como os pais tratam o namoro dela e o namoro do irmão. Madras, que também participa da conversa, reitera o que Renda expõe sobre o tratamento dado à amiga por parte dos pais. Por fim, Renda enuncia que eles não aceitam o jeito dela e nem o que ela gosta, porque ela precisa ser recatada, por ser filha de pastores, remetendo ao discurso de que mulheres devem ser dóceis, com base nos mecanismos de vigilância e disciplinarização. Tal discurso se confirma no elemento linguístico “bonequinha” para evidenciar que os pais desejam que Renda seja alguém sem personificação, objetificada e manipulada no meio familiar. Em seguida, Renda expressa que, mesmo a mãe sendo mulher, possui atitudes machistas:

[...] então, o machismo é uma coisa que já vem até da minha própria mãe, a minha mãe aceita e concorda com todo esse relacionamento abusivo, porque para ela é uma coisa normal, é super normal meu irmão, eles não gritam com ele, mas é super normal gritarem comigo, não, você não vai, não, não, eu não aceito ele como seu namorado, como se eles tivessem alguma coisa a ver com isso, é, como...

Acho que primeiro relacionamento que eu tive, durou 3 meses porque o cara... papai e minha mãe aceitaram o cara, mas detalhe, o cara era um idiota, eu não aguentei, era muito possessivo, eu não podia abraçar ninguém, tanto é que ele odiava a pessoa que é meu atual namorado. A roupa que eu vestia era ele quem escolhia, eu aceitei isso por três meses, eu pintava minha unha e ele que escolhia. **(Excerto 15 - Renda, outubro de 2018).**

No excerto 15, Renda enuncia que “o machismo é uma coisa que já vem até da minha própria mãe.” De acordo com ela, a mãe apoia a diferença no tratamento entre o irmão e ela

no contexto familiar. Aparentemente, sua mãe acolhe o discurso de submissão e naturaliza abusos realizados contra as mulheres. Em outro momento, nos enunciados anteriores desta seção, Renda entende que “a minha mãe é um poço de doçura” (Excerto 7). Essa doçura, não identificada por ela nos outros enunciados, talvez seja justificada neste momento como submissão e aceitação aos discursos que exaltam o homem e inferiorizam a mulher, naturalizando a desigualdade de gênero, razão pela qual é classificado, por Renda, de machismo.

Por fim, os excertos de Renda apresentam em seus enunciados algumas questões familiares e religiosas que parecem ter contribuído para fortalecer as práticas de poder de modo desigual entre os gêneros feminino e masculino, reforçando o discurso machista que naturaliza a violência contra as mulheres. Todos os enunciados tecidos por Renda sobre a família conservadora, baseada em princípios religiosos, sobretudo, no que compete à igreja evangélica, lembram dados publicados no ano de 2016, em uma pesquisa<sup>85</sup> realizada pela Universidade de São Paulo, mostrando que 40% das vítimas de violência são mulheres evangélicas. Esses dados apontam que a submissão enunciada pela igreja tende a contribuir para que mulheres sejam violentadas. Provavelmente, o gênero masculino sente-se autorizado a violentar essa mulher, acolhendo o discurso de que esse corpo é de sua propriedade; do mesmo modo, se a mulher também aceitar o mesmo discurso, o violentador pode pensar que não existirá penalidade para suas práticas porque essa mulher que perdoa jamais efetivará a denúncia ou se a fizer acabará desistindo de levá-la até o fim.

O excerto 4, realizada por Madras, sugere a importância do apoio familiar para ajudar a vítima de abusos. Para entender o que Madras quer dizer sobre a naturalização familiar do abuso que ocorreu com ela, é relevante trazer os excertos em que ela expõe o fato de os pais não estarem preparados para lidar com dificuldades que os filhos vivenciam diariamente. Além disso, questiona alguns discursos religiosos com os quais não concorda, bem como o modo de agir da mãe, que se baseou nesses discursos para naturalizar a violência que ela sofreu e desconsiderar seus desejos que, de acordo com a mãe, eram anormais para uma moça religiosa. Tal discurso remete ao que já foi discutido na base teórica, em torno das relações de poder e saber da sociedade ocidental sobre a concepção de que o corpo feminino não deve sentir prazer, tampouco desejo:

[...] então os próprios pais não estão preparados para olhar, tipo, tem alguma coisa estranha acontecendo aqui com você, ou a gente, ou a pessoa, criança, menino, adolescente... o pai nunca ou a mãe nunca deu aquela liberdade de

---

<sup>85</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/40-das-vitimas-de-violencia-contra-mulher-sao-evangelicas/>. Acesso em: 20 de set. 2019.

dizer o que está acontecendo com você? São raras as famílias que o pai pode chegar, principalmente, no mínimo e dizer: Está tudo bem com você? Está tudo bem na escola? Tem alguém brigando com você? Porque 99% das famílias, é tipo, tem alguém implicando comigo na escola: Se vingá dele, então. Eu acho que é um pouco sim, uma questão familiar, não tem preparo por falta de diálogo, uma falta de realmente uma amizade entre família. **(Excerto 4 - Madras, outubro de 2018).**

Como se observa no excerto 4, Madras enuncia que a família tem negligenciado o que tem acontecido com os filhos, pois os pais não dão liberdade para que eles falem sobre o que estão sofrendo. Quando os filhos falam alguma coisa, como “tem alguém implicando comigo na escola”, a resposta se resume a: “Se vingá dele, então”. Ao fazer essa observação, Madras sugere que a família, em muitos casos, propõe solução com base na violência. O elemento discursivo que denota “vingança” sugere um discurso machista, com o qual se ensina os filhos, principalmente do gênero masculino, a usar de atitudes violentas para tentar resolver conflitos. Ela conclui que muitas situações acontecem porque a família “não tem preparo por falta de diálogo, uma falta de realmente uma amizade entre família.” O que Madras elenca em seus enunciados reitera a abordagem de Arpini, Siqueira e Savegnago (2012, p. 98):

[...] faz-se necessário esclarecer, para as famílias, a importância de manter uma comunicação livre e aberta com os filhos, encorajando-os a falar sobre suas conquistas e dificuldades, fortalecendo os vínculos familiares. Além disso, torna-se necessário construir um espaço de discussão com as famílias, para que os obstáculos relacionados ao diálogo sobre sexualidade possam ser transpostos e as dificuldades superadas, gerando, na família, um sentimento de confiança e proteção.

Madras, no excerto 5, tece a problemática familiar do individualismo, como se percebe no seguinte enunciado: “Então, são situações que a família vai cada um para o seu lado e cada um tenta fazer alguma coisa da sua vida, ninguém sabe o que ninguém está fazendo, então é muito complicado.” Para Madras, não há diálogo em muitos lares, motivo pelo qual ocorre o silenciamento dos filhos sobre o que está acontecendo no cotidiano. Ainda menciona problemas envolvendo as classes sociais no excerto a seguir:

[...] porque a gente principalmente, claro que isso também acontece na classe média alta, mas acontece muito na classe baixa que não tem uma estrutura porque os avós cresceram assim, então, eles vão crescer assim, os netos vão crescer assim e assim por diante. Não tem, por exemplo, um revolucionário ali no meio, é muito difícil, porque se ele levantar como um revolucionário, o resto da família ali inteira cai em cima dele dizendo que está errado, não pode ser assim, então é sim, uma questão familiar, é uma questão de falta de diálogo em casa, como algumas pessoas falam, é falta de apanhar em casa, que a menina sai na rua, que o rapaz sai na rua. Não, não é uma questão de falta de apanhar, é uma questão de diálogo. Você conversar de você,

realmente encucar na cabeça do seu filho o que é certo ou errado, que tem sim essa liberdade de poder chegar em você e conversar a respeito do que está acontecendo. **(Excerto 5 - Madras, outubro de 2018).**

Madras acredita ser difícil romper com os discursos e mudá-los dentro da classe social em que se está inserido. Ela considera a dificuldade de mudança, principalmente, na classe social baixa, porque, na sua concepção:

[...] muitos na classe baixa que não tem uma estrutura porque os avós cresceram assim, então eles vão crescer assim, os netos vão crescer assim e assim por diante. Não tem, por exemplo, um revolucionário ali no meio, é muito difícil porque se ele levantar como um revolucionário, o resto da família ali inteira cai em cima dele dizendo que está errado não pode ser assim.

Nesse contexto, Madras expressa sentidos que implicam a dificuldade de resistir aos discursos familiares, uma vez que ela pensa na perspectiva de homogeneidade, de que a(o) sujeita(o) não é capaz de passar por mudanças e que classe social é um dos indicativos para prejudicar tal processo. Nesse contexto, ela reitera que os problemas acontecidos dentro de casa se dão por conta da família. Ainda expõe que alguns deles são entendidos na família como resultado da falta de apanhar. Quando ela enuncia “Não, não é uma questão de falta de apanhar, é uma questão de diálogo”, ela afirma que a violência não resolverá a situação, que os pais devem ensinar os filhos por meio do diálogo, o que é certo ou errado: “Você conversar de você, realmente encucar na cabeça do seu filho o que é certo ou errado que tem sim essa liberdade de poder chegar em você e conversar a respeito do que está acontecendo.” Madras usa o pronome “você” como se ela estivesse direcionando esse chamado aos pais, para que prestem atenção na responsabilidade deles; depois utiliza o termo “encucar” para sugerir que eles são os únicos que precisam mentalizar a diferença entre a oposição “certo/errado”.

Portanto, observa-se que ela apresenta o discurso dicotômico sobressalente na sociedade ocidental proveniente do cristianismo, que demarca duas posições que um sujeito pode assumir, sem pensar que a concepção de certo ou errado é relativa, tendo em vista que o que é certo para um poderá não ser certo para o(a) outro(a) sujeito(a). Assim, demonstra que, embora questione algumas coisas relativas à forma de a família lidar com as crianças e adolescentes, bem como questões sobre religiosidade, ela também parece ser influenciada por alguns discursos religiosos.

Em seguida, ela menciona como foi o relacionamento familiar até os 16 anos de idade; de igual modo, reitera a questão da mudança, que nomeia de “quebrar uma cultura”, acrescentando que é necessário “só levantar um revolucionário, quebrar essa cultura de que

tudo tem que ser a mesma coisa sempre.” Para isso, Madras utiliza-se de processos verbais repetitivos – “quebrar, quebrada” – para indicar a necessidade de romper com a submissão relativa às questões culturais:

Eu até os 16 anos, não tinha isso em casa, era meu irmão trancado no quarto dele jogando, minha mãe no quarto dela e eu na sala, era assim. A gente não tinha um momento na mesa para conversar, então isso foi virando uma rotina, foi virando normal, então é sim uma questão familiar que tem que ser resolvida desde lá do berço, é quebrar uma cultura que é muito difícil de ser quebrada, mas é só levantar um revolucionário, quebrar essa cultura de que tudo tem que ser a mesma coisa sempre. **(Excerto 6 - Madras, outubro de 2018).**

No excerto a seguir, Madras relembra o abuso sofrido na infância, pelo padrasto, e resolve tentar conversar com a mãe sobre o assunto. No entanto, ela enuncia sentidos sobre o assunto de que a:

Questão de pais é muito complicado, eu tentei uma conversa com minha mãe recentemente a respeito do que aconteceu, porque agora eu entendo o que aconteceu, eu sei o que aconteceu, foi um crime que deveria ser denunciado porque a pessoa que fez, deveria estar atrás das grades [...] **(Excerto 7 - Madras, outubro de 2018).**

Nos enunciados do excerto 7, pode-se perceber que, ao utilizar o advérbio de tempo “agora”, ela revela quando ela veio a ter noção de que o fato ocorrido foi um crime e que o abusador deveria ter sido denunciado. Porém, ao tentar conversar com a mãe, ela salienta que houve uma naturalização da violência:

[...] e eu fui tentar conversar com ela, nós também somos cristãos e, ela: mas passou, deixa no passado, aquilo foi um aprendizado, foi uma coisa que você aprendeu, você vai usar isso para ajudar outras pessoas. Realmente eu ajudo outras pessoas com isso, mas quem me ajuda? **(Excerto 8 - Madras, outubro de 2018).**

Analisa-se que, antes de ela enunciar o discurso da mãe naturalizando o abuso que sofreu, ela o justifica por meio de elementos discursivos – “nós também somos cristãos”. Nesse trecho, o adjetivo “cristãos” foi utilizado para modificar a condição de sujeitas da qual fazem parte, mostrando que a família é evangélica. Portanto, Madras indica o discurso parecido com o de Renda, de que os cristãos (evangélicos) legitimam o perdão como forma de resolver os problemas, sem mesmo procurar a justiça para crimes semelhantes aos que ela sofreu. Em seguida, ela confirma o que a mãe evidenciou: “mas passou, deixa no passado,

aquilo foi um aprendizado, foi uma coisa que você aprendeu, você vai usar isso para ajudar outras pessoas.” Madras resgata o discurso de Renda, quando usou o verbo no particípio para indicar que os abusos ficaram “enterrados”. A mãe de Madras utiliza-se de verbos idênticos – “passou, deixa” – para explicitar certa passividade, ou seja, o esquecimento dos abusos. Por fim, Madras concorda com a mãe, porém também a questiona: “Realmente eu ajudo outras pessoas com isso, mas quem me ajuda?” Madras mostra que possui boa vontade em ajudar quem vivencia ou vivenciou alguma violência semelhante, mas declara a necessidade de ser ajudada em seus traumas. Ela sugere que não encontrou nenhum apoio ou ajuda por parte da mãe ou de qualquer outra pessoa para superar o que sofreu.

Desse modo, ela tece enunciados em que sua mãe reitera a naturalização do abuso sofrido por Madras na infância, em o que o padrasto a violenta, porém não aceita quando ela resolve ter relações sexuais com alguém, porque a mãe acredita que a filha desmoralizou a posição de cristã dentro da igreja:

[...] também lembrei de um fato agora, acho que quando eu tinha 17 anos, eu me relacionei com uma pessoa tipo, fiquei com um rapaz que era da igreja e, aí foi aquele alvoroço, todo mundo soube, era pecado, não sei o que lá, não sei o que lá, e, aí a reação da minha mãe: nós vamos denunciá-lo! Mas foi uma coisa que eu quis fazer, não fui obrigada a nada, eu falo que eu fiquei com o rapaz, tipo um relacionamento com ele, eu fiquei com ele. Quando minha mãe soube, eu estava com 17 para 18. Tem que denunciá-lo! Eu olhei bem para a cara dela, denunciar o que? Tipo você vai falar o que para a policial, que sua filha ficou com um menino.

Não, foi até pelo quesito religioso também e pelo alvoroço que foi, o menino saiu da história e eu sou a puta, porque eu sou a mulher, o menino está de alma limpa.

Com esse menino que eu fiquei uma vez, por conta da igreja, por essa questão religiosa, aí, desse discurso religioso porque agora vocês tiveram uma relação íntima e agora vocês tem que casar. Eu falei: mãe, eu não vou casar com ele (risos) como se fosse uma obrigação. Não que... tipo, aí meu Deus, que eu me sinta orgulhosa por ter feito isso, ah, eu me arrependi depois porque foi um momento de bobeira, mas essa pressão que nós mulheres temos que tipo, não, você não pode fazer sexo a hora que você quiser. **(Excerto 9 - Madras, outubro de 2018).**

No excerto 9, Madras usa o verbo “lembrei” para resgatar um acontecimento discursivo que reitera o que já foi discutido sobre a sustentação que os discursos religiosos dão ao pensamento de que a mulher é uma propriedade do homem e que deve ser desprovida de desejo. Pelos enunciados de Madras, a normalização do estupro pode coincidir com a posição que a sociedade desenha sobre o corpo da mulher. Além disso, Madras tece enunciados de como a igreja percebe uma relação consentida – “agora vocês tiveram uma

relação íntima e agora vocês tem que casar” – apontando sentidos sobre a desigualdade de direitos dos gêneros feminino e masculino, fortalecidos pelos discursos religiosos de que a mulher tem que preservar a moral, tendo relação sexual somente após o casamento, enquanto o homem tem a liberdade para praticar atos sexuais que são compreendidos e aceitos pela sociedade.

Madras reitera a assimetria entre os gêneros e destaca que a igreja tende a culpar a mulher se não se comporta de acordo com o que se espera; ela evidencia sentidos sobre o assunto quando enuncia “o menino saiu da história e eu sou a puta, porque eu sou a mulher, o menino está de alma limpa”, bem como enuncia o seu arrependimento seguido de uma crítica sobre como a mulher é percebida socialmente, em se tratando de relacionamento sexual: “eu me arrependi depois porque foi um momento de bobeira, mas essa pressão que nós mulheres temos que tipo, não, você não pode fazer sexo a hora que você quiser.” Nesse último enunciado, embora Madras traga o discurso do “arrependimento”, que se harmoniza com a questão da moral familiar, tal discurso também se apresenta como um dos mecanismos de poder disciplinar, utilizado, sobretudo, pela igreja, para reafirmar que as mulheres são seres desprovidos de desejos próprios e que no quesito da prática sexual deve ser pela vontade do homem. Com isso, reitera que a sociedade tende a considerar o corpo feminino como um objeto de posse do gênero masculino.

Com as discussões apresentadas nesta seção, denominada “O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar”, objetivei analisar os enunciados de quatro sujeitas de pesquisa (Tricoline, Seda, Renda e Madras). Sintetizo, brevemente, alguns resultados obtidos.

Madras não usou o elemento discursivo machismo para evidenciar essa prática em sua família, mas apareceu nos enunciados em que os familiares ensinam os filhos a se vingarem, vinculando sentido de força nas ações que se associam com os modos machistas de meninos serem educados, em que tentam resolver os conflitos pela vingança. Não é à toa que muitas violências ocorrem por causa de um ideal de masculinidade, que está sendo tratado nesta seção como machismo, no sentido de sujeição dos corpos femininos. Um exemplo disso são os assassinatos de mulheres por homens que não aceitam o término do relacionamento e por isso decidem matá-las, como forma de vingança porque não conseguiram a submissão desses corpos<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2016 e 2018, foram mais de 3.200 mortes de mulheres no país. Além disso, estimativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indica que, no mesmo período, mais de 3 mil casos de feminicídio não foram



Quanto às sujeitas de pesquisa Cambraia e Organza, essas não teceram enunciados que deixassem explícitos sentidos, sobretudo, a respeito do machismo no meio familiar. Já a naturalização da violência pela família também foi discutida em outras seções. Nos casos em que a família ficou sabendo dos abusos, apontaram-se nos enunciados alguns discursos que reiteram a naturalização da violência sexual no meio familiar por parte da família de todas as entrevistadas, o que induziu as vítimas a naturalizarem os abusos e silenciarem.

Os resultados apontados nos excertos expressam que as relações de poder entre os gêneros masculino e feminino ainda giram em torno de práticas machistas. Especificamente, três sujeitas de pesquisa tecem enunciados que reconhecem o machismo em alguns sujeitos familiares e uma sugere enunciados de machismo em outras famílias que não sabem educar os filhos para respeitar os direitos de igualdade. Embora se pense que o machismo esteja presente somente nos homens, vale lembrar que uma das sujeitas de pesquisa reconheceu na mãe atitudes machistas.

Além disso, indica que, do mesmo modo, os irmãos foram educados, razão pela qual são acostumados a cometer violência contra os corpos femininos. O machismo mostrado nos enunciados das entrevistadas se entrelaça com os discursos de submissão, moralidade familiar, religiosidade, naturalização, bem como banalização da violência sexual, especialmente, quando o abusador é alguém familiar ou amigo da família.

Vale lembrar, também, que uma das sujeitas de pesquisa enuncia a falta de diálogo na família, o que pode acarretar o silenciamento das práticas de violência sofridas na infância. O silenciamento das vítimas a respeito dos abusos sexuais apareceu nesta seção evidenciando discursos machistas de sujeitos da família que naturalizaram as violências vivenciadas pelas mulheres e as colocam em uma posição de inferioridade ao homem no que compete à equidade de direitos.

Para finalizar a seção, exponho um quadro em que se apresentam alguns enunciados analisados para que o leitor tenha noção de como a questão de “O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar” se organiza para a existência dos discursos em torno da submissão feminina, como se a mulher fosse propriedade do gênero masculino.

<b>Tema recorrente: “O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar”</b>	
<b>Tricoline</b>	[...] <b>ele (avô)</b> sempre foi muito <b>machista</b> [...]
<b>Seda</b>	[...]eu não denunciei, <b>meus pais cagaram em nome da moral e dos bons costumes para não sujar o nome da amizade deles e para não sujar o nome da família</b> [...] [...] meu pai é uma pessoa maravilhosa, de verdade, <b>meu pai</b> é uma pessoa muito

---

notificados. A maioria dos crimes de feminicídio é cometido por namorados ou maridos das vítimas. O Brasil ocupa o 7º lugar no *ranking* de assassinatos de mulheres.

	boa, mas infelizmente ele é <b> muito machista [...]ele é do tipo machista, foi criado do tipo machista [...]</b>
<b>Renda</b>	<p><b>Então o que ele fazia na rua, ele queria fazer em casa.</b> Ele fala, eu não perdoei nem minha irmã. <b>Os meus irmãos, ambos tiveram uma criação muito machista.</b></p> <p>Eu sempre fui muito besta, era inocente, sempre acreditei, eu nunca quis machucá, então eu sou o tipo de pessoa que se cala para não vê ninguém ferido. <b>Então, eu deixava...</b></p> <p>[...] <b>se tornou uma coisa normal</b> e se você for querer comentar agora é tudo levado para o quesito religioso [...]</p> <p>Ah, você tem que <b>perdoar seu irmão</b>, beleza, perdoar é uma coisa, mais é aí, cadê justiça?</p> <p>[...] se você for brincar, <b>ele (irmão) realmente fala eu não perdoei nem minha irmã</b>, ele faz sátira com acontecido porque não foram nem uma ou duas vezes, foram diversas vezes e meus pais não sabem lidar com isso.</p> <p>Pelo fato de eu ter crescido no meio de três irmãos homens, eu ser a única mulher, além da Tricoline. <b>O meu tratamento é completamente diferente [...]</b></p> <p>[...] <b>então o machismo é uma coisa que já vem até da minha própria mãe, a minha mãe aceita e concorda com todo esse relacionamento abusivo, porque para ela é uma coisa normal [...]</b></p>
<b>Cambráia</b>	----
<b>Madras</b>	<p>[...] tem alguém implicando comigo na escola. <b>Se vingá dele</b>, então. Eu acho que é um pouco sim, uma questão familiar [...]</p> <p>[...] <b>e eu fui tentar conversar com ela (mãe)</b>, nós também somos cristãos e ela: <b>mas passou, deixa no passado, aquilo foi um aprendizado, foi uma coisa que você aprendeu</b>, você vai usar isso para ajudar outras pessoas.</p> <p>[...] eu falo que eu <b>fiquei com o rapaz</b>, tipo um relacionamento com ele, eu fiquei com ele, <b>quando minha mãe soube</b>, eu estava com 17 para 18, <b>tem que denunciá-lo</b>, eu olhei bem para a cara dela, denunciar o que? Tipo você vai falar o que para a policial, que sua filha ficou com um menino [...], mas essa pressão que <b>nós mulheres temos que tipo, não, você não pode fazer sexo a hora que você quiser.</b></p>
<b>Organza</b>	----

**Quadro 4** – Enunciados recorrentes sobre a seção “O machismo e a naturalização do estupro no meio familiar”

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

Os próximos excertos apresentam enunciados pelos quais as sujeitas de pesquisa mostram o que consideraram estupro. Portanto, a seção foi nomeada de Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro? Essas duas perguntas problematizam o estupro como uma violência que nem sempre é identificada imediatamente pelas vítimas como sendo estupro, sobretudo, se acontece de maneira diferenciada do que os discursos em torno das crenças de estupro apresentam.

### 5.3 Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?

Nesta seção, apresento formações discursivas (excertos) em que as sujeitas de pesquisa que sofreram os abusos sexuais expõem alguns enunciados contraditórios e que indicam dúvida sobre o que elas entendem por estupro.

No excerto 9, Tricoline enuncia o abuso que a mãe sofreu do pai, no caso, o seu avô. Para lembrar o episódio, esse assunto foi revelado por Tricoline nas seções anteriores, em que ela afirma que o avô havia abusado de quase vinte netas e igualmente da mãe. Assim, ela inicia o excerto expondo que:

[...] eu acredito que não foi estupro porque ela (mãe) sempre me disse que perdeu a virgindade com meu pai, por isso que eu nasci, então, mas eu creio tanto no abuso que tanto que deve ter sido horrível [...] **(Excerto 9 - Tricoline, junho de 2018)**.

Os sentidos construídos por Tricoline são de que o estupro acontece quando há penetração vaginal. No caso da mãe, isso é demarcado linguisticamente por meio do elemento “virgindade”, em que ela salienta que a mãe perdeu com o pai de Tricoline e não com o avô. Então, ela acredita que, por parte do avô, houve apenas abuso, conforme menciona no enunciado: “eu creio tanto no abuso que tanto que deve ter sido horrível.”

Logo em seguida, ela narra a própria violência sexual em que o abusador foi o padrasto. Ele se aproveitava da ausência da mãe de Tricoline, que precisava viajar para fazer tratamento de saúde, e cometia a violência.

E, o tempo foi passando e foi assim, por muitos e muitos e muitos anos, e o que era de viagens e viagens, acabou se tornando de semana em semana, que acabou se tornando de noites e noites. Mas enquanto aquilo era só uma passada de mão, uma coisa estranha, dava para ser levado, do pior jeito, mas dava. **(Excerto 10 - Tricoline, junho de 2018)**.

Nesse excerto 10, Tricoline utiliza-se de recursos linguísticos repetitivos – “muito, anos, viagens, tornando, noites” – para intensificar o processo temporal que o abusador usou para envolvê-la nos abusos frequentes. Além disso, ela enuncia que a ação do padrasto de passar as mãos nela a incomodava, porém ela expõe que era algo que se conseguia suportar: “mas enquanto aquilo era só uma passada de mão, uma coisa estranha, dava para ser levado, do pior jeito, mas dava”. Percebe-se que Tricoline não conseguia definir aquele gesto do padrasto como sendo um estupro porque era “só uma passada de mão”. Ao usar o elemento linguístico de exclusão “só”, ela acaba naturalizando a violência que estava sofrendo, sem levar em consideração que o padrasto estava sendo abusivo ao ponto de aquele ato ser

configurado um estupro de vulnerável, tendo em vista que tais práticas começaram a acontecer quando Tricoline era menor de 14 anos.

Como se observa em seguida, no excerto 11, Tricoline relata o dia em que o padrasto realizou a penetração:

Eu lembro que ele (padrasto) entrou no quarto e tudo, e ele nunca tinha tentado penetração, ele ficava só passando a mão, e ele tentou, e ele começou a forçar, eu me lembro de pedir para ele, eu falava: Pai, pelo amor de Deus, pai, eu deixo o senhor sair, juro que não conto pra ninguém se o senhor sair. Ele falava: eu não quero sair. Foi quando aconteceu.

Não posso dizer, tipo, meu Deus, ele me amarrou, nem nada do tipo, foi um estupro, naquela noite que perdi minha virgindade, foi muito, muito doloroso, muito doloroso mesmo. Eu fiquei muitas horas chorando no banheiro, depois disso, eu tinha escola no outro dia de manhã, e aí eu fui para a escola no outro dia de manhã e até hoje eu... eu...eu me pego conversando comigo mesmo, eu não sei como sabia distinguir durante o dia o meu pai, daquele homem que tinha feito aquilo comigo, é, depois daquele dia, ele... não aconteceu mais nada. **(Excerto 11 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline, nos enunciados do excerto 11, utiliza o pronome “eu” acompanhado do verbo “lembro” para buscar um acontecimento discursivo que remete ao estupro vivenciado, em que faz questão de demarcar o pronome pessoal “ele” repetidas vezes para fazer referência ao violentador. Ela concorda que houve o estupro, tendo em vista que ocorreu a penetração na vagina. Pelos enunciados, a diferença nos sentidos do que seja o ato de estupro é que ele sempre usava o recurso de “a passada de mão” e, da última vez, chegou a realizar a penetração. Esse último ato torna-se mais fácil de ser detectado como estupro em decorrência da penetração e, possivelmente, por meio de vestígios de esperma.

Veja ainda que Tricoline recorre a uma sequência de elementos verbais para explicar como o violentador realizou o abuso, pois ele forçou a situação:

[...] e ele tentou e ele começou a forçar, eu lembro de pedir para ele, eu falava: pai, pelo amor de Deus pai, eu deixo o senhor sair, juro que não conto para ninguém se o senhor sair, ele falava: eu não quero sair. Foi quando aconteceu.

Seguidamente, embora Tricoline considere que tenha sido estupro, os seus enunciados recaem em algumas questões problemáticas, com base nos discursos jurídicos, quando se referem aos casos de estupro já abordados no capítulo introdutório e teórico deste trabalho. Ela enuncia: “Não posso dizer, tipo meu Deus, ele me amarrou, nem nada do tipo, foi um estupro, naquela noite que perdi minha virgindade, foi muito, muito doloroso, muito doloroso mesmo”. Mesmo ela enunciando que foi doloroso, indica que foram práticas em que o abusador a envolveu e depois de algum tempo realizou a penetração que não ocorreu à base

de força, gerando hematomas em seu corpo. A lei do estupro traz algumas contradições que sugerem a necessidade de violência ou grave ameaça para que haja estupro. Tais discursos jurídicos colaboram para que as próprias vítimas de violência sexual tenham dúvidas em definir se o abuso ocorrido pode ser definido como estupro ou não. Além disso, a questão do estupro incide em discursos em torno das crenças ou mitos de estupro de que a vítima precisa estar com hematomas no corpo para convencer alguém que realmente o estupro aconteceu. Reitera-se que os discursos jurídicos tendem a reforçar os discursos em torno das crenças ou mitos de estupro, que acabam fazendo com que as próprias vítimas tenham dúvidas sobre o tipo de violência que lhes ocorreu.

Outro ponto a ser abordado no excerto de Tricoline é sua afirmação no enunciado “naquela noite que perdi minha virgindade, foi muito, muito doloroso, muito doloroso mesmo.” É inegável que ato do estupro em si produz um sentimento de dor, porém ressalta-se que a perda da virgindade pode ter ocasionado um sentimento maior de sofrimento. Do ponto de vista sócio-histórico, a virgindade da mulher foi tratada como um dos bens mais preciosos que precisava ser guardado e a perda dessa virgindade implicava também a perda do valor desse corpo, que se tornava objeto de desprezo na sociedade (VIGARELLO, 1998).

O excerto 7 pertence à Seda, no qual igualmente surgem enunciados que expressam dúvidas sobre se a agressão sofrida realmente foi estupro ou outro tipo de abuso sexual. Observa-se que, diante de todo o ato cometido pelo agressor, Seda prefere enunciar que “ele abusou”, utilizando o elemento linguístico “pedófilo” para fazer menção ao elemento discursivo estuprador:

Ah, ele ficava se masturbando e tocando nas minhas partes íntimas, eu não entendia nada, eu não sabia, eu era pequena, eu devia ter uns sete anos, é sete anos, e ele fez isso umas três, quatro vezes, foi a primeira vez e aí eu fiquei confusa porque estimulava minhas partes íntimas e aí ele ia ao banheiro se tocar, e ele foi preso e morreu na cadeia porque ele abusou de todas as netas dele, mas ele é pedófilo (referência ao primeiro abusador). (**Excerto 7 - Seda, junho de 2018**).

Para identificar a violência, é importante ressaltar enunciados em que ela conta o que o abusador fazia: “ele ficava se masturbando e tocando nas minhas partes íntimas”, “estimulava minhas partes íntimas e aí ele ia ao banheiro se toca”. Assim, qual foi o tipo de violência cometida por esse homem que ela o nomeia como pedófilo?

No próximo excerto, Seda narra a terceira violência sexual que sofreu. Porém, com base nos enunciados, novamente, ela não usa o elemento discursivo estuprador para fazer referência ao homem que dela abusa. Seda expressa alguns enunciados em que não considera

o ato do abusador como estupro, embora ela tenha conhecimento de que para ocorrer o estupro não seja necessário acontecer a penetração:

Eu não lembro quem era mais o garoto porque eu até pensei em não denunciar o menino, mas só conversar com ele, explicar para ele como ele foi abusivo, porque realmente ele não tem consciência, a questão é que alguns meninos não tem consciência do tanto que eles são abusivos, porque o estupro não precisa de penetração, eu estava bêbada, me dominou, eu sei que ele não fez por mal, ele acha que ele arrasou como homem sexual, o que ele fez foi errado, pena que eu não lembro quem foi no dia, eu também não lembro, eu estava um pouco alterada, eu não estava bêbada, mas um pouco alterada (pausa), e aí minha amiga, daí saiu para ficar com o menino, porque ela estava podendo ficar, porque ela não estava comprometida, ela estava podendo, eu falei que eu não podia porque eu estava namorando, ele tirou meu biquíni e ficou pelado e começou a tocar minhas partes íntimas de forma oral, e eu disse que não podia, catei meu biquíni e saí, fiquei arrasada porque ele me violou. Achei isso uma violação sexual de forma tremenda... **(Excerto 8 - Seda, junho de 2018).**

Ao expressar o enunciado seguinte, Seda entende que o ato cometido pelo rapaz foi sem consciência, pois, para ela, são ações que homens realizam para expressar o machismo e exaltar a masculinidade:

[...] eu até pensei em não denunciar o menino, mas só conversar com ele, explicar pra ele como ele foi abusivo porque realmente ele não tem consciência, a questão é que alguns meninos não tem consciência do tanto que eles são abusivos porque o estupro não precisa de penetração, eu estava bêbada, me dominou, eu sei que ele não fez por mal, ele acha que ele arrasou como homem sexual, o que ele fez foi errado

Então, Seda considera que não foi um ato de maldade, embora ela concorde que foi abusivo, acredita que ele não tinha noção disso. Desse modo, ela tece a maneira escolhida para resolver aquela situação: “eu até pensei em não denunciar o menino, mas só conversar com ele.” Tal discurso de Seda reitera uma questão discutida por Sousa (2017) de que, geralmente, os homens não se enxergam estupradores; para eles, esses sujeitos são os maníacos que atacam as mulheres à força, deixando hematomas em seus corpos. Nos discursos em torno das crenças e mitos de estupro, os homens tendem a acreditar que as mulheres queriam o ato sexual, mas como foram ensinadas a dizer não, cabe eles transformar esse não em sim. Cabe ressaltar que, em discursos do gênero masculino, isso funciona como mecanismo de poder para alegar desconhecimento da violência praticada.

Cambráia, no excerto 6, de forma idêntica às demais sujeitas de pesquisa, também indica nos enunciados que não sabe se os abusos sofridos podem ser considerados estupro:

É, mas assim, teve várias situações, eu achava que era normal [...] desde que eu me entendo por gente três, cinco anos por aí de idade, então ela (mãe) me tocava seio, cheirava minha vagina, tocava, relava,

beijava e aquilo me incomodava, e eu tinha medo de ir contra, né, aquela situação. Eu achava que aquilo era normal, eu pensava que era carinho. [...] eu também não sabia, porque naqueles momentos eu pensava que era uma brincadeira coisa assim, então nunca ninguém viu também. Eu acho que ela achava que era natural, eu que me afastei. **(Excerto 6 - Cambraia, outubro de 2018).**

Nesses enunciados, Cambraia expõe uma sequência de práticas cometidas pela mãe e que eram confundidas como carinhos. Na época da ocorrência, em nenhum momento, Cambraia identificou como sendo estupro o que a mãe fazia. Os enunciados sugerem uma naturalização do estupro porque Cambraia, possivelmente por ser criança, não tinha conhecimento sobre o que eram aquelas práticas abusivas, conforme demonstram os enunciados que exprimem os processos verbais: “me tocava seio, cheirava minha vagina, tocava, relava, beijava.” Reitera-se que políticas públicas que disseminem informação sobre em que consiste um abuso sexual/estupro são muito importantes para que crianças identifiquem que estão sendo abusadas/estupradas e possam solicitar ajuda.

Igualmente ao que aconteceu na infância, na violência envolvendo a mãe, Cambraia apresenta enunciados que indicam que na vida adulta se submetia aos abusos realizados pelo marido, sem ter noção de que eram estupro:

Então, tinha 3 dias que minha mãe tinha morrido, estava de luto, né? Pra mim, foi o pior de todo que eu não esqueço, o resto num me afetou, nem das outras vezes que eu não queria e ele quis e foi... tá, então tá, era normal. Esse dia que eu estava de luto, foi muito ruim mesmo que afetou bastante para mim. É, por que daí, daí eu fui porque ele me desrespeitou muito nesse dia, daí a minha depressão foi afluindo, afluindo, fiquei 3 anos muito, depois que minha mãe morreu, foi 3 anos de muita depressão. Então, só foi piorando daí. Aí, eu não perdoava daí, porque aquilo ficou na minha cabeça, aquele dia foi o pingo, o fim da picada assim, pingo no I, acabou. [...] o marido, mas igual eu falei, eu não achava que era estuprada, eu achava que ele podia fazer aquilo, né? **(Excerto 7 - Cambraia, outubro de 2018).**

Um dos enunciados que mais desperta atenção na análise do excerto 7 é este: “o resto num me afetou, nem das outras vezes que eu não queria e ele quis e foi... tá, então tá, era normal. Esse dia que eu estava de luto foi muito ruim mesmo que afetou bastante para mim”. Percebe-se que Cambraia tece sentidos sobre o estupro marital, aludindo a que não tem conhecimento de que mulheres que se submetem a ter relações sexuais forçadas estão sendo estupradas. Ela sofreu com essa situação por muito tempo, porém no dia da morte da mãe, em que o marido se achou no direito de se apossar novamente do corpo dela, Cambraia manifesta que “aquele dia foi o pingo, o fim da picada; assim, pingo no I, acabou.” Ela utiliza o

elemento verbal “acabou”, para enunciar que o casamento havia chegado ao fim, não pelo estupro, mas porque ele não respeitou o luto.

Os sentidos construídos por Cambraia no excerto 7 vêm ao encontro da problematização levantada nesta pesquisa, ou seja, que a mulher foi ensinada no decorrer do tempo a se sentir na obrigação de ter relações sexuais com o marido todas as vezes que esse tiver interesse, uma vez que tal discurso tende a ser acolhido por boa parte da sociedade e reforçado ao ponto de as mulheres naturalizarem essa violência. Em virtude de tal discurso hegemônico, verifica-se que Cambraia se sentiu agredida somente quando o marido abusou dela no momento de luto. Porém, ela não identificou o ato como sendo estupro, pois ela enuncia que “ele me desrespeitou muito nesse dia.” Cambraia usa o verbo “desrespeitou”, ao invés de “estuprou”, para referir-se à violência sofrida. Para concluir, ela reitera nos enunciados que “eu não achava que era estuprada, eu achava que ele podia fazer aquilo, né?” Ao revelar esse enunciado, Cambraia mostra que ela não consegue definir claramente em que consiste um estupro.

O excerto 17 trata de um dos abusos que Renda sofreu na infância; igualmente às demais participantes da pesquisa, ela indica não ter reconhecido a violência, na época, como sendo estupro.

[...] só que eu não tinha noção do que estava acontecendo, na época nem a respeito do beijo que eu recebi ali, eu não sabia o que estava acontecendo, então tudo começou com pequenos beijos, com selinho, apenas selinho. Ah, dá um selinho no tio, inocente eu ia lá e dava. Eu tinha 5 ou 6 anos, acho que ele uns 30, por essa idade aí...não era tão velho, não[...] Ih, ele já era uma pessoa acostumada a fazer essas coisas depois que eu passei a ter um conhecimento maior. Então, até que um dia (pausa), ele passou um pouco dos limites, ele começou a me apalpar e até aí tudo bem pra mim na época, foi quando eu comecei a me sentir incomodada quando criança com aquilo [...] (Excerto 17 - Renda, outubro de 2018).

Ela enuncia que “não tinha noção do que estava acontecendo, na época nem a respeito do beijo que eu recebi ali eu não sabia o que estava acontecendo”. Mesmo depois, ela afirma: “Então até que um dia (pausa), ele passou um pouco dos limites, ele começou a me apalpar e até aí tudo bem para mim na época, foi quando eu comecei a me sentir incomodada quando criança com aquilo [...]” Nota-se que, mesmo quando ele a apalpava, ela naturalizava aquela situação. Desse modo, ela não classifica o abuso sofrido como sendo estupro; entende que, na época em que era criança, aquilo foi um incômodo que ela sentiu, pois ela sugere tal interpretação quando usa os processos verbais “sentir incomodada” para se referir ao que sofreu na infância.



No excerto 10, Madras conta um relacionamento abusivo que vivenciou com o namorado. Porém, em nenhum momento ela menciona o elemento linguístico estupro para definir as relações forçadas:

Tipo eu, minha primeira relação sexual foi com esse rapaz, tipo foi uma bosta (risos) porque eu não queria, eu fui pressionada a fazer aquilo. Eu estava me sentindo insegura, porque até ontem eu detestava homens, aí eu estava me entregando para um que era um idiota, então eu comecei a odiar mais ainda então, tipo foi, foi muito ruim, porque era um relacionamento completamente abusivo onde ele me controlava todo momento e eu tinha que ficar com ele porque eu era namorada dele, eu não tinha opção de não, eu não quero fazer isso hoje, como se fosse uma obrigação estar ali com ele. E, era uma bosta, e eu lembro que até no final do relacionamento, eu lembro que eu acho que a minha menstruação tinha atrasado 1 mês, e eu fui conversar com ele a respeito, porque ele era maior de idade, e ele simplesmente falou para mim tomar a pílula do dia seguinte porque era melhor eu ficar doente do que ter um bebê, e aí, eu com muita raiva, até por causa de meus dilemas comigo, eu realmente me dopei de pílula do dia seguinte, eu tomei acho que mais de seis de uma vez, só porque eu realmente não queria que aquilo acontecesse, que se fosse acontecer que eu não estivesse mais aqui, e eu até passei mal, claro, fui para a UPA, o médico achou que era só uma virose, menos mal, porque como eu ia contar isso para minha mãe, e aí eu terminei esse relacionamento, e aí esse rapaz foi embora, e eu nunca mais tive contato com ele, ele é uma pessoa que eu não quero ver nem pintado de ouro.

É, eu vivi isso por três anos, eu não podia me maquiar, ele falava se eu me maquiasse demais, era vaidade. Por que eu estava me maquiando tanto? Para que passar esse batom tão vermelho? Está tentando chamar atenção de quem? Tipo, eu estava me maquiando porque eu queria me maquiar. Nossa, vai usar essa blusa? Você vai usar esse shorts? Quantas vezes a gente ia num lugar e me arrumava, ele chegava e me olhava assim, você vai sair assim? E, eu ia lá e tirava toda minha maquiagem, arrancava toda minha roupa para sair. **(Excerto 10 - Madras, outubro de 2018).**

Nesses enunciados de Madras, surgem algumas contradições:

Tipo eu, minha primeira relação sexual foi com esse rapaz, tipo foi uma bosta (risos) porque eu não queria, eu fui pressionada a fazer aquilo. Eu estava me sentindo insegura, porque até ontem eu detestava homens, aí eu estava me entregando para um que era um idiota, então eu comecei a odiar mais ainda, então, tipo foi, foi muito ruim, porque era um relacionamento completamente abusivo.

Primeiramente, ao analisar os enunciados do início do excerto, percebe-se que ela sugere que houve um estupro, porque ela enuncia “eu fui pressionada a fazer aquilo”; entretanto, em nenhum momento, ela reconhece aquele ato em que ela foi pressionada a ter relações sexuais como sendo estupro. Por outro lado, Madras enuncia, em seguida: “aí eu estava me entregando para um, que era um idiota”. Ao escolher esse enunciado, parece sugerir um consentimento do ato abusivo, mesmo ela não querendo. Durante a formação discursiva que faz referência a essa relação com o namorado, ela enuncia: “ele me controlava todo

momento e eu tinha que ficar com ele porque eu era namorada dele, eu não tinha opção de não, eu não quero fazer isso hoje, como se fosse uma obrigação estar ali com ele.” Ela reitera por meio do elemento linguístico “obrigação”, sentidos de que ela mantinha uma relação sem consentimento, porque ele se sentia com direitos de posse sobre o corpo dela. Mesmo assim, Madras, atualmente, não menciona esses abusos como sendo estupro; ela trata como abusos sofridos do namorado.

Em seguida, surge o excerto 2, de Organza, que igualmente não reconhece na agressão sofrida do marido um ato de estupro.

Eu achei que era uma coisa que não era normal, nunca que pode ser normal uma coisa dessa, mas fiquei assim a vida inteira só pensando naquilo lá. Meu Deus, será que aquilo é normal o marido fazer isso? Será que todos fazem com a mulher? Só que eu não perguntava para mulher nenhuma se era normal ou não era, fiquei muito tempo, só vim saber no dia que o médico falou, que eu fui saber que era uma violência.

Aí, fazia até menstruada que eu não queria, o dia que ele endoidava para querer na marra, queria na marra, pegava até menstruada e fazia. Eh, eu achava que era normal, tinha vez que eu ficava até com dó, é porque, às vezes, eu estou menstruada, está querendo, está querendo, tem que aceitar. É, eu achava que era uma obrigação.

Ah, separei por causa de tanta violência, briga, batia, aí espancava, tanta coisa, por isso se separei, não foi só por causa disso aí, isso aí já tinha passado para trás. **(Excerto 2 - Organza, dezembro de 2018).**

Nos enunciados de Organza, observam-se algumas contradições. Logo no início, ela enuncia: “Eu achei que era uma coisa que não era normal, nunca que pode ser normal uma coisa dessa, mas fiquei assim a vida inteira só pensando naquilo lá, meu Deus, será que aquilo é normal o marido fazer isso?” Apesar dessa enunciação, ao escolher uma interrogativa nesse enunciado, denota que conviveu com a dúvida durante muito tempo, sem saber se realmente aquilo foi uma violência ou se todo homem se comportava de tal modo. Ela afirma que ficou sabendo o que ela sofreu apenas quando foi ao médico, depois de muito tempo, como se verifica no enunciado em que ela confirma que “só vim saber no dia que o médico falou, que eu fui saber que era uma violência.” Porém, ela prefere usar o termo linguístico “violência” e não estupro para nomear o que ela sofreu.

Outros enunciados presentes na narrativa dela indicam os abusos sofridos e reiteram os discursos observados em seções anteriores referentes à naturalização do estupro/abusos, bem como à obrigação de a mulher manter relação sexual sem desejar, para satisfazer o gênero masculino, como se o corpo fosse propriedade do homem. Para concluir, a indicação é que a causa da separação não foi o estupro, mas as agressões físicas que ela sofria, como se pode

observar no seguinte enunciado: “Ah, separei por causa de tanta violência, briga, batia, aí espancava, tanta coisa, por isso me separei, não foi só por causa disso aí, isso aí já tinha passado para trás.” Ao enunciar que “não foi só por causa disso aí, isso aí já tinha passado para trás”, ela exclui, sobretudo, o estupro marital, não o considerando uma violência grave. Ocorre, de certo modo, a negação dessa violência, coincidindo com o discurso acerca das crenças e mitos de estupro que tratam essa violação como algo banalizado.

Com base nas análises pelas quais se pretendia problematizar o que as vítimas reconhecem como estupro, algumas conclusões podem ser esboçadas. Para tanto, a seção iniciou-se com duas perguntas “Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?”

Nos excertos de todas as sujeitas de pesquisa, apareceram enunciados que levaram à interpretação do desconhecimento do que consiste o estupro. A falta de identificar o abuso como estupro se deu na época dos fatos, principalmente, na infância, e também depois na vida adulta, mesmo tendo noção de que sofreu a violência. Parece que, mesmo depois na fase adulta, boa parte das vítimas evita usar o elemento discursivo “estupro” para fazer referência ao que sofreu, assim como não utiliza o elemento discursivo “estuprador” para se referir ao agressor.

Uma das vítimas, depois de um longo tempo e se vestindo de outro posicionamento social, retrata uma de suas violências como sendo estupro, entretanto relata em conversas que hoje não se refere ao agressor como estuprador, porque procurou perdô-lo. O discurso do perdão parece mudar o *status* daquele que a violentou. Entretanto, observa-se que há uma naturalização de outros abusos sofridos na infância em que não aconteceu a penetração. Então, a concepção de estupro parece coincidir com os discursos em torno das crenças/mitos sobre estupro de que essa violência acontece com o estranho/desconhecido e se houver penetração.

Os casos de estupro marital em que maridos ou namorados cometeram os abusos também não foram definidos no sentido de estupro. Percebe-se que, igualmente, nessa modalidade a tendência das sujeitas foi reforçar os discursos em torno das crenças de que, para ser estupro, o violentador precisa ser o estranho, ocorrer em locais públicos e que a penetração deve vir acompanhada de resistência física por parte da vítima.

Entretanto, existem algumas contradições no que compete à questão do estupro, a exemplo de uma das vítimas, que demonstra que o beijo forçado a deixou tão abalada quanto se fosse uma penetração, trazendo consequências graves no decorrer de sua vida. Por outro lado, essa mesma mulher não se sentiu tão abalada com outro abuso que aconteceu depois na fase adulta, em que o agressor praticou sexo oral.

Os enunciados de algumas sujeitas de pesquisa também tecem fios de que o discurso de estupro está muito entrelaçado com a concepção de moral, segundo a qual a mulher ainda tende a resgatar a importância do corpo como símbolo de pureza. A partir do momento que a mulher acolhe o discurso de que seu corpo constitui um objeto de moral e se esse corpo for violado por algum agressor, acaba ocorrendo o reconhecimento da violência sexual, talvez não com a utilização do elemento discursivo “estupro”, mas como abuso que pode afetar a vida. De outro modo, se o abuso partir do marido, a mulher não destoa da concepção de moralidade porque está exercendo as suas obrigações conjugais.

Partindo dessas observações, é importante pensar que o estupro é uma violência que ocorre contra qualquer corpo, não escolhendo vítimas, tanto na esfera privada quanto na pública, e que não necessita de penetração, tampouco de resistência, porque acontece de diferentes maneiras por agressores que se utilizam de diferentes mecanismos de sujeição.

Sintetizando a discussão levada a cabo nesta seção, segue um quadro que apresenta alguns enunciados aqui problematizados.

<b>Tema recorrente: “Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?”</b>	
<b>Tricoline</b>	[...] eu acredito que <b>não foi estupro porque ela (mãe) sempre me disse que perdeu a virgindade com meu pai</b> por isso que eu nasci, então, <b>mas eu creio tanto no abuso</b> que tanto que deve ter sido horrível [...] Mas enquanto aquilo era só uma passada de mão, uma coisa estranha, dava para ser levado, do pior jeito, mas dava. [...] <b>foi um estupro</b> , naquela noite que <b>perdi minha virgindade</b> [...]
<b>Seda</b>	[...] <b>ele ficava se masturbando e tocando nas minhas partes íntimas</b> , eu não entendia nada, eu não sabia, eu era pequena [...] <b>ele é pedófilo</b> [...] [...] eu até pensei em não denunciar o menino, mas só conversar com ele, explicar pra ele como <b>ele foi abusivo</b> [...] <b>ele tirou meu biquíni e ficou pelado e começou a tocar minhas partes íntimas de forma oral e eu disse que não podia</b> [...] Achei isso <b>uma violação sexual</b> de forma tremenda...
<b>Cambráia</b>	É, mas assim, teve várias situações, <b>eu achava que era normal</b> [...] desde que eu me entendo por gente três, cinco anos por aí de idade, então ela (mãe) <b>me tocava seio, cheirava minha vagina, tocava, relava, beijava e aquilo me incomodava</b> , e eu tinha medo de ir contra, né aquela situação, <b>eu achava que aquilo era normal, eu pensava que era carinho</b> . [...] tinha 3 dias que minha mãe tinha morrido, estava de luto, né? Pra mim, foi o pior de todo que eu não esqueço, o resto num me afetou, <b>nem das outras vezes que eu não queria e ele quis e foi... tá, então tá, era normal</b> [...] eu não achava que <b>era estuprada</b> , eu achava que ele podia fazer aquilo, né?
<b>Renda</b>	[...] <b>só que eu não tinha noção do que estava acontecendo, na época nem a respeito do beijo que eu recebi ali eu não sabia o que estava acontecendo, então tudo começou com pequenos beijos com selinho, apenas selinho</b> , ah dá um selinho no tio, inocente eu ia lá e dava [...]Então até que um dia (pausa), ele passou um pouco dos limites, <b>ele começou a me apalpar e até aí tudo bem pra mim na época, foi quando eu comecei a me sentir incomodada</b> [...]
<b>Madras</b>	Tipo eu, <b>minha primeira relação sexual foi com esse rapaz</b> , tipo foi uma bosta (risos) <b>porque eu não queria, eu fui pressionada a fazer aquilo</b> [...] foi muito

	ruim, porque <b>era um relacionamento completamente abusivo</b> onde ele me controlava a todo momento e <b>eu tinha que ficar com ele porque eu era namorada dele eu não tinha opção de não</b> , eu não quero fazer isso hoje, como se fosse uma obrigação tá ali com ele [...]
<b>Organza</b>	Eh, <b>eu achava que era normal</b> , tinha vez que eu ficava até com dó, é porque às vezes eu estou menstruada, <b>está querendo, está querendo, tem que aceitar. É eu achava que era uma obrigação.</b>

**Quadro 5** – Enunciados recorrentes sobre a seção “Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?”

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

Os próximos excertos evocam questões referentes ao estupro e o que permeia essa prática de violência, que é cercada pelo medo, julgamento e culpabilização pela sociedade, que tende a resultar no silenciamento da vítima.

#### **5.4 Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento**

Esta seção é dedicada às análises sobre o estupro como prática de violência que causa medo às vítimas e à sociedade que produz julgamento em torno das mulheres e ao mesmo tempo as culpabiliza pelo estupro. Devido a tais fatores e a outros que podem aparecer nos enunciados, muitas silenciam perante os abusos sofridos. Assim, os enunciados darão pistas de como os discursos em torno do estupro ainda tendem a culpar mais a vítima do que o próprio agressor.

Tricoline, que foi violentada pelo padrasto enuncia no excerto 12 como foram os dias precedentes ao que ela sofreu:

Eu lembro que uma vez quando ela (mãe) voltou de viagem, ela voltou meio fazendo umas perguntas estranhas. Ah, tua tia falou assim, que como eu tenho coragem de deixar tu com teu pai, não sei o que... Nisso começou uns nó (risos), quando aconteceu isso, eu já estava com uns doze, ela falou assim nunca aconteceu nada? E, eu neguei até, falei: mãe, que isso! Até fiquei chateada com ela porque na minha cabeça que se eu falasse alguma coisa, ia destruir a família, de certa forma iria, porque o meu contexto era aquele, aquele não era meu pai, a minha mãe não trabalhava e eu tinha uma irmã, se eu contasse o que aconteceu, como minha mãe ia fazer para criar eu e minha irmã? (**Excerto 12 - Tricoline, junho de 2018**).

Quando a mãe questionou Tricoline sobre o que acontecia com ela, percebe-se que a jovem preferiu silenciar diante dos abusos que ela sofria desde os seus 9 anos de idade por

parte do padrasto. Conforme se observa nos enunciados, Tricoline enuncia que os motivos do silenciamento ocorreram:

porque na minha cabeça que se eu falasse alguma coisa ia destruir a família, de certa forma iria, porque o meu contexto era aquele, aquele não era meu pai, a minha mãe não trabalhava e eu tinha uma irmã, se eu contasse o que aconteceu, como a minha mãe ia fazer para criar eu e minha irmã?

Portanto, constrói sentidos sobre a manutenção da família e o provimento do sustento familiar por parte do padrasto, motivos que fizeram com que Tricoline se calasse e negasse o que sofria quando a mãe se ausentava de casa. Tais enunciados coincidem com estudos realizados por Paula (2011) e Medeiros (2016), que destacam discursos semelhantes observados em outras vítimas de estupro.

Em seguida, no excerto 13, Tricoline enuncia sobre o período em que o padrasto realizou a penetração e ela silenciou pelos seguintes motivos elencados:

[...] foi quando eu fiz 15 anos, que minha irmã teve esse probleminha que ela teve que ficar direto no hospital e não era o momento de eu falar o que estava acontecendo porque, se ela saísse de casa, eu ia ficar indefesa, e não tinha como eu falar para ela, e a minha irmã estava doente, estava quase morrendo, inclusive, se ela não estivesse sido transferida para outra cidade, ela teria morrido de insuficiência respiratória, porque ela não tinha recebido a medicação correta, e no dia que minha mãe chegou dentro de casa, minha mãe falou para mim, que ela ia viajar e que ela ia cuidar da minha irmã, e que minha irmã estava entubada, e eu com 15 anos, gente, eu entrei em desespero, porque eu sabia o que ia acontecer comigo...são essas coisas, uns discursos que já existem, que, às vezes, me matam, o que as pessoas falam: ah, a culpa é da fulana, porque a fulana é assim. Como você fala para sua mãe uma situação dessas, sabendo que sua irmã está a ponto de morrer, não tem, não existe condição, não tem como, e eu naquele momento eu entendi que eu teria que segurar a barra ali mesmo porque não tinha jeito [...]  
**(Excerto 13 - Tricoline, junho de 2018).**

De acordo com a narrativa de Tricoline, no excerto 13, o silenciamento aconteceu mais uma vez por conta da situação que envolvia a família – “minha irmã estava doente, estava quase morrendo”. Embora ela enuncie – “gente, eu entrei em desespero porque eu sabia o que ia acontecer comigo” –, referindo-se aos abusos que o padrasto cometia, ela também expõe que “naquele momento eu entendi que eu teria que segurar a barra ali mesmo porque não tinha jeito.”

De outro modo, ela questiona os discursos em que a sociedade julga o silenciamento da vítima sem avaliar os motivos pelos quais acolheu tal decisão: “são essas coisas, uns discursos que já existem, que às vezes me matam, o que as pessoas falam: ah, a culpa é da fulana, porque a fulana é assim.” Ao fazer referência ao discurso de julgamento e culpa que a sociedade impõe à vítima, ela enuncia “que às vezes me matam, o que as pessoas falam”,

sugerindo, assim, sofrimentos por parte da vítima pela existência de tais discursos. A culpabilização das vítimas de estupro tem sido um dos grandes problemas que podem acarretar o silenciamento sobre a violência. Varela (2014) (apud LIMA; FARIAS, PLUTARCO, 2017) ressalta que a culpabilização das mulheres pelo estupro sofrido tem estimulado o silêncio das vítimas.

No excerto 14, Tricoline apresenta os fatos da noite que ocorreu o estupro e relata como sucedeu a vida dela após o ocorrido:

[...] minha mãe viajou e eu me lembro que nós chegamos em casa e tudo, meu quarto nunca teve porta, sempre foi escorado mesmo, ganhou porta, mas não tinha tranca, e eu me lembro que na noite que aconteceu, eu... Chegamos muito tarde, estava bem cansada, estive no hospital, tinha visto a minha irmã toda entubada, a minha irmã tinha 10 anos de idade e eu estava com 15, e foi só a pior noite da minha vida [...] mas eu me lembro como se eu já soubesse. Então, eu tive que me submeter, eu não tinha, não tinha condições, eu não tinha voz, não tinha o que fazer. **(Excerto 14 - Tricoline, junho de 2018).**

Conforme o que Tricoline enunciou, o estupro ocorreu no dia em que ela estava mais fragilizada, pois “eu me lembro que na noite que aconteceu, eu, chegamos muito tarde, estava bem cansada, tive no hospital, tinha visto a minha irmã toda entubada.” Diante disso, “então eu tive que me submeter, eu não tinha, não tinha condições, eu não tinha voz, não tinha o que fazer”. Esse enunciado confirma que Tricoline não tinha mais forças para lutar contra aquela violência. Nos enunciados, demonstra que parecia saber que ocorreria naquela noite: “mas eu me lembro, como se eu já soubesse”. Tricoline usa o verbo “submeter” para reforçar a sua submissão àquele homem que a violentava.

Embora Tricoline já viesse sofrendo abusos sexuais pelo padrasto desde os seus 9 anos de idade, no excerto 15, ela expõe como ficou após a violência em que foi consumada a penetração:

[...] eu guardei tudo aquilo para mim, durante muito tempo; e quando eu estava quase completando 16, já fazia tempo que não acontecia, tudo, nada...eu lembro que eu entrei na igreja, tudo, e aí pronto! Parou, fiquei um ano, um ano da minha vida sem ter nada, com aquilo guardado para mim, é para mim, era um ano maravilhoso, na minha cabeça, aquilo ia apagar, ia sumir, ninguém precisa saber, meu pai ia voltar, o pai que tinha me criado, estava tudo bem e passou esse tempo. Uma bela noite ele passou no meu quarto, ele só passou a mão em mim, e quando ele passou em mim, toda a sensação de volta, foi quando eu decidi que não ia, eu não ia mais me submeter aquilo, eu não ia submeter mais, aguentar aquilo de novo, e eu não ia ficar sofrendo aquilo de novo, tudo de novo, nem que eu tivesse que sair de casa, tivesse que me manter [...] **(Excerto 15 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline enuncia que “eu guardei tudo aquilo para mim durante muito tempo”, sugerindo o silenciamento do estupro sofrido. Observa-se que ela buscou consolo na igreja: “eu lembro que eu entrei na igreja tudo, e aí pronto! Parou, fiquei um ano, um ano da minha vida sem ter nada, com aquilo guardado para mim, é, para mim, era um ano maravilhoso”. Nos enunciados, percebe-se que ela tentou negar para si mesma o próprio estupro, na tentativa de restabelecer a família que tinha antes: “na minha cabeça, aquilo ia apagar, ia sumir, ninguém precisa saber, meu pai ia voltar, o pai que tinha me criado, estava tudo bem e passou esse tempo.” Verifica-se que Tricoline usa o substantivo “pai” para mostrar que ela o considerava alguém muito familiar. Desse modo, ela usa alguns verbos que produzem sentido de negação da violência – “apagar, sumir” – e para isso procura na religião uma maneira para se confortar, acolhendo assim os discursos religiosos de mudança do sujeito.

Tal análise é notória quando enuncia que “meu pai ia voltar”, sugerindo a transformação do homem que havia a estupro. Portanto, nos enunciados tecidos, Tricoline tende a remeter ao discurso de que o estupro pode ter ocorrido devido a um momento de fraqueza do agressor. Machado (1998) salienta alguns discursos tecidos pelos estupradores em que eles justificam o estupro com base na moralidade religiosa. Para alguns deles, o estupro está atrelado à concepção de fraqueza masculina diante do corpo feminino e à tentação, influenciada por forças do mal. Na concepção desses sujeitos, o estupro perpassa pela ideia de pecado, ensejado por um ato sexual incontrolável e ilegítimo. Desse modo, algumas mulheres tendem a conceder novas oportunidades aos agressores, acreditando ser possível haver uma mudança nesses sujeitos.

Mesmo Tricoline normalizando a situação e acreditando em uma possível mudança do padrasto, ela tece que aquele “ano maravilhoso” acabou, quando ela expõe que em:

Uma bela noite ele passou no meu quarto, ele só passou a mão em mim e quando ele passou em mim, toda a sensação de volta, foi quando eu decidi que não ia, eu não ia mais me submeter aquilo, eu não ia submeter mais, aguentar aquilo de novo e eu não ia ficar sofrendo aquilo de novo, tudo de novo, nem que eu tivesse que saí de casa, tivesse que me manter.

Nota-se que Tricoline usa o verbo “passou” para indicar as passadas de mão do padrasto que aconteciam desde a infância e ela tece repetidamente os enunciados que indicam “eu não ia mais me submeter aquilo, eu não ia submeter mais”. Tais enunciados de Tricoline indicam um sentido de ruptura com a submissão e silenciamento vividos por ela até aquele momento. Ela reitera isso em outro enunciado semelhante, em que tece que não iria “aguentar aquilo de novo”, pelo qual ecoam os elementos discursivos “de novo” para representar a retomada de todo o sofrimento que ela pensava ter acabado. Com tal enunciado, por fim, tinha



esboçado uma reação contra a permanência daqueles abusos. Em continuidade à formação discursiva anterior, Tricoline tece no excerto 16 que:

[...] fiz minhas malas e falei para minha mãe, eu vou embora...  
Mãe, eu não posso mais ficar debaixo do mesmo teto que meu pai, não consigo mais, e foi quando, num foi nem eu que falei para minha mãe, não conseguia falar sobre aquilo, mas eu fiz ela entender o que estava acontecendo. E, minha mãe, eu nem culpo ela por isso, ficou muito chateada, porque tu não falou isso antes e tal? Não foi assim, minha mãe me acusou de ter me envolvido com ele, mas outras pessoas souberam de alguma coisa, nem souberam mesmo o que aconteceu, me acusaram de ter me envolvido com meu padrasto [...]. **(Excerto 16 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline toma a decisão de ir embora de casa aos 16 anos de idade. De acordo com os enunciados, ela demonstra que não chegou a falar abertamente com a mãe sobre o que havia acontecido de fato, mas ilustra que “num foi nem eu que falei para minha mãe, não conseguia falar sobre aquilo, mas eu fiz ela entender o que estava acontecendo.” Partindo disso, ela usa o elemento discursivo “chateada” para citar o modo como a mãe ficou. Entretanto, conforme aparece nos enunciados, ela não indica em nenhum momento que a mãe a acusou, mas diferentemente da sociedade, ela expõe: “mas outras pessoas souberam de alguma coisa, nem souberam mesmo o que aconteceu, me acusaram de ter me envolvido com meu padrasto.”

Pelos sentidos traçados por Tricoline, as pessoas nem interpretaram a situação como estupro, mas como sendo uma relação consentida pela qual ela tinha sido culpada. O elemento discursivo que ela usa para fazer referência ao que as pessoas diziam foi “envolvimento”. Embora as pessoas tenham utilizado outro substantivo para fazer referência ao estupro sofrido por Tricoline, cabe ressaltar que a culparam, como se ela tivesse consentido com aquela situação.

Depois disso, ela enuncia que teve que submeter a exames para provar que havia sido abusada pelo padrasto:

[...] eu fui obrigada a fazer um exame, eu fui obrigada a ir no ginecologista e ele (padrasto) falou que eu estava mentindo, eu não queria falar para o resto da família, foi um momento muito ruim na minha vida, porque fui obrigada a ficar com ele debaixo do mesmo teto durante um mês, porque não tinha para onde ir, e eu não queria contar para o resto da família o que aconteceu, então, ficamos morando na mesma casa durante um mês, eu, minha mãe e minha irmã. Minha irmã menor não sabia de nada. Foi quando minha mãe separou dele e tudo. Saí de casa mesmo e fui morar sozinha. **(Excerto 17 - Tricoline, junho de 2018).**

Como se percebe no excerto 17, além de Tricoline passar pelo julgamento da sociedade, que a culpabilizou pelo o que havia sofrido, ela teve que provar o estupro por meio de um exame, tendo em vista que o abusador negava o abuso sexual: “eu fui obrigada a fazer

um exame, eu fui obrigada a ir ao ginecologista e ele (padrasto) falou que eu estava mentindo.” Tal episódio enunciado por Tricoline faz pensar que a mulher é violentada de todas as maneiras: julgamentos da sociedade, que a culpa pelo estupro; descrença da palavra da vítima, ao ponto de ter que provar o que sofreu por meio da submissão a exames médicos que comprovem a violência sofrida; permanência no mesmo ambiente do agressor, ainda depois do estupro; constrangimentos, tendo que repetir várias vezes o que ocorreu para confrontar os fatos e verificar se a vítima está falando a verdade, se resolver registrar queixa contra o agressor; pessoas despreparadas para atender as vítimas de violência em órgãos judiciais e da área da saúde, entre outros. Tais questões precisam ser revistas para que existam políticas públicas que deem maior amparo às vítimas de violência. Muitas dessas questões em torno do atendimento de vítimas de violência perpassam pela linguagem, pois profissionais que realizam as abordagens às vítimas devem ter domínio de como utilizar a linguagem para que não cometam outra violência pelo viés discursivo. Tricoline enuncia a seguir, no excerto 18, todo o sofrimento vivenciado com a realização do exame:

[...] esse exame foi duro e tudo, foi aí o problema, como fazia um ano, eu tenho uma anomalia genética, o meu hímen, ele, não sei o que acontece, a médica já explicou, a ginecologista, ele reconstrói, e eu fui fazer o exame, já tinha feito um ano depois de muito tempo, se eu ficar sem praticar atividade sexual, meu hímen ele reconstrói, se eu ficar muito tempo, ele refaz toda vez, e era o que aconteceu, então, assim, foi muito, muito complicado para eu, para eu convencer a minha mãe de tudo e de que era verdade. Apesar de eu não entrar a fundo no assunto, e eu falei pra ela: Mãe, eu jamais inventaria uma história dessas, porque nem quando é verdade, as pessoas querem contar, imagine inventado, mas eu fiz, inclusive, a médica relatou que tinha, havia alguns hematomas, mesmo depois de algum tempo, mas ela relatou que ainda estava intacto tudo. **(Excerto 18 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline tece que, após a decisão de sair de casa, ainda teve que ficar “morando na mesma casa durante um mês, eu, minha mãe e minha irmã. Minha irmã menor não sabia de nada. Foi quando minha mãe separou dele e tudo. Saí de casa mesmo e fui morar sozinha”. Como se observa, reitera-se a questão de a vítima permanecer no mesmo ambiente que o agressor depois da violência sofrida, o que demonstra como ocorre a banalização da violência contra as mulheres na sociedade, nesse caso do estupro. Em nenhum momento, Tricoline menciona que houve algum apoio de instituições que poderiam tê-la acolhido para ajudá-la a superar a violência, bem como evitar que outras violências pudessem ocorrer ao corpo de Tricoline, haja vista que ela estava convivendo no mesmo local que o agressor. Além do mais, Tricoline enuncia que teve que conviver com a desconfiança da mãe:

Mãe, eu jamais inventaria uma história dessas porque nem quando é verdade, as pessoas querem contar, imagine inventado, mas eu fiz, inclusive a médica relatou que tinha, havia alguns hematomas, mesmo depois de algum tempo.

Assim, verifica-se uma das questões discutidas no capítulo teórico, que é a descrença da palavra da vítima pelos familiares, razão pela qual o estupro familiar se torna muito mais complexo. As vítimas, muitas vezes, tendem a continuar convivendo com o agressor e com a falta de apoio dos outros membros da família.

Partindo desses enunciados anteriores, Tricoline complementa no excerto 19 que:

[...] eu não sei, os meses que passaram, e eu morando em outro bairro, do outro lado da cidade, eu tinha pavor de andar na cidade e encontrar com ele, fiquei com bastante medo, apesar de ele nunca ter feito nenhuma ameaça, eu tinha muito medo, muito medo.  
É, eu lembro que eu ia, às vezes, eu ia no meu bairro e as pessoas elas olhavam, era muito complicado, muito complicado mesmo, passei muito tempo sem andar no bairro que eu vivi, justamente por causa disso. Aí que eu vim para (cidade da pesquisa) e tudo[...] (**Excerto 19 - Tricoline, junho de 2018**).

A sujeita de pesquisa enuncia acima como foi a vida dela morando fora de casa: “eu tinha pavor de andar na cidade e encontrar com ele, fiquei com bastante medo, apesar de ele nunca ter feito nenhuma ameaça, eu tinha muito medo, muito medo.” Ela reitera o termo linguístico “medo” para indicar como ela se sentia em relação à figura do padrasto que havia a estupro. Ainda acrescenta que deixou de ir ao bairro onde morou por anos para evitar o olhar das pessoas: “eu ia às vezes, eu ia no meu bairro e as pessoas, elas olhavam, era muito complicado, muito complicado mesmo, passei muito tempo sem andar no bairro que eu vivi, justamente por causa disso”.

Ao usar o elemento linguístico “medo” do padrasto e igualmente se sentir incomodada pelo olhar das pessoas, verifica-se que Tricoline começou a abster-se da liberdade de frequentar determinados espaços, sobretudo, onde poderia encontrar pessoas que a conhecessem, no sentido de esquivar-se do sentimento de medo, caso revisse o padrasto, bem como escapar dos julgamentos (culpabilização) das pessoas conhecidas.

Como se vê, a vizinhança que conviveu com Tricoline desde a sua infância a puniu, já o agressor continuou vivendo no mesmo local com a absolvição da sociedade. Esses enunciados relembram a questão da sociedade punitiva em Foucault (1987), que aborda, na obra *Vigiar e Punir*, como os corpos são punidos na sociedade. Embora os estudos foucaultianos manifestem uma distância histórica com a atualidade, cabe ressignificá-los, conforme discutido na seção teórica. Desse modo, a punição da sociedade em relação aos corpos das mulheres, neste momento, não envolve deixar hematomas visíveis, a exemplo de

castigos explícitos, tampouco trancafiá-las nos porões ou nos quartos escuros, compatíveis com uma prisão visível aos olhares dos sujeitos, mas é a sociedade que pune as mulheres, culpando-as se forem violentadas sexualmente. Essas mulheres acabam vivendo encarceradas dentro do próprio sofrimento, praticamente proibidas de frequentar lugares em que os sentenciadores estão. Isso fica perceptível quando Tricoline enuncia que “passei muito tempo sem andar no bairro que eu vivi”. Sua atitude confirma que ela se privou da liberdade que pensava ter, para evitar que vizinhos viessem a culpabilizar cada vez mais.

Com base nos excertos anteriores, Tricoline ressalta como se sente atualmente e quais os medos que a cercam quando pensa em falar do que ocorreu:

[...] aquela questão (nome da Universidade) foi a mesma coisa, as pessoas vão olhar, e eu chorei muito sozinha, pensando nisso, e para mim, Graças a Deus, é, eu consigo falar, mas há uns dois ou três anos atrás, não... não sairia sem eu me acabar de chorar, não que não me doa, mas eu sei que é uma coisa que é necessária, por mais que seja horrível de contar, mas é necessário que as pessoas contem. **(Excerto 20 - Tricoline, junho de 2018).**

Verifica-se, nos enunciados do exceto 20, que, atualmente, ela sofre ao relembrar o que sofreu. Apenas recentemente ela começou a se empoderar para contar o que vivenciou: “mas há uns dois ou três anos atrás, não... não sairia sem eu me acabar de chorar”. Ela afirma que a dor continua, mas considera ser necessário falar o que aconteceu: “não que não me doa, mais eu sei que é uma coisa que é necessária, por mais que seja horrível de contar, mas é necessário que as pessoas contem.” Nesse sentido, observa-se pelos enunciados o quanto se torna difícil para a vítima de violência sexual abordar o assunto, uma vez que um dos maiores medos consiste em ser condenada (culpabilizada) pela sociedade.

No próximo excerto, Tricoline enuncia a maneira como ela fica quando sabe que alguém sofreu violência semelhante à que ela vivenciou e expressa como se sentiu quando resolveu falar publicamente, em um evento, o que havia ocorrido com ela:

[...] eu fiquei sabendo que a moça tinha sido estuprada, eu chorei muito, eu sentei, eu lembro que estava no horário de almoço com minha irmã, e eu chorei muito... muito... muito. E, foi quando começaram a postar, vai ter o movimento, vamos todo mundo para lá, e minha irmã, ela falou comigo, então, eu estava pensando, mas eu não tinha dito para ela ainda, ela falou comigo, eu estava pensando de a gente falar e tal, e tal, é porque assim, é quase basicamente (risos) mais de cinquenta por cento das mulheres já sofreram, inclusive minha irmã, mas isso já é uma história dela, e eu falei: eu não sei, na universidade vai estar todo mundo lá e tal. E, isso era numa quinta e na sexta eu estava trabalhando, e eu me lembro de ter ficado sozinha nesse dia no trabalho, e eu pensei muito sobre isso, conversei com um amigo meu, eu tenho medo porque, eu tenho medo do olhar de pena das pessoas, tenho medo do olhar de julgamento, porque o olhar de julgamento recebi a vida inteira [...] **(Excerto 21 - Tricoline, junho de 2018).**

No excerto 21, ao saber que uma moça havia sido estuprada perto da universidade, ela enuncia: “eu chorei muito, eu sentei, eu lembro que estava no horário de almoço com minha irmã e eu chorei muito... muito... muito.” Ela intensifica o uso do advérbio “muito” para indicar a intensidade do choro diante do fato ocorrido com a moça estuprada, que a fez lembrar o que vivenciou no passado. Nota-se que foi a irmã de Tricoline por parte de pai que a incentivou a ir em frente, com a ideia de falar o que ocorreu na adolescência: “minha irmã, ela falou comigo então, eu estava pensando, mas eu não tinha dito para ela ainda, ela falou comigo, eu estava pensando de a gente falar e tal e tal.” Tricoline expressa que a maioria das mulheres já vivenciou abusos: “é porque assim, é quase basicamente (risos) mais de cinquenta por cento das mulheres já sofreram, inclusive minha irmã, mas isso já é uma história dela.”

Ao afirmar que mais da metade das mulheres sofrem com esse tipo de violência, Tricoline revela a problemática da violência sexual envolvendo mulheres, demonstrando um desnível em relação aos gêneros masculino e feminino. Além disso, ressalta a dificuldade de revelar o que sofreu por falta de apoio das pessoas; ela só conseguiu se manifestar com o apoio da irmã, para que outros soubessem dessa problemática social, que muitos tendem a naturalizar como se fosse uma violência banal, sem efeitos sociais.

Para concluir esta parte, antes de contar a violência publicamente, ela enuncia:

[...] eu me lembro de ter ficado sozinha nesse dia no trabalho e eu pensei muito sobre isso, conversei com um amigo meu, eu tenho medo porque, eu tenho medo do olhar de pena das pessoas, tenho medo do olhar de julgamento, porque o olhar de julgamento recebi a vida inteira.

Nesses últimos enunciados, ela usa processos verbais que expressam o medo do olhar de pena das pessoas e, igualmente, o receio do julgamento, com o qual sugere que se vivencia uma sociedade punitiva, talvez não com os mesmos mecanismos de punição de séculos anteriores, mas com outros significados, que silenciam e encarceram as vítimas de estupro dentro do próprio medo e vergonha de revelar o que sofreu.

Nesse sentido, ela reitera como se deram esses julgamentos, logo que as pessoas da cidade em que ela morava começaram a comentar o assunto sem mesmo saber dos fatos ocorridos.

[...] inclusive eu passei muito tempo, toda vez que eu voltava no antigo bairro que eu morava antes na cidade, alguém fala: ah, a menina lá que destruiu o casamento da mãe dela.

[...] é aquela coisa, vizinho sempre comenta alguma coisa, tinha que ter um motivo para uma separação, então as pessoas acabaram supondo coisas, ninguém sabe de fato o que aconteceu, mas as pessoas tinham suas suposições, a história era que minha mãe tinha me encontrado na cama com

meu padrasto, essa é a história, mas eu também nunca quis expor, até mesmo por causa da minha irmã, minha irmã é filha dele, então, era uma situação delicada. **(Excerto 22 - Tricoline, junho de 2018).**

Observa-se a reiteração dos julgamentos e da culpabilização em torno da vítima de estupro, sobretudo, se essa violência foi cometida por alguém familiar, como no caso de Tricoline. Ela enuncia que “toda vez que eu voltava no antigo bairro que eu morava antes na cidade, alguém fala: ah, a menina lá que destruiu o casamento da mãe dela”. É perceptível que a sociedade tende a não julgar o gênero masculino pela ocorrência, mas despejar toda a culpa do que aconteceu no gênero feminino.

Tricoline expõe que os vizinhos “acabaram supondo coisas, ninguém sabe de fato o que aconteceu, mas as pessoas tinham suas suposições.” Desse modo, pelas suas suposições, “a história era que minha mãe tinha me encontrado na cama com meu padrasto, essa é a história”.

Levando em consideração questões familiares, Tricoline não quis expor os verdadeiros fatos “por causa da minha irmã, minha irmã é filha dele, então era uma situação delicada.” Para preservar a irmã, filha de quem a violentou, ela escolheu o silenciamento e deixou que as pessoas a culpabilizassem e julgassem com base nos discursos que circulam socialmente em relação à desigualdade de gênero. Tais enunciados tecidos por Tricoline permitem pensar que uma sociedade que castiga (pune com seus discursos) com base na moralidade, geralmente perpassada pela ideia de família conservadora, quase sempre é composta por aqueles que tendem a assumir o discurso religioso de “amor ao próximo”, mas, mesmo assim, julgam, condenam e consentem atos de violência no corpo do outro.

O próximo excerto é de Seda, que tece os fatos ocorridos, indicando mais uma vez como as pessoas a culpabilizaram pelo abuso sofrido:

Aí, a mãe dele (segundo abusador) ainda disse que a culpa foi minha porque me insinuei, eu tinha nove anos. É, ele não foi preso. **(Excerto 9 - Seda, junho de 2018).**

Seda, no excerto 9, enuncia que a mãe do abusador declara que, aos nove anos de idade, ela havia se insinuado para o filho, por isso ocorreu o abuso. Percebe-se que a sociedade tende a construir sentidos sobre a culpa do gênero feminino pela violência ocorrida, mesmo que ainda seja criança. Sendo mulher, a mãe do abusador é capaz de tecer tal comentário diante da atitude do filho, sem esboçar, provavelmente, nenhum diálogo com ele sobre a violência que cometeu. Observe que a falta dessa ação da mãe, reforça a discussão feita na subseção sobre machismo, a respeito de que algumas atitudes machistas não estão

presentes somente nos discursos do gênero masculino, mas aparecem nos discursos femininos.

Nesse sentido, Seda clama por justiça no excerto 10, mas teme não contar com o apoio do pai, tendo em vista que, na época, ele naturalizou a situação e não a apoiou, para amenizar o que estava sentindo:

A justiça tem que ser feita, tem que ser dita, o que é certo é certo, mesmo se você fosse menor de idade, se eu conseguisse um bom advogado, vou conseguir um bom advogado, entende? Mas o problema é que meu pai, ele vai dizer que isso é errado, que eu tinha que deixar isso pra lá, meu pai é uma pessoa que eu nunca vou entender o que ele quer tanto com a imagem dele [...] (**Excerto 10 - Seda, junho de 2018**).

Verifica-se que Seda tece seus enunciados com base no certo ou errado:

A justiça tem que ser feita, tem que ser dita, o que é certo é certo, mesmo se você fosse menor de idade, se eu conseguisse um bom advogado, vou conseguir um bom advogado, entende? Mas o problema é que meu pai, ele vai dizer que isso é errado, que eu tinha que deixar isso pra lá.”

Seda pensa que é “certo” buscar justiça para o abuso sexual que ela sofreu. Porém, ao mesmo tempo, ela indica que o pai acharia “errado” se ela fizesse isso. O excerto de Seda se dá pelo binarismo de certo *versus* errado, que indica claramente o pensamento ocidental baseado no fundamento judaico-cristão, em que geralmente se julga na base do que se entende por certo e do que se entende por errado. Porém, sobre essa questão, cabe problematizar que os sentidos de certo e errado parecem ser muito subjetivos, como se observa nos enunciados que envolvem o pensamento de Seda e do seu pai, a respeito do mesmo assunto. Ressalta-se que o que pode ser certo para um poderá ser errado para outro. Esses discursos baseados na crença de certo/errado podem incidir na legitimação/normalização da violência no corpo do outro, em que a vítima tende a se silenciar por falta de apoio familiar. É o que se observa nos enunciados em que o pai de Seda se preocupa mais em manter a imagem do que em ajudá-la no caso do estupro sofrido: “meu pai é uma pessoa que eu nunca vou entender o que ele quer tanto com a imagem dele”. Nesses enunciados, Seda demonstra a normalização da violência por parte do pai, motivo que a fez silenciar por muito tempo sobre o que sofreu na infância.

Como se percebe em seguida, no excerto 11, Seda quer procurar justiça, mas tem medo de quererem silenciá-la mais uma vez e o pai ser a principal pessoa a contribuir para isso:

[...] vai ter (pausa) que tipo assim, porque acho que defensor público não sei, até que ponto ele tem poder de influência, porque esse menino é rico, ele vai conseguir um advogado para calar minha boca, ainda vai ameaçar eu, entendeu? No nome da amizade do meu pai, eu não sei, entendeu? Talvez ele

queira fazer um acordo financeiro comigo, entendeu? E, aí meu pai vai querer me obrigar a aceitar e tal, sabe? **(Excerto 11 - Seda, junho de 2018).**

Ao fazer referência a “esse menino é rico, ele vai conseguir um advogado para calar minha boca ainda vai ameaçar eu, entendeu?”, Seda demonstra explicitamente temor pelas prováveis atitudes do abusador em querer silenciá-la. Assim, ela acredita que, em consideração à amizade que o pai dela tem pela família, o violentador possa querer “fazer um acordo financeiro comigo.” Ela acrescenta que “aí meu pai vai querer me obrigar a aceitar e tal.” Ao usar os processos verbais “vai querer, obrigar, aceitar”, reforça a autoridade paterna em relação à filha, pela qual ele (pai) tem o poder de decidir a vida dela e silenciá-la.

Com base no excerto anterior, Seda enuncia sobre a atitude do pai:

[...] isso me irrita, porque a pessoa da minha família, meu progenitor, meu pai, é o amor da minha vida, mas ele não me apoiaria, tem certeza, conheço meu cabra. Ou! isso me deixa muito triste, porque assim (pausa) é muito triste [...] **(Excerto 12 - Seda, junho de 2018).**

Entendem-se, por meio dos enunciados iniciais do excerto 12, a irritação e a tristeza de Seda pela falta de apoio do pai. Ela reitera, sobretudo, a tristeza pelos modos como o pai age a respeito do abuso que ela sofreu, fazendo alusão ao que Paula (2011) menciona sobre muitos casos de estupro serem silenciados pela própria família. Além disso, Seda faz referência ao pai no excerto à frente, no qual demonstra que ele não deu muita importância ao que ela sofreu:

[...] pessoa da minha própria família presenciou isso, minha mãe ficou chorando em prantos, me levou no parquinho, desesperada, meu pai foi assistir TV como se nada tivesse acontecido, sabe? Tipo mulher cuida aí, sabe? **(Excerto 13 - Seda, junho de 2018).**

Quando Seda enuncia que “pessoa da minha própria família presenciou isso”, ela reitera que o pai estava no dia em que tudo aconteceu, bem como a mãe também presenciou o desespero de Seda depois da violência sexual. Ela compara a atitude dos pais diante do que ela vivenciou: “minha mãe ficou chorando em prantos, me levou no parquinho, desesperada, meu pai foi assistir TV como se nada tivesse acontecido, sabe? Tipo mulher cuida aí, sabe?” Tal atitude reitera que, para alguns homens, é mais comum banalizar a violência sexual como se fosse algo sem importância; além do mais, indica que, se aconteceu algo que desmoralizasse a filha, não é função masculina resolver a situação, mas deixar que a mãe, a desenhada socialmente como responsável pelos cuidados do lar e da família, pudesse tratar dos cuidados da filha naquele momento.



Posteriormente, Seda tenta isentar o pai da culpa pelo modo como lidou com o abuso que ela sofreu. Para isso, tece enunciados expressando que:

Não culpo meu pai, entende? Que para ele não significou nada. Tanto que ele falou um ano atrás, eu toquei no assunto. Ele falou: Nossa, filha! Eu nem lembrava, nossa, eu sinto muito que isso te fez mal, ele ficou arrasado, ele falou: Meu Deus, você é minha boneca, você é minha princesa, sabe? Me desculpa, você é tipo minha princesinha. Ele falou desse jeito, ele nem é carinhosinho desse jeito, fiquei até assustada, que ele falou que eu era a bonequinha dele. Eu falei: Nossa, o que deu em você, sabe? [...] **(Excerto 14 - Seda, junho de 2018)**.

No excerto 14, Seda reafirma a banalização da violência por parte do pai. Para ele, a ocorrência do abuso “não significou nada”. Ela salienta que, recentemente, tinha abordado o assunto. O pai revelou que “nem lembrava, nossa, eu sinto muito que isso te fez mal, ele ficou arrasado”. Ela escolheu o elemento verbal no particípio “arrasado” para qualificar o modo que ele ficou. Para Seda, foi assim que ele se manifestou quando ela relatou o caso. Desse modo, observa-se como a família, muitas vezes, tende a banalizar abusos sexuais das meninas, não se importando com o sofrimento pelos quais essas vítimas passam, ao serem aprisionadas em dores, por falta de apoio.

Com base nisso, ela confirma nos enunciados o que ele pensa: “Meu Deus, você é minha boneca, você é minha princesa, sabe? Me desculpa, você é tipo minha princesinha.” O uso do substantivo “boneca” para fazer alusão à Seda tende a indicar que ele a vê como um elemento sem personificação, não dotado de atitudes e sentimentos. Depois ele expressa o termo no diminutivo “minha princesinha”, com o qual parece indicar posse, indicando que a vê como alguém submissa e ele, como um ser soberano, decide o que se deve fazer. Isso parece resgatar a figura do soberano – do pai de séculos passados – que fazia escolhas para suas filhas princesas, e as tratava como propriedade, frágeis e dóceis. Seda interpreta os modos de ele falar como sendo manifestação de carinho: “ele nem é carinhosinho desse jeito, fiquei até assustada, que ele falou que eu era a bonequinha dele. Eu falei: Nossa! o que deu em você, sabe?” Em virtude de tal atitude do pai, Seda, mais uma vez, parece que se submeteu às decisões do pai, silenciando novamente, após a conversa.

Para prosseguir com as análises, o excerto 8 de Cambraia enuncia sobre como ela se sentia perante os abusos do padrasto e tinha medo do julgamento e descrença da mãe:

[...] e às vezes quando, eu tipo, ia ter reação, eu ficava morrendo de medo, ele (padrasto) fazia sinal de ficar quieto, ou sinal de cortar o pescoço, aí, eu não sei né, eu não tinha coragem da reação da minha mãe, dela não acreditar quando eu contasse ou achasse que eu tinha gostado de tudo aquilo, aí, só assim criança que foi o pior. **(Excerto 8 - Cambraia, outubro de 2018)**.

Nos enunciados anteriores, excerto 8, Cambraia enuncia: “eu ficava morrendo de medo, ele (padrasto) fazia sinal de ficar quieto, ou sinal de cortar o pescoço.” As ameaças do padrasto a faziam silenciar diante dos abusos sofridos; além disso, ela também manifestou que não contava para a mãe, porque tinha medo da reação dela: “eu não tinha coragem da reação da minha mãe, dela não acreditar quando eu constasse ou achasse que eu tinha gostado de tudo aquilo.” Nesse enunciado aparece o discurso do medo pela descrença da palavra da vítima. Essa descrença na palavra da vítima tende a acontecer com frequência na sociedade, em instituições em que as vítimas, muitas vezes, tendem a procurar mais apoio no primeiro momento, tais como: família, religião, medicina, judiciário ou até mesmo escolas. Por isso, é muito importante ressaltar que tais instituições repensem quais escolhas discursivas tecerem com essas vítimas e também reavaliarem as práticas de saber e poder exercidas historicamente sobre esses corpos para que vítimas de estupro não continuem silenciando após a agressão.

Por fim, Cambraia faz alusão ao estupro que sofreu do marido na fase adulta, enunciando: “aí, só assim criança que foi o pior”. Com esse último enunciado, ela alude a que os abusos na infância foram piores, pois o estupro marital não causou medo, vergonha, tampouco receio de julgamento e culpabilização. Para ela, parece que não haveria motivos para ninguém tecer julgamentos, tendo em vista que ela cumpriu a função de esposa, em que o marido exerce seu poder de posse no corpo feminino quando sentir desejos. Esses enunciados reiteram os discursos da banalização do estupro marital, e também apoiam a ideia de que o corpo da mulher serve como propriedade do marido.

Em seguida, no excerto 9, Cambraia enuncia o medo e a vergonha, especificamente, por um dos abusos que sofreu na infância e reitera que o estupro marital não causou nenhum desses sentimentos:

Tipo você, tipo eu assim falando, lá do meu ex-marido, eu não tenho medo e vergonha nem nada, mas em relação, a minha mãe, principalmente, sim. Eu tenho, porque eu amo ela, apesar de tudo, eu amo ela, e daí como que eu vou falar que eu amo uma pessoa que fez isso, mal para mim, aí fica difícil, entende? [...] Porque dá vergonha mesmo, ao mesmo tempo que você sente raiva, mas você sente amor por aquela pessoa. **(Excerto 9 - Cambraia, outubro de 2018).**

Percebe-se no excerto de Cambraia por meio dos substantivos, o “medo e a vergonha” que a assolam, tratando-se do caso que envolve a mãe, pois “lá do meu ex-marido eu não tenho medo e vergonha nem nada, mas em relação, a minha mãe principalmente, sim”. Diferentemente das outras vítimas que sentiam medo do agressor, Cambraia sugere que esse medo surge no caso do estupro que a mãe cometia “porque eu amo ela, apesar de tudo, eu amo ela e daí como que eu vou falar que eu amo uma pessoa que fez isso, mal pra mim, aí fica

difícil, entende?” Parece que Cambraia enuncia os elementos discursivos medo e vergonha, sugerindo uma autculpa. Nesses enunciados, tende-se a inferir que Cambraia, antes de pensar nos discursos de julgamentos e de culpabilização da vítima por parte da sociedade, parece lutar diariamente, sobretudo, contra seus próprios julgamentos e culpabilização de si mesma. Talvez, essa autculpa incida na questão da homofobia, que acaba recaindo na moralidade religiosa. Ela se intitula evangélica e, em seu pensamento, o que houve com a mãe e ela é mais errado do que nos outros casos, uma vez que ela enuncia “eu amo ela”, mesmo a mãe tendo cometido os abusos sexuais.

Em seguida, surge o excerto 18 de Renda, que se manifesta sobre o que ocorreu, apontando discursos que indicam a descrença na palavra dela, dentro da própria família:

[...] eu cheguei para minha mãe e falei que, mãe, meu tio está fazendo isso e ninguém queria acreditar, a mamãe falou se isso acontecer comigo eu quero que você me chame e me fale de novo, e o outro dia quando acordei eu olhei para mamãe, falei: mãe de novo. Foi quando ela achou uma calcinha minha cheia de esperma. **(Excerto 18 - Renda, outubro de 2018).**

Observa-se que, nos enunciados anteriores, no primeiro indício de abuso que Renda contou para mãe, parece ter ocorrido descrença da sua palavra por parte da mãe: “eu cheguei para minha mãe e falei que, mãe, meu tio está fazendo isso e ninguém queria acreditar.” Precisou acontecer uma segunda vez, em que houve vestígios da prova do estupro – “ela achou uma calcinha minha cheia de esperma” – para que a mãe viesse a acreditar. Esses enunciados remetem ao discurso em torno das crenças de que para demonstrar os abusos sexuais precisam existir comprovações. Essa concepção pode estar entrelaçada às práticas de saber e poder das instituições da medicina e judiciais, segundo as quais a primeira tem como função atestar se a vítima está falando a verdade, por meio de exames que comprovem o abuso, e às instituições judiciais cabe validar essas provas ou não. Assim, questiono: qual é a legitimidade da palavra da vítima de estupro?

Nos próximos enunciados, no excerto 19, Renda indica discursos contraditórios a respeito do abuso que sofreu do tio; desse modo, ora ela tece seus próprios julgamentos e se culpabiliza pelo que aconteceu, ora questiona essa culpa e enuncia que não lhe pertence:

Dentro de mim, eu não vou mentir, quando eu comecei a ter conhecimento do que, que era, eu me culpava, porque de uma certa maneira, eu deixei, eu aceitei que aquilo acontecesse comigo, eu me sentia suja. **(Excerto 19 - Renda, outubro de 2018).**

Anteriormente, excerto 19, nota-se que ela menciona: “eu me culpava, porque de uma certa maneira, eu deixei, eu aceitei que aquilo acontecesse comigo, eu me sentia suja.” A

sociedade tende constantemente a culpar as vítimas de abusos sexuais, que até as próprias mulheres violentadas começam a acolher esses discursos de culpa. Isso resgata o que foi tecido na seção teórica, na qual Saffioti (2015) menciona que as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização de culpa, introjetada pela necessidade cristã de se culpabilizarem. As palavras da autora confirmam o sentimento de Renda sobre o estupro, tendo em vista que ela cita, em outras subseções, sua educação pela família com base em discursos e práticas de poder da moralidade cristã. Porém, mesmo Renda recebendo influências dos discursos religiosos, ela também questiona essa culpa:

É a culpa seria de quem? De quem é a culpa? A culpa não é minha, e eu já chorei muito por isso, muito. Agora, eu já posso dizer que eu não sinto mais, se eu ver ele, não sinto mais nada dentro de mim, raiva, ódio por tudo o que aconteceu. Então eu fico tranquila em relação a isso. **(Excerto 20 - Renda, outubro de 2018).**

Depois de questionar a culpa que sente, ela expressa: “Agora eu já posso dizer que eu não sinto mais.” Sugere, dessa forma, que não existe mais nenhum sentimento que a faça perder a tranquilidade, tendo em vista que “se eu ver ele não sinto mais nada dentro de mim, raiva, ódio por tudo o que aconteceu.” Ao enunciar que não sente mais nada se encontrar o agressor, ela também restaura o discurso do perdão, sugerindo que a culpa pode existir se não houver o perdão da vítima. Os discursos de Renda estão bastante entremeados pelos discursos religiosos, os quais tendem a apontar que os/as sujeitos/as são constituídos/as por discursos.

A educação exerce seus poderes sobre essa questão, ou seja, em relação ao tratamento dado às relações entre os gêneros feminino e masculino, pois, quanto mais conservadora for a educação mais discursos de culpabilização e sentimentos de vergonha tendem a cercar as mulheres para que ocorra o silenciamento da violência. Portanto, é importante pensar em uma educação que discuta as relações de gênero, bem como a religião e a família repensem nos discursos que estão sendo produzidos sobre o assunto.

O excerto 11, de Madras, igualmente, aparece por meio dos enunciados de alguns discursos contraditórios de culpabilização, em que ela se culpa pelo que aconteceu, mas por outro lado acredita que a culpa também não é dela:

[...] e durante esse um ano e depois disso eu me tornei uma pessoa agressiva, como eu não contei para ninguém, eu transformei, eu achava que eu era culpada por não contar, mas mesmo assim, que não era culpada porque eu estava tentando proteger minha mãe, meu irmão, já que ele fosse fazer mal para eles [...]

[...] a minha culpa, foi a culpa do meu medo, sabe, eu me culpava por eu ter medo de não falar, porque se eu fosse corajosa. Talvez teria parado, talvez eu não tivesse que passar tantos meses sendo encostada e vomitando, todos os dias passando mal e não se alimentando, e tendo nojo de mim, e brigando na escola, e tentado me matar um monte de vezes por causa disso, então, é tipo uma culpa, porque eu não fui corajosa. **(Excerto 11 - Madras, outubro de 2018).**

Madras tece: “eu achava que eu era culpada por não contar, mas mesmo assim, que não era culpada porque eu estava tentando proteger minha mãe, meu irmão, já que ele fosse fazer mal para eles.” Verifica-se que a autculpa pode vir acompanhada por diferentes justificativas, algumas por amar quem praticou o abuso, outras por pensarem que consentiram o abuso e algumas por não terem contado, como no caso de Madras. Embora todas tenham motivações diferentes, se culpabilizar é algo que boa parte das vítimas acaba realizando contra seu próprio corpo. Isso reitera como a sociedade ainda está organizada em torno do discurso de culpa com base em algumas crenças conservadoras, em que as mulheres são culpabilizadas e se culpam pelas próprias agressões.

O próximo excerto indica que, devido ao que ela sofreu na infância, Madras tornou-se agressiva e com dificuldade de se relacionar com outras pessoas:

[...] então minha mãe foi chamada várias vezes na escola porque eu batia nos meninos, eu gritava com os meninos, eu não queria que nenhum menino chegasse perto de mim, e eu lembro que nem uma menina queria ser minha amiga porque eu era muito agressiva [...] **(Excerto 12 - Madras, outubro de 2018).**

Os enunciados do excerto 12 demonstram que, além de o estupro ser uma violência psicológica que acompanha as vítimas por toda a vida, pode levá-las ao afastamento das pessoas, isolando-se do convívio social: “eu batia nos meninos, eu gritava com os meninos, eu não queria que nenhum menino chegasse perto de mim e eu lembro que nem uma menina queria ser minha amiga”. O sentimento de culpa, portanto, pode acarretar sérios problemas de convivência. Por isso, é relevante lembrar Machado (1999), que aborda tanto os discursos sobre corpos impuros e sujos, assumidos por mulheres abusadas sexualmente, quanto a tendência de se julgarem prostitutas por não conseguirem impedir a violência.

No próximo excerto, Madras tenta usar o mecanismo da culpa para culpabilizar a mãe:

[...] só que depois que eu comecei a ficar mais velha, com uns doze anos, eu comecei a culpar minha mãe porque que ela nunca olhou para mim, ela, como professora, ela, como uma pessoa que sabia os trejeitos de uma criança que sofria abuso, porque ela nunca viu o que estava acontecendo comigo?

Por que ela nunca chegou, tipo, está acontecendo alguma coisa? Por que você está desse jeito? E, depois, quando essa culpa tomou conta de mim, por eu me sentir culpada e por eu culpar minha mãe, eu não conseguia ter um relacionamento com ela, e depois disso, eu lembro que eu não conseguia me relacionar com meninos, eu sempre fui muito fácil de fazer amizades, mas as pessoas não ficavam muito tempo perto de mim porque eu me tornava agressiva com elas, porque eu queria ser superior a elas, eu queria mandar nelas mais ou menos do mesmo jeito que ele mandou em mim no dia, e isso foi me fazendo muito mal a ponto de eu me sentir mal, de não querer mais ser eu mesma [...] (Excerto 13 - Madras, outubro de 2018).

Para tentar eximir-se da culpa que a assolava, observa-se que Madras enuncia que ela começou a culpar a mãe pelo ocorrido: “eu comecei a culpar minha mãe porque que ela nunca olhou para mim.” Talvez essa tenha sido uma maneira de ela amenizar o sofrimento que a invadia, por pensar que seria culpada por ter silenciado durante tanto tempo; porém, ela confirma que o discurso da culpa está muito presente da vida dela. Ao culpar a mãe, ela igualmente reproduz o discurso que a sociedade usa para punir as vítimas de estupro quando as culpabiliza pela violência. Desse modo, eu questiono e deixo perguntas para que cada um possa pensar no assunto: Existe culpado nos casos de estupro? Quem é o culpado?

Madras revela que, ao acreditar na culpa da mãe por causa do abuso do padrasto, teve problemas de relacionamento com a genitora e não conseguia se relacionar com meninos, porque estes a faziam lembrar-se da figura masculina que a tinha abusado. Portanto, ela enuncia que a agressividade fazia parte dos seus modos de agir, como se fosse um meio de defesa que havia adotado.

Com base nos enunciados anteriores, no excerto 14, Madras acrescenta que tentou suicídio. Ela não tinha com quem desabafar, do mesmo modo ela também se questiona, sugerindo que se ela contasse, não resolveria. Assim, ela salienta que “a partir de uns 12, até uns 15, foi onde eu mais me odiava”:

[...] então, eu tentei suicídio quando era adolescente. E, sem contar isso para ninguém, tipo, eu pensava em chegar na escola e contar para as minhas melhores amigas, mas tipo, eu vou contar isso, vai adiantar do que?

[...] acho que a partir de uns 12, até uns 15, foi onde eu mais me odiava, por eu nunca ter contado, nunca ter me aberto para alguém e ter colocado toda essa dor para fora, porque dói muito na gente, dói uma coisa de pele, dói uma coisa de alma de espírito, dói tudo, você se sente um lixo, você sente aqui a primeira pessoa que vai chegar perto de você, vai fazer a mesma coisa, você sente que todo mundo quer fazer o mal, principalmente, o sexo oposto. Então, para mim, é o único homem que prestava na face da terra, era meu irmão, que era quem cuidava de mim, que me protegia, quem me ensinou um monte de coisa, e eu lembro que quando eu fui ficando mais velha, eu tinha muita dificuldade em ter amizade com meninas, eu sempre me relacionei mais com meninos, mas não uma questão, tipo de querer estar

perto de homens, mas eu acho que por eu ser agressiva demais, eles aguentavam mais do que as meninas, então nunca conseguia ter muitas amigas, eu era muito agressiva com elas, elas não gostavam muito do meu jeito, e os meninos não, os meninos me aguentavam, então, mas também minha amizade com eles, tinha uma barreira, eles podiam chegar até perto de mim até um certo momento, ou falar de um assunto até certo ponto, depois disso também eu já me afastava, cortava amizade, não queria mais.

[...] Eu me distanciei completamente, me fechei, quase entrei em depressão [...]. **(Excerto 14 - Madras, outubro de 2018).**

Assim, no excerto 14, como se observa, Madras tece sentidos com base em uma sequência de comportamentos que fez com que outras pessoas se afastassem dela, demonstrando as consequências de um abuso sexual, em que prevalece o silenciamento. A importância de as vítimas denunciarem e serem ouvidas, acreditando em sua palavra, ou até mesmo de conversarem com alguém de confiança, é inegável para que algumas práticas de violência contra o próprio corpo sejam excluídas do seu pensamento.

Depois, no excerto 15, ela revela que foi apenas com 15 anos de idade que resolveu contar para a mãe, haja vista que uma amiga a incentivou a tomar essa decisão. Tal enunciado reforça a importância de ter alguém que apoie a vítima a contar o que está acontecendo para tentar amenizar os problemas decorrentes de um abuso:

Fui contar para minha mãe quando eu tinha 15 anos de idade só, foi quando uma amiga me ajudou, foi a primeira vez que eu contei, foi quando eu tinha 15 anos, eu contei para uma amiga e ela me incentivou a contar para minha mãe [...]. **(Excerto 15 - Madras, outubro de 2018).**

Conforme se percebe a seguir, no excerto 16, ela contou para mãe, porém não puderam fazer nada contra o agressor, pois não tinham mais o contato dele. Mesmo assim, ela ressalta que a mágoa em torno da mãe ainda perdurou e que nunca conseguiu revelar para o irmão, aquele que ela pensava proteger na época em que se submeteu ao estupro para que ele não fosse machucado:

[...] e quando eu contei para minha mãe, ela chorou muito, ela pediu desculpa. Ela ficou triste e tal, mas também ficou por isso mesmo, até porque, depois que eles se separaram, não teve mais contato nenhum, nem sabe que cidade ele foi, nada, então, meio que não tinha mais o que fazer, e foi bem complicado porque mesmo abrindo meu coração para minha mãe com 15 anos de idade, eu não conseguia ainda ter um relacionamento com ela, eu não conseguia dizer que eu amava ela de verdade, porque eu ainda sentia raiva, e também nunca contei isso para o meu irmão, não sei se minha mãe contou, mas eu nunca cheguei a contar isso para meu irmão [...]. **(Excerto 16 - Madras, outubro de 2018).**

Posteriormente, ela sugere que a violência que sofreu acabou moldando a sua personalidade, porque recebeu julgamentos da sociedade e igualmente da mãe, por causa de seu modo de se comportar. Então, ela enuncia que:

[...] as pessoas me conhecem por eu ter uma personalidade muito forte, por eu ser muito chata, e é uma coisa que foi, foi criando dentro de mim, é uma barreira, até em questão de relacionamentos [...]

[...] mas como cresci meio sendo grosseira e meio masculina, então, eu sentia muita repressão dos meninos em relação a mim, tipo como eles me achavam muito masculina, mais do que as minhas amigas, então, eu sempre ouvia comentários de que eu era um menino, de que eu era lésbica, de que eu não ia encontrar um namorado e, tipo, eu era a repreendida a todo momento, principalmente dentro de casa, a minha mãe reclamava das roupas que eu vestia, porque eu tava saindo com um monte de menino, porque é que eu não passava maquiagem. Então, até pelo menos meus 16, 17 anos, eu sofria esse tipo de bullying porque eu me vestia igual um menino, porque eu não saía com meninas, isso era bem chato (risos), até porque não era meio que verdade, então, era ruim. **(Excerto 17 - Madras, outubro de 2018).**

No excerto 17, Madras expõe angústias por nunca ter contado para ninguém, tece sobre o distanciamento das pessoas, o medo de lidar, sobretudo, com o gênero oposto. Igualmente, ela cita o distanciamento do novo padrasto, com base no alerta da própria mãe:

[...] e, eu lembro que é estranho depois que a gente cresce entendendo que isso acontece, porque eu lembro que minha mãe casou de novo recentemente, e eu lembro que a primeira vez que ela pediu para o marido dela me levar para algum lugar, antes de eu sair de casa, ela me pediu, ela me olhou e falou: Não seja idiota, não deixa ninguém encostar em você de novo. E, aquilo me marcou de um jeito, que tipo, mas não fui eu, não pedi para isso acontecer, então, é algo como uma vez, eu conversei com as meninas, isso é ruim porque, em você, nem as pessoas próximas de você sabem lidar com isso, a gente fala, a gente vê na TV, no jornal, a gente lê, mas na hora que acontece com você, ou alguém próximo de você, você só quer fingir que não aconteceu [...] **(Excerto 18 - Madras, outubro de 2018).**

Desse modo, Madras cita, no excerto 18, um enunciado que desperta atenção nas análises, o qual partiu da mãe: “ela me olhou e falou, não seja idiota, não deixa ninguém encostar em você de novo.” Tal enunciado parece ter afetado Madras, pois ela enuncia: “aquilo me marcou de um jeito, que tipo, mas não fui eu, não pedi para isso acontecer.” Para Madras, aquele enunciado da mãe ecoou como se ela a estivesse responsabilizando pela violência sofrida e por isso, agora, ela precisa ser a responsável pela própria segurança. Dessa forma, de modo sutil, a mãe acaba induzindo ao discurso de culpabilização da vítima pela violência sofrida pela filha, como se ela tivesse deixado que o abuso acontecesse e que esta é a única coisa de que precisa: cuidar do corpo. Cabe ressaltar de que não são as mulheres que



precisam cuidar do próprio corpo para não atrair os homens, mas esses que precisam aprender a respeitá-lo.

Para finalizar, Madras expõe a naturalização da violência e entende que:

[...] isso é ruim porque, em você, nem as pessoas próximas de você sabem lidar com isso, a gente fala, a gente vê na TV, no Jornal, a gente lê, mas na hora que acontece com você ou alguém próximo de você, você só quer fingir que não aconteceu.

Esses enunciados sugerem que, mesmo ela tendo sofrido um estupro, não saberia lidar com essa situação se envolvesse outra pessoa. Ao tecer o elemento discursivo “fingir”, ela ressalta o silenciamento de familiares, bem como das vítimas, como se fosse uma maneira de fugir daquela situação que sofreu. Entretanto, pelos próprios dados desta pesquisa, mostra-se que tal fuga não a levou ao esquecimento do que sofreu.

Desse modo, esta seção analisou os enunciados que indicam medo, julgamento, culpabilização das vítimas em torno da violência sexual. Os enunciados analisados fazem referência às formações discursivas de Tricoline, Seda, Cambraia, Renda e Madras. A sujeita de pesquisa Organza não teceu enunciados que indicassem explicitamente as questões elencadas, talvez por ter sofrido o estupro praticado pelo marido e ter naturalizado aquela situação como obrigação conjugal.

De outro modo, as outras sujeitas de pesquisa teceram enunciados que expressam a impotência diante dos abusos sexuais sofridos dos familiares ou amigos próximos da família. Cabe lembrar que se faz referência aos abusos que, na fase adulta, são reconhecidos pelas vítimas. Embora as cinco sujeitas de pesquisa – Tricoline, Seda, Cambraia, Renda e Madras – tenham relatado violências sexuais na infância, e três dessas vivenciassem novamente abusos sexuais na fase adulta, cada uma enfatizou com mais veemência apenas umas das violências que parece tê-las marcado com mais profundidade. Então, as considerações foram enfatizadas com base nos enunciados em torno do episódio que foi mais citado nos excertos.

Uma das sujeitas de pesquisa descreve que não teve mais o que fazer diante das tentativas do padrasto. Esse fato foi marcado pelo medo de falar e destruir a família, medo do agressor, culpa pelo estupro, julgamento e culpabilização da sociedade quando ela revelou para a mãe o que tinha acontecido, negação do estupro por parte do agressor, demonstrando que foi a palavra dela contra a dele (violentador). Por isso, ela teve que provar o que ocorreu, submetendo-se aos exames médicos.

Outra sujeita de pesquisa relata a atitude do pai de naturalizar o que ela sofreu, negando a violência que havia vivenciado, e questões de julgamento e culpabilização por

parte da mãe do agressor pelo fato ocorrido, que a fizeram silenciar e conviver com o medo e o sofrimento por causa do abuso sofrido na infância, por um amigo da família.

Também há outra sujeita de pesquisa que sofreu com abusos sexuais da mãe, silenciou e nunca conversou com essa mãe sobre o assunto, pois até hoje ela não sabe se a genitora entendia as práticas realizadas no sentido de manifestação de carinho ou abusos. Nesses excertos dessa participante da pesquisa surgem discursos que remetem à autculpa e moralidade religiosa. Em outra situação envolvendo o padrasto, ela expressa medo do violentador e medo da descrença da mãe em sua própria palavra. Esses casos foram mais uma mostra de silenciamento da vítima e culpa pelo ocorrido.

Igualmente, outra sujeita de pesquisa relata o abuso sexual sofrido na infância, cujo violentador foi o tio. A vítima conta para a mãe, mas essa pede que se acontecesse de novo era para lhe dizer. Diante das provas, “calcinha com espermatozóide”, há a negação do violentador e, em uma reunião familiar, decidem silenciar a violência que a vítima sofreu. Essa sujeita de pesquisa expõe que, em meio a outros abusos que sofreu no ambiente familiar, todos eles foram silenciados, recaindo a culpa nela, “a menina”. Nesse caso, o que mais se evidenciou foi a culpa da própria vítima diante da postura de naturalização da violência, descrença em sua palavra desde o primeiro momento em que conta que o tio estava abusando dela, bem como indica silenciamento dos abusos por parte da família e da vítima, que acaba sendo silenciada com tais atitudes familiares.

De modo semelhante, outra sujeita de pesquisa expressa o que vivenciou na infância sobre estupro familiar, em que sentia medo de o agressor se vingar do irmão se ela contasse para a mãe o que estava acontecendo. O fato ocorrido foi demarcado por culpa por muitos anos, até que, ao contar para a mãe, essa se compadeceu do que a filha tinha sofrido, mas igualmente naturalizou a violência e alertou a filha para não deixar acontecer novamente o que lhe fizeram na infância, como se a culpa tivesse sido da vítima e não do agressor que não soube respeitá-la.

Portanto, os enunciados indicam discursos que tecem sobre o medo das vítimas contarem a respeito dos abusos para os próprios familiares, medo de destruir a família, medo do agressor, culpa de ter deixado acontecer a violência ou de ter silenciado. Além disso, surgem o julgamento e a culpabilização por parte da sociedade, que resultam no silenciamento.

O quadro a seguir apresenta alguns enunciados que aparecem nos excertos, com a finalidade de problematizar questões referentes ao tema da seção.

Tema recorrente: “Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento”	
Tricoline	<p>[...] porque na minha cabeça que <b>se eu falasse alguma coisa ia destruir a família [...]</b></p> <p>[...] <b>eu tive que me submeter</b>, eu não tinha, não tinha condições, <b>eu não tinha voz</b>, não tinha o que fazer.</p> <p>[...] <b>eu guardei tudo aquilo pra mim</b> durante muito tempo [...]</p> <p>[...] num foi nem eu que falei para minha mãe, <b>não conseguia falar sobre aquilo, mas eu fiz ela entender o que estava acontecendo</b>. E minha mãe, eu nem culpo ela por isso, ficou muito chateada [...] Não foi assim, minha mãe me acusou de te me envolvido com ele, <b>mas outras pessoas souberam de alguma coisa, nem souberam mesmo o que aconteceu, me acusaram de ter me envolvido com meu padrasto [...]</b></p> <p>[...] eu fui obrigada a fazer um exame, eu fui obrigada a í no ginecologista e <b>ele (padrasto) falou que eu estava mentindo [...]</b></p> <p>[...] Mãe eu <b>jamais inventaria uma história dessas [...]</b></p> <p>[...] eu <b>tinha pavor de andar na cidade e encontrar com ele, fiquei com bastante medo</b>, apesar de ele nunca ter feito nenhuma ameaça, eu tinha muito medo, muito medo [...] eu ia ao meu bairro e <b>as pessoas, elas olhavam</b>, era muito complicado, muito complicado mesmo [...]</p> <p>[...] <b>as pessoas vão olhar</b>, e eu chorei muito sozinha [...]</p> <p>[...] <b>eu tenho medo do olhar de pena das pessoas, tenho medo do olhar de julgamento</b>, porque <b>o olhar de julgamento recebi a vida inteira [...]</b></p> <p>[...] toda vez que eu voltava no antigo bairro que eu morava antes na cidade, alguém fala: <b>ah, a menina lá que destruiu o casamento da mãe dela</b>.</p>
Seda	<p>Aí <b>a mãe dele</b> (segundo abusador) ainda <b>disse que a culpa foi minha porque me insinuei [...]</b></p> <p>[...] porque esse menino é rico, ele vai conseguir um advogado para calar minha boca ainda vai ameaçar eu, entendeu?</p> <p>[...] meu pai é o amor da minha vida, mas <b>ele não me apoiaria [...]</b></p> <p>[...] <b>minha mãe ficou chorando em prantos</b>, me levou no parquinho desesperada, <b>meu pai foi assistir TV como se nada tivesse acontecido, sabe?</b></p>
Cambráia	<p>[...] e às vezes quando eu tipo ia ter reação, <b>eu ficava morrendo de medo, ele (padrasto) fazia sinal de ficar quieto, ou sinal de cortar o pescoço</b>, aí eu não sei né, <b>eu não tinha coragem da reação da minha mãe, dela não acreditar quando eu constasse ou achasse que eu tinha gostado de tudo aquilo [...]</b></p> <p>[...] tipo eu assim falando, lá <b>do meu ex-marido eu não tenho medo e vergonha nem nada, mas em relação, a minha mãe principalmente sim [...]</b></p>
Renda	<p>[...] eu cheguei para minha mãe e falei que, mãe, meu tio está fazendo isso e <b>ninguém queria acreditar [...]</b></p> <p>[...] <b>eu me culpava</b>, porque de uma certa maneira, eu deixei, eu aceitei que aquilo acontecesse comigo, <b>eu me sentia suja</b>.</p>
Madras	<p>[...] <b>eu achava que eu era culpada por não contar</b>, mas mesmo assim, que não era culpada porque eu estava tentando proteger minha mãe, meu irmão, já que ele fosse fazer mal para eles [...] <b>a minha culpa, foi a culpa do meu medo, sabe eu me culpava por eu ter medo de não falar, porque se eu fosse corajosa [...]</b></p> <p>[...] <b>eu comecei a culpar minha mãe</b> porque que ela nunca olhou para mim [...]</p> <p>[...] <b>me odiava, por eu nunca ter contado</b>, nunca ter me aberto para alguém e ter colocado toda essa dor para fora [...]</p> <p>[...] <b>também nunca contei isso para o meu irmão</b>, não sei se minha mãe contou, mas eu nunca cheguei a contar isso para meu irmão [...]</p>
Organza	----

**Quadro 6** – Enunciados recorrentes sobre a seção “Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento”

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Na próxima seção, serão apresentados enunciados sobre o tema “Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente”, nos quais se entrelaçam motivações baseadas na seção que termina neste momento.

### **5.5 Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente**

Nesta seção, elenco enunciados em torno do ato de denunciar ou não denunciar o violentador. Para tanto, discuto o que elas fizeram no passado e o que pensam hoje, com base em novo lugar de fala e posicionamento social, sobre o assunto.

Tricoline inicia o excerto 23, expressando algumas razões que a levaram a não realizar a denúncia contra o padrasto:

Essa parte foi a mais complicada, a minha cidade é pequena, não há delegacia especializada da mulher, nem no sonho, nunca passou pela minha cabeça, algum medo da exposição, era demais, e eu pensei muito na minha irmã, muito... muito... muito, na verdade eu só aguentei isso tanto tempo por causa da minha irmã, porque eu não conseguia imaginar o que, que seria, o que iria ser, e acabamos deixando de lado, até porque, eu não queria, e eu era muito nova, e não tinha esse tipo de pensamento, estava com 16 anos, a minha mãe mudou de cidade, e eu permaneci na mesma cidade porque eu precisava estudar, e eu tinha que concluir o ensino médio, e já estava no final do ano. **(Excerto 23 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline expõe nos enunciados: “Essa parte foi a mais complicada, a minha cidade é pequena, não há delegacia especializada da mulher nem no sonho”. Ao analisar os enunciados, verifica-se que ela citou a questão de a cidade não ter a delegacia especializada dos direitos da mulher, o que se torna um dos problemas de muitas cidades que não prestam esse atendimento às vítimas de violência. A cidade na qual residem as sujeitas de pesquisa, recentemente, passou a contar com esse atendimento, mas não possui um espaço de apoio para as vítimas que, às vezes, precisam sair de casa com os filhos. Se não existir o apoio de algumas instituições que ofereçam um local adequado para atendimento das vítimas, bem como de profissionais especializados para tratar do assunto, a tendência é que esse crime continue sendo silenciado por muitas mulheres.

Ainda sobre os enunciados de Tricoline, ela tece: “nunca passou pela minha cabeça, algum medo da exposição, era demais e eu pensei muito na minha irmã, muito... muito... muito, na verdade eu só aguentei isso tanto tempo por causa da minha irmã”. Verifica-se que Tricoline não quis expor, sobretudo, a irmã. Ela reitera isso quando intensifica o advérbio “muito” para expressar quanto se preocupou com a imagem da irmã, que era filha do agressor.

O medo da exposição da própria vítima, bem como de familiares, é uma das razões pelas quais as mulheres têm deixado de realizar a denúncia; outros motivos estão relacionados aos julgamentos, ao interesse em manter a família, quando se trata dos estupros domésticos, ou à crença de que o agressor pode mudar, em caso dos estupros envolvendo familiares. Além disso, uma razão plausível é o descrédito na justiça, que, muitas vezes, tem culpabilizado a vítima, ao invés de punir o agressor, entre outros motivos que serão discutidos nesta seção.

Desse modo, sugere que para ela, naquele momento, a punição do agressor não seria a melhor maneira de amenizar o sofrimento, por isso ela procurou liberar o perdão para quem a tinha violentado:

[...] até porque, é aquela coisa, é minha filosofia de vida, eu falei para mim, que eu tinha que perdoar, se eu não perdoasse, eu ia viver odiando uma pessoa para o resto de minha vida, e eu ia levar aquilo para o resto da minha vida, eu ia viver sendo a menina que foi estuprada pelo padrasto, e eu vou levar isso para meus filhos, para os meus relacionamentos, é isso que eu não quero. Por isso que eu te falei, que eu tive que tomar muita coragem, porque quando eu digo que fui estuprada, depois eu tenho que explicar que ainda eu convivo, mas eu não gosto mais de me referir a ele como estuprador, porque foi há muito tempo, e a gente conversou sobre isso, não denunciei, mas casos assim, eles têm que serem denunciados, sim! Eles têm que ser discutidos, sim. Foi meu jeito de levar as coisas [...] **(Excerto 24 - Tricoline, junho de 2018)**.

Observa-se que o sentido produzido no excerto 24 é concluído no enunciado “Foi meu jeito de levar as coisas”, que demarca discursivamente em todo o excerto o sentido do ato de perdoar o estuprador, pois Tricoline declara que essa foi uma maneira para procurar aliviar o que sentia: “até porque, é aquela coisa, é minha filosofia de vida, eu falei para mim que eu tinha que perdoar, se eu não perdoasse, eu ia viver odiando uma pessoa para o resto de minha vida e eu ia levar aquilo para o resto da minha vida.” Tricoline reconhece nos enunciados que a violência que ela sofreu foi um estupro. Entretanto, ela prefere não chamá-lo de estuprador: “mas eu não gosto mais de me referir a ele como estuprador, porque foi há muito tempo e a gente conversou sobre isso.” Entretanto, ela incentiva que crimes como esses sejam denunciados e igualmente discutidos: “não denunciei, mas casos assim, eles têm que serem denunciados, sim! Eles têm que ser discutidos, sim.”

Tricoline demonstra pelos enunciados que, em seu caso, ela teve motivações para que o estupro não fosse denunciado, inclusive tece que já não considera o agressor como sendo um estuprador porque ela o perdoou. Porém, incentiva outras meninas e mulheres a denunciarem. Com base nisso, no decorrer dos excertos de todas as sujeitas de pesquisa têm aparecido alguns elementos linguísticos que expressam reiteradamente o discurso de perdão

ao agressor. Evidentemente, cada uma tem suas justificativas para não realizar a denúncia, no entanto é necessário apontar por que ainda existem esses discursos e não outros. O discurso de perdão pode insinuar, de algum modo, o silenciamento e a submissão aos atos de violência, para que a mulher não reaja àquela situação vivenciada. Esses discursos, como se vê no capítulo teórico, resgatam os modos como as mulheres foram educadas para exercerem os seus papéis na sociedade. Embora as sujeitas mulheres tenham tecido outros discursos, parece que alguns daqueles que foram construídos culturalmente tendem a aparecer em alguns momentos históricos.

No excerto 15, Seda expõe enunciados sobre a realização da denúncia contra seus abusadores:

A segunda pessoa, acho que é o último ano, porque se não vai entrar, tipo o caso que a pessoa é perdoada pela justiça pelo número de anos, entendeu? Então, quero denunciar os primeiros e conversar com o terceiro, porque o terceiro foi muito da inocência, sério! Pensei que não precisaria denunciá-lo, porque eu acho que não precisa, mas não lembro quem que era, pensei em conversar com ele para alertá-lo, e se mesmo que ele debochasse de mim, eu tivesse de uma forma negativa, pensei em denunciá-lo. **(Excerto 15 - Seda, junho de 2018).**

Esses enunciados reiteram algumas análises de seções anteriores, evidenciando que a segunda violência afetou Seda ao ponto de ela querer realizar a denúncia, após algum tempo. Entretanto, o terceiro caso, que ocorreu quando era adulta e estava embriagada, ela parece ter entendido como sendo o instinto de homem e que precisava ser reconsiderado. Para ela, uma conversa poderia resolver o problema: “A segunda pessoa, acho que é o último ano, porque se não vai entrar, tipo o caso que a pessoa é perdoada pela justiça pelo número de anos, entendeu? Então, quero denunciar os primeiros.”

Esses enunciados implicam sentidos do que a vítima entende por estupro, já discutidos nas subseções anteriores. De acordo com Seda, o primeiro, ela argumenta em outro momento, será somente para subnotificar o crime porque já foi denunciado pelas próprias netas; já o segundo estupro ocorrido na infância de Seda foi o que mais a afetou. A ideia de valorização do corpo puro e casto pode estar entrelaçada ao pensamento de Seda, uma vez que, na segunda violência sexual, ela teve que dar um beijo forçado no agressor. Conforme já foi mencionado com base em Machado (1999), mulheres violentadas sexualmente acreditam que, depois da agressão, seus corpos se tornaram impuros e sujos ou se julgam prostitutas. A vontade de denunciar o segundo agressor pode estar relacionada aos discursos de pureza da mulher que a sociedade manteve por algum tempo para controlar os corpos femininos.

Na próxima subseção em que ela abordará os traumas psicológicos, perceberá que essa segunda violência ficou muito marcada como símbolo de “sujeira” no corpo de Seda. Portanto, a necessidade de denunciar o segundo violentador pode ter fatores relacionados à desvalorização do corpo a partir daquele momento do abuso, uma vez que seu primeiro beijo foi com quem ela não queria, cabendo ressaltar nessa situação que, para se considerar um estupro, não precisa ocorrer penetração. Um exemplo é esse caso de Seda em que não houve penetração, mas houve um beijo forçado, e o agressor a apalpou sem consentimento, o que resultou em traumas e vontade de denunciá-lo pela violência.

No caso do terceiro, Seda expõe que deveria “conversar com o terceiro, porque o terceiro foi muito da inocência, sério! pensei que não precisaria denunciá-lo.” Esses enunciados levantam uma problemática relacionada ao estupro/abuso sexual, pela qual se demonstra que esse tipo de crime pode estar relacionado com a subjetividade da vítima. Para esse terceiro caso, ela pensa que apenas uma conversa poderia esclarecer o abusador de que as práticas utilizadas por ele foram abusivas. Porém, o que é importante ressaltar é: quais foram as circunstâncias em que o terceiro caso aconteceu?

Seda estava embriagada numa festa realizada em sua casa, ela estava de biquíni dentro de uma banheira de hidromassagem no quarto e o abusador estava nesse mesmo ambiente. Foi nesse espaço que o agressor cometeu o abuso ao ficar nu e realizar sexo oral em Seda, mesmo ela dizendo que não queria. Como ela sugere em enunciados de outros excertos, o rapaz não teve culpa porque, naquele momento, ele sentiu-se como “se tivesse arrasando como homem” e ela reforça que “foi muito da inocência, sério”.

Sob essa perspectiva, de alguma forma, Seda acaba concordando com a crença ou mito de estupro de que o homem age por impulso, tendo em vista que ela estava embriagada em uma festa e de biquíni dentro de uma banheira de hidromassagem. Talvez ela possa ter pensado que, mesmo ela dizendo que não queria, os modos como ela estava eram uma motivação para que os institutos masculinos se manifestassem naquele momento. Mesmo sem se culpar de forma explícita pelo ocorrido, ela acaba sugerindo sua culpa em virtude dos seus modos. Com isso, Seda isenta o agressor da culpabilidade. Observe que, para ela, a conversa seria uma forma de “alertá-lo e se mesmo que ele debochasse de mim, eu tivesse de uma forma negativa, pensei em denunciá-lo.” Assim, ela demonstra que a denúncia não se daria pela atitude que o rapaz teve na festa, mas por não ter compreendido o alerta.

Por fim, no excerto 16, ela tende a enfatizar o segundo caso como sendo um abuso sexual que a marcou profundamente; porém, ela parece entender que justiça e vingança tenham os mesmos significados:

[...] eu só quero justiça. Sabe aquela vingancinha? Tipo é querido, estou aqui pagando psicólogo, 260 reais de remédio psiquiátrico, é 400 reais de consulta com psicóloga, e 700 reais de psiquiatra por mês.... Você viu que está fazendo comigo? Seu demônio (risos). **(Excerto 16 - Seda, junho de 2018).**

Os abusos sexuais são traumas que persistirão na vida de boa parte das mulheres que já passou por isso, umas de forma mais intensa, outras tentando refazer suas vidas em meio às feridas, tornando-se mais fortes. Para Seda, refazer sua vida perpassa pelo sentido de “justiça”. Ela enunciou: “eu só quero justiça. Sabe aquela vingancinha?” Muitas mulheres já devem ter pensado como Seda, uma vez que nem todas acolhem o discurso do perdão. Entretanto, ao enunciar os substantivos “justiça e vingança” como sendo elementos sinônimos, ela expõe sentidos que são válidos discutir. No dicionário Aurélio, o vocábulo justiça está atrelado a dar a alguém o que é seu e de julgar segundo o direito e melhor consciência, já o vocábulo vingança compreende o ato ou efeito de vingar-se, punir ou castigar.

Desse modo, pensa-se na concepção de punição, mas não com base nos dispositivos disciplinares que surgiram a partir do século XVII. Conforme salienta Foucault (1987), a disciplina não é uma instituição, nem aparelho de Estado, é uma técnica que atravessa as instituições e aparelhos de Estado. Esse instrumento de poder atua no corpo em forma de vigilância e punição, com o objetivo de docilizar os corpos para exercer alguma função em dado momento sócio-histórico. Já o poder punitivo que se exerce pela vingança como forma de punição não é o poder que corresponde aos direitos de justiça, mas funciona como meios para castigar os corpos sem se valer dos direitos. Assim, é imprescindível questionar qual justiça queremos: a justiça que se vale dos direitos próprios a todos os cidadãos ou a justiça do poder soberano<sup>87</sup> que se utiliza da punição (vingança) por meio de castigos realizados nos corpos?

Portanto, cabe ressaltar que quase todos/as os sujeitos/as que vivenciam uma situação de violência acabam pensando em exercer a justiça pela vingança, mas é preciso pensar que, ao praticar a vingança, de algum modo, poderá se reproduzir, igualmente, a violência.

---

<sup>87</sup> Foucault (1987) aborda o poder soberano como uma forma de poder retaliativo, não velado e que tinha como objetivo a manifestação da vingança, para que o maior número possível de súditos tivesse conhecimento das condenações e dos modos que agiam para exercer a punição. Com uso de diferentes mecanismos que representavam a vingança, em virtude de determinado ato não aceitável ao soberano, as punições abrangiam sempre algum tipo de sofrimento e o alvo principal era o corpo, ou seja, o soberano detinha o direito de “deixar viver” ou “fazer morrer”. Com isso, a estratégia não era apenas atingir o condenado, mas também produzir efeitos naqueles que presenciavam ou sabiam das histórias. Nesse tipo de poder em que não podia haver resistência, a justiça do soberano se apresenta de maneira que todas as vozes devem-se calar.



Posteriormente, Cambraia enuncia que ela não denunciou e não denunciaria o marido que cometeu estupro pelos motivos elencados; também acrescenta a questão do estupro praticado pela mãe e pelo padrasto que, igualmente, não seriam denunciados por causa dos julgamentos da sociedade:

Não denunciaria porque, até, se até hoje eu for falar para alguém, as pessoas acham que isso é normal, né? Era o marido querendo, né? E, eu também achava que era normal, igual eu falei. Isso tem 13 anos, e eu, agora, há um ano mais ou menos que eu fui saber que isso não era certo. Eu acho que eu vi na novela, na novela, agora eu não lembro qual que foi, eu vi na novela. Num lembro mais, depois no final da novela falava assim, passava uma propaganda no final da novela que mulheres tinham relação sem querer, era um estupro. Mas, eu não me recordo qual era a novela [...] Então, não denunciaria por medo, o medo de não ser entendida pelos outros, medo dele, e por gostar dele. Não teria. De todas, eu teria que ficar calada, porque todas as situações eram estranhas. Poxa! Sua mãe, seu padrasto e seu marido. **(Excerto 10 - Cambraia, outubro de 2018).**

No excerto 10, Cambraia enuncia: “Não denunciaria porque, até, se até hoje eu for falar para alguém, as pessoas acham que isso é normal, né? Era o marido querendo, né? E eu também achava que era normal, igual eu falei”. Embora Cambraia não soubesse na época que tinha sofrido um estupro, mesmo assim, se o fato tivesse ocorrido hoje, ela novamente não denunciaria porque muitas pessoas normalizam o estupro marital. Essa questão retoma os motivos pelos quais muitas vítimas que sofrem estupro do marido terminam não denunciando, por medo dos julgamentos e descrença na palavra da vítima. Observa-se que ela elenca todas as justificativas para não denunciar o agressor: “Então, não denunciaria por medo, o medo de não ser entendida pelos outros, medo dele e por gostar dele.” Estudos de Paula (2011) e Medeiros (2016) tendem indicar motivações semelhantes para estupros ocorridos nos contextos familiares. Isso mostra que é preciso problematizar tais questões na sociedade.

Cabraia também evidencia que “De todas, eu teria que ficar calada, porque todas as situações eram estranhas. Poxa! Sua mãe, seu padrasto e seu marido.” Ao enunciar isso, Cambraia sugere que a descrença em sua palavra seria maior se tivesse que denunciar todos os estupros, tendo em vista que a violência sexual na vida dela foi recorrente. Medeiros (2016) justifica essa recorrência pelo fato de o violentador ser alguém familiar, portanto, geralmente é não denunciado. O silenciamento indica ser um fator de vulnerabilidade para as vítimas. Além do mais, conforme discutido na base teórica, essas mulheres, uma vez tenham sofrido estupro, podem acolher o discurso em torno da culpabilização, por pensarem que despertam

os violentadores de algum modo ou não acreditam na boa reputação porque foram violentadas em outra ocasião ou até mesmo que seus corpos não têm mais nenhum valor social.

Desse modo, ela enuncia questões de justiça referentes a casos semelhantes ao dela:

Eu acho que não é feito justiça certa, e também não é denunciado tudo o que acontece, né? Como no meu caso né? Eu, nem um caso foi... mas, nos casos que são denunciados, não é feito justiça, não. Acho que não é denunciado, até por vergonha, por medo, por vergonha, porque dá vergonha, né? **(Excerto 11 - Cambraia, outubro de 2018).**

Cambraia, no excerto 11, tece: “Eu acho que não é feito justiça certa e também não é denunciado tudo o que acontece, né?”, “Acho que não é denunciado, até por vergonha, por medo, por vergonha, porque dá vergonha, né?” Com base nos sentidos cingidos nesses enunciados, ela ressalta que a justiça não é feita e que muitos casos não são denunciados em razão do que já foi discutido referente ao medo e à vergonha das vítimas. Ressalvando o que foi problematizado sobre justiça e vingança na análise dos enunciados de Seda, observa-se pelos enunciados de Cambraia que ela não confia muito na justiça para os casos de estupro. Isso remonta ao que Coulouris (2004) aborda em sua pesquisa sobre a impunidade dos agressores nos casos de estupro, movida pela descrença da palavra da vítima. Partindo desse pressuposto, a justiça, em casos de estupro, precisa atuar valorizando a palavra da vítima, uma vez que o estupro é uma violência ao corpo que pode não deixar sequelas visíveis, mas afeta o psicológico da maioria das vítimas.

No excerto 21, Renda esboça os enunciados de como foi resolvida a situação da violência sexual que ela vivenciou, sem realizar a denúncia do tio que a violentou:

A gente não denunciou, nós mesmos... fizeram uma reunião de família, vamos reunir a família e expor o que está acontecendo, então, colocaram meus avós perto, na época, por parte da família de meu pai e colocaram eu e ele frente a frente, e ele nega até hoje, mesmo com a minha mãe ali, eu lembro até hoje a cena na sala, todo mundo reunido chorando, e minha mãe com a calcinha na mão mostrando, ele nega... negou que nunca tinha feito nada, que ele não era culpado, que isso não tinha acontecido, que ele nunca fez nada. Ficou em família, eles não queriam que saísse, a pedido dos avós, ficou entre família. **(Excerto 21 - Renda, outubro de 2018).**

Analisa-se que alguns enunciados retomam o que foi discutido sobre a naturalização do estupro no meio familiar, bem como a negação do estupro por parte do violentador como estratégia de provocar descrença na palavra da vítima. Renda enuncia: “A gente não denunciou, nós mesmos... fizeram uma reunião de família, vamos reunir a família e expor o que está acontecendo.” Nota-se que ela se inclui na reunião – “nós mesmos” –, mas depois se exclui em seguida – “fizeram uma reunião de família” –, para demonstrar que ela não se inclui na decisão tomada pela família. Renda sugere que foi a palavra dela, uma criança na época,

contra a de um adulto – “o tio”. Ela tece que “ele nega... negou que nunca tinha feito nada, que ele não era culpado, que isso não tinha acontecido, que ele nunca fez nada.” Por fim, ela expõe: “Ficou em família, eles não queriam que sáisse, a pedido dos avós, ficou entre família”. Tais enunciados coincidem com os de pesquisas realizadas com vítimas de estupro familiar em que a situação se repete, porque o estupro acaba sendo silenciado na/pela família (PAULA, 2011; LIRA et al. 2017).

No próximo excerto Renda, sugere enunciados que remetem à dúvida a respeito de realizar denúncia com base no que as crianças falam: “eu não sabia como ajudá-la, como vou ajudar uma pessoa com quem eu não tenho intimidade com essa família.” Desse modo, Renda mostra que ela, e igualmente outras pessoas, estão engessadas em discursos semelhantes aos de sua família, pelos quais se indicam a naturalização da violência e a descrença na palavra da vítima:

Como eu sempre trabalhei com criança, até por coisa da igreja, eu tenho criança que chegava comigo e falava: Olha o irmão do meu pai, hoje, passou a mão em mim, só que na inocência, ele tentou me beijar. E, a cara da criança ali, no momento, assustada quando ela vinha contar para mim, eu não sabia o que fazer, eu não sabia como ajudá-la, como vou ajudar uma pessoa com quem eu não tenho intimidade com essa família, e essa criança tinha, às vezes, cinco, seis anos e pelo fato de trabalhar dentro da escola também, você vê, as crianças chegam para você contando coisas, tipo, eu chego para a diretora e, aí? E, até a diretora não sabe o que fazer, porque o que você vai fazer com uma criança dessas, ela está falando a verdade, ou não está? Você não tem uma estrutura emocional, psicológica para ajudar e fica todo mundo um pouco perdido com aquilo e, até hoje, hoje no meu dia a dia é assim. Como eu vou reagir, é uma criança, como eu vou ajudar uma criança que eu não conheço o dia a dia dela quando chega: tia, aconteceu isso, o que eu vou poder fazer? Eu não sei o contexto, do cotidiano. **(Excerto 22 - Renda, outubro de 2018).**

Veja como os sentidos são tecidos no excerto 22, pois mesmo Renda tendo vivenciado violência sexual no contexto familiar, enuncia: “Como eu vou reagir, é uma criança, como eu vou ajudar uma criança que eu não conheço o dia a dia dela quando chega: tia, aconteceu isso, o que eu vou poder fazer? Eu não sei o contexto do cotidiano.” Os discursos em torno da submissão ainda tendem a cercar Renda, uma vez que, diante de problemas semelhantes enfrentados por outras crianças, a sujeita de pesquisa repete o que fizeram com ela dentro do âmbito familiar ao banalizar a situação e não reagir para efetuar a denúncia. Verifica-se que, quando Renda esbarra na questão do contexto familiar, ela faz alusão a que essa instituição, de certo modo, é intocável, que ela não tem o direito de invadir esse espaço para resolver situações de família. Ela acaba reiterando o discurso de que a violência sexual tem que ser

resolvida em casa e que não compete aos demais sujeitos da sociedade intervir/agir em tal ocorrência.

Esse pensamento naturaliza o estupro e permite que essa violência se torne recorrente no corpo de quem, de alguma forma, procurou ajuda. Renda, no início do excerto 22, enuncia que são crianças da igreja que chegam a relatar fatos de abuso. Nota-se que a posição de sujeita ocupada por Renda é de alguém que atua com crianças na igreja e ambientes escolares. Nesse caso, ela é uma representante da igreja e da escola que deveria exercer sua função social de desestabilizar os poderes conservadores que cercam essas instituições historicamente. A igreja e a escola não podem ser locais de aprisionamento, que disciplinam e punem os corpos como forma de submissão. Essas instituições já não têm como se eximir dos problemas sociais, deixando de orientar e reagir contra as práticas de violência.

Os enunciados do excerto 19 de Madras apresentam evidências de que ela sentiu vontade de denunciar o ex-padrasto, porém ela elenca algumas dificuldades para isso:

[...] então, eu já pensei sim, denunciar o meu ex-padrasto, mas se eu chegar numa delegacia, e eu falar: Moço, eu fui abusada quando eu tinha 10 anos de idade, o nome dele é esse...esse...O máximo que vai acontecer, ele rir da minha cara, tipo, foi há 10 anos atrás. Provavelmente você está falando isso agora porque sua mãe mandou, porque você é maior e teve coragem, e ninguém vai acreditar numa coisa que aconteceu há 10 atrás ou ninguém acreditaria numa menina de 10 anos, era o mesmo caso ali, tipo era a palavra dele contra minha, como que você ia... Como que eu ia naquela época falar com minha mãe, ele está me ameaçando, não tinha nexo, como eu falei antes, não existia isso antigamente e foram 10 anos com essa culpa dentro de mim, tipo porque eu não contei? Porque eu eu não tive coragem de falar com minha mãe, porque eu demorei tanto? (**Excerto 19 - Madras, outubro de 2018**).

Como se observa nos sentidos construídos no excerto 19, Madras atribui à descrença na sua palavra um dos principais motivos para não realizar a denúncia na época do ocorrido: “então, eu já pensei sim, denunciar o meu ex-padrasto, mas se eu chegar numa delegacia, e eu falar: moço, eu fui abusada quando eu tinha 10 anos de idade, o nome dele é esse...esse...o máximo que vai acontecer, ele rir da minha cara.” Nota-se que Madras tece que se, na época, ela não tivesse tido medo das ameaças do violentador, ninguém acreditaria na palavra dela: “ninguém acreditaria numa menina de 10 anos, era o mesmo caso ali, tipo era a palavra dele contra minha.” Todo o silenciamento de Madras ocasionou a própria culpa, em que ela se questiona: “foram 10 anos com essa culpa dentro de mim, tipo por que eu não contei? Por que eu, eu não tive coragem de falar com minha mãe, por que eu demorei tanto?” Com esses enunciados, novamente, aponta a recorrência do silenciamento e não realização da denúncia por motivações que tendem a se repetir nos enunciados das sujeitas de pesquisa.

De outro modo, Madras sugere que, na atualidade, houve mudanças sobre questões relacionadas a estupro e, assim, ela enuncia que:

Eu denunciaria com certeza, se eu soubesse que existia isso naquela época se eu tivesse um pouquinho mais de noção, eu com certeza denunciaria. **(Excerto 20 - Madras, outubro de 2018).**

Ao enunciar: “se eu soubesse que existia isso naquela época”, ela usa o pronome demonstrativo “isso” para fazer alusão às leis sobre estupro que existem hoje e que ela não sabia que existiam naquela época.

Em seguida, Organza, no excerto 3, enuncia que é difícil uma mulher denunciar o marido porque ele é violento. Observa-se que ela inicia os enunciados se referindo a outras mulheres, demarcando uma terceira pessoa; com esse recurso, ela parece se excluir e, assim, acaba sugerindo a banalização do estupro que ela sofreu:

Ah, é difícil, isso aí tem é muitas, tem umas que sofre coisa pior do que isso aí e fica quieta, e não denuncia. Por causa, se o bicho é violento, vai denunciar, só separar de uma vez que nem eu fiz, separei de uma vez e acabou. Esse povo violento não tem como ficar levando em justiça e ajeitando eles e dizendo que vai mudar daí para frente, que não muda não, fica é pior ainda. **(Excerto 3 - Organza, dezembro de 2018).**

Ela acredita que “esse povo violento não tem como ficar levando em justiça e ajeitando eles e dizendo que vai mudar, daí pra frente que não muda não, fica é pior ainda.” No enunciado que antecede esse, percebe-se que ela aponta apenas uma solução, que é “só separar de uma vez que nem eu fiz, separei de uma vez e acabou.” Essa separação de uma vez, à qual ela se refere, não foi assim tão rápida como ela parece sugerir, já que, em outras conversas, ela revela que foram mais de vinte anos de agressões, que suportou por conta dos filhos. Desse modo, verifica-se que, depois de muitas tentativas, a única maneira de sair daquela situação de violência física que mais a incomodava foi por meio da separação.

Nos próximos enunciados, ela reitera a naturalização do estupro marital e acaba mostrando a complexidade que envolve uma mulher denunciar o marido. Ela nem mesmo sabe dizer se as mulheres devem denunciar seus companheiros. Além disso, é notório em boa parte dos enunciados de Organza que ela parece se excluir desse grupo de mulheres que não toma uma atitude contra seus agressores:

Não dessa vez (estupro), eu não pensei, mas de outras violências que teve, eu nem denunciava com medo, aí, quando eu fui para separar de uma vez e acabou, não quis mais também. Eu tinha medo de ficar pior ainda. Eu não sei dizer se as mulheres devem denunciar, porque tem mulher, às vezes, ainda

tem dó de perder um tal de marido desse ainda, fica ainda com dó, sofrendo a vida inteira com ele. (**Excerto 4 - Organza, dezembro de 2018**).

Para Organza, o estupro que sofreu do marido não consistia em justificativa para realizar a denúncia contra ele: “Não dessa vez (estupro), eu não pensei.” Ela ressalta outras violências, definidas por ela em outros momentos como agressão física, pois foram essas que a motivaram a se separar do marido depois de muito tempo de convivência. Ainda cita também o medo que as mulheres têm de realizar denúncia contra o marido agressor e igualmente usa o termo linguístico “dó” do marido para expressar o silenciamento feminino pela violência sofrida: “Eu não sei dizer se as mulheres devem denunciar, porque tem mulher, às vezes, ainda tem dó de perder um tal de marido desse ainda, fica ainda com dó, sofrendo a vida inteira com ele.”

Para finalizar, ela cita questões decorrentes da dependência financeira e exemplifica como ela pensava antes da separação e se submetia a viver com o marido violentador. Depois, ela esclarece que se sentiu muito melhor após a separação:

É, muitas é dependência financeira e muitas não é, às vezes, igual eu também pensava assim, nossa, fiquei a vida inteira com uma pessoa dessa, nunca estudei, nunca fiz nada, nunca trabalhei, assim tomar conta de si sozinha, às vezes, a gente fica pensando a partir do dia que a gente separa e cria juízo na cabeça e vai trabalhar, e vai se virar sozinha, a gente se sente muito melhor do que ficar com uma pessoa desse tipo. (**Excerto 5 - Organza, dezembro de 2018**).

Desse modo, foram discutidos enunciados a partir dos excertos que tecem sobre denunciar e não denunciar, envolvendo práticas do passado sobre as violências sexuais sofridas e o que pensam na atualidade as sujeitas de pesquisa sobre o assunto.

Todas as sujeitas de pesquisas enunciaram sobre o tema desta seção. Muitas motivações de não terem denunciado o agressor se relacionam com a seção anterior. Uma das sujeitas de pesquisa tece sobre a falta de delegacia da mulher na cidade em que morava e também elenca o medo de expor a família, por conta do estupro que sofreu com o padrasto. Mas, no presente, acredita que casos semelhantes ao dela precisam ser denunciados.

Já outra sujeita de pesquisa indica que não denunciou na época um dos casos pelo qual se sente mais afetada, por causa da falta de apoio do pai, mas que ainda deseja denunciar o agressor na atualidade para se vingar do que ela sofreu e sofre até hoje. Ela acaba confundindo justiça com vingança. Quanto ao episódio de violência sexual envolvendo a vida adulta, ela demonstra que não tem pretensão de denunciar, mas apenas de conversar com o agressor para falar que ele foi abusivo.

Outra sujeita de pesquisa manifesta que, na época, não denunciou o marido que a estuprou porque não entendia aquela agressão como estupro; enuncia que as pessoas acham normal o marido se apossar do corpo da mulher quando quiser ter relação sexual. Ainda salienta que a decisão de não realizar a denúncia se deu por causa de seus sentimentos emocionais – “gostar do agressor” –, uma vez que, na época, ainda eram casados. Além disso, esboça que não acredita na justiça para esses casos e que a situação seria mais complicada se fosse denunciar porque são três violências sexuais familiares e por esse motivo sentiria vergonha do que ocorreu. O substantivo “vergonha” expressa que, para muitas mulheres que sofreram estupro, a exposição é muito destrutiva por incompreensão das pessoas que esboçam julgamentos e culpam a vítima.

Aparecem também enunciados de outra vítima, que expõe que a decisão de não denunciar o agressor partiu dos membros familiares, que preferiram o silenciamento. Se fosse hoje, talvez ela não denunciasse novamente porque acredita que as pessoas não sabem como agir nos casos de violência sexual doméstica.

Já outra sujeita de pesquisa aponta que, na atualidade, teve vontade de denunciar o agressor, mas, como já passou algum tempo, a justiça não acreditaria em sua palavra. Na época, não denunciou porque nem sabia que atitudes do padrasto podiam ser criminalizadas.

Por fim, a última sujeita de pesquisa expõe que não denunciou e nem denunciaria o estupro marital por acreditar que todos não entenderiam, haja vista que era uma obrigação satisfazer o marido. A separação do marido não se deu por causa do estupro, mas pelas agressões físicas que sofria constantemente; ela, igualmente, nunca denunciou por medo, por dependência de viver com o marido e por causa dos filhos.

Percebe-se uma grande problemática que incide sobre a questão do estupro, principalmente, no que compete aos casos acontecidos em ambiente familiar, que são subnotificados, razão pela qual as violências tendem a continuar ocorrendo dentro dos ambientes que parecem ser seguros. Não realizar a denúncia é recorrente, como se observa nesta pesquisa, pois nenhuma das sujeitas de pesquisa realizou a denúncia do violentador na época em que sofreram os abusos e, mesmo atualmente, ainda tendem a ter dúvidas se a realizariam, em virtude de vários motivos que, quase sempre, estão entrelaçados às questões familiares, ao medo e à vergonha dos julgamentos e culpabilização da sociedade.

Após as análises desta seção, segue um quadro com alguns enunciados que respondem ao tema nela abordado.

<b>Tema recorrente: “Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente”</b>	
<b>Tricoline</b>	[...] e acabamos deixando de lado até porque eu não queria e eu era muito nova e não tinha esse tipo de pensamento [...] [...] eu falei para mim que eu tinha que perdoar [...]mas eu não gosto mais de me referir a ele como estuprador [...]
<b>Seda</b>	Então, quero denunciar os primeiros e conversar com o terceiro, porque o terceiro foi muito da inocência, sério! pensei que não precisaria denunciá-lo, porque eu acho que não precisa [...] [...] eu só quero Justiça. Sabe aquela vingancinha?
<b>Cambráia</b>	Não denunciaria porque, até, se até hoje eu for falar para alguém, as pessoas acham que isso é normal, né? [...] Então, não denunciaria por medo, o medo de não ser entendida pelos outros, medo dele e por gostar dele. Não teria. De todas, eu teria que ficar calada, porque todas as situações eram estranhas. Poxa! Sua mãe, seu padrasto e seu marido. Eu acho que não é feito justiça certa e também não é denunciado tudo o que acontece, né? Como no meu caso né? Eu, nem um caso foi... mas nos casos que é denunciado, não é feito justiça não. Acho que não é denunciado, até por vergonha, por medo, por vergonha, porque dá vergonha, né?
<b>Renda</b>	A gente não denunciou, nós mesmos... fizeram uma reunião de família, vamos reunir a família e expor o que está acontecendo [...] [...] eu não sabia como ajudá-la, como vou ajudar uma pessoa com quem eu não tenho intimidade com essa família e essa criança? [...] Como eu vou reagir, é uma criança, como eu vou ajudar uma criança que eu não conheço o dia a dia dela quando chega: tia, aconteceu isso, o que eu vou poder fazer? eu não sei o contexto do cotidiano.
<b>Madras</b>	[...] então eu já pensei sim, denunciar o meu ex-padrasto, mas se eu chegar numa delegacia, e eu falar, moço, eu fui abusada quando eu tinha 10 anos de idade [...] Eu denunciaria com certeza, se eu soubesse que existia isso naquela época, se eu tivesse um pouquinho mais de noção, eu com certeza denunciaria.
<b>Organza</b>	Ah, é difícil, isso aí, tem é muitas, têm umas que sofrem coisa pior do que isso aí e fica quieta e não denuncia. Não dessa vez (estupro), eu não pensei, mas de outras violências que teve, eu nem denunciava com medo [...]

**Quadro 7** – Enunciados recorrentes sobre a seção “Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente”

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

Na próxima seção, denominada “Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento”, são analisados excertos que mostram a vida das sujeitas de pesquisa no período pós-abusos sexuais.

## **5.6 Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento**

Nesta seção, as sujeitas de pesquisa tecerão seus enunciados sobre como levam a vida depois dos abusos sexuais. A primeira sujeita de pesquisa a enunciar é Tricoline.



Tricoline enuncia que nunca teve nenhum acompanhamento psicológico e atribui a Deus a superação dos traumas da infância e da adolescência advindos do estupro. Na atualidade, ela acredita que falar sobre o que aconteceu é a melhor maneira de aliviar o peso que ela carregava por medo e porque se culpabilizava:

Foi só Deus em minha vida mesmo, (risos). Nunca...nunca passei (tratamento psicológico), na verdade, até hoje eu não sei assim, foi Deus, porque eu fiquei com isso para mim, só para mim, por muito tempo [...] porque se eu segurar isso por muito mais tempo, muitas outras pessoas vão pensar que elas são obrigadas a segurar, mas também isso não é verdade, ninguém precisa segurar um peso desse sozinho, e ninguém precisa sentir culpado, e nem ter medo [...]. **(Excerto 25 - Tricoline, junho de 2018).**

Ao tecer no excerto 25 que “foi só Deus em minha vida mesmo (risos) nunca ... nunca passei (tratamento psicológico), na verdade, até hoje eu não sei assim, foi Deus porque eu fiquei com isso para mim, só para mim, por muito tempo”, Tricoline expõe que viveu muito tempo em silêncio, sugerindo que, embora tenha buscado em sua fé o alívio para o que sofreu, não foi fácil guardar todo o sofrimento para si, sem compartilhar a dor que a cercava. Ela demonstra nos enunciados seguintes que resolveu falar do assunto para mostrar que não é preciso silenciar como ela fez.

Em seu novo lugar de fala pelo qual se posiciona na sociedade, compreendeu, com o passar do tempo, outras coisas que não entendia na época. Hoje ela decidiu falar o que vivenciou “porque se eu segurar isso por muito mais tempo, muitas outras pessoas vão pensar que elas são obrigadas a segurar, mas também isso não é verdade, ninguém precisa segurar um peso desse sozinho e ninguém precisa sentir culpado e nem ter medo.” Ao se posicionar de tal modo, Tricoline se torna uma mulher que fala com outras mulheres para não se calarem diante das violências sexuais sofridas.

No próximo excerto, Tricoline tece como foi depois de ela ter falado publicamente na universidade na qual estuda sobre o estupro sofrido aos 15 anos de idade. Ela enuncia como o gênero masculino reage diante de assuntos como esse, envolvendo estupro. Ainda expõe que ela tem recebido apoio das pessoas que geralmente se manifestam com um abraço, que pode ser entendido como um elemento de linguagem não verbal que indica solidariedade:

[...] e, foi quando eu falei, eu sei que até hoje algumas pessoas que estavam sentadas lá, quando elas me encontram na faculdade, elas me olham com receio, e eu me refiro a alguns professores homens, é não, não por preconceito, por julgamento, mas acho que é no discurso masculino, tem duas questões para o homem, tem o homem que acha que é exagero, e tem o homem, ele quer ajudar, mas pelo fato de ele ser homem, não sabe o que

fazer, então ele permanece, e quando eu falei assim, foi um alívio porque eu sabia que eu precisava soltar aquilo, se eu segurasse aquilo por muito mais tempo, não ia me fazer bem.

[...] e, essa questão que eu fico preocupada com o masculino, teve uns homens que sentem vontade de apoiar e pelo fato de eles serem homens, eles têm medo de se aproximar e de acabar que não sabem o que fazer, aí, eles permanecem. Alguns amigos meus, mas poucos assim, mas são pessoas mais chegadas que vieram e me abraçaram e falaram, inclusive, até hoje, existe alguma pessoa que eu nem conheço que estava lá e eu sei, chega, quando a pessoa chega assim para mim, ela para e fala assim: Eu posso te dar um abraço? Eu já sei o porquê foi, inclusive, naquela mesma noite eu escutei relato de mulheres que sofreram tanto estupro quanto violência e elas me abraçaram e choraram. **(Excerto 26 - Tricoline, junho de 2018).**

Além disso, cabe ressaltar, com base no contexto anterior, o que ela tece sobre o posicionamento das pessoas, direcionando seus apontamentos para os homens da universidade em que estuda:

[...] quando elas me encontram na faculdade, elas me olham com receio, e eu me refiro a alguns professores homens, é não, não por preconceito, por julgamento, mas acho que é no discurso masculino tem duas questões para o homem, tem o homem que acha que é exagero e tem o homem, ele quer ajudar, mas pelo fato de ele ser homem, não sabe o que fazer, então, ele permanece.

Verifica-se que Tricoline expõe sobre uma das problemáticas envolvendo os discursos em torno do estupro, que recai na banalização de tal violência, principalmente, no que compete ao gênero masculino: “tem o homem que acha que é exagero.” Outra questão abordada por Tricoline é de que “o homem, ele quer ajudar, mas pelo fato de ele ser homem, não sabe o que fazer, então, ele permanece.” O verbo “permanece” demarca explicitamente a passividade do gênero masculino diante de fatos envolvendo estupro. Esses últimos enunciados demonstram como é necessário discutir sobre gênero, uma vez que as pessoas não sabem lidar com problemas que envolvem outros gêneros e simplesmente naturalizam a violência por não saberem como agir em determinadas situações.

Tricoline tece, nos enunciados a seguir, que ela recebeu mais apoio dos homossexuais que se sensibilizaram com o que ela sofreu. Também enuncia que “por mais difícil que tenha sido, mas eu não me arrependo de ter feito”, fazendo referência ao depoimento público dado na universidade:

[...] não sei se é relevante dizer isso, mas a maioria, na realidade os únicos rapazes que me abraçaram, que vieram prestar apoio, são os que são homossexuais, são pessoas próximas que vieram, que me abraçaram, que se sentiram a vontade, que vieram e choraram muito e tudo, é, as meninas também, foi bem, foi um momento assim, que foi único na minha vida, por

mais difícil que tenha sido, mas eu não me arrependo de ter feito. **(Excerto 27 - Tricoline, junho de 2018).**

Quando Tricoline expõe a posição dos homossexuais perante o depoimento que ela deu na universidade – “os únicos rapazes que me abraçaram, que vieram prestar apoio são os que são homossexuais” –, ela acaba sugerindo que alguns sujeitos são mais sensíveis às dores dos outros, tendo em vista que, pessoas de outros gêneros, diferentes do feminino e do masculino, tendem a passar por situações que marcam seus corpos por meio da submissão, dos julgamentos, da culpabilização social decorrentes dos modos como a sociedade foi educada. De igual modo, ela cita “as meninas também”, indicando que elas sabiam do que Tricoline estava falando, pois, provavelmente, algumas podem até sofrido situações semelhantes às que ela já sofreu.

Apesar de Tricoline não ter se arrependido de ter dado o depoimento publicamente, ela lembra como se sentiu no dia em que teve que retornar à universidade após ter tecido a sua narrativa sobre o estupro sofrido:

O primeiro dia, eu não queria ir para a faculdade, eu fiquei muito preocupada [...] estou, estou com medo, eu estou com medo dos olhares, eu estou com medo das pessoas me olharem com pena, das pessoas não me olharem, porque eu já passei por situações assim, voltando para o lado de relacionamento, de querer me relacionar, de gostar de alguém e abrir, tipo, olha aconteceu isso, isso, comigo, e a pessoa sumir dali, sumir completamente, já aconteceu... então, sempre tive medo disso [...] **(Excerto 28 - Tricoline, junho de 2018).**

Tricoline diz que sentiu medo dos julgamentos dos sujeitos da universidade: “O primeiro dia, eu não queria ir para a faculdade, eu fiquei muito preocupada [...] estou, estou com medo, eu estou com medo dos olhares, eu estou com medo das pessoas me olharem com pena, das pessoas não me olharem porque eu já passei por situações assim.” Nota-se que para se reportar a algo que já passou, Tricoline enfatiza repetidamente o enunciado – “estou com medo” – composto pelo verbo no tempo presente, seguido de adjetivo. Ao se posicionar discursivamente desse modo, ela parece reviver aquele momento de angústia cercado pelo medo da atitude das pessoas. Tal sentido retoma o que foi discutido em outras seções sobre o lugar que a sociedade atribui à mulher estuprada, fazendo alusão ao que Vigarello (1998) cita, na época de seus estudos sobre estupro, sobre o corpo da mulher estuprada não ter mais valor social. Parece que a sujeita de pesquisa fica preocupada com essa questão de como a sociedade a olharia depois do depoimento.

O que Tricoline menciona parece resgatar discursos sobre a hierarquização do corpo da mulher que sofreu violência sexual. Por isso, expressa nos enunciados o receio que tinha de

as pessoas se afastarem dela depois de saberem o que houve no passado. Tal medo do afastamento das pessoas se dá porque Tricoline já sentiu na pele, sobretudo, nos relacionamentos íntimos, o afastamento: “para o lado de relacionamento de querer me relacionar, de gostar de alguém e abrir, tipo, olha aconteceu isso, isso comigo e a pessoa sumir dali, sumir completamente, já aconteceu... então, sempre tive medo disso”. Esses enunciados finais reiteram os discursos em torno das relações de poder, de como alguns sujeitos do gênero masculino tendem a objetificar os corpos femininos com base em discursos e práticas que os categorizam em corpo mais valorizado socialmente e corpo com menos valor social.

Em seguida, ela narra que possui dificuldade nos relacionamentos amorosos, por isso reitera que, às vezes, prefere ficar sozinha, porque tem medo de gostar e, ao contar o que houve com ela, a pessoa se afastar:

É, eu tive um namorado só (risos), eu tive um namorado, e ele foi meio recente, não tão recente, eu estava já com dezoito anos, e a primeira vez que a gente foi tentar alguma coisa no relacionamento, e tudo, inclusive, nós nunca tivemos relacionamento sexual por isso, eu não conseguia, toda vez que a gente ia tentar alguma coisa, eu chorava, eu entrava em desespero, entrava em pânico, a gente namorou um ano, e eu nunca consegui, e acabamos terminando, não devido a esse fato, mas por eu ter vindo morar para cá. Depois dele, eu não namorei com mais ninguém, mas eu tive um relacionamento com outra pessoa, foi quando eu fui para o ato sexual, foi bem difícil, foi bem complicado, eu estava muito... aconteceu, mas, ainda não foi... isso demorou muito tempo para eu entender, para eu conseguir me soltar disso, ele foi muito paciente, foi muito paciente, a gente conversava muito. Depois disso, assim, nunca mais eu tive problemas com isso, mas eu confesso que eu tenho receio, já de eu gostar da pessoa, eu sei que quando você se relaciona com alguém, você tem que conversar, olha, não que você vai chegar e dizer, eu fui estuprada, a gente pode namorar assim mesmo, tem problema? Não é isso, mas tem que haver uma troca de informações ali, quando chega nessa parte da minha vida, aí, eu fico receosa, e a última vez que eu conversei com alguém foi assim. Olha, tem coisa sobre mim que você tem que saber, mas que exige tempo, e eu não posso chegar para ti e sentar e ti falar: Olha, aconteceu isso... isso, e essa pessoa forçou a barra comigo, ela ficava de toda maneira tentando descobrir o que tinha acontecido, e tudo, e eu acabei, eu tenho bastante problema para me relacionar, tanto que eu não tive, eu não namoro, não tive namorado, sou bem na minha mesmo, fico mais tranquila, eu acredito que as minhas primeiras relações, elas foram muito dolorosas, muito dolorosas mesmo, de você, parece que ter, vem uma coisa na cabeça, e quando você escuta relato, não tem como você não reviver tudo na cabeça, que você passou por isso. **(Excerto 29 - Tricoline, junho de 2018).**

Extrai-se do excerto 29 como Tricoline constrói seus sentidos sobre a dificuldade que de se relacionar sexualmente:

[...] a primeira vez que a gente foi tentar alguma coisa no relacionamento e tudo, inclusive, nós nunca tivemos relacionamento sexual, por isso eu não conseguia, toda vez que a gente ia tentar alguma coisa, eu chorava, eu entrava em desespero, entrava em pânico.

Tais enunciados denotam os efeitos/consequências do estupro na vida de mulheres que sofreram essa violência quando vão se relacionar com outra pessoa. Assim, Tricoline expõe que acaba ficando sozinha por causa dos traumas que sofreu: “eu tenho bastante problema para me relacionar, tanto que eu não tive, eu não namoro, não tive namorado, sou bem na minha mesmo, fico mais tranquila.”

Por fim, Tricoline tece, no último excerto, que a parte complicada da vida dela é ter que conviver com quem abusou dela, tendo em vista que a mãe voltou com o padrasto depois de algum tempo e toda vez que ela a visita se depara com ele. Entretanto, ela ressalta a questão do perdão como sendo uma das maneiras encontradas para superar o que aconteceu:

É, essa é a parte (risos), na verdade, é a parte mais complicada na minha vida, é... a minha mãe voltou com ele, voltou depois de algum tempo, é... eles moram junto até hoje, eu tenho total contato com ele, o pai da minha irmã, a minha irmã, eu não sei como foi a maneira que minha mãe contou para minha irmã, mas ela contou, acho que até uma maneira de proteger minha irmã, aconteceu isso, seu pai fez isso...isso. Só que entra aquelas questões de filosofia de vida, já é uma coisa muito pessoal, eu acho que está em mim, no meu caráter, eu não gosto de sentir raiva, eu sentir raiva, me faz mal, e eu odiei meu padrasto por muito tempo, e eu não conseguia, e aquilo estava fazendo mal para mim, então, eu decidi que eu teria que me libertar daquilo, que teria que me soltar daquilo, porque aquilo ia me afundar, aquilo ia me fazer ficar depressiva, acabar, na verdade, acabar como a maioria das outras pessoas, eu ia acabar uma depressiva e eu decidi perdoar (risos), foi o que eu fiz, decidi perdoar. **(Excerto 30 - Tricoline, junho de 2018).**

Ao selecionar os enunciados sobre o desfecho do que ocorreu com ela e sobre o que ocorreu com o violentador, observa-se que Tricoline expõe que:

É, essa é a parte (risos), na verdade é parte mais complicada na minha vida, é... a minha mãe voltou com ele, voltou depois de algum tempo, é... eles moram junto até hoje, eu tenho total contato com ele, o pai da minha irmã, a minha irmã, eu não sei como foi a maneira que minha mãe contou para minha irmã, mas ela contou.

Ela expressa que tudo o que ela sofreu foi normalizado em família. Portanto, não tinha como tecer outro tecido que não fosse o perdão, uma vez que ela não poderia conviver a vida toda na posição de quem foi estuprada pelo padrasto, assim como se percebe nos enunciados finais do excerto 30:

[...] eu não gosto de sentir raiva, eu sentir raiva me faz mal e eu odiei meu padrasto por muito tempo e eu não conseguia, e aquilo estava fazendo mal para mim, então, eu decidi que eu teria que me libertar daquilo, que teria que me soltar daquilo, porque aquilo ia me afundar, aquilo ia me fazer ficar

depressiva, acabar na verdade, acabar como a maioria das outras pessoas, eu ia acabar uma depressiva e eu decidi perdoar (risos), foi o que eu fiz, decidi perdoar.

Desse modo, Tricoline se dirige a outras mulheres que sofreram abusos sexuais, bem como à sociedade em geral, tecendo alguns enunciados sobre os quais é necessário realizar algumas reflexões:

Eu tenho algumas pessoas na minha vida que sofreram abuso sexual, e eu falo para elas, eu sempre questiono, eu falo assim, se você resolve transformar a sua violência, o seu estupro, o seu abuso, no seu fantasma, na sua sombra, ele vai viver na sua sombra, mas se você resolver levantar a sua cabeça e fazer a sua sombra ficar no chão, como ela tem que ficar, ela fica. Então, foi o que eu fiz, e eu falo para as pessoas para falarem sobre isso, mas não falarem com qualquer estranho, inclusive, é bom acompanhamento psicológico, é necessário, [...] porque, às vezes, nós que sofremos o estupro, a violência, muitas vezes a gente se fecha e esquece as outras pessoas, esquece as crianças, esquece idosos, esquece essas mulheres homens, [...] eu já ouvi casos que pessoas, que infelizmente se mataram, que não aguentaram, e eu fico muito triste, muito triste mesmo, e fico mais triste ainda, sentir que a sociedade gosta de maquiar essas coisas, aí, a violência, você deve se cuidar. É aquela coisa que a gente estava conversando da segregação, é um sonho de você se sentir bem, se sentir que se você tem 10 homens ao seu redor e você sozinha, mas de você sentir segura, e a gente não se sente assim, se tiverem cinco homens, três mulheres, as três mulheres vão se sentir acuadas, se tiverem três mulheres e um homem, elas também vão se sentir acuadas dependendo do contexto. E, é isso que não acaba, que deveria acabar, não é que eu falo isso, pera aí, morram todos os homens, não odeio os homens, eu não sou radical a esse ponto, até a questão da delegacia da mulher também, as pessoas também falam, mas a mulher não abre a boca e não denuncia, você não vai chegar com qualquer estranho e falar que você sofreu um estupro, você não vai chegar para um estranho e vai dizer, meu pai me estuprou, meu padrasto me estuprou, meu vô me estuprou, para um estranho, você não fala assim, não é como apanhar de alguém, não é como ser assaltado, uma coisa é você ser assaltado, levaram um celular, um bem material, ah, me bateram, machucou, ser estuprada é praticamente tirar uma pedaço da alma roubada, um pedaço de você mesmo, e, é isso que as outras pessoas não entendem como que precisa ser tratado com cuidado, com atenção, não é uma coisa que você possa devolver, você não consegue reaver, não é como um furto, você não consegue reaver nada disso, e, tipo, você foi assaltado hoje e você fica meio assim, mesmo assim com o tempo... Você é estuprada, você vai passar a vida inteira, um tempo de sua vida você vai passar sofrendo por causa disso, e seus filhos, e as pessoas que estão cuidando de você, e tem gente que se fecha, e são inúmeras reações, nós somos seres humanos, e nós seres humanos somos subjetivos, e cada um veio de um contexto, eu tenho meu contexto, mulheres que são entrevistadas tem outro contexto, mas a nossa realidade é a mesma, o que nos feriu foi a mesma coisa, isso é que não pode ser apagado, é uma coisa, a matemática diz isso: para uma coisa provar na matemática, para você provar uma coisa que ela está certa, tem que dar certo várias vezes com vários cálculos, aí, a matemática prova que está certo, para comprovar que está errado, basta dar errado uma vez, a violência ela acontece, ela acontece sempre, essa é a nossa... ela não precisava de muitas vezes, ela acontece, mas parece que a

gente precisa ficar fazendo o sentido inverso, provando, tem que ficar acontecendo, tem que ficar... e não é assim. **(Excerto 31 - Tricoline, junho de 2018).**

Para finalizar, no excerto 31, não cabe interpretar os enunciados na perspectiva da pesquisadora, mas torna-se válido registrá-los nesta seção para que os leitores pensem em cada palavra de Tricoline para considerar tudo o que foi enunciado por ela no decorrer de seus excertos e problematizar, por outras lentes, que não sejam as minhas, os efeitos do estupro na vida das mulheres.

No excerto 17, a seguir, Seda tece algumas considerações sobre questões atuais da sua vida e, igualmente, reafirma a necessidade de não silenciar perante o que sofreu. Lembra que está recebendo acompanhamento de uma psicóloga, mas não está sendo fácil. Ela tece alguns enunciados contraditórios, em que afirma estar bem, mas revela que tem necessitado de mais sessões com a profissional para superar o trauma. Em seguida, mostra uma imagem que denuncia a automutilação que realizava por causa dos traumas:

Hoje eu estou bem, eu sou uma mulher forte, bem resolvida, estou pegando limão e fazendo uma limonada, estou virando uma mulher muito forte, linda maravilhosa, mas eu sofri pra chegar até aqui [...]

Chegar de ficar quieta, a gente tem que parar, meu! Você não tem noção da dor que eu estou sentindo, a minha psicóloga fala, eu estou aumentando o número de sessão, era para fazer uma, uma, eu estou fazendo duas [...]

Éééé... é essa foto que eu vou te manda, é uma das coisa que estou enfrentando. **(Excerto 17 - Seda, junho de 2018).**



**Figura 3** - Pulso de Seda com mutilações (junho de 2018)

Fonte: Imagem cedida pela sujeita de pesquisa

Ao enunciar “estou pegando limão e fazendo uma limonada, estou virando uma mulher muito forte, linda, maravilhosa, mas eu sofri para chegar até aqui”, ela salienta que está buscando reconstruir a vida, embora demonstre pelos enunciados e pela figura 6 que não está sendo fácil: “você não tem noção da dor que eu estou sentindo, a minha psicóloga fala, eu estou aumentando o número de sessão, era para fazer uma, uma, eu estou fazendo duas.” Aqui se percebe como é difícil a reconstrução de uma vítima de estupro, violência essa que, muitas vezes, é banalizada pela sociedade, sem se pensar em seus efeitos.

Posteriormente, no excerto 18, revela problemas de relacionamentos com namorados, enuncia questões sobre o atual namoro que, segundo ela:

[...] quando eu comecei a namorar meu namorado, eu tinha medo de beijar para você ter noção, você entende? Eu tinha medo de beijar, ele está me ajudando a ressignificar o sexo, a relação sexual e o beijo, você entende? Eu tinha medo de beijar. Gente o que que é isso? Você entende o estrago, olha o quanto ele me ajudou? **(Excerto 18 - Seda, junho de 2018).**

Percebe-se que Seda reitera um dos maiores problemas enfrentados pelas vítimas de estupro, que é a questão do relacionamento amoroso: “quando eu comecei a namorar meu namorado eu tinha medo de beijar.” Os sentidos construídos por Seda expressam que até o beijo se torna uma manifestação íntima que ela tem dificuldade de realizar em seus relacionamentos.

Como se vê, Seda enuncia que algumas roupas que a faziam lembrar-se da violência sexual vivenciada na infância tiveram que ser doadas para não remeter ao que sofreu:

Tanto foi assim de eu usar roupa depois, minha mãe teve que doar, joga fora, não sei o que ela fez, roupas parecidas não queria usar, coisas do tipo, mas ele não chegou a penetrar, mas ele tocou em mim, me forçou a dar meu primeiro beijo, pegou em mim em partes que ninguém nunca tinha pegado [...] **(Excerto 19 - Seda, junho de 2018).**

Além de mostrar que algumas roupas acabaram marcando o que Seda vivenciou – “minha mãe teve que doar, jogar fora, não sei o que ela fez, roupas parecidas não queria usar” –, os enunciados tecidos no excerto 19 ressaltam questões já discutidas em torno de que o estupro não pode ser considerado apenas a penetração: “mas ele não chegou a penetrar, mas ele tocou em mim, me forçou a dar meu primeiro beijo, pegou em mim em partes que ninguém nunca tinha pegado.” Ainda tal enunciado pode justificar o que Seda expôs anteriormente, no excerto 18, sobre a dificuldade de beijar nos relacionamentos atuais.

No próximo excerto, estão reunidos enunciados em que Cambraia revela sofrer assédio tanto na internet como pessoalmente, na atualidade. Por essas questões e por relembrar os



estupros sofridos na infância, ela procura se afastar, sobretudo, dos homens. Isso é perceptível nos processos verbais que demarcam seus cuidados com amizades nas redes sociais – “não estou aceitando, não aceito, bloquear, xingar”:

A internet todo tempo tem assédio, você vai lá aceita ... hoje eu não estou aceitando, se eu vejo que é um homem, só aceito assim se vende um produto, coisa porque é da minha área de trabalho, senão eu não aceito, porque quando eu aceito, eles puxam uma conversa, um oi, aí você vai lá e dá o “oi”, daí vai puxando aquele papo, sabe? Menos de 1 hora já está mandando foto do pênis. Aí, você tem que ir lá bloquear, xingar, e assim que acontece todo tempo, tenho raiva e nojo desses homens. **(Excerto 12 - Cambraia, outubro de 2018).**

Como foi observado em conversa que existe apenas no caderno de campo, Cambraia se questionou várias vezes por que motivo ela chama tanto a atenção dos homens. Ela disse que até tem medo de fazer uma cirurgia para emagrecer; desse modo acaba apontando, na concepção dela, qual corpo desperta mais atenção no gênero masculino. No excerto 12, ela reitera o assunto e confirma uma discussão realizada sobre o fato de algumas mulheres que sofreram abusos sexuais se acharem mais vulneráveis do que as outras por acreditar que provocam o instinto dos homens. A questão da recorrência de estupros com agressores diferentes pode ser considerada com base em tal fator evidenciado ou até mesmo por acolher o discurso de que o corpo da mulher estuprada não tem mais tanto valor social.

Nota-se, em seguida, no excerto 13, que Cambraia vive uma vida em que ela se monitora o tempo todo, achando que pode provocar algum homem e tal situação vivenciada no passado possa voltar a ocorrer com ela. Tais sentidos ficam mais aclarados quando ela expõe que “aí eu me tranco, eu não olho muito, não dou muita conversa porque eu tenho medo das pessoas não entender que eu estou apenas conversando, que é uma coisa normal, né? Não que eu estou pensando em sexo”:

[...] às vezes já levei cantada na frente da pessoa, tipo da gente estar sozinha no local, ah, você é bonita, ah você parece ser quente, começa com esse tipo de conversa, tipo, vai te pressionando, tipo, segura a porta, aí, você ameaça de gritar, de fazer escândalo, daí, a pessoa fica meio espantada, daí, te deixa sair. Já aconteceu várias vezes também. Aí, eu não sei, como eu falei, aí, eu me tranco, eu não olho muito, não dou muita conversa, porque eu tenho medo das pessoas não entender que eu estou apenas conversando, que é uma coisa normal, né? Não que eu estou pensando em sexo. Parece que estão pensando que eu estou todo tempo querendo isso ou eles que estão todo tempo querendo isso, mas eu corro de todas as situações com ódio. **(Excerto 13 - Cambraia, outubro de 2018).**

Em seguida, no excerto 14, ela enuncia a importância de procurar ajuda psicológica para casos de violência sexual e cita os problemas que ela vivencia por conta dos abusos que sofreu:

Eu acho assim que todos devem procurar ajuda psicológica porque a pessoa fica afetada na parte sexual, na autoestima, né? Eu tenho um problema muito sério na autoestima baixa, e eu fiquei muito tempo com problema de sexo, tipo é., é.... você fica reprimido, tipo é...porque se você tem desejos, tipo você reprime eles porque, tipo, você acha que aquilo é sujo como o que fizeram com você, né? Às vezes você também perde o desejo, você fica vulnerável, uma hora você está de um jeito, outra hora de outro, mas quantas, muitas vezes eu escondi meu corpo, eu fiquei com trauma do corpo, dos seios de tudo, vergonha, muito traumatizada com o corpo, apesar de eu estar sempre acima do peso, mas eu procurei assim, muita ajuda, e eles disseram que é problema de autoestima.

Já fui no psicólogo. Agora não estou fazendo, mas eu tenho que voltar a fazer. Eu comecei depois que minha mãe faleceu, daí que eu já tinha um problema de depressão, e daí quando ela faleceu, aprofundou, eu fiquei com muita depressão. Daí, eu comecei a fazer tratamento. Daí, é isso aí, eu me incomodo muito quando eu tenho esses pesadelos com a minha mãe, porque eu fico mal dois, três dias, com enjoo, fico com ânsia de vômito, eu acordo com enjoo e fico com enjoo uns três dias por causa que eu sonho com ela. **(Excerto 14 - Cambraia, outubro de 2018).**

Nesse excerto 14 não cabe discutir os enunciados, mas problematizar o que a violência sexual causa nas vítimas, tendo em vista que tudo o que Cambraia descreve são observações realizadas por estudos que comprovam efeitos semelhantes em outras vítimas de violência sexual. Diante disso, ainda há como banalizar o estupro, bem como seus efeitos no corpo das vítimas?

Em seguida, no excerto 15, Cambraia infere que as violências que ela sofreu, sobretudo, as que a mãe cometeu, interferem na sua relação com os filhos, tendo problemas para lidar com eles atualmente:

[...] para mim, hoje, meus filhos, eu sou distante de meus filhos por causa dessa situação, às vezes eles querem me abraçar e me beijar, e eu afasto porque eu tenho medo de, que eles entendam que... o meu carinho por eles, da mesma forma que eu entendi o dela. Então, eu me afasto bastante de muita situação assim, um abraço, quando eles ficam muito grudentos, relando em mim, muito, tipo que vão relar, porque eles são meninos, que eles podem relar o órgão deles, o pênis deles em mim. Na moto, como eles andam na moto na minha garupa, eu acho ruim, eu falo, vai mais para trás, eu fico incomodada, sabe, eu sinto com nojo, eu afasto dos meus filhos por causa dessa situação, é o que mais me incomodou de todos, foi isso. **(Excerto 15 - Cambraia, outubro de 2018).**

Portanto, cabe mencionar que a violência sexual, independentemente de qual gênero a cometa, tende a deixar marcas profundas que interferem na vida das vítimas de várias formas. Quando Cambraia cita da dificuldade de se relacionar com os filhos – “para mim hoje, meus filhos, eu sou distante de meus filhos por causa dessa situação” – ela acaba rememorando os abusos sofridos com a mãe e como ela os confundia com sentidos de carinhos. Dessa forma, ela pensa que sua aproximação dos filhos poderá ser interpretada por eles como abusos, ou seja, parece haver uma confusão mental em Cambraia entre os sentidos de carinho e abusos sexuais.

Em seguida, Renda enuncia no excerto 23 como se desenrolou a sua vida, até os dias atuais. Ela enuncia que não contou com tratamento psicológico e não houve denúncia do que ocorreu:

Nada (tratamento psicológico), o máximo que chegaram a falar foi com uma conhecida nossa que era delegada da delegacia da mulher, mas a pedido da família foi silenciado. **(Excerto 23 - Renda, outubro de 2018).**

Quanto aos relacionamentos, Renda tece, no excerto 24, que há partes do corpo dela que não podem ser tocada porque ela recorda do abuso sofrido por parte do tio:

[...] (sobre relacionamento) e meio essas memórias, como já falei, antes pelo fato do toque, se meu namorado chegar, até já conversamos sobre isso, ele brincou comigo e apertou minha barriga, eu gritei com ele sem querer, porque é uma coisa que não vai para mim.

[...] eu não tenho muitas memórias gravadas do que acontecia, mas eu te garanto que traumas eu ainda carrego, por exemplo: eu não suporto que as pessoas passem a mão na minha barriga, eu tenho pavor de alguém que encoste na minha barriga. [...] é a imagem mais forte que eu tenho e carrego isso até hoje, de passarem a mão na minha barriga, já olho para a pessoa, minha cara virou, não passa a mão na minha barriga, eu grito! Ou quando alguém passa a mão em alguma parte do meu corpo muito forte, eu tenho nossa! Tenho muito pavor porque são coisas que me remetem a isso, me remetem ao toque dele ainda, eu não carrego nada referente a ele ainda, não quero que aconteça nada, perdoei, não tenho guardado... mas a sensação ainda que eu tenho do toque da pessoa em mim, isso me dá uma repulsa, porque é angustiante uma pessoa querer chegar perto de você e você ter seus limites, então eu tenho muita agonia. **(Excerto 24 - Renda, outubro de 2018).**

Ao enunciar a dificuldade do toque em partes de seu corpo, ela resgata o abuso sofrido no passado: “eu não tenho muitas memórias gravadas do que acontecia, mas eu te garanto que traumas eu ainda carrego, por exemplo: eu não suporto que as pessoas passem a mão na minha barriga.”

Por fim, Renda levanta algumas questões referentes ao apoio que deve ser dado às mulheres e reclama de que tal apoio não acontece por falta de preparo das pessoas que lidam com essas situações de violência:

Eu creio que não estão preparados (justiça), eu acho que é muito fácil nós falarmos do assunto, como foi na ....., é muito fácil, assim, uma pessoa chegar ali e começar a falar, até no início da palestra, então, estavam falando coisas ótimas, legal aquilo ali, beleza, mas as pessoas não estão preparadas para ouvir a verdade, só está preparado quem já passou por isso para entender o que a pessoa está falando. Então dentro de (cidade da pesquisa), eu sou um pouco leiga para falar de todo suporte que (cidade da pesquisa) tem, mas ao meu olho nú, eu creio que não, que ainda falta um preparo pra abrigar mulheres que sofrem com isso diariamente. **(Excerto 25 - Renda, outubro de 2018).**

Cabe ressaltar o que se percebe no excerto 25, em que ela desacredita da justiça e ainda sugere que só entende o que uma vítima de violência sexual passou quem, igualmente, passou por aquela situação:

Eu creio que não estão preparados (justiça), eu acho que é muito fácil, nós falarmos do assunto, como foi na ....., é muito fácil, assim, uma pessoa chegar ali e começar a falar, até no início da palestra então estavam falando coisas ótimas, legal aquilo ali, beleza, mas as pessoas não estão preparadas pra ouvir a verdade, só está preparado quem já passou por isso para entender o que a pessoa está falando.

Com isso, ela acaba sugerindo o discurso social de que as pessoas devem se colocar no lugar do outro para tentar compreender a dor que o outro está passando.

Portanto, ao concluir a última seção de análise que tratou de como as vítimas se apresentam na atualidade em torno de questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem o que aconteceu, elas enunciam sofrimentos que estão tentando superar por meio do perdão ao agressor, sobretudo, as sujeitas de pesquisa que se posicionam como evangélicas (cristãs).

Embora não apareçam formações discursivas (excertos) de Madras porque se tornaria muito repetitivo, ela expressa, em outras seções, o desejo de se suicidar quando era adolescente; hoje ela acredita não guardar raiva do agressor, até mesmo porque não mantém mais contato com ele. Organza não mencionou problemas psicológicos por conta do estupro, mas sugere que as agressões físicas que sofreu do marido por mais de vinte anos lhe causaram muita dor.

De todas as vítimas, apenas uma faz acompanhamento psicológico constantemente; outra fez tratamento, mas parou. As demais (Tricoline, Renda, Madras e Organza) citam a fé em Deus, seguida do perdão, como forma de curar as sequelas do estupro. Além disso, em seus enunciados, sugerem que as pessoas, especialmente, os homens, banalizam a violência

sexual, para a qual as vítimas contam com pouco apoio da sociedade para amenizar as consequências/efeitos.

Desse modo, nesta seção, não há muito o que interpretar, porque as dores não são interpretadas, elas são sentidas. Os excertos, por si sós, mostram o que cada mulher vivenciou ou vivencia por conta dos abusos/estupro sofridos. Por essa razão, após as análises, e com base nos depoimentos e nas discussões deste trabalho, é relevante refletir: Há como banalizar o estupro?

Apresenta-se, em seguida, um quadro que elenca alguns dos enunciados das sujeitas de pesquisa (Tricoline, Seda, Cambraia e Renda), como mostras do que se apresentou nos excertos discutidos com base no tema desta seção de análise.

<b>Tema recorrente: “Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento”</b>	
<b>Tricoline</b>	Foi só Deus em minha vida mesmo (risos) <b>nunca...nunca passei (tratamento psicológico) [...]</b> [...] quando elas me encontram na faculdade elas <b>me olham com receio [...]</b> <b>teve uns homens que sente vontade de apoiar e pelo fato de eles serem homens, eles têm medo de se aproximar e de acabar que não sabem o que fazer, aí eles permanecem.</b> Alguns amigos meus, mas poucos assim, <b>mas são pessoas mais chegadas que vieram e me abraçaram e falaram [...]</b> inclusive naquela mesma noite eu escutei relato de mulheres que sofreram tanto estupro quanto violência e <b>elas me abraçaram e choraram [...]</b> [...] na realidade os únicos rapazes que me abraçaram, que <b>vieram prestar apoio são os que são homossexuais [...]</b> [...] <b>nunca tivemos relacionamento sexual por isso, eu não conseguia, toda vez que a [...] gente ia tentar alguma coisa, eu chorava, eu entrava em desespero, entrava em pânico,</b> a gente namorou um ano e eu nunca consegui e acabamos terminando [...] <b>eu confesso que eu tenho receio, já de eu gostar da pessoa [...]</b> <b>eu não namoro, não tive namorado,</b> sou bem na minha mesmo, fico mais tranquila, eu acredito que <b>as minhas primeiras relações, elas foram muito dolorosas, muito dolorosas mesmo [...]</b> [...] <b>aquilo estava fazendo mal para mim, então eu decidi que eu teria que me libertar daquilo,</b> que teria que me soltar daquilo, porque aquilo ia me afundar, aquilo ia me fazer ficar depressiva, acabar, na verdade acabar como a maioria das outras pessoas, eu ia acabar uma depressiva e <b>eu decidi perdoar</b> (risos), foi o que eu fiz, decidi perdoar. [...] inclusive é bom <b>acompanhamento psicológico, é necessário [...]</b>
<b>Seda</b>	[...] <b>a minha psicóloga fala, eu estou aumentando o número de sessão,</b> era para fazer uma, uma, eu estou fazendo duas [...] [...] <b>quando eu comecei a namorar meu namorado eu tinha medo de beijar [...]</b> [...] <b>minha mãe teve que doar, jogar fora,</b> não sei o que ela fez, <b>roupas parecidas não queria usar [...]</b>
<b>Cambraia</b>	A internet todo tempo tem assédio, você vai lá aceita ... <b>hoje eu não estou aceitando, se eu vejo que é um homem [...]</b> Menos de 1 hora já está mandando foto do pênis. Aí você tem que ir lá bloquear, xingar e assim que acontece todo tempo [...] [...] <b>eu me tranco, eu não olho muito, não dou muita conversa porque eu</b>

	<p><b>tenho medo das pessoas não entender que eu estou apenas conversando</b>, que é uma coisa normal, né? Não que eu estou pensando em sexo.</p> <p>[...] Eu tenho um <b>problema muito sério na autoestima baixa</b> e eu fiquei muito tempo com <b>problema de sexo</b> [...] porque se você tem desejos, tipo você reprime eles <b>porque tipo você acha que aquilo é sujo</b> [...] Às vezes você também <b>perde o desejo, você fica vulnerável</b> [...] muitas vezes <b>eu escondi meu corpo, eu fiquei com trauma do corpo, dos seios, de tudo, vergonha, muito traumatizada com o corpo, apesar de eu estar sempre acima do peso</b>, mas eu procurei assim, muita ajuda e eles disseram que é problema de autoestima. Já <b>fui no psicólogo</b> [...] eu já tinha um <b>problema de depressão</b> [...] fico mal dois, três dias, <b>com enjoo, fico com ânsia de vômito, eu acordo com enjoo e fico com enjoo uns três dias</b> por causa que eu sonho com ela.</p> <p>[...] para mim, hoje, meus filhos, eu <b>sou distante de meus filhos</b> por causa dessa situação, às vezes <b>eles querem me abraçar e me beijar e eu afasto porque eu tenho medo</b> [...]</p>
<b>Renda</b>	<p><b>Nada (tratamento psicológico)</b>, o máximo que chegaram a falar foi com uma conhecida nossa que era delegada da delegacia da mulher, mas a pedido da família foi silenciado.</p> <p>[...] <b>eu não suporto que as pessoas passem a mão na minha barriga</b>, eu tenho pavor de alguém que encoste na minha barriga.</p> <p><b>Eu creio que não estão preparados (justiça)</b> [...] ainda falta um preparo pra abrigar mulheres que sofrem com isso diariamente.</p>
<b>Madras</b>	-----
<b>Organza</b>	-----

**Quadro 8** – Enunciados recorrentes sobre a seção “Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento”

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

## O TECIDO FINAL: CONSIDERAÇÕES

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria substância,  
já que viver é ser livre.*

*(Simone de Beauvoir)<sup>88</sup>*

“Pode a mulher falar? Discursos de mulheres vítimas de abusos sexuais/estupro” traz em seu título uma alusão ao trabalho de Spivak (2010) – Pode o subalterno falar? – pelo qual a autora discute quem são os/as subalternos/as e expõe que as mulheres estão inseridas nessa condição de subalternidade. O trabalho de Spivak (2010) é relevante para pensar que os/as sujeitos/as não estão em posição de homogeneidade porque dependem de onde falam, ou seja, o lugar geopolítico que cada um/a ocupa. Essa obra serviu para refletir sobre meu papel de mulher – professora e pesquisadora – da área de linguagem.

Embora esteja na posição de mulher, me considero estar em uma posição privilegiada por ocupar um lugar social diferente daquele de tantas outras mulheres que diariamente sofrem violência de gênero. Isso não significa que eu seja melhor do que elas ou que eu não tenha vivenciado situações de violência. Parto do princípio de que cada uma de nós possui sua história, e toda essa historicidade que nos acompanha – as vozes das mulheres – representam um material empírico de grande valor social, principalmente, quando se trata dos estudos do discurso.

Com base nessa concepção, me fundamentei em Spivak (2010) para entrelaçar um diálogo sobre o tema abusos sexuais/estupro que traz as vozes das mulheres participantes da pesquisa e teóricas que discutem sobre violência contra as mulheres. Porém, mesmo valorizando todas as vozes dessas mulheres, não poderia excluir alguns homens/teóricos da conversa, uma vez que as questões que envolvem violência contra as mulheres e estudos de gênero feminino e masculino não são assuntos apenas de/para mulheres; portanto, devem ser problematizados por todos/as para que as relações de poder sejam mais simétricas. Desse modo, não trato esta pesquisa como verdade porque parto da interpretação discursiva de seis

---

<sup>88</sup> Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, mais conhecida como Simone de Beauvoir, nascida em Paris no dia 9 de janeiro de 1908 e falecida em 14 de abril de 1986, foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. Embora não se considerasse uma filósofa, ela teve uma influência significativa tanto no existencialismo feminista quanto na teoria feminista.

mulheres moradoras de uma cidade do interior de Mato Grosso que relatam as violências sexuais vivenciadas na infância e na vida adulta.

Por ter me posicionado como professora de linguagem, penso ser relevante retomar na seção final alguns questionamentos de algumas pessoas que me cercaram nos últimos dias de pesquisa: Você é ativista/militante feminista? O que tem a ver uma professora que ensina Português/Inglês com questões sobre violência contra as mulheres? Para que servirá essa pesquisa para o ensino de línguas?

Eu me considero feminista porque acredito que seja possível homens e mulheres viverem em um mundo em que ambos consigam se relacionar com equidade de direito e respeito; do mesmo modo, acredito que ser professora de línguas é estar entrelaçada por discursos que presencio todos os dias em torno de questões de gênero, cujos sentidos preciso problematizar na/para a sociedade, uma vez que concordo com Silva (2019), ao afirmar que a violência começa pela linguagem.

Portanto, eu devolvo os questionamentos em torno do assunto para pensarem: Para que servem pesquisas que problematizam discursos que são invisibilizados na sociedade, mas que, muitas vezes, surgem no ambiente escolar, materializados no próprio corpo com sentido de violência? Ensinar línguas é apenas conhecer a gramática sem entender seus sentidos? Quais efeitos sociais podem provocar algumas escolhas discursivas?

Entendo que chegar ao final da construção de um tecido nem sempre significa vê-lo em sua completude, pois o tecido não pode ser visto por apenas um ângulo, já que ele não é único. Em virtude disso, há possibilidade de surgirem tantos outros que poderão produzir seus sentidos e provocar seus efeitos na sociedade. Embora interpretar o *corpus* de pesquisa demande colocar as lentes de pesquisadora com um olhar para outros trabalhos que discutem o tema, não pretendi buscar respostas, mas valorizar o material empírico (vozes das mulheres) para problematizar cada excerto, verificando os enunciados que remetiam aos discursos em torno do estupro e/ou abusos sexuais.

Este estudo foi realizado com base da metodologia interpretativista (FLICK, 2009) e nos estudos do discurso (FOUCAULT, 1979; 2008) que entrelaçam a concepção de saber e poder presente nas formações discursivas (excertos) que, ao mesmo tempo que se assemelham, também se dispersam de acordo com o sujeito que enuncia em um dado momento histórico.

Tratar do tema estupro não foi algo fácil, porque parecia, em alguns momentos, que as dores das sujeitas de pesquisa estavam sobrecarregando meu corpo; porém, por meio dos diálogos estabelecidos, posso dizer que aprendi muito com as vozes das participantes.



Desse modo, exponho que me interessei por esse tema há algum tempo, em virtude de buscar pesquisas na área de Linguística Aplicada em Mato Grosso e não encontrar literatura a respeito do assunto. Ainda percebi certo silenciamento sobre o tema no Estado, bem como na cidade onde escolhi realizar a pesquisa. Os questionamentos, aos poucos, foram surgindo sobre questões retratadas pela mídia e foi assim que decidi me envolver com as vestes que tratam de estupro e/ou abusos sexuais.

Enfrentei algumas dificuldades para a realização desta pesquisa. Excepcionalmente, não consegui muito apoio de algumas autoridades competentes na cidade escolhida para desenvolver o trabalho e me deparei com muitas vítimas que não quiseram participar da pesquisa porque era algo muito doloroso para se falar, o que é compreensível. Por fim, consegui entrevistar seis mulheres que teceram suas histórias.

Pensei que nessas mulheres encontraria vítimas violentadas em lugares públicos e escuros, em que seus agressores fossem sujeitos desconhecidos, mas não; os discursos em torno dos mitos/crenças sobre estupro foram desafiando quando comecei a conhecer as histórias das sujeitas de pesquisa e estudar mais sobre o tema. Então, percebi que o estuprador não era o estranho e que, na concepção da sociedade, o local do abuso é considerado dos mais seguros. Assim, ampliei a necessidade de abordar o estupro porque não são muitas mulheres que possuem a noção de que a maioria dos casos de violência sexual acontece com conhecidos e dentro da própria casa, conforme foi revelado pela pesquisa.

Ao gerar os dados a partir das entrevistas e transcrevê-las preservando os sentidos discursivos de cada participante, fiz uma leitura minuciosa de todo o *corpus* de pesquisa e cheguei a identificar sete temas recorrentes: dificuldade de falar sobre o estupro; proximidade do abusador/estuprador; o que considera estupro; medo, julgamento, culpa e silenciamento da vítima; denúncia do estupro; consequências atuais do estupro.

Criei nomes de tecidos para as sujeitas de pesquisa, em virtude de questões éticas e devido à metáfora desta tese que consiste “no tecido”, que faz alusão às questões relativas à mulher culturalmente, historicamente e socialmente.

Nesse sentido, pretendi problematizar, com base na interpretação dos dados, três perguntas de pesquisa:

- 1) De que modo as formações discursivas das vítimas/ sujeitas de pesquisa foram sendo tecidas em torno do assunto estupro?
- 2) Quais discursos prevaleceram nos enunciados destacados nas formações discursivas baseados nas relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino?

3) Quais os efeitos do estupro na vida das mulheres vítimas dessa violência?

Para enfatizar a primeira pergunta de pesquisa, observei que os excertos em torno do assunto estupro se alinharam com base nos temas recorrentes que apresentaram seus enunciados, indicando discursos relacionados às relações de poder e saber entre os gêneros feminino e masculino. Para isso, precisei buscar sentido para a segunda pergunta de pesquisa e interpretar quais discursos prevaleciam nos enunciados.

Verifiquei que, desde o primeiro tema recorrente, as pesquisadas teceram enunciados em torno da dificuldade de falar do assunto, constatação que remete a discursos de que o estupro tende a ser uma violência silenciada. O silenciamento que tomou por muito tempo as vozes das participantes evidencia questões culturais e históricas de que a mulher foi educada para ser submissa, em virtude de padrões de moralidade que cercam família e religião.

O tema “O perigo pode morar perto: quem é o abusador/estuprador?” problematiza a segunda pergunta e descobri o discurso em torno das crenças ou mitos de que o estuprador é o estranho e que a violência acontece em locais escuros. Não que o estupro não aconteça nesses lugares, mas os dados de pesquisas confirmam que o estuprador pode ser o familiar ou amigo e que a violência sexual ocorre comumente na esfera privada. Outros temas, tais como “Machismo, os abusos e a naturalização do estupro no meio familiar”, apresentam discursos das mulheres de que as relações de poder entre os gêneros masculino e feminino ainda se organizam em torno de práticas machistas. A família ainda tende a educar os filhos de forma machista, perpetuando a desigualdade entre homens e mulheres.

Sobre o tema “Estupro ou não? O que ela considerou ser estupro?”, surge o discurso da vítima sobre o desconhecimento do que seja estupro, sugerindo a negação dessa violência, sobretudo, nos estupros envolvendo maridos ou namorados. De outro modo, as mulheres solteiras, violentadas na infância, expressam discurso de moralidade, em que elas parecem ver o corpo como símbolo de pureza. Quando acontece o estupro no meio familiar, a família silencia.

Em relação ao tema “Estupro: medo, julgamento, culpabilização e silenciamento”, os discursos denotam o medo das vítimas contarem a respeito dos abusos para os próprios familiares, medo de destruir a família, medo do agressor, culpa por ter deixado acontecer ou por ter silenciado sobre os abusos, julgamento e culpabilização da sociedade. A culpa aparece como um mecanismo de poder que historicamente a sociedade utiliza para culpá-las, produzindo punições nos corpos femininos. Ao fazer com que as mulheres se sintam culpadas, acaba afetando-as significativamente, uma vez que a culpa abarca questões em torno da moralidade que foram ensinadas desde muito cedo para as meninas. A sociedade as

culpa e, se as mulheres aceitam esse discurso, acabam sofrendo sérios efeitos para o resto da vida.

O tema “Denunciar ou não denunciar: o passado e o presente” também responde a pergunta de pesquisa, apontando discursos de naturalização da violência por parte da vítima e da família, na época do ocorrido, e, depois na fase adulta, surge o discurso do perdão para os violentadores e a não realização da denúncia, por motivos que envolvem, sobretudo, questões familiares e descrença na palavra da vítima pelas autoridades judiciais.

Por fim, enunciados sobre “Como sou hoje: questões psicológicas, relacionamentos e apoio das pessoas que sabem do acontecimento” respondem a terceira pergunta de pesquisa sobre os efeitos do estupro para a vida. Na seção, surgem discursos que reiteram o perdão da vítima ao agressor, principalmente, as sujeitas de pesquisa que se posicionam como evangélicas (cristãs) e se apoiaram em tal discurso para reconstruírem suas vidas. Embora o discurso das sujeitas de pesquisa resgate alguns sentidos religiosos, o fato de serem evangélicas não indica que essas sujeitas sempre silenciarão ou serão submissas. Um exemplo disso são as participantes desta pesquisa, que resolveram quebrar o silêncio depois de muito tempo que as violências ocorreram, realizando reflexões sobre o assunto, de tal modo que esboçam a necessidade de denunciar o agressor e de que outras mulheres não devam se calar diante dos abusos sexuais/estupro. Os seus discursos apontam a necessidade de apoio psicológico e familiar porque os efeitos dessa violência no corpo são devastadores: dificuldade de relacionar-se de forma íntima, dificuldade de relacionamento com filhos, desvalorização do corpo, vontade de suicídio, depressão e afastamento das pessoas que sabem dos abusos que a vítima sofreu.

Todos os temas abordados problematizam as três perguntas de pesquisa que dialogam com os capítulos teóricos que foram escolhidos somente após a geração dos dados. A teoria sobre “Tecendo história, cultura e crenças ou mitos em torno do estupro” enfatiza fatores históricos relacionados ao surgimento do estupro com base em entrelaçamentos global e local para elencar esse abuso como uma problemática sócio-histórica que envolve relações de saber e poder entre os gêneros feminino e masculino, pelas quais este último deseja dominar o primeiro; já nas considerações em torno da cultura do estupro são discutidos os sentidos dessa expressão utilizada a partir da década de 70, para mostrar de que maneira a sociedade, por meio dos discursos tecidos historicamente, tende a contribuir para a existência dessa cultura; também foram problematizados os mitos ou crenças de estupro para mostrar que alguns discursos em torno do agressor e da vítima não conferem com os dados levantados nesta pesquisa, apontando contradição de tais discursos relacionados às práticas de estupro.

Do mesmo modo, com a teoria, teceu-se sobre “Lugares, recorrência, silenciamento e consequências/efeitos do estupro”, em que se debateu a respeito das mulheres e crianças que são vítimas dessa violência em locais (in)imagináveis, uma vez que, ao falar de estupro, muitos possuem um pensamento de que essa acontece em determinados locais que a favorecem; igualmente, abordou-se a questão da recorrência dos estupros sofridos por algumas vítimas, principalmente quando são abusadas por pessoas ou amigos da família e acabam silenciando ou sendo silenciadas pelos próprios familiares. A questão do desconhecimento, medo e culpabilização das vítimas de estupro também fez parte da discussão teórica. De acordo com esses fatores, abordou-se a ausência da denúncia referente ao agressor e as consequências/efeitos do estupro na vida das mulheres que sofreram a violência, demonstrando os efeitos psicológicos que acompanham o corpo no decorrer da vida.

Além disso, outro capítulo teórico, “Mulheres dialogando com Foucault: tramas entre relações de poder e os dispositivos em torno do corpo feminino”, permitiu estabelecer um diálogo entre relações de poder/saber entre os gêneros, destacando a questão do machismo e a vontade de dominação masculina sobre os corpos das mulheres. No mesmo capítulo, foram tratados, também, os dispositivos de poder e saber em torno do corpo feminino, categorizados em família, religião e sociedade, que tendem a funcionar como mecanismos disciplinares dos corpos das mulheres.

Esta tese possui suas limitações porque o *corpus* de análise consiste em formações discursivas (excertos) de seis sujeitas de pesquisa. Certamente se as participantes fossem outras, os dados seriam outros e as problematizações seriam diferentes. Pensando nisso, não objetivei generalizar as problematizações, mas apresentar dados que discutem o estupro com base nos discursos de quem vivenciou experiências que as marcarão psicologicamente no decorrer de suas vidas. A pesquisa acaba traçando fios de subjetividade por tratar de relatos que foram analisados à luz dos estudos do discurso e da pesquisa interpretativista. Quiçá, se, neste momento, outras entrevistas fossem realizadas com as mesmas participantes, seus discursos seriam outros, seguidos de outras análises/interpretações por parte da pesquisadora. Assim, se entrelaçar com os fios discursivos envolvendo tal assunto pesquisado, significa tecer sempre problematizações diferentes.

Ao enunciar sobre as sequelas, mesmo diante de tanta dor, vejo a possibilidade de essas mulheres se reconstruírem e escreverem uma história de superação que ajude outras mulheres que vivenciaram tais violências a falarem do assunto. Falar das violências sofridas poderá ajudar na construção de outro momento histórico, no sentido de fazer com que homens

tenham na reparação em torno das práticas abusivas cometidas contra as mulheres, começando a respeitar-nos; bem como a legislação brasileira possa ser pensada para ter mais equidade de direito para o gênero feminino. Além do mais, embora, entendo que a denúncia contra o algoz seja um passo muito importante de empoderamento, para que a vítima exija uma mudança na estrutura machista, ainda assim, percebo que não seja suficiente se concebida apenas como punição, pois é necessário um trabalho social que envolva todos(as) para que haja a ressignificação dos discursos e reparação das práticas abusivas em torno do corpo feminino.

Neste aspecto, percebo que o trabalho poderá contribuir para a ressignificação dos discursos em torno das crenças ou mitos de estupro, das relações de poder com mais equidade de direito e respeito entre os gêneros, para que se repense a educação que está sendo dada às crianças, em que tendem a prevalecer o machismo/sexismo. Que instituições, tais como a família e a religião, venham a pensar nos discursos conservadores que as cercam e perceber os seus efeitos nos corpos das mulheres. Além do mais, que a sociedade constituída por discursos de saber e poder possa ser menos punitiva/excludente e mais inclusiva para que todos(as) possam repensar seus discursos e suas práticas relacionadas aos gêneros feminino e masculino.

Do mesmo modo, reflito sobre as políticas públicas para igualdade de direitos entre os gêneros, que ainda são muito limitadas, porque muitas mulheres não têm informação de como proceder diante de casos de violência. Portanto, é urgente que as instituições considerem mais as vozes das vítimas, bem como se prepararem melhor para receberem as vítimas de violência de gênero. Nesse aspecto, sobretudo, é indispensável (re)pensar nos enunciados que utilizam para realizar a abordagem das mulheres que sofreram violência, porque, dependendo dos discursos utilizados, acabam afetando-as ainda mais, provocando silenciamento e desistência de prosseguir com a queixa contra o agressor.

Espero que este trabalho seja apenas o tecer dos primeiros tecidos na área de Linguística Aplicada e de estudos do discurso para a existência de outras pesquisas que discutam a problemática do estupro. Este tema está muito presente na sociedade e reverbera de forma dolorosa, conforme o caso de Mariana Ferrer<sup>89</sup>, em Florianópolis, cujo réu foi inocentado por homens que representam “a justiça”, com base na negação do estupro, na utilização de estratégias para culpar a vítima, na alegação de desconhecimento da violência e na justificação de maioridade.

---

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.rdnnews.com.br/artigos/mariana-ferrer-a-in-justica-que-fala-pelas-mulheres/136042>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

Portanto, mesmo que eu considere esta pesquisa de relevância para enfatizar o estupro como uma problemática social a qual deve ser franqueada maior atenção; vejo que há muito que se problematizar, com foco na linguagem, sobre os mais diversos tipos de estupro que acontece na sociedade e seus efeitos sociais, analisar e problematizar a questão da reparação por parte das instituições de saber e poder, investigar como as vítimas e abusadores lidam referentes aos sentidos de reparação para que a violência contra as mulheres possa diminuir historicamente. Além disso, que futuras pesquisas discutam a importância de buscarmos uma cultura antiestupro para que as relações sexuais tenham como princípios basilares o respeito, o consentimento, a liberdade e a autonomia.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. T. *O discurso do poder e o sujeito nas organizações*. 2010. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Celimara%20Teixeira%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2018.
- ALMEIDA, G. P; NOJIRI, S. Como os juízes decidem os casos de estupro? Analisando sentenças sob a perspectiva de vieses e estereótipos de gênero. *Rev. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 825-853, 2018.
- ANDRADE, M. M. V. “ELA NÃO MERECEU SER ESTUPRADA”: A cultura do estupro, seus mitos e o (não)dito nos casos penais. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ARAGÃO FILHO, I. L. *Religião e gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal*. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Filosofia e Teologia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica De Goiás, Goiânia, 2011.
- ARANTES, F. I. S. *A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada*. Belo Horizonte. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado e Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.
- ARPINI, D. M.; SIQUEIRA, A. C.; SAVEGNAGO, S. D. O. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14, n. 2, p. 88-101, 2012.
- BARROS, L. A. *Vivência de acolhimento por mulheres vítimas de estupro que buscam os serviços de saúde*. Maceió, 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Farmácia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
- BARROS, S. M. Análise crítica do discurso, gramática sistêmico-funcional e realismo crítico: abordagens transdisciplinares. *Revista ECOS*, edição n. 009, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/947>. Acesso em: 13 de dez. 2019.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. I e II.
- BÍBLIA. *Esposo*. Tradução João Ferreira Almeida. 2. ed. rev. e atual. no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. 1280 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BÍBLIA. *O lar cristão: marido e mulher*. Tradução João Ferreira Almeida. 2. ed. rev. e atual. no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. 1280 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BÍBLIA. *O véu e seu uso na igreja de Corinto*. Tradução João Ferreira Almeida. 2. ed. rev. e atual. no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. 1280 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BÍBLIA. *Os dez mandamentos*. Tradução João Ferreira Almeida. 2. ed. rev. e atual. no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. 1280 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BORIS, G. D. J.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. VII, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 5.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço* / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRITO, L. C. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape*. Harmondsworth: Penguin, 1976.

BURT, M. R. Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 38, n. 2, p. 217-230, 1980.

CAMPOS, C. H. *et al.* Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 981-1006, jan. 2018. ISSN 2317-6172. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/73339>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

CAULFIELD, S. *Em Defesa da Honra – Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

CAVALCANTI, V. R. S. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. *Proj. História*, São Paulo, 30, p. 243-264, jun. 2005.

CECCARELLI, P. R. Prostituição – Corpo como mercadoria. *Mente & Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial), p. 1-14, dez. 2008.

CERQUEIRA, D; COELHO, D. S. C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)*. Brasília, n. 11, mar. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140327\\_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf). Acesso em: 10 de ago. 2020.



CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea*, Rio de Janeiro, junho de 2017.

COSTIN, F. Beliefs about rape and women's social roles. *Archives of Sexual Behavior*, 14 (4), p. 319–325, 1985. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1986-19755-001> <https://psycnet.apa.org/record/1986-19755-001>. Acesso em: 8 de jun. 2020.

COULOURIS, D. G. *Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro*. 2004. 237 páginas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, São Paulo, 2004.

COULOURIS, D. G. *A Desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro*. 2010. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/publico/2010\\_DaniellaGeorgesCoulouris.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/publico/2010_DaniellaGeorgesCoulouris.pdf). Acesso em: 8 de jun. 2020.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 592-601, 2013.

DELEUZE, G. *Foucault*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DÍAZ, M.; CABRAL, F. Relações de gênero. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

DUQUE, E. *Mudanças culturais, mudanças religiosas – perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspectiva comparada*. Minho: Edições Húmus Edições Húmus, Ltda., 2014.

EDWARD, K.E., MACLEOD, M. D. The Reality and Myth of Rape: Implications for the Criminal Justice System. *Expert Evidence* **7**, 37–58, 1999. <https://doi.org/10.1023/A:1008917714094>. Acesso em: 5 de jun. 2019.

ENGEL, C. L. As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*. Rio de Janeiro, out. 2017.

FERREIRA LIMA, A.; GONÇALVES FARIAS, M.; WAGNER PLUTARCO, L. A metamorfose da identidade de vítimas de estupro. *Salud & Sociedad*, Universidad Católica del Norte Antofagasta, Chile, v. 8, n. 3, septiembre-diciembre, 2017, p. 264-274.

FIGUEIREDO, D. C. Victims and villains: gender representations, surveillance and punishment in the judicial discourse on rape. 2000. 370 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79275>. Acesso em: 5 de jun. 2018.

FIGUEIREDO, D. C. Discurso, gênero e violência: uma análise de representações públicas do crime de estupro. *Language and Law / Linguagem e Direito*, v. 1, n. 1, p. 141-158, 2014. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12689.pdf>. Acesso em: 5 de jun. 2018.

FIGUEIREDO, D. C. Vítimas e vilãs, monstros e desesperados: como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, p. 135-156, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública*. Edição XI. São Paulo, 2017.

ESTACHESKI, D. L. T. *Crimes Sexuais: a histórica culpabilização das vítimas*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FERNANDES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (v. II: O uso dos prazeres).

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

JESUS, D. M; OLIVEIRA. G. Discurso da naturalização de estupros masculinos: sentidos de virilidade em contos homoeróticos. Artigo no prelo.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LINHARES, K. O corpo da mulher negra: a dualidade entre o prazer e o trabalho. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL: FEMINISMOS, IDENTIDADES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste, 2015.

LINO, T. R. *O locus enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de Bell Hooks e Gloria Anzaldúa*. 2014. 173 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) -, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LIRA, M. O. S. C.; RODRIGUES, V. P.; RODRIGUES, A. D.; COUTO, T. M.; GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto Contexto Enferm*, 26(3): e0080016. 2017.

LÔBO, D. C. *Michel Foucault* [manuscrito]: a sociedade punitiva e a educação. 2017. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

LONSWAY, K. A.; FITZGERALD, L. F. Rape myths: In review. *Psychology of Women Quarterly*, v. 18, p. 133-164, 1994.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: LORDE, A. et al. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. (org.). Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019. 440p.

MACHADO, L. Z. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (org.). *Violência, gênero e crime no D. Federal*. Brasília: Paralelo, 1999. p. 297-352.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro. As construções da virilidade. *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades...* Publicação do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero / UNICAMP, Campinas, p. 231-273, 1998.

MARCH, K. C. Corpos subjugados: estupro como problemática histórica. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017.

MARQUES, A. M.; MOREIRA, M. L. Claudina: a questão racial e de gênero nos processos de crimes de defloramento em Cuiabá (MT) – 1931 -1934. *Revista Eletrônica Documento/Monumento* [recurso eletrônico], Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, v. 18, n. 1, out. 2016. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

MEDEIROS, A. O. M. Estupro no conforto do lar: a violência familiar e a vitimização das esposas estupradas por seus maridos. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 16, n. 30, p. 245-281, jan./jun. 2016.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. Tradução Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MOITA LOPES, L. P. (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2008.

MORAIS, E. E. A religião como dispositivo de biopoder: relações de poder no cristianismo contemporâneo. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (LERR/UDEL), 2017, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2017.

MOREIRA, M. L. *O poder médico de "penetrar" e o poder jurídico de "infamar": um crime de defloramento em Cuiabá (1920-1940)*. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em:

[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT\\_eac6f086fe169d2d35eca5b50b48ec02](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_eac6f086fe169d2d35eca5b50b48ec02). Acesso em: 3 de mar.2020.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, A. L. Tinoco. *Cultura do estupro e a culpabilização da vítima ou o arquétipo da condessa Szemioth*. 2017. 130 p. Dissertação. Coimbra, 2017.

NERY, M.L. *A evolução da indumentária*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2003. 230 p.

NUNES, S. R. Violência Sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil: o testemunho e a negação. In: FONTANA, M. G. Z.; FERRARI, A. J. (org.). *Mulheres em Discurso: gênero, linguagem e ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2017. v. 1.

OLIVEIRA, A. S. *Violência sexual intrafamiliar e atitude da genitora da vítima: uma análise a partir dos vínculos familiares e da Economia Familiar*. 2016. 115 p. Tese (Doutorado em Cotidiano, Bem-Estar e Desenvolvimento Social) – Departamento de Ciências Domésticas, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

PAULA, E. S. *O abuso sexual na família: um estudo sobre o enfrentamento a partir de intervenção institucional*. 116 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PAYNE, D.; LONSWAY, K.; FITZGERALD, L. Rape Myth Acceptance: Exploration of Its Structure and Its Measurement Using the Illinois Rape Myth Acceptance Scale. *Journal of Research in Personality*, v. 33, p. 27-68, 1999.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicol. Estud.* [online], Maringá, v. 24, 2019. e43536.

PEREIRA, J. M. O. *A relativização do estupro: Uma análise foucaultiana do estupro nos discursos sociais*. 2018, 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PIMENTEL, Sílvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou “cortesia”?* Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Fabris, 1998.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, 18(36), Curitiba, jun. 2010, p. 15-23.

PIRES, V. F. *Lilith e Eva: imagens arquetípicas da mulher na atualidade*. São Paulo: Summus, 2008.

RIGONI, A. C. C.; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: marcas da educação evangélica no corpo feminino. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 227-243, jan./mar. 2013.

RISCADO, J. L. S.; OLIVEIRA, M. A. B.; BRITO, Â. M. B. B. Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 96-108, 2010.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCARPATI, A. S. *Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual*. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SCARPATI, A. S.; GUERRA; V. M.; DUARTE, C. N. B. Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, v. 13, n. 1, p. 57-65, 2014.

SCOTT, P. Família, moralidade e as novas leis. [Série] Família e Gênero. nº 14. In: *Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2011.

SEBOLD, A. *Sorte, um caso de estupro*. Tradução Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SILVA, G. S. *Reconstruindo o cotidiano: ruptura e normalização na trajetória de vítimas de violência sexual*. 2007. 231f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SILVA, L. G.; HORN, C.; VARGAS, M.A. *A construção da masculinidade dos homens privados de liberdade por crime sexual*. Pará de Minas, MG: Virtual Books Editora, 2017.

SILVA, P. H. *De louca à incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. 2010. 139 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

SOMMACAL, C. L.; TAGLIARI, P. A. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. *Revista da Esmesc*, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 1-29, jan./abr. 2017.

SOUSA, R. F. Religiosidade no Brasil. *Estudos avançados*, v. 27, n. 79, 2013.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAKAKI, N. H. *Letramentos na sociedade digital: navegar é e não é preciso*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-05022009-113813/publico/TESE\\_NARA\\_HIROKO\\_TAKAKI.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-05022009-113813/publico/TESE_NARA_HIROKO_TAKAKI.pdf). Acesso em: 4 de maio 2019.

TEIXEIRA, F. Catolicismo no Brasil em declínio: os dados do Censo de 2010. A grande transformação no campo religioso brasileiro. *Cadernos IHU em formação*, Instituto Humanitas, UNISINOS, São Leopoldo, ano VIII, n. 43, 2012.

TÍLIO, R. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. *e-escrita* - Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis, v. I, n. 2, mai./ago. 2010.

VALENÇA, A. M.; NASCIMENTO, I.; NARDI, A. E. Relação entre crimes sexuais e transtornos mentais e do desenvolvimento: uma revisão. *Rev. psiquiatr. clín.* [online]. v. 40, n. 3, p. 97-104. 2013. ISSN 0101-6083. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-60832013000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-60832013000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 10 de ago. 2019.

VARGAS, J. D. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rbcs, v. 14, n. 40. jun. 1999.

VASCONCELOS, M. A. L.; PONTES, I. O.; SILVA, J. W. P. Violência sexual nas relações conjugais e a possibilidade de configurar-se crime de estupro marital. *Caderno de Graduação*, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em: [https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/03/VIOLENCIA\\_SEXUAL\\_NAS\\_RELACOES\\_CONJUGAIS.pdf](https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/03/VIOLENCIA_SEXUAL_NAS_RELACOES_CONJUGAIS.pdf). Acesso em: 4 de jun. 2019.

VENTURINI, A. M; MORAES, D. B; DANIEL, L.B. A viabilidade da tipificação do crime de estupro virtual dentro do contexto de violência contra a mulher na internet. *In: 4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE*. Santa Maria/, UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/7-1.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2019.

VERÇOZA, L. V. Sobre a possibilidade ou impossibilidade de fala do subalterno e o papel do intelectual: notas acerca da reflexão de Spivak. *In: III SEMINÁRIO DO PPGS UFSCAR: SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO: NOVOS OLHARES, NOVAS PERSPECTIVAS*. *Anais* [...] São Carlos, p. 1-10, 2012. Disponível em: [http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/vercoza\\_lc3bacio.pdf](http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/vercoza_lc3bacio.pdf). Acesso em: 10 de out. 2019.

VIGARELLO, G. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.